

A Companhia de Simón Ruiz.
Análise espacial de uma rede de negócios no século XVI

Sara Maria Costa Pinto

Tese desenvolvida no âmbito do Curso de Doutoramento em História

Orientação: Prof. Doutora Amélia Polónia (U. Porto)

Co-orientação: Prof. Doutora Monica Wachowicz (U. New Brunswick)

Faculdade de Letras, U. Porto

Porto, Novembro de 2012

Resumo

A dissertação tem como objecto de estudo a companhia de Simón Ruiz, na segunda metade do século XVI. Apresenta como proposta metodológica a análise dos lugares de negócio da rede organizada pelo mercador castelhano. Pretende, desta forma, compreender o papel do espaço nas dinâmicas das redes mercantis, num contexto de expansão económica a nível global.

A historiografia recente tem comprovado que a economia na época moderna foi dinamizada por redes de mercadores que operaram a grandes distâncias, a partir de firmas dispersas ao longo das rotas comerciais. Para a compreensão deste fenómeno, reconhece-se a necessidade de representações espaciais, dado que o espaço geográfico providencia o enquadramento físico para a criação e difusão de redes. Neste contexto, a tese de doutoramento segue e aplica os fundamentos teóricos da *spatial history*, pretendendo destacar o papel do espaço na exploração e análise dos fenómenos históricos.

No primeiro nível, procuramos caracterizar individualmente os lugares-chave da rede de negócios de Simón Ruiz, tendo em conta os seus atributos e funções, tendo sido reconstituídas a suas “biografias”. Esta primeira abordagem aos lugares da rede tem como objectivo perceber de que modo o perfil de cada lugar contribui para as estratégias de negócio. São consideradas questões como a multifuncionalidade ou a especialização, e a variabilidade das suas funções ao longo do tempo. São analisadas as *geoentidades* Medina del Campo, Lisboa, Antuérpia, Lyon, Madrid, Florença, Valladolid, Roma, Nantes e Sevilha.

No segundo nível, é feita uma análise dinâmica da articulação dos lugares da rede, em ordem a identificar os espaços económicos da companhia, resultantes, em simultâneo, dos atributos, das funções e das relações estabelecidas entre os lugares. A análise recai aqui sobre a totalidade de lugares, sendo aí analisados os fluxos financeiros, assentes na circulação de capital, e os fluxos mercantis, que incluíram circuitos europeus e circuitos ultramarinos. É ainda abordada a questão das relações familiares e da sua influência na organização e evolução da rede de agentes e de parceiros de negócio.

O universo documental que suporta a investigação é composto por duas tipologias documentais, ambas do arquivo da companhia de Simón Ruiz: as letras de câmbio (análise de 9242 letras produzidas entre os anos de 1553 e 1606), e a

correspondência comercial enviada pelos agentes portugueses (análise de 299 cartas escritas entre os anos de 1558 e 1577). A sua conversão para bases de dados utiliza a ferramenta informática *Timelink*.

Palavras-chave: *spatial history*; redes de negócio; história económica; Primeira Idade Global; companhias mercantis; letras de câmbio; correspondência comercial; SIG

Abstract

This PhD thesis is focused on the activity of Simón Ruiz Company, during the second half of the XVI century. The methodological proposal set is based on the spatial analysis of the merchant's trade network, in order to evaluate the role of space in the dynamic complexity of commercial networks, in the First Global Age.

Recent historiography converges to prove that modern economy was heightened by merchants' networks operating at long distance, based on strategic centers dispersed throughout the main trade routes. In order to acknowledge this self-organized phenomena, one ought to recognize the necessity and relevance of spatial visualizations, since geography provides the spatial framing for network building and dissemination. Accordingly, the research developed within this PhD thesis is embossed within the theoretical framework of *spatial history*, aiming to highpoint the role of space in the assessment of the historical phenomena under analysis.

In the first part of the thesis, the individual locations integrating the network are identified, and, assessed in a diachronical perspective, in their multifunctionality regarding their specific purpose within the global framework. In the second part, the distribution of the network within the space is critically analysed, as a part of the performance of global trade network in Europe and overseas. Several network features are addressed: the financial, through the visualization of money flow, particularly at moments of crisis; the mercantile, through the representation of goods flows and markets dynamics; and the familiar, through the analysis of its relevance in business dynamics.

The data source which sustains the research is part of the company of Simón Ruiz' private archive, namely the bills of exchange (9242 bills were analyzed, covering the period between 1553 and 1606) and the commercial correspondence sent by Portuguese agents (299 letters were analyzed, covering the period between 1558 and 1577). *Timelink* was used as informatics toll for database constitution.

Key-words: spatial history; trade networks; First Global Age; economic history; mercantile companies; spatial analysis; bills of exchange; commercial correspondence

Ao Pedro e ao Gaspar.

“...délimiter, c’est définir, analyser, reconstruire et, en l’occurrence, choisir, voire adopter une philosophie de l’histoire.” Fernand Braudel

(*La Méditerranée et le monde méditerranéen à l’époque de Philippe II, vol. I*, Armand Colin, Paris, 1985, p. 11)

Agradecimentos

Desde a licenciatura que me encontro envolvida em projectos de investigação, mas a proposta que a Professora Amélia Polónia me lançou em 2008 constituiu, para mim, um grande desafio: desenvolver uma tese de doutoramento no âmbito de um projecto de investigação entregue a uma equipa de carácter internacional e multidisciplinar. O Projecto DynCoopNet constituiu, desde o início, um espaço de debate, de partilha de ideias e de esforços, que imprimiu, no meu trabalho, uma marca profunda e distinta, em termos de pressupostos teóricos, conceitos, e metodologias. A minha tese é, na sua essência, um produto deste projecto, e por isso, constitui o resultado de um trabalho em colaboração, e, talvez mais do que isso, um trabalho em complementaridade com o trabalho de outros.

Impõe-se, por tudo isto, agradecer e reconhecer os contributos de toda a equipa que compôs o projecto DynCoopNet, incluindo os seus elementos internacionais, como o Professor Jack Owens, a Professora Ana Crespo Solana e o Professor David Alonso Garcia. A participação conjunta em encontros científicos ou reuniões informais constituíram importantes momentos de reflexão.

Já na equipa portuguesa, um muitíssimo obrigada aos elementos de Coimbra, nomeadamente ao Professor Joaquim de Carvalho e ao João Carvalho. A sua paciência foi levada ao limite nas muitas explicações e revisões da base de dados *TimeLink*. A sua disponibilidade e capacidade de trabalho são verdadeiramente um exemplo a seguir.

Igualmente pela disponibilidade e preciosa colaboração na criação dos mapas apresentados nesta tese, o meu agradecimento à Rita Helena da Silva, aluna de Mestrado em SIG da FLUP.

No decorrer destes últimos anos, o meu caminho foi traçado em paralelo com outro caminho, o de alguém com quem partilhei as descobertas, os obstáculos, as frustrações, os constantes recomeços de um trabalho de pesquisa. Um obrigado muito especial à Ana Sofia Ribeiro, permanente companheira de viagem.

Felizmente ao longo do meu percurso académico, mas também do meu percurso pessoal, pude sempre contar com um apoio amigo e presente. Pela capacidade científica, ética de trabalho, integridade, mas também pelo companheirismo e amizade (e sim, a amizade agradece-se, não fosse a amizade uma

dádiva), o meu profundo reconhecimento à Professora Inês Amorim e à Professora Helena Osswald.

Numa tese sobre espaços e lugares, a distância não constitui uma barreira. A partir da Holanda e do Canadá, habituei-me a ver a Professora Monica Wachowicz no ecrã do meu computador, relendo e reinterpretando a minha análise histórica, à luz da sua perspectiva geográfica. A sua forma “espacial” de ver a realidade foi profundamente inspiradora.

Uma tese de doutoramento é, realmente, um caminho. Um caminho que nem sempre vem descrito num mapa, mas que é guiado por quem já o trilhou. É quem nos ajuda a escolher o melhor itinerário, a preparar a nossa bagagem, a ultrapassar os obstáculos que surgem, e, quando finalmente chegamos ao destino, o primeiro a perceber como estamos diferentes desde a partida, o quanto crescemos e aprendemos. À Professora Amélia Polónia o meu profundo agradecimento por ter guiado a minha viagem, por a ter tornado um espaço de aprendizagem, de crescimento, mas também de partilha e de amizade.

No meu caminho estiveram igualmente, a meu lado, a Patrícia e o Hugo, a quem quero dizer (talvez nunca o tenha dito) como o vosso trabalho e a vossa forma de estar foram sempre para mim um exemplo.

Aos meus pais e irmãos, o vosso apoio incondicional, o carinho, o alento, foram preciosos para que eu confiasse em mim e no meu trabalho, pois vocês nunca duvidaram.

Ao Gaspar, um dia explico-te como para mim não houve contributo maior para o meu trabalho do que os momentos em que juntos, ao final da tarde, pintávamos com lápis de cor e apagávamos fogos imaginários.

Ao Pedro, que acredita em mim mais do que eu, que vê em mim mais do que eu vejo, é a ti que dedico este trabalho. Tu sabes o quanto ele também te pertence. O meu “lugar” é onde tu e o nosso filho estiverem.

ÍNDICE

I – Quadro teórico-metodológico

1. <i>DynCoopNet</i> (Dinâmicas de cooperação em redes mercantis auto-organizadas na Primeira Idade Global, 1400-1800)	1
2. Quadro teórico	3
2.1 Estado da Arte	3
2.2 <i>Spatial History</i>	14
2.3 Conceitos	18
2.4 Problemática	23
3. Objecto de estudo: a companhia de Simón Ruiz	26
4. Fontes e Metodologia	31
4.1 Letras de câmbio e correspondência comercial	32
4.2 <i>Timelink</i> – uma base de dados prosopográfica	43
4.3 Da biografia dos agentes à biografia dos lugares – as <i>Geoentidades</i>	48

II – A análise espacial da rede de negócios - os lugares

1. A rede hierárquica de lugares	54
2. Atributos e funções dos lugares	58
2.1 Medina del Campo	60
2.2 Lisboa	73
2.3 Antuérpia	91
2.4 Lyon	99
2.5 Madrid	106
2.6 Florença	115
2.7 Roma	119
2.8 Valladolid	123
2.9 Nantes	130
2.10 Sevilha	139

III – A análise espacial da rede de negócios – a dinâmica dos espaços	
1. Os espaços económicos da rede: câmbios e mercancia	151
2. Fluxos financeiros	154
2.1 Feiras de câmbio	154
2.2 Fluxos de capital	157
3. Fluxos mercantis	189
3.1 Praças mercantis	189
3.2. Portos	204
3.3. Espaços de risco	211
4. O espaço das redes familiares	216
IV – Conclusão	226
V – Fontes	234
VI – Bibliografia	235
VII – Índice de Figuras e Tabelas	246
VIII – Anexos	250

I – Quadro teórico-metodológico

1. *DynCoopNet* (Dinâmicas de Cooperação em redes mercantis auto-organizadas na Primeira Idade Global, 1400-1800)

A presente tese de doutoramento foi desenvolvida no âmbito de um projecto multidisciplinar, informado pelos seus próprios objectivos e enquadramento teórico: o projecto *DynCoopNet* - “Dynamic Complexity of Cooperation-Based Self-Organizing Commercial Networks in the First Global Age”. Com uma constituição internacional e multidisciplinar, este projecto surgiu como resposta ao desafio do programa TECT (“The Evolution of Cooperation and Trading”), financiado pelo EUROCORES (“European Collaborative Research”) da ESF (European Science Foundation)¹.

No âmbito do estudo da cooperação, o projecto propunha-se analisar a evolução da cooperação entre mercadores, e entre mercadores e outros grupos socioprofissionais, no pressuposto de que esses mecanismos constituíram a base de sustentação e funcionamento de redes mercantis auto-organizadas na Primeira Idade Global (1400-1800). A proposta do *DynCoopNet* argumentava ser amplamente reconhecida a actuação de redes comerciais a nível nacional, internacional, e até mesmo intercontinental, avançando com a hipótese de estas redes terem proporcionado a criatividade e inovação necessárias para responder de uma forma flexível aos problemas de comunicação e de transporte, e à irregularidade nos fluxos de informação e de capital, característicos da época moderna (POLÓNIA e OWENS 2010).

A equipa portuguesa do *DynCoopNet*² (a partir daqui *DynCoopNet-pt*), liderada por Amélia Polónia, propôs-se analisar um caso de estudo, centrando-se na documentação produzida pela companhia de Simón Ruiz, cuja extensão e tipologia permitia a aplicação de métodos de análise estatística e de metodologias de análise de redes. A companhia castelhana constituiu o epicentro de uma rede financeira e mercantil, estabelecendo ligações com as principais cidades europeias e com vários espaços ultramarinos. De entre as várias tipologias documentais que compõem o seu

¹ Project Leaders: Prof. Ana Crespo Solana, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, Espanha e Prof. J. B. Owens, Idaho State University, Pocatello, E.U.A.. Para uma descrição pormenorizada do projecto consultar dyncoopnet.wikispaces.com.

² Sobre a equipa portuguesa do *DynCoopNet*, descrição pormenorizada do projecto, relatórios de trabalho e *download* de artigos produzidos consultar www.dyncoopnet-pt.org.

arquivo, foram seleccionadas as letras de câmbio e a correspondência comercial trocada com os agentes sediados em Portugal, abarcando o período que vai desde a fundação da companhia, em 1553, à sua dissolução, em 1607.

Privilegiando a aplicação de análises multidisciplinares, o *DynCoopNet-pt* beneficiou, desde o início, com a colaboração de especialistas em diversas áreas, nomeadamente na área da Geografia e dos Sistemas de Informação Geográfica, e na área da Matemática e da teorização de modelos de rede. Consequentemente, os trabalhos desenvolvidos no âmbito deste projecto de investigação apresentam, quer nos seus quadros teóricos, quer nas metodologias e ferramentas de análise utilizadas, um carácter profundamente multidisciplinar, de que é exemplo a tese de doutoramento de Ana Sofia Ribeiro, que se focalizou no estudo dos mecanismos e critérios de cooperação a partir do estudo de caso da rede de Simón Ruiz (RIBEIRO 2011).

É neste contexto que se insere a presente dissertação de doutoramento que tem como objectivo analisar o enquadramento espacial no qual se desenvolveu a companhia de Simón Ruiz, concedendo ao lugar geográfico o estatuto de entidade, enquanto nó de uma rede mercantil e financeira. O nosso quadro teórico alicerça-se nos pressupostos da *Spatial History*, e a metodologia utilizada socorre-se dos Sistemas de Informação Geográfica, enquanto método de visualização e exploração de dados. A presente dissertação propõe uma análise do funcionamento das redes mercantis que operaram na Primeira Idade Global colocando o enfoque, não nos agentes individuais, mas nos lugares que estes ocuparam. Coloca-se a hipótese de que os lugares, mais do que constituir o palco de acção destas redes, tenham definido e ditado as dinâmicas destas redes, cuja estratégia assentaria na sua (multi)funcionalidade, na sua complementaridade e nas suas relações.

2. Quadro teórico

2.1 Estado da Arte

A aproximação da disciplina da História às Ciências Sociais, e às suas metodologias, iniciou-se com a análise histórica de Marc Bloch e Lucien Febvre, num claro afastamento do que até então era conhecimento e práticas dominantes. A historiografia dedicara o seu tempo ao estudo do acontecimento, privilegiando temas políticos e diplomáticos, e remetendo as estruturas económicas a um mero estudo da dinâmica da luta entre classes.

Os trabalhos divulgados pelos *Annales* passaram a privilegiar o papel da esfera social no devir histórico, e apresentavam novas metodologias, já conhecidas das Ciências Sociais, com o objectivo de compreender, na *longue durée*, a acção humana, numa perspectiva mais globalizante. Considerando ainda uma nova corrente da História, a das mentalidades, o grupo responsável pelos *Annales*, procurava compreender a acção do homem ao longo do tempo, integrando na sua análise o maior número possível de dimensões, nomeadamente, a económica, a social, a geográfica, e até mesmo a emocional e a psicológica, aspirando assim a uma *histoire totale*. Uma das decorrências é a amplificação de uma abordagem empírica, em percursos dedicados à recolha de um considerável volume de dados históricos. Seguindo estas linhas orientadoras, e vocacionado para a época moderna, um grupo liderado por Fernand Braudel inicia, em 1950, uma série intitulada "Affaires et gens d'affaires", dedicada às grandes famílias de mercadores, como os Fugger (SCHICK 1957) e os Ruiz (LAPEYRE 1955), bem como às casas comerciais francesas (GOUBERT 1959) e portuguesas (SILVA 1956, 1959). Estes estudos integravam a publicação da respectiva correspondência comercial, permitindo revelar as técnicas mercantis, os jogos económicos e financeiros, e até mesmo os comportamentos dos homens de negócio. Ainda assim, a historiografia manteve o homem cativo de um quadro económico, superior a ele, e visto como determinante de muitos dos seus destinos. A investigação histórica prosseguiu, em análises de carácter económico, privilegiando o quantitativo e o estatístico.

Nos anos 80 e 90 produz -se uma renovação historiográfica que gira em torno da complexidade do social:

“... y lleva de lo estratificado y unicausal a lo comunicante y multicausal. (...) Se abren diversas vias hacia el estudio de los hombres y mujeres como agentes de los procesos de cambio, con una fuerza que há llevado a caracterizar esta época como de "retorno del sujeto”.” (IMÍZCOZ 2004, 117)

Um episódio esclarecedor desta mudança é a resposta de Peter Burke numa conferência de história económica em meados da década de 70, na qual se considerava a Itália renascentista e a Holanda do século XVII como exemplos de transições falhadas para a industrialização. Peter Burke, perante esta afirmação argumenta que a performance económica destas nações tinha que ter em conta mais do que factores económicos:

“The economic efficiency of these two regions depends on the activities of a group of talented and ruthless entrepreneurs, classic examples of what Pareto called the "speculator" type, whose pursuit of profit at once encourages and is encouraged by economic development.” (BURKE 1988, 220)

No entanto, este historiador segue argumentando que se trata de regiões nas quais os mercadores tiram partido de uma maior liberdade, por habitarem cidades autónomas, relativamente libertas de uma autoridade régia. Chega mesmo a dar o exemplo de Castela como uma cultura anti-empresarial, onde os valores religiosos e políticos se sobrepunham aos económicos, abafando o empreendedorismo.

De qualquer forma, o reconhecimento da acção de grupos organizados de mercadores e do seu crucial papel na construção das economias começava a ser feito. Este fenómeno não escapou a Fernand Braudel, ao descrever as dinâmicas das comunidades mercantis:

“Uma rede comercial liga entre si um certo número de indivíduos, de agentes pertencentes ou não à mesma firma, situados em vários pontos de um circuito ou de um feixe de circuitos. O comércio vive desses pontos, desses concertos e ligações que se vão multiplicando por si com o crescente sucesso do interessado. (...) Como o ofício de mercador não pode passar sem uma rede de comparsas e sócios de confiança, a família constitui efectivamente a solução mais vezes adoptada e a mais natural (...) a solução familiar não é, evidentemente única.” (BRAUDEL 1979b, 125-127)

Os estudos sobre a acção conjunta dos mercadores, considerando as suas ambiguidades, entre comportamentos de solidariedade e comportamentos de concorrência, vão-se sucedendo, utilizando, de uma forma geral o conceito de *comunidades mercantis*. É o caso da contribuição de Frédéric Mauro, na obra *The rise of merchant empires*, de James D. Tracy que, ao analisar a comunidade arménia, descreve a rede de correpondentes criada nos portos marítimos do Levante, nas cidades europeias e na Ásia, e a qual era baseada em “... a great sense of solidarity based on kinship ties or marriage and on contractual relations, especially relations of trust...” (MAURO 1993, 273). Frédéric Mauro acrescenta ainda a importância da análise destas redes para a compreensão das comunidades mercantis:

“The life of merchant communities cannot be understood without considering the overlapping network of diverse relations within them, including family relations and the relations between factors, branches, subsidiaries, and brokers. The network reinforced solidarities between merchants and mitigated the competition and rivalry between clans and families.” (MAURO 1993, 283)

Em 1996, Russel-Wood dirige uma colecção denominada *An expanding world: The European impact on world History, 1450-1800*, com 31 volumes dedicados à análise da expansão da economia e do modelo europeu no período moderno. O oitavo volume, *Merchant networks in the early modern world*, sob a direcção de Sanjay Subrahmanyam, baseado em estudos de caso que comprovam a existência de formas organizacionais nas comunidades em estudo, avança com o conceito de *redes mercantis* (SUBRAHMANYAM 1996). Paralelamente, na sua análise sobre o comércio colonial hispano-americano, Zacarías Moutokias, aplica o conceito de *rede pessoal* e o de *rede egocentrada* (MOUTOUKIAS 1995, 1997). Em 1998, em conjunto com Jean Pierre Dedieu, os dois historiadores desenvolvem uma análise conceptual em torno de redes sociais, e apresentam propostas metodológicas para a aplicação da análise de redes na investigação histórica (DEDIEU e MOUTOUKIAS 1998; MOUTOUKIAS 1998). Seguindo esta mesma abordagem, José María Imizcoz desenvolve o seu trabalho sobre as redes sociais construídas pelas elites vascas e navarras (IMÍZCOZ 2001). Para este historiador as mudanças no paradigma da investigação histórica são claras:

“Desde diversos horizontes, como la microhistoria o el análisis de los actores y sus redes de relaciones, se cuestiona el valor de las categorías con las que se venía trabajando y se transfiere el protagonismo histórico de los “actores alegóricos” clásicos (las clases, los grupos sociales, el Estado) a los actores efectivos de los procesos históricos, los individuos, buscando sus configuraciones colectivas reales, sus motivaciones, experiencias y valores, así como sus interacciones en contextos cambiantes.” (IMÍZCOZ 2004, 117)

A primeira década do século XXI encontrou um maior número de historiadores, quer do social, quer do económico, a desenvolver a sua investigação sob a perspectiva de redes, e a integrar no seu trabalho novas metodologias, inspirados em abordagens interdisciplinares.

Francesca Trivellato, ao analisar o comportamento das comunidades de sefarditas, e com uma perspectiva privilegiada sobre redes de carácter multi-étnico e multi-religioso, defende que:

“Pour les historiens de la société et de l'économie, l'approche réticulaire peut réduire l'écart entre le concept de diaspora, qui privilégie les aspects culturels et normatifs, et les modèles économiques, qui présupposent l'existence d'individus isolés guidés par l'intérêt personnel” (TRIVELLATO 2003, 590)

São também de referir os trabalhos de Hilario Casado Alonso ao considerar a acção de redes de mercadores na sua análise sobre o comércio castelhano no período moderno (CASADO ALONSO 1997, 2008b); o de Maria Fusaro, especializada nas redes de ingleses e gregos em torno de Veneza e o seu papel numa economia global; ou o de Ricardo Court que desenvolveu uma grelha de análise dos comportamentos dos mercadores genoveses, através de conceitos como o de confiança e reputação (COURT 2004).

Os estudos sucedem-se, e as novas metodologias ocupam definitivamente o seu lugar no panorama historiográfico, comprovando potencialidades e demonstrando limitações. Muitas delas, apesar de profundamente vinculadas à História, revelam algumas articulações com abordagens sociológicas ou antropológicas.

Retomando as primeiras referências, sobre o trabalho de Fernand Braudel e o espaço de debate e inovação dos *Annales*, não podemos deixar de referir uma edição desta revista especialmente dedicada à análise de redes e à sua aplicação na

historiografia, editada por Diogo Ramada Curto e Anthony Molho, em 2003 (CURTO e MOLHO 2003). Estas novas propostas metodológicas têm constituído um convite à reflexão sobre os vários tipos de rede – mercantis, financeiras, familiares -, muitas delas de carácter intercultural, acabando por levar à reformulação de alguns pressupostos históricos. Na verdade, o tema das redes em História tem sido o pretexto para o repensar da história económica, social, e até mesmo cultural, e produzido trabalhos de colaboração entre historiadores de diferentes espaços e tempos. É, por exemplo, o caso da obra colectiva “Las redes del imperio: élites sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica, 1492-1714”, coordenada por Bartolomé Yun Casalilla, em 2009 (YUN CASALILLA 2009). À medida que se aplicam os novos conceitos, surgem, naturalmente, as dificuldades inerentes a este processo, suscitando, paralelamente aos estudos de caso, o aparecimento de publicações de carácter mais teórico e, até mesmo, pedagógico. É o caso do número monográfico de 2011 da revista *Redes*, dedicado à “Análisis de redes e historia: herramientas, aproximaciones, problemas”(LEMERCIER 2011).

Todavia, a crescente interdisciplinaridade em História não se tem resumido apenas aos diálogos com a Sociologia e a Antropologia. A Geografia tem desempenhado um papel fundamental ao integrar a investigação histórica. De uma forma geral, as humanidades e as ciências sociais têm lançado novas linhas de investigação baseadas numa nova forma de entender o espaço:

"From various perspectives, they assert that space is a social construction relevant to the understanding of the different histories of human subjects and to the production of cultural phenomena." (WARF e ARIAS 2009, 1)

Este processo, que tem vindo a ser designado por *spatial turn*, não constitui uma revolução, uma nova descoberta, mas sim um retorno, um voltar a entender o espaço e a sua permanente relação, quer com o tempo, quer com o homem, como componente fundamental na análise histórica.

Em rigor, desenvolvida entre 1955 e 1959, a monumental obra de Pierre Chaunu sobre Sevilha postula já um entendimento do espaço enquanto elemento exploratório do devir histórico: "Si les structures, c'est d'abord, l'espace, la conjuncture, c'est, d'abord, le temps." (CHAUNU 1955-1959, vol. 8, p.14) No decorrer da década de

60, as obras de Henri Lefebvre e Michel Foucault sugeriam que a organização do espaço era central para a estruturação e funcionamento do capitalismo. Lefebvre defendia que o espaço devia ser entendido não apenas como uma entidade concreta e material, mas também como uma entidade ideológica, dinâmica e subjectiva (WARF e ARIAS 2009, 3). No que respeita à historiografia portuguesa, nesta mesma altura, Vitorino Magalhães Godinho apresentava o conceito de “complexos histórico-geográficos”, defendendo que:

“A economia tem de ser considerada na sua configuração espacial - inscrita no espaço geográfico cuja *geometria* é dada pelas condições técnicas (distâncias medidas em velocidades e em riscos e custos de comunicação).”(GODINHO 1963, vol. 2, p. 130)

Com efeito, muita da historiografia dos últimos cinquenta anos – desde o *Mediterrâneo* de Fernand Braudel, tem sido “espacial”, no sentido em que na sua análise são as alterações espaciais, e as relações que os homens com elas estabelecem, as que melhor explicam os padrões de mudança ao longo do tempo (WHITE 2010).

Estas análises apontam para uma alteração na historiografia clássica, para os primórdios da *geohistoire*, termo tão caro aos actuais historiadores da História Mundial, mas que Braudel reconhecia já tão necessária à compreensão do “conjunto dos conjuntos”. No entanto, a análise do espaço, como o entende a *geohistoire* de Braudel, é muito mais metafórica e simbólica do que a mera utilização de mapas e de análises cartográficas. O método consistia em mapear os fenómenos históricos utilizando como *layers* os contextos políticos, económicos e sociais. A componente mais geográfica da escola dos *Annales* foi a transformação do lugar e da região em objectos históricos (KNOWLES 2008, 4).

A introdução da análise social na História reformulou a compreensão do espaço como um objecto dado para um objecto produzido, chamando a atenção para o seu papel na construção e transformação da sociedade. O *spatial turn* nas humanidades, cuja investigação do espaço tomou a forma do *lugar* e do contexto, tem levado a uma nova reflexão sobre conceitos como *região*, *território colonial*, *fronteira*, *mobilidade*, ou *diáspora* (BODENHAMER 2010). Progressivamente, foram-se abrindo novas perspectivas aos historiadores graças à divulgação e proliferação de bases de dados. Estas bases foram sendo construídas como forma de integração de um grande número

de fontes históricas, assim como de variadas tipologias documentais, permitindo ao mesmo tempo análises computacionais. Com efeito, a tendência nas humanidades e nas ciências sociais para o uso de ferramentas digitais e de visualização prende-se com o facto de praticamente toda a informação histórica ter um componente espacial (TORGET e WILSON 2009). Muitas destas ferramentas têm sido desenvolvidas no sentido da digitalização e georeferenciação de mapas históricos, reconstrução de fronteiras antigas, e georeferenciação de dados históricos a nível micro, como ocorre com os censos, nomeadamente os fiscais, os atombamentos de propriedades ou os registos paroquiais (KNOWLES 2002; GREGORY e ELL 2007; KNOWLES 2008).

Surgem, no entanto, grandes desafios a esta revolução: a necessidade de conhecer e controlar ferramentas de análise cartográfica e de visualização, e a necessária colaboração multi-disciplinar, nem sempre fácil. O que mediou entre o desenhar de um espaço, enquanto palco de acção do objecto de estudo, e o domínio de técnicas computadorizadas como metodologia de análise do passado? Diríamos que um processo difícil e longo de reconhecimento da necessidade de colaborações interdisciplinares; o desenvolvimento da ideia, por parte dos geógrafos, de que o tempo é também um importante factor de análise; por parte dos historiadores, a assunção de que um mapa não constitui apenas um produto final, um apoio visual, mas sim um excelente e sugestivo ponto de partida, uma poderosa ferramenta analítica.

Os avanços nesta área acontecem e são visíveis nos muitos projectos de investigação em História, ou com alguma componente histórica, que utilizam os SIG, muitas vezes como forma de criar bases de dados georeferenciados, nas quais é o espaço que concede uniformidade e coerência à apresentação da informação. No decorrer deste processo, surgiram atlas históricos, que sobrepõem dados históricos a uma representação geográfica, divididos por *layers* correspondentes a cronologias e temas. Estes atlas utilizam a cartografia temática para descrever eventos, fluxos e padrões. É o caso do *Vision of Britain. Great Britain Historical GIS* (1989)³; do *Belgian Historical GIS* (1990)⁴; do *Atlas Histórico do Canadá* (1993)⁵; do *Atlas. Cartografia Histórica*

³ In www.visionofbritain.org.uk.

⁴ In www.hisgis.be.

⁵ In www.historicalatlas.ca.

(Portugal, 1997)⁶; do *China Historical GIS* (2001)⁷; do *National HGIS* (E.U.A., 2005)⁸; do *HGIS Germany* (2006)⁹; e do *AfricaMap* (2008)¹⁰.

Em 1994, a *Association for History and Computing* organizou um workshop para estabelecer “a methodological discussion about problems specific to historical mapping and the creation of an infrastructure for information about existing coordinate-data” (GOERKE 1994). Em 2000, uma edição especial da *Social Science History* foi dedicada aos *Historical GIS*. Este foi o começo de um reconhecimento global do *Historical GIS* como um das tendências emergentes na geografia histórica (GREGORY e ELL 2007). Os trabalhos mais relevantes surgiram logo depois, sob a forma de manuais práticos que tentavam orientar os historiadores no novo mundo dos SIG. A obra por excelência é a de Anne Kelly Knowles, em particular *Past time, Past place: GIS for History* (KNOWLES 2002) e *Placing History: how maps, spatial data, and GIS are changing historical scholarship* (KNOWLES 2008). É também de referir o trabalho de Ian Gregory em *A place in history: a guide to using GIS in historical research* (GREGORY 2003) e *Historical GIS: Technologies, methodologies and scholarship* (GREGORY e ELL 2007). Ao mesmo tempo, surgiram recursos on-line de apoio ao *Historical GIS*, quer sob a forma de colectâneas de mapas históricos digitalizados e georeferenciados, como a *David Rumsey Map Collection Database*¹¹ ou o *DigMap: Discovering our Past World with Digitised Maps*¹²; quer sob a forma de plataformas de discussão e partilha de dados¹³; quer mesmo pela disponibilização de *software* criado especialmente para aplicações em História, como o *TimeMap*¹⁴. Ao mesmo tempo, alguns encontros científicos têm valorizado apresentações interdisciplinares e as novas metodologias aplicadas nas ciências sociais. Em 2009, o *workshop Visualizing the Past: Tools and Techniques for Understanding Historical Processes*¹⁵ concluiu que ainda

⁶ In www.fcsh.unl.pt/atlas.

⁷ In www.fas.harvard.edu/~chgis.

⁸ In www.nhgis.org.

⁹ In www.hgis-germany.de.

¹⁰ In africamap.harvard.edu.

¹¹ In www.davidrumsey.com.

¹² In gaz.digmap.eu/homepage.action.

¹³ São de referir “The Historical Geographical Information Systems (HGIS) Research Network”, in www.hgis.org.uk; “The Historical GIS Clearinghouse and Forum”, in www.aag.org/cs/projects_and_programs/historical_gis_clearinghouse; e a “Electronic Cultural Atlas Initiative” (ECAI), in <http://www.ecai.org>.

¹⁴ In www.timemap.net.

¹⁵ University of Richmond, Virginia, 20-21 February.

existiam muitos desafios nesta revolução tecnológica, como a necessidade de conhecer e controlar as novas ferramentas de visualização, e a de reconhecer as suas limitações (OWENS et al. 2009).

Actualmente, os Sistemas de Informação Geográfica estão fortemente enraizados na disciplina da História, integrando já, em muitas Universidades, os conteúdos programáticos de cursos de pré e pós-graduação. Neste campo, sobressai o trabalho desenvolvido pelo historiador Jack Owens, da Idaho State University (EUA) que tem promovido a aplicação das metodologias SIG nos trabalhos desenvolvidos por jovens investigadores, auxiliando-os com a publicação de manuais de utilizador, e até mesmo desenvolvido trabalho de teor mais técnico no sentido de potenciar os *softwares* SIG a lidar com os dados históricos e com o factor da temporalidade (OWENS 2007; WACHOWICZ e OWENS 2013). A nível teórico desenvolveu um modelo metodológico que intitulou de “Geographically-Oriented History”:

“As a research and teaching discipline, we founded geographically-integrated history on the idea that the understanding of historical processes requires an integration of place, space, and time and accomplishing this integration poses a challenge, which can be met with modern information management, especially geographic information systems (GIS), and visualization techniques. The underlying transformative geographically-integrated history research paradigm posts that:

- 1) The history of any place is shaped by the way the place is connected to other places and the changes in these connections over time;
- 2) Historical periods are complex, dynamic, nonlinear systems, which are spatially large, and in more recent centuries, global in extension, and which sometimes become unstable, leading to a phase transition, bifurcation, and the organization of new systems;
- 3) And within such systems, people and places are connected by self-organizing networks, which are the sources of innovation and the emergence of new forms.”(OWENS 2012, 29-30)

Este é um entendimento projectado para o projecto DynCoopNet, de que Jack Owens se apresenta como co-coordenador.

Ainda relativamente à adaptação dos SIG à dimensão temporal tem sido particularmente relevante o trabalho desenvolvido por Monica Wachowicz. A sua investigação tem passado pelo desenho e exploração de modelos de dados espaço-

temporais, procurando potencializar os SIG para a manipulação de dados históricos (WACHOWICZ 1999, 2000; WACHOWICZ et al. 2008).

No panorama nacional, é de referir o trabalho de equipa liderado por Luís Espinha da Silveira e Daniel Alves, da Universidade Nova de Lisboa, que tem apostado na recolha e agregação de dados históricos geo-referenciados para a construção de modelos exploratórios dos fenómenos históricos (SILVEIRA 2011a; SILVEIRA, MELO, e LOPES 1994). Um dos seus projectos tem precisamente como objectivo a construção de um atlas da Península Ibérica, entre 1850 e 2010¹⁶. Em Novembro de 2011, este grupo de trabalho da U. Nova de Lisboa, organizou o workshop *Digital Methods and Tools for Historical Research*, que contou com a participação de especialistas na aplicação dos SIG na área das Humanidades, como Paul Ell (GREGORY e ELL 2007). O workshop revelou-se um espaço de reflexão sobre a forma como os SIG têm sido aplicados na investigação histórica, considerando as suas vantagens, mas também as suas limitações (SILVEIRA 2011b).

Incidindo no período contemporâneo, são também de referir os estudos de caso apresentados em 2012 pela revista *Social Science History*, num número inteiramente dedicado ao *Historical GIS* (volume 36, nº2, 2012). Com efeito, a necessidade de dados seriais, pressuposta pelas ferramentas SIG, explica que possa encontrar na História Contemporânea um maior número de seguidores, apresentando aos historiadores de épocas mais recuadas um maior número de dificuldades e limitações. Não obstante, as perspectivas de análise propostas pelo *Spatial Turn* têm-se revelado um campo de exploração particularmente fecundo no que respeita à *Global History*, levando Matthias Middell e Katja Naumann a considerar “The spatial turn as the foundation of global history” (MIDDEL e NAUMANN 2010).

Com efeito, em termos da sua aplicação no campo da História Moderna, a *Spatial History*, parece estar a ter maior aplicação pelos historiadores que se têm debruçado sobre os fenómenos de globalização, a partir do século XVI. Na verdade, muitos destes trabalhos recaem sobre o estudo de redes mercantis que operavam a nível internacional e até mesmo transcontinental. É o caso dos trabalhos desenvolvidos por Ana Crespo Solana sobre as redes mercantis a operar no Atlântico (CRESPO SOLANA 2010, 2009) e de Rila Mukherjee sobre o comércio na Baía de Bengala (MUKHERJEE 2006b, 2006a). Ambas as historiadoras, conjuntamente com David Alonso Garcia, Jack

¹⁶ In www.fcsh.unl.pt/atlas.

Owens, Amélia Polónia, ou Miguel Ángel Bernabé, têm publicado obras de colaboração sobre as redes mercantis na Primeira Idade Global (MUKHERJEE 2011; CRESPO SOLANA e ALONSO GARCIA 2012; WACHOWICZ et al. 2008). Para além de se debruçarem sobre formas de organização, logística, comportamentos de cooperação ou rivalidade, estes trabalhos têm feito um esforço de integração dos pressupostos da *Spatial History*, utilizando, em alguns casos, os Sistemas de Informação Geográfica, reconhecendo a sua aplicabilidade e pertinência neste tipo de análises:

“Atlantic and global history studies have recently benefited from the spatial turn, a theory which re-assesses spatio-temporal analyses. In fact, time and space do truly represent a continuous return of Atlantic historiography, which includes global, cisatlantic and comparative geographic analyses and encompasses the study of agents and networks, factors and regions, from a spatial perspective.”(CRESPO SOLANA e ALONSO GARCIA 2012, 23)

Profundamente inspirada na *Spatial History*, na aplicação da análise de redes, e numa forma multidisciplinar de fazer História, a presente dissertação de doutoramento identifica-se plenamente com a investigação desenvolvida nos últimos anos por este grupo de historiadores. Enquadrado nas últimas tendências de investigação histórica neste domínio, este trabalho propõe aplicar esses novos conceitos e novas metodologias, testando-as num estudo de caso – o da companhia de Simón Ruiz, a operar a partir de Medina del Campo, na segunda metade do século XVI.

2.2 Spatial History

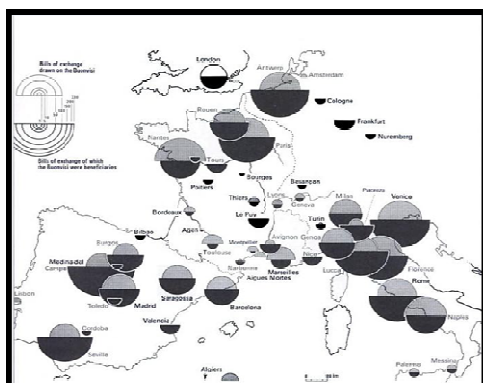


Figura 1 – Os Buonvisi conquistaram toda a Europa (BRAUDEL 1979b).

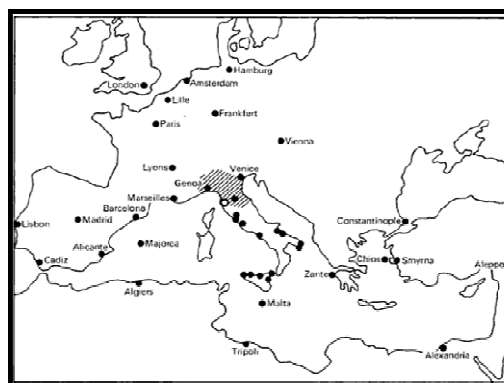


Figura 2 – As relações comerciais da firma Saminati no século XVII (BRAUDEL 1979b).

No segundo volume da sua obra “Civilização material, Economia e Capitalismo”, Fernand Braudel escreve um capítulo designado “Os Mercados têm a sua Geografia”. O historiador, colocando assumidamente de lado as regras económicas do jogo das trocas, destaca a importância da análise espacial:

“Qualquer troca ocupa um espaço e nenhum espaço é neutro, isto é, não modificado ou não organizado pelo homem. Historicamente falando, é portanto útil desenhar o espaço instável dominado por uma firma, uma praça comercial, uma nação - ou ocupado por determinado tráfico – o trigo, o sal, o açúcar, a pimenta, até os metais preciosos. É uma maneira de pôr em destaque o impacto da economia de mercado através de um dado espaço, as suas lacunas, as suas imperfeições frequentes, os seus dinamismos permanentes.” (BRAUDEL 1979b, 156)

Somos seres espaciais; no nosso dia-a-dia utilizamos conceitos espaciais de distância e direcção para nos movermos. Mas para as ciências sociais e humanas, a importância do espaço está nos diferentes significados que ele apresenta, é um meio de compreensão da forma como organizamos o mundo.

“Vemos o espaço como uma plataforma para a multiplicidade, como um domínio onde todas as perspectivas são específicas e dependem de experiências únicas de um indivíduo, de uma comunidade ou de um período de tempo” (BODENHAMER 2010, 14).

É esta visão mais complexa e cultural do espaço que caracteriza a Geografia Humana e que a aproxima das ciências históricas. As ciências humanas estão

conscientes da construção social e política do espaço, os espaços não são simplesmente o cenário onde decorre a acção histórica, mas sim um resultado e um determinante da mudança. Não são estruturas passivas, mas o meio para o desenvolvimento. Todos os espaços estão imbuídos de histórias, sejam individuais ou colectivas, e cada uma delas liga a geografia (espaço) e a história (tempo). Eles reflectem os valores e os códigos culturais presentes nas mudanças políticas e sociais que estruturam a sociedade. Desta forma, o significado do espaço, enquanto local e paisagem, está em permanente construção (BODENHAMER 2010, 16).

"Geography, like history and unlike the sciences, is not the study of any particular kind of thing, but a particular way of studying almost anything. Geography is a point of view, a way of looking at things. If one focuses on how all kinds of things exist together spatially, in areas, with a special emphasis on context and coherence, one is working as geographer. And if we substitute "temporally" for "spatially", and exchange "historian" for "geographer" we are describing history". (AYERS 2010, 3)

Estes são alguns dos fundamentos teóricos da *spatial history*¹⁷, que mais do que uma corrente historiográfica, é uma metodologia de análise. É uma forma de analisar os acontecimentos históricos, de interpretar os seus dinamismos, a partir dos seus enquadramentos e projecções espaciais. Não se trata aqui de uma revolução, de um método inovador, mas sim de um progressivo retorno ao estudo do local, do meio, enquanto contexto da acção humana:

“Neste jogo, a Geografia deixa de ser um valor em si mesma para se tornar um meio, ajudando a reencontrar as mais lentas das realidades estruturais, e a organizar uma perspectivação segundo uma linha do mais longo prazo.” (BRAUDEL 1983, 33)

“Há que definir-lhe [à estrutura] a sua pluridimensionalidade nas multiplicidades dos espaços geográficos, dos tempos histórico-sociais e das relações humanas: as estruturas justapõem-se, são intersecantes, integram-se, subordinam-se ou coordenam-se, umas vezes de forma compatível, outras em incompatibilidade ou, pelo menos, em desarmonia ou discronia. A realidade é sempre, assim, um complexo mais ou menos coerente - ou, antes, incoerente - de

¹⁷ Termo criado por Paul Carter em *The Road to Botany Bay: An Essay in Spatial History*, 1987 (KNOWLES 2008, 4)

estruturas configurando-se num espaço geográfico, processando-se nos tempos histórico-sociais” (GODINHO 1963, 645).

Paralelamente a esta redescoberta, a investigação histórica tem integrado no seu trabalho a utilização dos métodos computacionais, através da estruturação da informação em bases de dados. Estas tornaram-se instrumentos essenciais na agregação, exploração, análise e visualização de informação histórica. Tornam-se repositórios da memória histórica, que facilmente podem ser partilhados com outros investigadores e até mesmo com investigadores de outras áreas, potenciando grandemente a interdisciplinaridade.

No entanto, não se espera que as ferramentas de visualização e a *spatial history* se limitem à produção de ilustrações ou de mapas para representar o que descobrimos por outros métodos. Elas devem constituir-se em instrumentos de análise produtores de novos conhecimentos, que de outras formas não perceberíamos de forma tão directa e completa. São instrumentos de investigação, criadores de quadros exploratórios que não seriam desenvolvidos através dos métodos tradicionais. Em todo o seu potencial deverão revelar novas relações e dinâmicas históricas, reformulando a nossa visão sobre o passado (WHITE 2010).

No que respeita à *spatial history*, os Sistemas de Informação Geográfica têm pontuado com contributos recentes.

“If we define Geography as the study of spatial differentiation, and History as the study of temporal differentiation, Historical GIS can be defined as the study of spatial patterns of change over time.” (KNOWLES 2002)

Desde o início que a equipa do DynCoopNet se propôs utilizar a tecnologia dos Sistemas de Informação Geográfica “to structure, manage, analyze, and model geospatial, temporal, and historical components of cooperative trading information, in the assumption that that technical knowledge would enable georeferencing information based on associated locations, as well as the visualization of networks’ diachronic evolutions and cooperative behaviours”(POLÓNIA, BARROS, e NOGUEIRA 2010).

Na verdade, a inovação reside, não na mera utilização desta metodologia, mas no objectivo que está por trás da sua aplicação.

O *Historical GIS*, enquanto utilização da tecnologia SIG na investigação histórica, desenvolveu-se na última década. Ao longo deste tempo fizeram-se avanços significativos: desenvolvimento de bases de dados, de metodologias adaptadas aos desafios que os dados e a pesquisa em História apresentam, um aumento de bibliografia específica sobre o tema, e principalmente, o desenvolvimento de pesquisa que utiliza o SIG como uma nova forma de conhecimento em História, e não apenas como uma ferramenta de apoio.

Para os historiadores, as bases de dados, os computadores, os gráficos, as estatísticas não são completos estranhos. Ora, no fundo, os SIG funcionam como uma base de dados, cuja vantagem reside no facto de cada dado estar geo-referenciado, isto é, cada dado é passível de ser projectado num mapa através de um sistema de coordenadas, potencializando o processo exploratório de uma análise espaço-temporal.

“To structure, integrate, manipulate, analyze and display data, in ways that are either completely new or are made significantly easier. Using these tools and techniques allows historians to re-examine radically the way that space is used in the discipline” (GREGORY e ELL 2007, 1).

Os SIG podem integrar diferentes fontes, permitem visualizar padrões geográficos através de mapas e outras técnicas, e permitem fazer análises cujos resultados variam de acordo com a localização dos dados em estudo. Isto potencia a nossa compreensão sobre o espaço, o lugar, a localização, e a geografia na investigação histórica.

Tal como todas as ferramentas, os SIG têm as suas limitações, especialmente no que toca à sua aplicação à História. Não nos podemos esquecer que os SIG constituem uma ferramenta de teor quantitativo que privilegia informação estatística. Com efeito, os muitos projectos que têm surgido no âmbito do *Historical GIS* têm como resultado a criação de enquadramentos espaço-temporais para servirem de suporte à investigação, mais do que responder a questões históricas. Neste sentido, os SIG têm sido mais um instrumento de *digital history*, fornecendo novos métodos de representar informação, do que de *spatial history*, na qual as questões são baseadas no espaço e na informação geográfica (BODENHAMER 2010, 20-22).

Para além disto, o potencial dos SIG apenas se cumpre com dados claros, regulares e estratificados, o que nem sempre acontece na investigação histórica, mais

habituada a lidar com a ambiguidade, a parcialidade, e a insuficiência da informação histórica. Além do mais, os SIG ainda apresentam dificuldades em lidar com a variável “tempo” e com a visualização cronológica dos dados, embora tenham sido feitas algumas tentativas para potencializar este tipo de visualização.¹⁸ Na verdade, os dados temporais são ainda tratados como atributos e não como elementos integrantes de um processo dinâmico. A aplicação destas ferramentas exige ao historiador algum trabalho extra: é necessário adaptar os dados históricos para que estes possam ser trabalhados pelos SIG disponíveis no mercado. Este é um processo difícil, no qual é necessário tornar os dados acessíveis ao computador, mas ao mesmo tempo não comprometer a complexidade das fontes históricas.

2.3 Conceitos

Considerando o nosso objecto de análise – a rede de negócios centralizada a partir de uma companhia mercantil e financeira, é pertinente que apresentemos aqui o que entendemos por *rede*.

Em 1890, o sociólogo alemão Georg Simmel elaborou uma distinção clara entre *grupos*, definidos através de critérios de inclusão, e *redes de filiação*, sustentadas por determinadas formas de ligação. Ao realçar o papel crucial da posição dos agentes nas *redes de filiação*, Simmel lançou as bases da análise de redes sociais (GRABHER 2006, 163-164).

O conceito de redes, assim como as suas várias componentes de análise, têm vindo desde então a complexificar-se. Gernot Grabher, que se tem dedicado à área de *Socio-Economics of Space* desenvolveu a análise de redes numa íntima ligação com o espaço. Desenvolveu o conceito de *redes informais*, que são baseadas nos laços interpessoais, e onde os fluxos de informação e os canais de comunicação são abertos e permeáveis.

Para Gernot Grabher as redes também podem ser sistematizadas em duas dimensões: duração e gestão. Diferentes dimensões temporais têm consequências

¹⁸ A nova versão do ArcGIS (v.10) permite uma visualização cronológica dos dados através da funcionalidade do *Time Slider*.

importantes na forma de regulação das relações dentro das redes. Por exemplo, as redes de longa duração são moldadas por laços de reciprocidade e de experiências em comum. A gestão das redes abrange um largo espectro, desde a autoritária à partilhada ou, dito de outra forma, da *hierárquica* à *heterárquica*.

Nas redes hierárquicas, o controlo é exercido por um centro ou um coordenador, mais ou menos bem definido, que regula as regras e as práticas dentro da rede, tais como a selecção de novos elementos, a localização dos recursos, a avaliação dos resultados, e a manutenção das fronteiras da rede. Se aplicarmos este conceito, falamos de uma cooperação coerciva, onde a punição é necessária como reguladora dos comportamentos. Neste caso, estaríamos a lidar com uma rede baseada num poder central que força os agentes a cooperar.

Nas redes *heterárquicas*, esta regulação está distribuída e é associativa. Estas redes mostram padrões de auto-organização, laços laterais bem fortes, e uma distribuição da autoridade (GRABHER 2006, 167-168). Para Karl Sigmund (SIGMUND 2008), estas redes de longa-duração também se baseiam numa interacção repetida e em mecanismos de aprendizagem que fazem com que as estratégias que apresentam bons resultados sejam imitadas no universo da rede. Claudia Kasper (KASPER 2008) ao enumerar algumas propriedades de redes sociais refere a distribuição de padrões de interacção. Se cruzarmos esta ideia com as teorias de redes de Karl Sigmund, podemos concluir que alguns comportamentos necessários ao funcionamento da rede são imitados e reproduzidos por vários agentes.

Perante este conceito de rede e a sua aplicação no âmbito historiográfico, consideramos ser fundamental analisar a forma como os historiadores têm integrado conceptualmente esta problemática nas suas análises. Na perspectiva de Gunnar Dahl:

“Network is a complex pattern of relations linking a defined set of persons, objects, and events. It is an informal relationship based on collaboration and reciprocity that lasts for a given time with the purpose of handling a continuous flow of activities.” (DAHL 1998, 77)

Um elemento básico na teoria de redes é o de que, pelos efeitos da sinergia, o resultado total dos esforços conjuntos dos indivíduos é superior à soma dos contributos individuais. O estabelecimento e funcionamento de redes presume a activação de

mecanismos de cooperação. Gunnar Dahl enumera alguns princípios caracterizadores de uma rede:

- Existência de uma cooperação dinâmica e informal com um mínimo de burocracia;
- Numa rede os indivíduos trabalham continuamente segundo objectivos comuns;
- O funcionamento da rede é posto em causa se os indivíduos cessarem de cooperar;
- Os indivíduos integram a rede porque retiram benefícios dessa integração;
- A confiança e as relações pessoais são elementos fundamentais ao funcionamento da rede;
- As redes estão no oposto das organizações de carácter institucional, dependentes de uma hierarquia e de uma liderança directa (DAHL 1998, 77).

Este quadro parece-nos fundamental para compreendermos as formas de auto-organização dos mercadores no período moderno, sob a forma de redes. Neste sentido, a rede era uma estrutura através da qual mercadorias, crédito, capital, informação e homens circularam regularmente através de um determinado espaço. Espaço este que variou muito, quer em termos de tamanho, quer em termos de acessibilidade (MARKOVITS 2000).

Em termos conceptuais, e da sua relevância para o trabalho historiográfico, a análise de redes sociais realça a importância das relações entre os agentes que as compõem. Ou seja, o objecto de análise não é o indivíduo em si, mas as entidades compostas por um mercador/empreendedor individual, ou grupos deles, assim como por instituições e organizações económicas. Este método contrapõe-se aos tradicionais estudos biográficos ou prosopográficos assentes numa perspectiva atomizada (BEERBÜHL e VÖGELE 2004, 14). Enquanto metodologia, este tipo de análises liberta-se também de uma categorização apriorística, pois, como considera José Maria Imízcoz:

"En lugar de partir de categorías sociales preestablecidas, dicho análisis parte de la observación de las relaciones efectivas entre los individuos para reconstruir sus redes y configuraciones reales."(IMÍZCOZ 2004, 115)

Para a compreensão do nosso método de análise, não é apenas pertinente definir o que entendemos por *rede*, apontando as suas principais características, mas também

explicitar o que entendemos por *espaço*, visto ser este o enfoque da nossa perspectiva de análise. Assim sendo, de que *espaços* falaremos? Que tipos de *espaço* estarão em análise?

“L'espace, relatif, instrument de connaissance, classement des phénomènes, ne s'en détache pas moins (avec le temps), de l'empirique; il se rattache selon Kant à l'a priori de la conscience (du "sujet"), à sa structure interne et idéale, donc transcendantale, donc insaisissable en soi.” (LEFEBVRE 1981, 8)

Henri Lefebvre alertou o historiador para uma multiplicidade indefinida de espaços: geográficos, económicos, demográficos, sociológicos, ecológicos, políticos, comerciais, nacionais, mundiais, etc., sem esquecer os espaços da natureza (os físicos) e o dos fluxos (o das energias). Este filósofo apresentou a ideia de que o espaço não é simplesmente geografia física ou um contentor vazio preenchido pela acção histórica. É, antes, algo que os homens têm produzido ao longo do tempo. As relações espaciais transformam-se, e, neste sentido, o espaço é também histórico (WHITE 2010).

Também para Marc Augé a concepção de espaço está intimamente ligada ao homem, à sua acção e à relação que ambos estabelecem. O antropólogo identifica três diferentes níveis de espaço (AUGÉ 2005, 47-48):

1. *Identitário* - identificação individual do agente com o espaço;
2. *Relacional* - cada elemento do lugar relaciona-se com outros elementos;
3. *Histórico* - lugar construído por antepassados (intimamente ligado aos “lugares de memória” de Pierre Nora).

A própria Geografia assume esta posição, propondo uma distinção muito clara entre o *espaço* (“space”) e o *lugar* (“place”):

“A place only exists when a space acquires its meaning with the presence of people and their human emotions towards this particular space at some particular period in time.”(MILLER 2005)

Neste sentido, o *espaço*, na sua interacção com o homem, assume a forma de *lugar*, construído pelas relações que as sociedades que o ocupam com ele estabelecem, a

diferentes escalas, organizado por sistemas materiais e de representação, enquanto forma de apropriação.¹⁹

"Les espaces plus ou moins totalement compromis à l'arrière plan de notre histoire constitueront, donc, des "cadres" succesifs, des "cadres" acteurs, parce qu'ils font corps avec les hommes qui les ont suscités, dans la pensée et dans l'action desquels ils ont existé. S'il y a une conjonctures résultante - et il y a une - il y a, d'abord, une infinité de conjonctures locales, grossièrement synchrones, avec les modalités qu'imposent à l'économie les conditions particulières de chaque unité d'espace." (CHAUNU 1955-1959, 15)

Filosofia, Antropologia, e até mesmo a Geografia, reconhecem portanto as vertentes humanas, históricas, relacionais, e até mesmo emocionais, que um espaço pode assumir, quando reveste a forma de lugar. E são precisamente os lugares que na presente tese de doutoramento serão alvo de análise. Que *espaços* a rede criada por Simón Ruiz ocupou, utilizou, modificou (?), tornando-os nos seu *lugares*?

Por uma questão metodológica, os lugares que recolhemos da documentação lida, foram sendo agregados em diferentes categorias, como “praça comercial”; “praça financeira”, “centro produtor”, de acordo com os seus atributos nos documentos sistematizados em bases de dados, exigências da própria ferramenta, de essência quantitativa e pouco adepta de abordagens mais complexas. No entanto, com o decorrer da análise, percebemos que esses rótulos limitavam a compreensão dos lugares, que revelaram desde logo uma forte multifuncionalidade e uma grande capacidade de adaptação. Só a reconstituição dos lugares como entidades complexas, através das suas biografias se revelava capaz de dar conta dessa multifuncionalidade. A classificação linear dos lugares sofre, no fundo, das mesmas dificuldades que os historiadores sentem quando, por questões metodológicas, tentam agrupar homens, baseados em critérios como o estatuto social, económico, ou cultural. Ficam sempre com a sensação que as dinâmicas humanas extravasam grandemente os rótulos que lhes colocam, e que a riqueza do conhecimento histórico reside exactamente na sua complexidade e heterogeneidade. Já o dizia Fernand Braudel, referindo-se à cidade:

¹⁹ Definição de “território” apresentada pela Prof.^a Nicole Devy-Vareta no seminário de 7 de Novembro de 2008 do Curso de Doutoramento em História da Faculdade de Letras, U. Porto.

“Petite ou grande, la ville est bien plus que la somme de ses maisons, de ses monuments et de ses rues, bien plus aussi qu'un centre économique, commercial ou industriel. Projection spatiale des rapports sociaux, elle apparaît à la fois traversée et structurée par le faisceau des lignes frontières qui séparent le profane du sacré, le travail du loisir, le public du privé, les hommes des femmes, la famille de tout ce qui lui est étranger. Et elle fournit une admirable grille de lecture.” (BRAUDEL 1985, 195)

É portanto de lugares que falaremos, porque os nossos espaços não estão desprovidos da acção humana, em concreto daquela desenvolvida pelos homens que integram a nossa rede de negócios – a rede de Simón Ruiz. Porque se trata de uma dissertação em História, a sua análise encontra-se assente no triângulo homem, espaço, tempo.

2.4 Problemática

"Espace et Temps, les deux grands dimensions de l'Univers que la physique actuelle s'efforce de confondre, peuvent, dans un exposé d'histoire, être, successivement, variable et paramètre. A la limite, si on en accepte l'image, on admettra que dans l'exposé en structures, le temps, volontairement, est négligé, ignoré, bloqué, en quelque sorte, au profit de l'espace, dont seule l'exploration importe; dans l'exposé en conjoncture, tout est sacrifié à la nuance dans le temps."(CHAUNU 1955-1959, 15)

No seu enquadramento teórico, o projecto *Dyncoopnet-pt* reconhece a necessidade de uma representação espacial da rede em estudo, para que se compreenda mais profundamente a complexidade das dinâmicas mercantis e sociais. Com efeito, a primeira parte do seu acrónimo – *Dynamic*, exige uma abordagem dicotómica espaço/tempo. Como defende May Yuan:

“Some disciplines, such as geography and landscape ecology, emphasize the spatial dimension of world knowledge, and other disciplines, such as history and climatology, take timecentric approaches to organize evidences of reality. However, it is the space-time

integration that provides the explanatory power to understand and predict reality. Dynamics is by definition an integration of space and time.”(YUAN 2008)

Na verdade, sendo a História uma disciplina que tradicionalmente tende a privilegiar o factor tempo na sua análise, é nossa intenção destacar o papel do espaço na exploração dos fenómenos históricos. Um dos pressupostos teóricos do nosso projecto de investigação é precisamente o de que “networks happen not only in socially, economically and historically defined spheres, but also in geographically determined areas” (BEERBÜHL e VÖGELE 2004, 17). No entanto, os historiadores que se dedicam ao estudo de redes reconhecem que, neste campo, no que respeita à sua dimensão espacial, muito está ainda por analisar, como por exemplo, a forma como o espaço molda a natureza das relações. Também nós temos vindo a reconhecer esta relação como um dos mais fundamentais vectores da análise histórica: a necessidade de compreender a relação dinâmica entre espaço e homem e a forma como ambos se definem e moldam (PINTO 2008).

“Society has always understood that location and geographical patterns of resource distributions and markets can influence strategic planning in commerce and politics. At a more mundane level, being able to navigate from one place to another is recognized as critical both to the daily survival of individuals at local levels and to the geopolitical fortunes of nations and empires.” (GOODCHILD e JANELLE 2012).

No período moderno, a geografia assume um importante papel como factor de análise, devido ao movimento, velocidade e meios de comunicação disponíveis. Este mesmo pressuposto levou Pierre Chaunu a desenvolver a teoria de círculos de comunicação, para melhor compreender a organização espacial dos fenómenos de trocas ao longo da História (CHAUNU 1992). Da mesma forma, temos de considerar que a criação e a difusão de redes acontecem num determinado espaço físico, num determinado enquadramento geográfico. Com efeito, a dimensão espacial envolve mobilidade dentro de uma determinada área geográfica. Através desta mobilidade, as esferas sociais são moldadas, expandem-se, evoluem (BEERBÜHL 2008). Assim sendo, como é que o espaço afectou social e economicamente as relações dentro de uma rede em expansão?

Considerando a perspectiva de uma análise espacial, algumas questões de investigação emergem como centrais: O que é que uma representação espacial de uma rede nos pode dizer acerca da sua organização e evolução? De que forma a localização dos agentes de uma rede resulta de estratégias de domínio de mercados, de acesso a rotas e a novos produtos, da necessidade de obtenção de informação e capital?

São estas as questões que orientam a presente dissertação de doutoramento, que, mais do que analisar redes de indivíduos, procurará apurar a constituição de redes de lugares em que homens de negócio actuaram, e verificar como, através delas, se estabeleceram e se definiram estratégias de negócio e como se criaram espaços económicos, sociais, empresariais. Neste sentido, apresenta como proposta metodológica a análise dos lugares ocupados pela rede organizada por Simón Ruiz, de forma a compreender o papel do espaço nas dinâmicas das redes mercantis, num contexto de expansão económica a nível global. A hipótese que aqui apresentamos é a de que uma análise que coloque o seu enfoque no espaço, e não no agente, permite uma reavaliação do conhecimento sobre redes de mercadores, nomeadamente sobre a forma como se organizam e evoluem. A dissertação segue e aplica os fundamentos teóricos da *spatial history*, pretendendo destacar o papel do espaço na exploração e análise dos fenómenos históricos, partindo, no fundo, da:

“(…) recognition that geographical maps and spatial statistics can become descriptive as well as analytic tools, and that they lie at the heart both of scientific investigation and discovery and of creative achievements in the arts and humanities.” (GOODCHILD e JANELLE 2012)

De acordo com as problemáticas apontadas como essenciais, elaboramos uma grelha exploratória constituída por dois níveis de análise.

No primeiro nível, procuramos caracterizar individualmente os lugares-chave da rede de negócios de Simón Ruiz, tendo em conta os seus atributos e funções, tendo sido reconstituídas a suas “biografias”. Esta primeira abordagem aos lugares da rede tem como objectivo perceber de que modo o perfil de cada lugar contribui para as estratégias de negócio. São consideradas questões como a multifuncionalidade ou a especialização, e a variabilidade das suas funções ao longo do tempo. São analisadas as *geoentidades* Medina del Campo, Lisboa, Antuérpia, Lyon, Madrid, Florença, Valladolid, Roma, Nantes e Sevilha.

No segundo nível, é feita uma análise dinâmica da articulação dos lugares da rede, em ordem a identificar os espaços económicos da companhia, resultantes, em simultâneo, dos atributos, das funções e das relações estabelecidas entre os lugares. A análise recai aqui sobre a totalidade de lugares, sendo aí analisados os fluxos financeiros, assentes na circulação de capital, e os fluxos mercantis, que incluíram circuitos europeus e circuitos ultramarinos. É ainda abordada a questão das relações familiares e da sua influência na organização e evolução da rede de agentes e de parceiros de negócio.

3. Objecto de estudo: a companhia de Simón Ruiz

Quer enquanto tempo das “economias-mundo”(BRAUDEL 1979b), quer como génese de um “sistema mundial”(WALLERSTEIN 1990), ou até mesmo enquanto primeiro momento de globalização, o século XVI é consensualmente visto como o tempo de uma crescente interconectividade entre os diferentes espaços mundiais, a nível geográfico, económico, e até mesmo cultural. Tem sido também progressivamente reconhecido que, na base desta mundialização, se destaca a acção das comunidades mercantis que, enquanto grupos socialmente heterogéneos e complexos, têm a liberdade necessária para se movimentar fora do seu restrito enquadramento espacial e social, e que, guiados pela perspectiva de lucro, permitiram o desenvolvimento de uma economia global (SUBRAHMANYAM 1996; BRAUDEL 1979b; TRACY 1993; BURKE 1988). O século XVI, com estas características, torna-se um enquadramento temporal privilegiado para a nossa investigação, que pretende analisar a forma como estes mercadores, interagindo em redes de cooperação, se distribuíram no espaço, ignorando fronteiras políticas, e criando a sua própria geografia.

Neste contexto de grande dinamismo mercantil, tão propício ao desenvolvimento de companhias e sociedades comerciais, que testemunhos documentais dessas actividades chegaram até nós, tornando possível a sua análise? A nível dos arquivos europeus é bem conhecida a riqueza dos fundos documentais das grandes famílias de mercadores, como os alemães Fugger (SCHICK 1957), os franceses Danse e Motte (GOUBERT 1959), ou os italianos Datini (MELIS 1972). Infelizmente, a nível nacional

este tipo de arquivos privados não tem correspondência, sendo praticamente inexistentes²⁰. Os investigadores que se têm debruçado sobre a acção dos mercadores portugueses, vêem-se forçados a recorrer aos arquivos públicos, tentando obter informação nos registos notariais ou na documentação produzida pelo poder central. Trata-se, no entanto, de documentação de carácter oficial e legal, representativa de episódios nos quais o mercador recorreu às instituições públicas para formalizar algum tipo de contrato, ou até mesmo recorrer aos tribunais. Não testemunham, deste modo, toda a actividade mercantil, que escapa a um enquadramento oficial, e que consta, na sua maioria, dos documentos escritos pelo próprio mercador, nos seus livros de contas, e, em especial, na correspondência trocada com os seus parceiros de negócios, com os seus homens de confiança que o representam nas mais diversas praças europeias. Talvez tenha sido este mesmo pressuposto que levou Virgínia Rau a analisar a actividade dos mercadores lisboetas através das cartas de Lisboa que encontrou no Arquivo Datini (RAU 1962-1963), ou Gentil da Silva a analisar exhaustivamente a acção das famílias portuguesas Gomes d'Elvas e Rodrigues d'Évora utilizando as cartas escritas por estes ao castelhano Simón Ruiz (SILVA 1956, 1959).

Considerando que o nosso objectivo de estudo pressupõe a compreensão das dinâmicas de uma rede mercantil, e que a nossa metodologia de análise é fortemente potenciada pela existência de dados seriais, era fundamental que o nosso universo documental apresentasse uma dupla valência: informação quantitativa que resultasse num volume de dados significativo, a par de informação qualitativa que nos permitisse analisar relações de carácter económico, social, e até mesmo familiar.

Perante as (in)existências documentais e as opções metodológicas de alguns dos mais experientes historiadores neste campo, o projecto de investigação em que esta tese se insere não pôde ignorar a hipótese de utilizar o arquivo do mercador castelhano Simón Ruiz, um dos mais relevantes a nível ibérico, quer pela diversidade da sua tipologia documental, quer pelo volume de documentação disponível (LAPEYRE 1955, 5-8). Os estudos já realizados sobre os Ruiz (LAPEYRE 1955; RUIZ MARTIN 1990) demonstraram tratar-se de uma companhia, inicialmente de carácter familiar, que vai aumentando o seu universo de contactos e de representantes à medida que vai alargando

²⁰ Existe um conjunto de pergaminhos do mercador portuense João Martins Ferreira, datados de finais do século XV e inícios do XVI, mas consta apenas de documentos ligados à administração do seu património fundiário.

o seu espaço de acção. Com um leque bastante diversificado de actividades, consoante as oportunidades de negócio vão surgindo, e consoante os próprios contextos económicos e políticos da época, a companhia de Simón Ruiz pareceu ser um bom exemplo para testar a hipótese de estarmos perante uma rede auto-organizada, de carácter informal, que tinha baseado a sua acção no estabelecimento de relações de cooperação entre os seus elementos. Torna-se, desta forma, um caso de estudo de grande pertinência para a análise da emergência de novas formas de dinamismo mercantil e comercial, que expliquem a transformação da economia mundial numa economia global, na qual a acção de indivíduos, consertada sob a forma de redes informais de cooperação, foi essencial.

A relevância de Simón Ruiz e da sua carreira como homem de negócios, ao nível dos mais destacados mercadores-banqueiros da Europa do século XVI, não tem passado despercebida à historiografia, tendo sido a sua biografia amplamente reconstituída em vários estudos, como os da autoria de Henri Lapeyre (LAPEYRE 1955), Juan Jose de Madariaga (MADARIAGA 1966) e Manuel Basas Fernandez²¹.

“Sin Simón Ruiz se ignoraría bastante de lo que se sabe hoy de la dinámica mercantil de España y de la Europa occidental en la segunda mitad del quinientos.”(RUIZ MARTIN 1990, 71)

Sabemos que é de Belorado, Burgos, não sendo certo se nasceu a 1525 ou 1526. Com 21 anos obteve carta de emancipação iniciando actividade comercial por conta própria (LAPEYRE 1955, 60). Desde o início da sua actividade dedica-se à importação de tecidos da Bretanha, onde, desde 1545, Yvon Rocaz lhe envia fardos de lenços para revenda nas feiras de Castela (LAPEYRE 1986). Em 1550 desloca-se para Medina del Campo, sediando aí a sua companhia. Começa as suas parcerias mercantis associando-se a outros dois burgaleses, Andrés Merino e Francisco de Zamora, fazendo em Castela a revenda das mercadorias recebidas de França. O seu grande apoio são os mercadores

²¹Manuel Basas Fernández publicou uma série de artigos sobre a vida de Simón Ruiz no Boletín de la Institución Fernán González, nomeadamente: "Simón Ruiz, burgalés" (1953, p. 663-672); "La azarosa vida del mercader Juan de la Presa" (1954, p. 281-294); "Francisco de la Presa, hijodalgo y mercader" (1955, p. 347-362,470-486,538-552); "Los sobrinos de Simón Ruiz" (1961, p.756-774); "Fray Diego de Miranda, abad de San Juan (Burgos) y hermano del mercader Simón Ruiz Embito" (1961, p.646-661); "Testamento y Mayorazgos del mercader Simón Ruiz Embito" (1962, p. 299-319); "Testamento y bienes del mercader burgalés Vitores Ruiz Embito, hermano de Simón Ruiz" (1961, p. 20-40); "La hacienda de Simón Ruiz" (1963, p. 481-504).

castelhanos, como os Miranda, os de la Presa e o seu próprio irmão, Andrés Ruiz, estabelecido em Nantes, desde 1537. É através dele que estabelece contactos no contexto favorável que a Paz de Cateau-Cambrésis proporcionou, com uma maior segurança nos transportes, e num momento de grande desenvolvimento económico espanhol (LUCAS VILLANUEVA 2009, 90). Em 1552 já se havia constituído uma companhia formada por Miguel de Zamora, Francisco de la Presa, Vítores Ruiz, Juan de Santo Domingo, Diego de Bernuy e os mercadores de Bilbao, Juan de Orbea e Jacobo de Astigar (CASADO ALONSO 1997). Permanecendo fiel às importações de tecidos, alarga a sua rede de contactos comerciais, estabelecendo em Rouen, em 1562, um seu representante, Sancho de Arbieto, mais tarde substituído por Antonio de Quintanadueñas, de Burgos.

Expande os seus negócios a Sevilha, associando-se aos Maluenda. O êxito desta iniciativa leva-o a estabelecer aqui um representante, Jerónimo de Valladolid, lugar que será também ocupado por Francisco de Mariaca e Francisco Morovelli. Desta forma, a venda das suas mercadorias fazia-se por conta de duas companhias: a de Simón Ruiz com Yvan Rocaz e Jean le Lou (sociedade que durou até 1569), e a de Vítores Ruiz, Francisco de la Presa e Andrés Ruiz (LAPEYRE 1986). O ano de 1567 marcará profundamente a economia de Sevilha com uma série de falências em cadeia. Reagindo de forma activa a este quadro de recessão, Simon Ruiz diversifica os seus negócios e aumenta o círculo das suas ligações. Em 1571 negocia com o açafrão, em 1572 com os trigos e em 1577 com o sal. A partir de 1573 aparecem já nos seus livros referência aos portugueses Antonio Gomes de Elvas e ao seu filho Luís Gomes de Elvas (LAPEYRE 1986).

A companhia, de carácter essencialmente mercantil nos primeiros vinte anos da sua existência, irá encontrar em 1575 a oportunidade de entrar no mundo das grandes finanças. O decreto de Filipe II, de 1 de Setembro, ao suspender os pagamentos aos banqueiros genoveses, abre a porta à participação dos mercadores castelhanos no financiamento da coroa espanhola. Em 1576, Simón Ruiz converte-se em credor de Filipe II, dando-lhe letras de câmbio para pagamento das soldadas das tropas da Flandres. A rede dos Ruiz assume a sua maior expansão, quer a nível financeiro, através da associação aos maiores banqueiros da Europa - os Lomellini, Spínola e Fugger; quer a nível geográfico, com agentes em Bruges (Francisco Cruzat, de Navarra); em Antuérpia (André Ximenes, de Portugal, e os Bonvisi, de Lucca); em Lisboa (Gomes

d'Elvas e Hernando de Morales). Os seus negócios incluem as especiarias e os corantes; a venda de pimenta a Bilbao e Valência, de pau-brasil e anil a Castela; e o negócio dos tecidos com o lisboeta Diogo Rodrigues. Simón Ruiz atinge um nível de prestígio que lhe permite saldar os favores dos banqueiros Bonvisi e Balbani, tornando-os representantes dos negociantes mais ricos de Lisboa (LAPEYRE 1955).

Simón Ruiz contava com uma vasta experiência no mundo dos câmbios, habituado a transferir remessas para as feiras de câmbio das diversas praças europeias. A sua mais-valia era a sua grande capacidade em diversificar os riscos, ampliando o seu espaço de acção a locais onde poderia obter mais vantagens, usufruindo assim do grande poder das informações que obtinha da sua rede de contactos. Apesar da sua grande actividade bancária nunca se apartou da actividade mercantil. Até ao final dos seus dias manterá o tráfico de mercadorias com a Flandres, utilizando Rouen como porto de abastecimento. Mesmo em épocas de conflito com a França, nunca rompeu as ligações, usufruindo dos salvo-condutos que André Ruiz conseguia obter, graças ao seu estatuto privilegiado em Nantes.

As relações com mercadores portugueses vão permitir a entrada da companhia no mercado asiático das especiarias. A relação entre estes e Simón Ruiz fortaleceu-se baseada numa relação de interesses mútuos: aos portugueses interessava a participação nos jogos dos câmbios, de preferência sob a forma de *asientos* à coroa, e à companhia medinense o acesso ao tráfico de mercadorias como o anil, o sal, e a pimenta.

A partir de 1583, Simón Ruiz passa a maior parte do seu tempo em Valladolid, sede da Real Chancelaria, deslocando-se a Medina em altura de feiras (LAPEYRE 1986). No entanto, a sede da companhia permanece em Medina del Campo, gerida agora pelo seu sobrinho Cosme Ruiz e o seu secretário Lope de Arziniaga. Simón Ruiz morre em 1597, e Cosme acaba por declarar falência em 1606, após uma série de processos judiciais por causa dos seus excessos e más práticas cambistas (LAPEYRE 1955, 60-73, 95-103).

4. Fontes e metodologia

O Arquivo de Simón Ruiz não tem passado despercebido aos historiadores, e a sua riqueza documental, assim como do próprio volume documental, tem-lhe merecido a comparação com os arquivos das casas das grandes famílias de mercadores alemães e italianos, nomeadamente ao Arquivo Datini de Prato (LAPEYRE 1955, 5-8). O arquivo da companhia abarca um período cronológico que vai desde 1553 a 1630, e é composto pela correspondência comercial, letras de câmbio, livros de contas e uma série de outros documentos de carácter contabilístico e comercial, como listas de preços, notas de dívida, contratos de frete, apólices de seguros, livranças, etc. (LAPEYRE 1948). Deste vasto fundo documental, a equipa portuguesa do *DynCoopNet* optou pela leitura e análise das letras de câmbio e da correspondência comercial enviada pelos agentes sediados em Portugal.

Em 1632, a documentação que se encontrava em Madrid (por aí ser a sede de Cosme Ruiz), foi levada para o Hospital que Simón Ruiz fundou em Medina del Campo, por ordem de frei Cosme Ruiz, administrador do hospital e sobrinho-neto de Simón Ruiz (GONZÁLEZ FERRANDO 1983). Aí permaneceu até 1974, ano em que o fundo documental foi transferido para o Arquivo Histórico Provincial e Universitário de Valladolid, onde se encontra actualmente, sendo propriedade da Fundación Simón Ruiz.

Dado a conhecer pela primeira vez em 1934, pelo historiador norte-americano Earl J. Hamilton, a primeira utilização da documentação foi feita apenas em 1943, por A. P. Usher que utilizou as fotografias feitas por Earl J. Hamilton para redigir o primeiro tomo da sua obra sobre as origens da banca de depósito na Europa do Mediterrâneo, e no qual anunciava um estudo detalhado da documentação para um tomo seguinte, que nunca chegou a ser publicado (USHER 1943). No entanto, no ano seguinte, Ramón Carande colocou em destaque esta documentação com a publicação de dezasseis cartas comerciais relativas aos anos de 1568 a 1578 (CARANDE 1944). Mais tarde, em 1948, Henri Lapeyre, alertado para a importância deste fundo documental por Fernand Braudel, publica na *Moneda y Crédito*, o artigo *El Archivo de Simon y de Cosme Ruiz* (LAPEYRE 1948). Foi o primeiro passo para uma investigação muito mais profunda que resultou na sua tese de doutoramento dedicada aos Ruiz: *Une famille de marchands: les Ruiz. Contribution à l'étude du commerce entre la France et l'Espagne au temps de Philippe II* (LAPEYRE 1955).

Embora a maior parte das análises que se seguiram tenham focado a correspondência comercial, alguns estudos dedicaram-se às fontes de carácter mais contabilístico, nomeadamente os livros de contas (GONZÁLEZ FERRANDO 1983; JAVIER DE AZAOLA 1975; RODRIGUEZ GONZALEZ 1992) e até mesmo as letras de câmbio (RODRIGUEZ GONZALEZ 2000).

4.1 Letras de câmbio e correspondência comercial

A letra de câmbio era um instrumento financeiro através do qual um mercador ordenava ao seu representante, numa outra praça, que realizasse um determinado pagamento em nome de outro mercador. Praticamente inalterada, desde o século XIV ao XVIII, a letra de câmbio era um instrumento bancário de carácter internacional, apresentando várias funcionalidades: transferir dinheiro para o estrangeiro; facilitar o pagamento de mercadorias; realizar empréstimos em dinheiro (*“dar a cambio”*); especular com as variações das taxas de câmbio (MARSILIO 2009).

A letra de câmbio, como instrumento de crédito e de transferência, envolvia quatro indivíduos: dois responsáveis pela transacção e os seus correspondentes, localizados em duas praças distintas, e utilizando duas moedas. Ou seja, um primeiro indivíduo, na cidade A, o “dador”, adianta dinheiro, na moeda corrente dessa cidade, a um segundo indivíduo, o “tomador”, comprando-lhe uma letra de câmbio tomada sobre o representante do tomador, localizado na cidade B, o “pagador”. A letra será paga na moeda corrente da cidade B ao representante do dador, o “beneficiário”. De uma forma geral, a este primeiro movimento de dinheiro, corresponde um segundo, no sentido inverso, ou seja, o dinheiro retorna. Assim, após cobrar a letra, o beneficiário compra uma segunda letra de câmbio, ou “recâmbio” sobre um mercador-banqueiro da cidade A, a pagar ao dador ou ao seu representante. A quantia de dinheiro que o dador irá receber de retorno pretende-se que seja superior ao valor adiantado na primeira letra de câmbio, residindo o seu lucro nas variações dos valores da moeda (MUNRO; RODRIGUEZ GONZALEZ 2000).

Imaginemos, portanto, que Simón Ruiz, em Medina del Campo, adianta uma quantia em dinheiro a um outro mercador que em troca lhe passa uma letra de câmbio a

cobrar em Antuérpia. O seu representante em Antuérpia cobra a letra ao representante do dito mercador. O dinheiro retorna a Simón Ruiz mediante uma segunda letra de câmbio, passada sobre Medina del Campo, ou simplesmente pede ao seu representante que lhe faça uma remessa.

O mecanismo da letra de câmbio estabelece, na sua forma mais simples, duas relações financeiras: entre o dador e o beneficiário, e entre tomador e pagador. Este vínculo podia corresponder a relações bancárias, no estrangeiro, a relações mercantis, com feitores, ou até mesmo a relações de parentesco. De qualquer forma, ambas as relações implicam que os mercadores estabeleçam contas correntes entre si, o que normalmente implicava a existência de um duplo registo: “câmbios remetidos” e “câmbios recebidos”. Numa estrutura ainda mais simples de uma letra de câmbio, pagador e beneficiário poderiam corresponder a uma mesma pessoa e/ou companhia, o que é indicado pela expressão “*pagarán v.s.m.s. a sí mismos*” (RODRIGUEZ GONZALEZ 2000, 684-685).

As letras podiam ser pagas em reales de contado em Castela, em escudos de marco ou em ouro, ou noutra moeda colocada na conta do cambista, pelo que no final do período de pagamentos da feira se fazia um processo de compensação bancária contrapondo as partidas devedoras e credoras pertencentes a um mesmo titular. É o que significa a expressão “*y póngalos por mi cuenta*”. Poderia ainda ocorrer o protesto da letra, se por exemplo se se tratasse de uma operação de câmbio seco, previamente acordada, ou por não comparência do pagador. Neste caso, era enviada uma cópia ao dador, o que o permitia reclamar ao tomador, na praça de origem, o montante, mais os gastos que disto resultassem, como a “*pena de cambio*”, é o que se designa por “*cuenta de resaca*”. Por vezes, para salvaguardar a reputação do tomador-pagador, uma terceira pessoa pagava por sua iniciativa, o que constituía o “*pago sob protesto*” (RODRIGUEZ GONZALEZ 2000, 687).

Estas nuances das práticas cambistas permitem-nos distinguir diferentes formas de fazer câmbios: os cambistas praticantes do câmbio manual ou “minuto”, que consiste na troca de moedas, de distinto valor facial e lei, sejam moedas do próprio país ou de outro (funcionam como banca de depósito a nível local); os mercadores-banqueiros, como Simón Ruiz, praticantes do câmbio real ou mercantil, negociam com capital próprio suficiente para obter lucro no comércio de dinheiro a nível internacional

mediante a compra e venda de letras de câmbio, e realizando a troca da moeda presente por ausente e noutra cidade.

O câmbio real tem a sua origem no comércio internacional com o objectivo de evitar o risco inerente ao transporte de moeda. Esta forma de câmbio através de letras possibilitava tomar dinheiro numa praça e devolvê-lo noutra, sem ser necessário efectuar um pagamento efectivo. Por fim, o "câmbio seco", quando a operação de câmbio parte da troca de moeda presente por ausente, a transacção se efectua na mesma praça, sem que exista distanciamento espacial, e produzindo-se exclusivamente um diferimento do pagamento no tempo. Trata-se de um "câmbio fingido" e condenado pelos tratadistas morais da época; associa-se à figura do "usurário", especialista do empréstimo sobre juros (RODRIGUEZ GONZALEZ 2000). Com efeito, para que uma letra de câmbio fosse considerada válida aos olhos dos teóricos exigia-se duas condições: que a praça de emissão fosse diferente da praça de pagamento, e que fosse necessário o câmbio de uma moeda para outra. No entanto, isto nem sempre se respeitou e durante muitos anos admitiu-se o câmbio interno ou a possibilidade de girar letras, por exemplo entre Medina del Campo e Sevilha.

A especulação com os câmbios era uma das melhores formas de iludir as proibições sobre os empréstimos a juros (HASSAN ABED AL-HUSSEIN 1986). O câmbio manual precede as operações de depósito, pelo que, perante a grande diversidade de moedas de diferentes países e leis postas em circulação, era necessária a intervenção de especialistas capazes de fixar o seu valor real de câmbio. Isto justificava a existência de unidades de medida não reais, como o maravedi e o ducado, em determinadas épocas em Castela, que permitiam assentar nos livros o contravalor do ouro e moedas depositadas, suprimindo-se grande parte das transacções e manipulações de numerário mediante a utilização das contas de devedores e credores valorizadas em unidades de conta estáveis ao longo do tempo (RODRIGUEZ GONZALEZ 2000, 680).

Considerando o contexto de produção de uma letra de câmbio, e o seu objectivo, este documento permite-nos retirar a seguinte informação:

- Data e local de emissão;
- Número da via (circulavam várias cópias da mesma letra);
- Valor transaccionado, valor do câmbio e forma de pagamento;
- Data e local de pagamento;

- Identificação dos indivíduos envolvidos: nome e função na transacção (tomador, dador, pagador, beneficiário, representantes destes).

Para além desta informação, que de uma forma geral consta na maior parte das letras de câmbio, alguns exemplares permitem-nos retirar mais informações contextuais, como a localização de outros indivíduos referidos, relações existentes entre estes (relações de parentesco, comerciais, laborais, sociais, etc.), ou até mesmo o motivo da transacção (pagamento de mercadorias, pagamento de pensões eclesiásticas ou régias, pagamento de dotes e de heranças, etc.).

O contexto da criação e utilização das letras de câmbio, as estruturas necessárias ao seu funcionamento, as informações que nela constam, em suma, toda a sua natureza, tornam a letra de câmbio uma poderosa fonte de informação para responder às questões de investigação que norteiam o presente trabalho. Como já referimos, a utilização deste instrumento financeiro pressupõe a sua circulação entre diferentes lugares, assim como a existência de algum tipo de relação – financeira, mercantil, familiar – entre os indivíduos aí localizados. Quando identificamos os intervenientes num processo de câmbio, falamos na necessidade de representantes e de intermediários, o que atesta a necessidade da existência, e do respeito, de mecanismos de cooperação, como a confiança. Na verdade, a utilização de letras de câmbio pressupunha um verdadeiro método de trabalho em rede, que, quando assim desejado e sinergeticamente entendido por todos os agentes envolvidos, podia levar à circulação do crédito durante meses, sem que se concretizasse um único pagamento em dinheiro.

As letras de câmbio apresentaram uma outra vantagem, desta vez relacionada com as ferramentas de análise utilizadas, e que foi o seu volume documental. Com efeito, o elevado número de letras de câmbio analisadas potenciou o seu tratamento estatístico, permitindo a utilização de *softwares* de desenho e análise de redes.

Do total de 18 079 letras de câmbio que compõem o Arquivo de Simón Ruiz, a equipa²² analisou 9242, compreendendo os anos de 1553 a 1606, com a seguinte distribuição:

²² Trabalho de leitura e introdução de dados realizado por Ana Sofia Ribeiro, Sandra Brito e Sara Pinto.

Anos	Nº letras
1553	1
1558-1564	277
1565-1569	306
1570-1574	206
1575-1577	281
1578	268
1579	259
1580	466
1581	343
1582	439
1585	597
1586	589
1588	600
1589	743
1590	518
1594	556
1595	771
1596	630
1597	385
1605	959
1606	48
Total	9242

Tabela 1 – Número de letras de câmbio analisadas, distribuídas por ano.

Em termos de número de letras de câmbio analisadas, estas representam 51% do total de letras que compõem o arquivo. No entanto, se considerarmos o número de anos que integram a nossa análise, estes representam 75% do total, pelo que do universo de 51 anos ficaram por ler 13 anos:

Anos	Nº letras
1583	529
1584	603
1587	405
1591	462
1592	901
1593	634
1598	319
1599	814
1600	926
1601	631
1602	786
1603	1048
1604	779
Total	8837

Tabela 2 – Número de letras de câmbio não analisadas, distribuídas por ano.

Considerando a impossibilidade de analisar o total das letras de câmbio, a equipa optou pela técnica da amostragem, seleccionando os períodos de tempo que considerou mais representativos para a análise, tendo sempre presente que o objectivo era compreender a construção da rede e a sua evolução. Assim, considerando contextos históricos gerais, e também a própria história da companhia de Simón Ruiz, a equipa identificou intervalos de tempo para análise, dando especial atenção, quer a momentos de grande dinamismo mercantil e financeiro, quer a momentos de crise e ruptura.

As letras de câmbio sistematizadas compreendem os seguintes intervalos cronológicos: 1553 a 1582; 1585 e 1586; 1588 a 1590; 1594 a 1597; 1605 e 1606.

Entre 1553 e 1557 assistimos aos primeiros anos da companhia de Simón Ruiz, cruciais para a compreensão da formação da rede. Já estabelecido em Medina del Campo, Simón Ruiz vai estabelecendo contactos com o objectivo de importar tecidos franceses e fazer a sua distribuição em Castela. Os seus primeiros grandes apoios são as comunidades castelhanas (na sua maior parte de origem burgalesa) sediados em França, nomeadamente o seu irmão Andrés Ruiz em Nantes. Conjecturalmente, beneficia da Paz de Cateau-Cambrésis, do reestabelecimento das comunicações, do dinamismo da economia espanhola, e da grande procura de tecidos franceses e flamengos (CASADO ALONSO 1997). O ano de 1557 marca a primeira bancarrota da coroa espanhola.

Entre 1558 e 1574 a companhia conhece um período mais conturbado, com a segunda declaração de bancarrota da coroa espanhola em 1560, e com o ano negro de 1567 para os bancos em Sevilha. Este foi um golpe para Simón Ruiz, que entretanto decidira apostar no mercado sevilhano, com a colocação de um representante permanente. É também uma época de conflitos nos Países Baixos e na França.

Entre 1575 e 1579 a companhia inicia um período de grande dinamismo e expansão das suas actividades. O ano de 1575 é um dos momentos mais relevantes de análise, dadas as repercussões que o decreto de 1 de Setembro de Filipe II terá para a companhia de Simón Ruiz. Para tentar pôr cobro à ascendência genovesa sobre a coroa espanhola, Filipe II abre a porta aos mercadores-banqueiros castelhanos, tornando-os seus credores. Este período marca uma viragem na companhia, até então essencialmente mercantil, e que agora expande em grande medida a sua actividade financeira. Representa também o início de relações mais frequentes e regulares com os mercadores portugueses, nomeadamente os Gomes d'Elvas, que passando a actuar como intermediários de Simón Ruiz, abrem-lhe as portas ao mercado das especiarias.

A década de 80 é por excelência o tempo de maior expansão da rede, o que se reflecte no número bastante elevado de letras de câmbio produzidas (representam cerca de 30% do universo total). Dada a impossibilidade de tratar toda a documentação, foram analisados os primeiros anos, 1580, 1581 e 1582, os anos de meados da década, 1585 e 1586, retomando-se a leitura no ano de 1588 (ficando por ler os anos de 1583, 1584 e 1587). Os finais da década de 80 representam um retorno à actividade mercantil, e um progressivo afastamento dos *asientos*, tomando Simón Ruiz a função de intermediário dos mercadores portugueses (LUCAS VILLANUEVA 2009).

A década de 90 apresentou o mesmo desafio em termos de letras de câmbio produzidas (33% do universo total) pelo que foi necessário recorrer à amostragem. Desta vez, foi considerado para análise o primeiro ano, 1590, mas depois foi dada maior atenção aos meados da década, com a leitura de 1594, 1595, 1596 e 1597. Com esta escolha privilegiou-se um período cronológico que inclui o ano de 1596, com mais uma bancarrota de Filipe II e, talvez ainda mais relevante para a nossa investigação, o ano de 1597, quando ocorre a morte de Simón Ruiz. Este é um ano potencialmente forte como momento de crise para a rede em estudo, assim como os últimos anos da companhia, já nas mãos do sobrinho, Cosme Ruiz. Desta forma, relativamente à primeira década do

século XVI, os anos de 1605 e 1606, ano da falência da companhia, são os últimos a compor a nossa amostra.

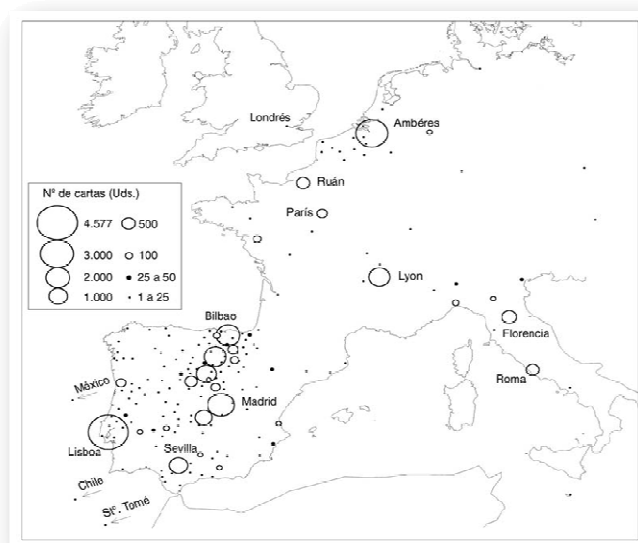


Figura 3 – Procedência das cartas recebidas pela companhia de Simón Ruiz, 1554-1630. (CASADO ALONSO 2008b, 54)

Como já referimos, a correspondência comercial do arquivo de Simón Ruiz tem sido amplamente tratada, nomeadamente a correspondência com a França (LAPEYRE 1955), Antuérpia (VÁZQUEZ DE PRADA), Florença (RUIZ MARTIN 1990), América (LORENZO SANZ 1980, 1986b; HELMER 1967), e Lisboa (SILVA 1956, 1959, 1961; LUCAS VILLANUEVA 1995)²³. Relativamente à correspondência proveniente de cidades espanholas, foi analisada a de Bilbao (PRIOTTI 2004), Burgos (BASAS FERNÁNDEZ 1963b, 1963a), Sevilha (LORENZO SANZ 1986b; BENNASSAR 1957) e Laredo (LUCAS VILLANUEVA 2009).

A correspondência, seja da autoria de eclesiásticos ou leigos, políticos ou poetas, cientistas ou mercadores, tem sido amplamente utilizada como fonte documental. Criadora de um *ethos* social, permitia recolher e divulgar informação, expressar e criar opiniões, especialmente nos séculos XVI e XVII (BETHENCOURT e EGMOND 2007, 4).

²³ A análise de Lucas Villanueva abarca apenas as cartas da autoria dos membros da família Gomes d'Elvas.

Para o historiador José Maria Imizcóz a correspondência é uma fonte especialmente útil para análise de redes, pois fornece informação privilegiada, tanto para uma análise das características estruturais da rede, como para conhecer os conteúdos qualitativos das relações entre actores sociais. A leitura diacrónica das cartas revela vários aspectos fundamentais em análise de redes sociais: a duração e a evolução das relações, as suas regularidades, variações, renovações, ou seja mostra a evolução da rede em relação com a própria história dos actores e dos seus contextos (IMÍZCOZ 2004, 136).

Francesca Trivellato tem-se dedicado à análise de redes, nomeadamente redes de carácter multi-étnico e multi-religioso, privilegiando a correspondência como fonte documental. A historiadora defende que, à medida que o comércio europeu se expandiu geograficamente, a organização empresarial complexificou-se. Neste contexto, as companhias de carácter familiar, ou as associações mercantis de base étnico-religiosa, viram-se compelidas a incluir membros externos nas suas relações comerciais. A correspondência comercial assumiu assim uma função fundamental, ao fazer circular informação sobre as capacidades e a fiabilidade dos agentes no estrangeiro:

“Business correspondence was a crucial instrument in forging and maintaining these informal cross-cultural networks, and thus also constitutes a precious historical source for studying a neglected phenomenon.” (TRIVELLATO 2007, 81)

Os temas das cartas escritas pelos correspondentes de Simón Ruiz não diferem dos temas tradicionalmente identificados nesta tipologia documental. De uma forma geral, dão informação de carácter mercantil e financeiro (preços, metrologia, qualidade e disponibilidade dos produtos, fluidez dos transportes, valores dos seguros, taxas de câmbio, *largueza e estreiteza* das várias praças, etc.); informação de carácter noticioso (sobre acontecimentos políticos, militares, etc.); e informação de carácter mais pessoal, nomeadamente sobre acontecimentos familiares, ou até mesmo opiniões sobre outros mercadores, incluindo boatos, suspeitas, denúncias, ou recomendações por boas práticas. Para Francesca Trivellato seria este terceiro grupo de informações o fortalecedor das ligações interpessoais, fornecendo informação de teor subjectivo e relacional, que o mercador não poderia obter de outra forma.

A importância deste tipo de contactos vai sendo progressivamente reconhecida pelos próprios teóricos da *ars mercatoria*. Se os manuais para mercadores do séc. XIV e XV raramente abordam o tema da correspondência, a partir do século XVI, começam a aparecer modelos de cartas, do mesmo modo que os tratados comerciais dão maior importância ao assunto. Paralelamente, a nível jurídico, os mercadores passam a poder apresentar as cartas em tribunal como prova (TRIVELLATO 2007, 84).

Porém, a utilização desta fonte apresenta uma limitação para este tipo de análise de rede, limitação essa intrinsecamente ligada à sua própria finalidade. Ou seja, se o objectivo é estabelecer contacto com um intermediário que não está fisicamente presente, ela apenas nos dá a conhecer a relação com os agentes geograficamente distantes, excluindo os que estão mais próximos. Salvaguarda-se, no entanto, algumas referências feitas ou informações dadas de forma indirecta (IMÍZCOZ 2004, 136).

Não obstante, esta questão do distanciamento geográfico é de todo pertinente para uma análise espacial. Se, com as letras de câmbio, a necessidade de *distancia locum* nos permite utilizar a variável espaço, aqui retiramos o mesmo benefício. Com efeito, as cartas são receptáculos privilegiados de informação espacial. Os agentes de Simón Ruiz mantêm-no a par da localização dos seus parceiros de negócio, das rotas que tomam as suas mercadorias, das melhores praças para câmbio, da abertura de novas casas comerciais. Toda esta informação de carácter financeiro e mercantil exige uma cartografia, um mapa que mostre os movimentos do pau-brasil, do anil das Índias, dos panos de Segóvia, das tapeçarias da Flandres, etc. Temos consciência que poderemos estar a cartografar rotas já bem identificadas e analisadas, porém não podemos excluir a possibilidade de itinerários paralelos, ou até específicos da rede de Simón Ruiz. Não podemos esquecer a existência de alturas de conflitos bélicos ou de maior actividade corsária, que obrigassem à utilização de novos espaços, ou até mesmo, a hipótese de existirem desvios conscientes de um determinado tráfico, como forma de escape ao controlo fiscal.

Das cerca de 57 000 cartas que compõem o Arquivo de Simón Ruiz, foram seleccionadas para análise as cartas dos agentes sediados em Portugal, um universo total de 11 549. Para a presente análise foram consideradas 299 cartas, redigidas entre os anos de 1558 e 1577:

Anos	Nº cartas
1558	2
1563	2
1564	7
1565	5
1566	4
1567	13
1568	10
1570	2
1571	7
1572	3
1573	13
1574	34
1575	79
1576	50
1577	68
Total	299

Tabela 3 – Número de cartas analisadas, distribuídas por ano.

As cartas são da autoria de 40 agentes com a seguinte proveniência:

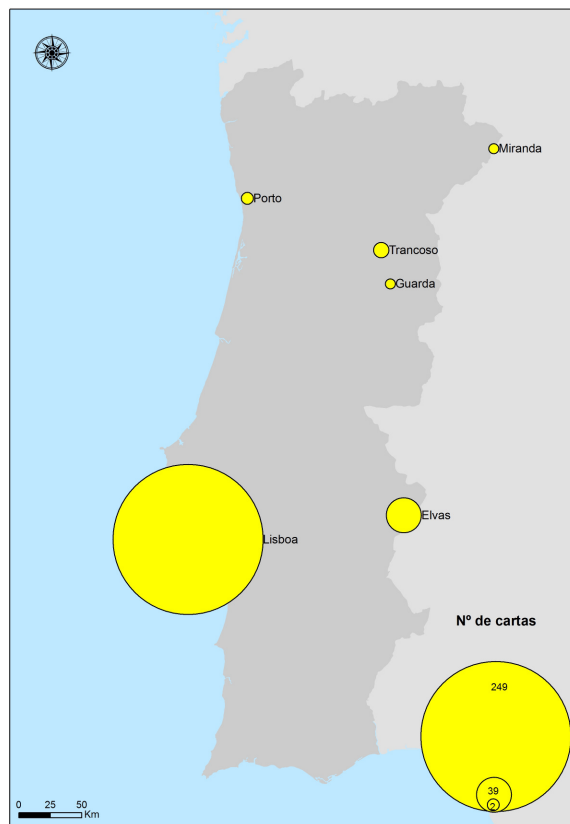


Figura 4 – Locais de emissão das cartas analisadas.

Todas as cartas têm como destino Medina del Campo, à excepção de duas cartas do ano de 1566 que são remetidas para Sevilha, para Francisco de Mariaca.

Também com as cartas se colocou a questão da impraticabilidade de analisar o total do universo, com a agravante de o tempo disponível para introdução de dados ser reduzido. Desta forma, num paralelismo com os critérios de amostragem das letras de câmbio, optámos por analisar a correspondência dos primeiros anos da companhia de Simón Ruiz, chegando até ao ano de 1577. Mais uma vez salientamos a relevância para a nossa análise dos meados da década de 70, que tem constituído também o critério de amostragem em investigações semelhantes. Com efeito, foi o ano escolhido para análise, quer por Ramón Carande, em 1944, na primeira publicação das cartas de Simón Ruiz, *Cartas de mercaderes (en torno a 1575)*(CARANDE 1944), quer por Lucas Villanueva na sua tese de doutoramento sobre o comércio castelhano na época de Filipe II, defendida em 2009 (LUCAS VILLANUEVA 2009).

Entre os autores das cartas portuguesas analisadas, os correspondentes mais assíduos de Simón Ruiz, são os elementos da família Gomes d'Elvas, que assinam cerca de 200 missivas. Os Gomes d'Elvas constituem uma das mais relevantes casas comerciais a actuar em Lisboa, em meados do século XVI. António e Luís Gomes, pai e filho, entregam-se ao comércio lucrativo das especiarias, mas também do açúcar, corantes, têxteis, cereais e sal. Operam articulados com outras firmas portuguesas, como os Évora, os Ximenes e os Morales, que estiveram presentes nos negócios da companhia dos Ruiz até ao fim das suas actividades (SILVA 1959).

4.2 *TimeLink* – uma base de dados prosopográfica

Quer o volume de dados recolhidos, quer a proposta de trabalho do projecto *DynCoopNet*, exigiam uma base de dados que permitisse a integração e a exploração da informação histórica. Mais do que ter um repositório dos dados recolhidos, o objectivo era trabalhar com um *software* flexível e polivalente, especialmente em dois importantes domínios: na integração de dados provenientes de tipologias documentais variadas, e por isso com níveis de informação muito diferentes (letras de câmbio e correspondência

comercial); e permitir que os resultados de pesquisa fossem exportados para *softwares* especializados, quer em análise de redes, quer em análises geográficas (como os Sistemas de Informação Geográfica).

A equipa optou por trabalhar com o *software* desenvolvida pelo grupo de Joaquim de Carvalho na Universidade de Coimbra, o *TimeLink*²⁴. Criado no âmbito de investigações de natureza micro-histórica, o *TimeLink* é um modelo de base de dados centrado no indivíduo, pelo que apresenta um grande potencial de análise prosopográfica e de redes. A organização da informação é feita em torno do indivíduo, ao qual são associadas funções, atributos e relações.²⁵

Foi necessário, proceder a uma adaptação da base de dados às necessidades específicas de pesquisa do projecto e às características do *corpus* documental, mas desde o início a base de dados comprovou a sua flexibilidade, à medida que a equipa foi desenhando a grelha de recolha de dados, primeiro para as letras de câmbio e, posteriormente, para a correspondência comercial. Esta grelha é construída num processador de texto, o *JEdit*, no qual os dados vão sendo introduzidos e organizados em função do agente, e sempre de acordo com a fonte documental.

²⁴ In timelink.fl.uc.pt

²⁵ Para uma descrição técnica do *TimeLink*, assim como para uma apresentação de todas as suas potencialidades de aplicação à investigação histórica, consultar a tese de mestrado de João Carvalho, “*Time Link: a evolução de uma base de dados prosopográfica*”, Coimbra, 2010.

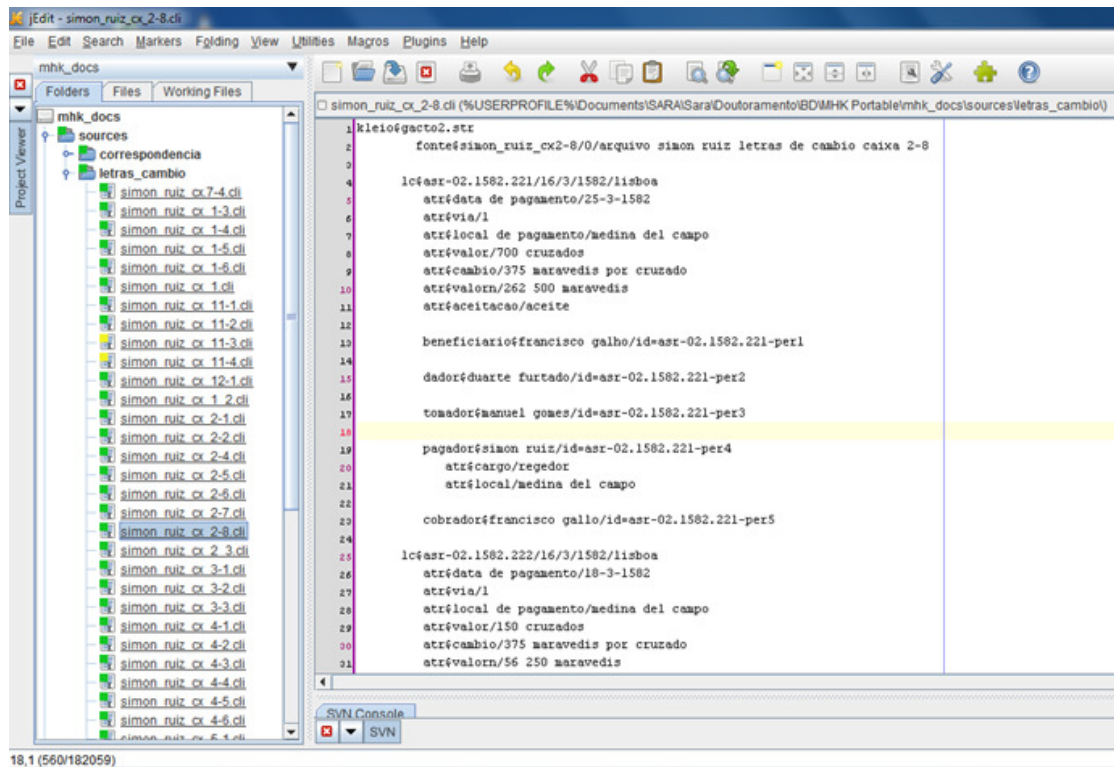


Figura 5 – Transcrição de uma letra de câmbio no JEdit.

Relativamente às letras de câmbio, a primeira informação é retirada para uma linha identificativa do documento, da qual consta a cota de arquivo²⁶, a data e o local de emissão. Seguem-se os atributos da letra de câmbio, que podem incluir o número da via; o valor que deverá ser pago; o valor do câmbio; a data de pagamento; o local de pagamento; a forma de pagamento (em contado; em livrança ou depósito no banco); e a aceitação ou rejeição da letra (que podia ser aceite, aceite sob protesto, protestada, ou endossada). De seguida, são registados todos os intervenientes, através das suas funções: “beneficiário”, “tomador”, “dador”, “pagador”, “cobrador”, “endossado”, “representantes” destes, e ainda “referidos”. A cada um destes actores podem ser agregados os atributos (profissão, género, cargo, título, local, etc.), e as relações estabelecidas entre si (familiar, comercial, financeira, confiança, sociabilidade, etc.).

Desenhar a grelha de recolha de dados para a correspondência comercial foi um processo bem mais complexo, e no qual foi necessário ter sempre bem presente os objectivos do projecto. Dada a riqueza e a complexidade da informação contida numa só carta, facilmente seríamos compelidos a retirar tudo, textualmente, comprometendo a

²⁶ Número da caixa e número da letra de câmbio atribuídos pelo Arquivo.

própria metodologia de análise. Desta forma, apesar de terem sido amplamente recolhidos todos os dados de carácter mercantil e financeiro (que nos dão uma ideia da conjuntura), a informação foi sendo extraída com a consciência de que procurávamos identificar agentes e analisar as relações estabelecidas entre estes.

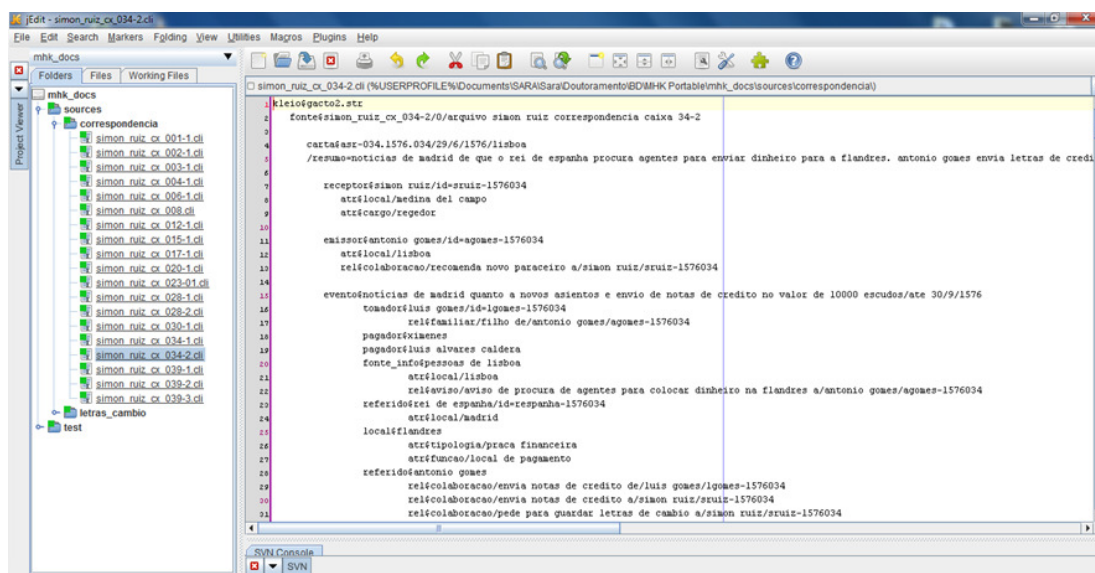


Figura 6 – Transcrição de uma carta no JEdit.

À semelhança das letras de câmbio, também cada carta é precedida de uma linha identificativa da cota de arquivo, data e local de emissão, sendo logo de seguida identificados o emissor e o receptor. A informação é então estruturada em “eventos”, que podem ser o envio de uma encomenda; a ordem de pagamento de uma letra de câmbio; um pedido de empréstimo; pedidos de informações; aconselhamento de um parceiro ou de um negócio; falência de uma companhia, etc. Dentro de cada evento, devidamente datado, são registados os intervenientes, aos quais se associam, de acordo com o mesmo processo das letras de câmbio, atributos, funções e relações. No entanto, dado o teor qualitativo das cartas, muito mais descritivas, foi necessário criar mais categorias. As funções multiplicaram-se, como por exemplo, “comprador”, “intermediário”, “fonte de informação”, “agente de seguros”, etc.; aos atributos acrescentámos o de “reputação”; e as relações também se revelaram mais complexas (“colaboração”, “aviso”, “suspeição”, etc.). As informações de contexto, que não são relativas a um indivíduo, mas sim a uma conjuntura, foram registadas sob a forma de “tópicos”, e agrupadas segundo temas: “preços”, “produtos”, “clima”, “risco”, “notícia”,

“câmbio”, etc. Embora pareçam dissociadas dos agentes, estes dados estão na base da compreensão das suas tomadas de decisão enquanto indivíduos, e das suas dinâmicas enquanto rede. Após a leitura integral da carta, é feito um breve sumário de conteúdos que fica associado ao cabeçalho.

Terminado o processo de introdução dos dados no *JEdit*, os ficheiros são processados por um programa de “tradução” que identifica possíveis erros. Após as correcções necessárias, a informação é, então, importada para o *TimeLink*, sendo de imediato passível de pesquisa.

Figura 7 – Página de apresentação da base de dados *online DynCoopNet-pt*²⁷.

Tratando-se de uma base de dados de carácter prosopográfico, no *TimeLink*, a informação visível encontra-se organizada em torno de indivíduos, relativamente aos quais podemos consultar as respectivas biografias.

²⁷ A base de dados do *DynCoopNet-pt* encontra-se acessível para pesquisa no endereço timelink.dyncoopnet-pt.org.

ANO	FUNÇÃO	ATRIBUTOS	RELAÇÕES	HOME
1. *	0000-00-00			
2. *	1594-01-22	lc: pagador2	tem como tomador2-pagador3: Martin Alonso	Cosme Ruiz
3. *	1594-02-03	lc: beneficiario2	tem como dador2-beneficiario1: Luigi Babani	Cosme Ruiz
4. *	1594-03-05	lc: pagador2	tem como tomador2-pagador3: Diego Antonio Valderrama tem como dador2-tomador2: Diego de Valderrama	Cosme Ruiz
5. *	1594-03-05	lc: beneficiario2	tem como dador2-beneficiario1: Diego de Valderrama	Cosme Ruiz
6. *	1594-03-15	lc: beneficiario2		Cosme Ruiz
7. *	1594-03-15	lc: pagador2 local: Valladolid + geontity		Cosme Ruiz

Figura 8 – Página da ficha biográfica de Cosme Ruiz Embito na base de dados *on line* *DynCoopNet-pt.*

4.3 Da biografia dos agentes à biografia dos lugares – as *Geoentidades*

Considerando o objectivo da presente tese de doutoramento, o de colocar o enfoque analítico no espaço, foi necessário fazer passar o *TimeLink* por um outro processo de adaptação.

Assim, o nosso primeiro desafio metodológico foi tentar que o lugar ocupasse um papel central numa base de dados construída a pensar no indivíduo. Não queremos com isto dizer que a base era inadequada ao nosso objectivo, pois apesar da perspectiva de análise ser espacial, o objecto de estudo desta tese são redes, e as redes que aqui vão ser analisadas são construídas por homens e pelas relações que estes estabelecem. Tratava-se antes de ressaltar que estes homens não estão imóveis, que estas redes ocupam um determinado espaço, que constitui por si mesma uma variável a ter em consideração. E é uma variável que exige ser considerada como entidade própria, autónoma. Daí exigir uma solução metodológica própria:

“But we easily achieve to understand that the agent is a very mobile creature: he’s born in one place, marries in another, the head office of his business stays in a different one, and he exercises his activities in diverse places and commercial hubs. How to deal with it? How to

connect an individual to a territory in this so mobile world in which the main characteristic of the networks under study is precisely the dynamism, the complexity and self-organized schemes, most of the times unruled and undisciplined?” (POLÓNIA, BARROS, e NOGUEIRA 2010)

Em termos da informação dada pelas letras de câmbio, as referências geográficas não apresentaram grandes problemas de categorização, pelo que, de uma forma geral, podemos identificar três tipos de lugar: local de emissão, local de pagamento, e local enquanto atributo de um indivíduo.

Relativamente à correspondência, para além dos locais do remetente e destinatário, encontramos uma série de referências geográficas envolvidas nos mais diferentes contextos. Desta forma, foi necessário criar uma estrutura, semelhante à dos agentes, que nos disponibilizasse a informação dada pela fonte, relativa a um determinado lugar, num determinado contexto. Assim, para além da identificação do local, a este podiam ser ainda agregados atributos, como a “tipologia” e a “função” de determinado lugar, e estabelecidas relações entre lugares.

A “tipologia” categoriza o local de acordo com o contexto em que aparece na fonte: “praça comercial”, “praça financeira”, “centro produtor”, “porto”, “praça de seguros”, “escala”, etc.. A “função” surge associada à tipologia e esclarece a função que o local exerce num determinado evento, explícita por determinado documento: “venda de sal”, “compra de pimenta”, “feira de câmbio”, “produção de açúcar”, “escala na rota da Índia”, etc. Relativamente às relações, estas podem ser estabelecidas com indivíduos, ou entre lugares. Um exemplo do primeiro caso é o do documento que refere que estão sediados num determinado local agentes de representação de um mercador ou de uma companhia. Aqui, na ausência dos nomes desses indivíduos, o espaço assume a função de agente de representação estabelecendo uma relação com o mercador, ou a companhia.

O processo de adaptação que descrevemos até agora é apenas ao nível do registo da informação, nos campos que são criados no processador de texto. De seguida, foi necessário que o *TimeLink*, a base de dados, respeitasse esta nova apresentação dos dados. Assim, à semelhança do que acontece com as pessoas, que são identificadas individualmente e agregadas, de forma a serem construídas as biografias, também os lugares passaram a apresentar a sua própria ficha biográfica.

DYNCOOPNET
Real Geography, Digitalia for Lisboa

Time Link
Bem-vindo, [suarapinto](#) | [sua nova sessão](#)

LOGIN PESQUISAR EXPLORAR CALENDÁRIO IDENTIFICAÇÕES NETWORKS AJUDA

Lisboa por DYNCOOPNET

Id: Rg-82

Location on Map

Linked occurrences

YEAR	NAME	GEOMETRY	FUNCTIONS	ATTRIBUTES	RELATIONS
1. <input type="checkbox"/> 1582-09-03	Lisboa				art_loc de Lc
3092. <input type="checkbox"/> 1575-10-25	Lisboa		evento: local	funcao: venda de textiles tipologia: praça comercial	
3093. <input type="checkbox"/> 1575-10-30	Lisboa		evento: local	tipologia: centro de seguros	
3094. <input type="checkbox"/> 1575-11-22	Lisboa		evento: local	funcao: venda de sal tipologia: praça comercial	
3095. <input type="checkbox"/> 1575-12-03	Lisboa		evento: local	funcao: despacho de anil	
3096. <input type="checkbox"/> 1575-12-03	Lisboa		evento: local	tipologia: praça financeira	
3097. <input type="checkbox"/> 1575-12-03	Lisboa		evento: local		onde tem tantos amigos e senvidores de de Simon Ruiz
3098. <input type="checkbox"/> 1575-12-16	Lisboa		evento: local	funcao: receptor de panos tipologia: praça comercial	
3099. <input type="checkbox"/> 1575-12-20	Lisboa		evento: local	funcao: rececao de letras de cambio tipologia: praça financeira	
3100. <input type="checkbox"/> 1575-12-22	Lisboa		evento: local	funcao: frete de naus tipologia: porto	
3101. <input type="checkbox"/> 1576-01-20	Lisboa		evento: local	tipologia: praça comercial	
3102. <input type="checkbox"/> 1576-02-20	Lisboa		evento: local	tipologia: praça comercial	
				tipologia: praça financeira	
3103. <input type="checkbox"/> 1576-03-08	Lisboa		evento: local	funcao: comercio de anil tipologia: praça comercial	
3104. <input type="checkbox"/> 1576-05-22	Lisboa		lc: local		tem conta de Jeronimo Ruiz Embito tem conta de Herdeiros de Francisco de La Pressa e Vitores Ruiz

Figura 9 – Página da ficha biográfica de Lisboa na base de dados *on line DynCoopNet-pt.*

Num primeiro passo, todas as referências geográficas foram agregadas a uma entidade espacial, ou seja, todas as referências “Lisboa” foram agregadas numa só “Lisboa”, de forma reunir toda a informação que a base de dados tem sobre este lugar. Este processo apresentou alguma complexidade e não foi sempre linear. Apresentamos alguns casos mais problemáticos, como o de Lyon (França), e León (Espanha), que na documentação, na maior parte das vezes são registados simplesmente como “leon”, sendo necessário analisar o contexto da referência na fonte. Aconteceu também com Piacenza (Itália), que em castelhano é “Plasencia”, e que aparece escrito com tantas variações, muitas delas abreviadas, que naturalmente podiam ser confundidas com

Palencia (Espanha) ou Plaisance (França). Um outro caso prende-se com a evolução do próprio nome do lugar, como no topónimo “abra de graça” que se referia a “Le Hable de Grâce”, ou seja, Le Havre (França).

Mas a questão que obrigou a uma maior reflexão foi a das escalas. Naturalmente, as referências geográficas não apresentam todas a mesma escala, pelo que podemos encontrar desde referências ao nível de ruas, como “calle de Toledo” (Madrid), até referências a continentes, como “africa”. Neste processo de identificação e agregação de lugares, optou-se pelo critério de incluir as partes no todo, ou seja os elementos geográficos que compõem determinado espaço, como as ruas ou as praças, passaram a integrar a ficha do lugar. Assim, na biografia de Madrid podemos encontrar o topónimo “calle de toledo” e “carrera de san Jerónimo”; na biografia de Barcelona, “carrer de villarroel”; na de Sevilha, os topónimos “alcaiceria”²⁸ e “gradas”²⁹; e em Lisboa, o “carro”.

Como resultado desta adaptação, o *TimeLink* passou a integrar mais uma funcionalidade: a georeferenciação. Através de uma ligação directa ao *GoogleMaps*³⁰, o *TimeLink* atribui automaticamente coordenadas geográficas a todos os locais, visualizando-se a posição atribuída ao lugar no *GoogleMaps*. No entanto, este processo é sempre controlado pelo utilizador, sendo sempre necessária uma confirmação das coordenadas, que são apresentadas como sugestão de georeferenciação e, por isso, sempre passíveis de correcção. Em termos de trabalho de investigação isto representou um segundo processo de georeferenciação de todos os lugares, o que levantou novas questões. De uma forma geral, todas elas se resumem na já referida questão das escalas. Já mencionámos o caso das ruas e dos continentes, aos quais juntamos agora os países, como os topónimos “alemanha”, “itália”, e “frança”, e as regiões, como “berberia”, “flandres”, “bretanha”, “andaluzia”, “algarve”, “costa da inglaterra”; etc. O desafio era o de converter em pontos referências geográficas que eram representativas de áreas. Um das soluções encontradas foi permitir que, no mapa fornecido pelo *GoogleMaps*, seja feita uma georeferenciação por polígono, e não apenas por um ponto.

²⁸ *Alcaiceria* era uma zona de mercado junto à catedral de Sevilha (TRILLO DE LEYVA 1991; OTTE 1996).

²⁹ Antiga *Calle de Gradass* ficava junto à catedral de Sevilha e era um local de reunião de mercadores e banqueiros (TRILLO DE LEYVA 1991; OTTE 1996).

³⁰ www.maps.google.pt.

Esta questão deve ser entendida como de natureza técnica, pois todos estes topónimos apresentam uma certa coerência identitária, a nível geográfico, e até histórico, e por isso são passíveis de análise por si mesmos. No entanto, ao nível dos instrumentos de exploração e de visualização, representam um desafio e, por isso consideramos ser pertinente apresentar estas questões, que fizeram parte, e tomaram o tempo de reflexão e implicaram tomadas de decisão inerentes a esta tese.

Todo este processo permitiu que na base de dados existisse um novo universo de pesquisa: as “Geoentidades”. Estas entidades geográficas, devidamente georeferenciadas, permitem consultar todas as informações relativas a cada uma delas, encontradas nas diversas fontes documentais. Desta forma, para cada local, podemos obter o número de vezes que é referido na documentação; conhecer os indivíduos que nalgum momento tenham ocupado esse espaço (número de indivíduos, nome, função desempenhada); e consultar todas as tipologias e funções que lhe foram atribuídas. Toda esta informação é apresentada numa sequência cronológica que nos permite analisar o papel que um determinado espaço desempenhou na dinâmica da rede em estudo.

Por último, o *TimeLink* permite a exportação directa dos resultados de pesquisa, sob a forma de ficheiros compatíveis, para os *softwares* dos Sistemas de Informação Geográfica.

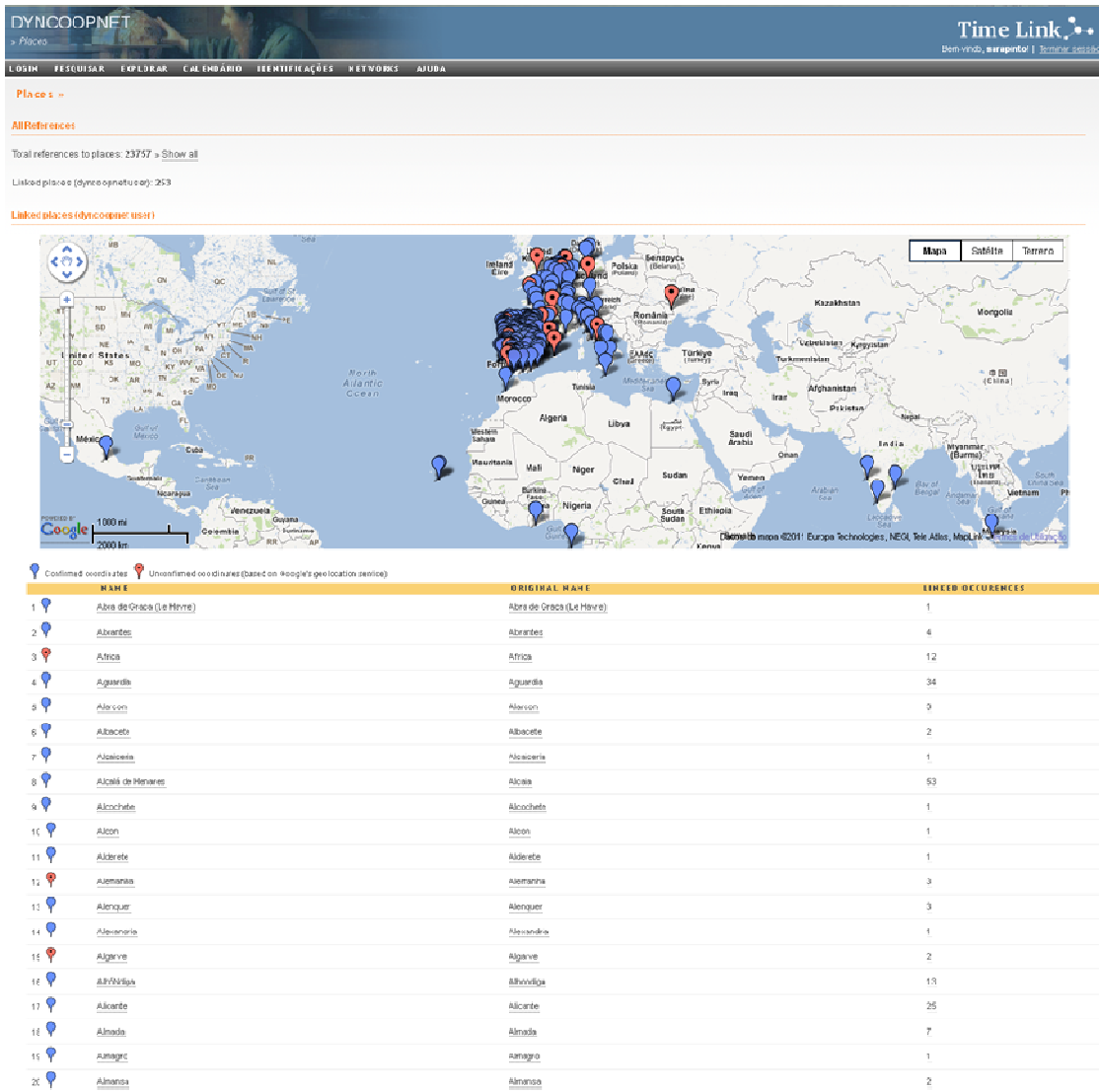


Figura 10 – Página de exploração dos lugares na base de dados *on line DynCoopNet-pt*.

II – A análise espacial da rede de negócios – os lugares

1. A rede hierárquica de lugares

O mapa da figura 11 apresenta a distribuição espacial de todos os lugares referidos na documentação analisada. Esta visualização corresponde ao espaço geográfico, composto por 253 topónimos³¹. A sua visualização faz-se a uma escala mundial, embora apresente uma clara concentração a nível do continente europeu. Do total de topónimos, 234 estão localizados na Europa, 9 em África, 6 na Ásia e 4 na América.

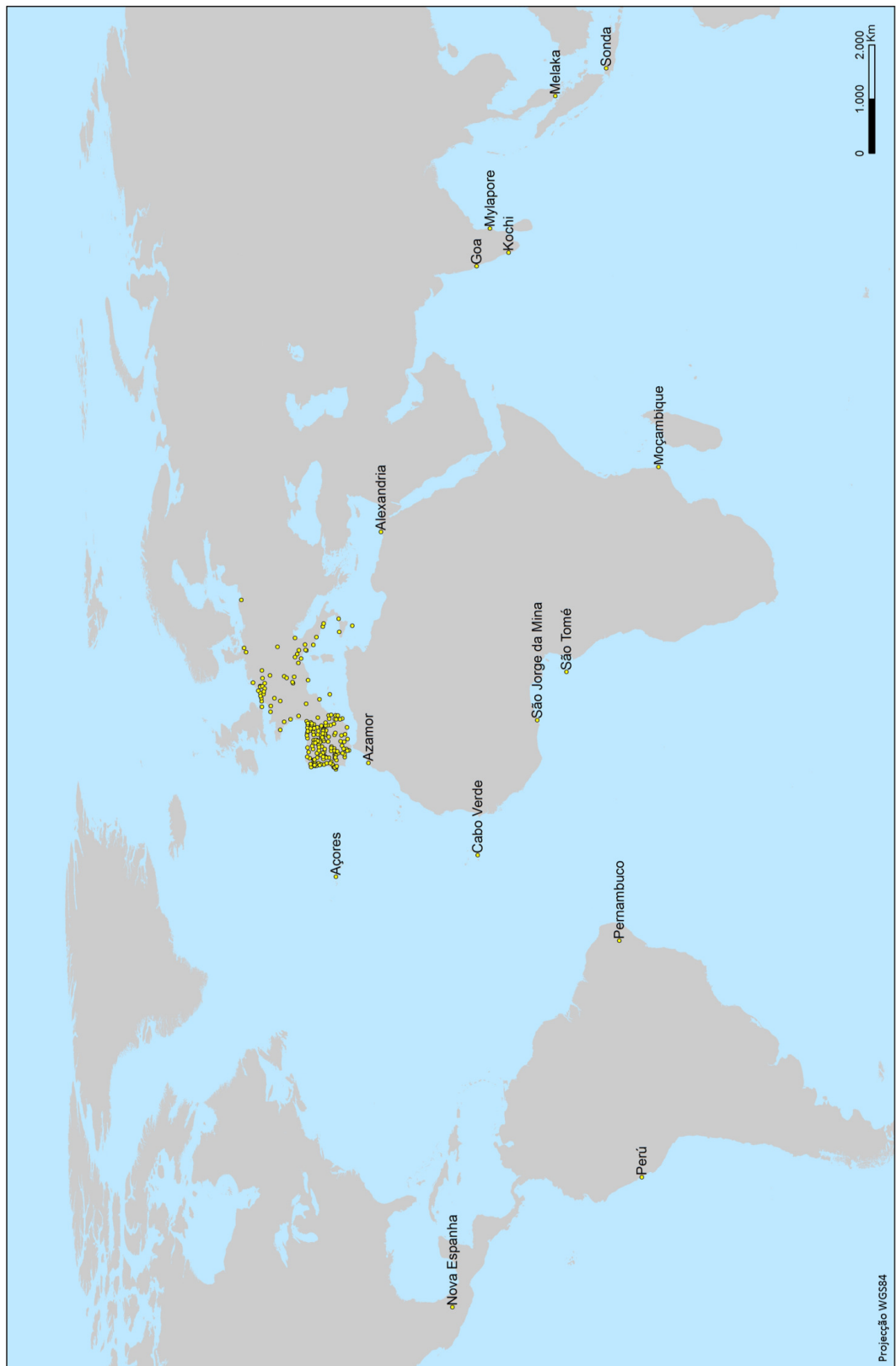
“O espaço do mercador é um pedaço do espaço nacional ou internacional numa dada época. Se a época está sob o signo do desenvolvimento, a superfície comercial em que actua o negociante tende a irradiar rapidamente, sobretudo se ele estiver ligado aos grandes negócios, letras de câmbio, moedas, metais preciosos, "mercadorias reais" (especiarias, pimenta, seda) (...)”(BRAUDEL 1979b, 159).

O espaço geográfico dos negócios de Simón Ruiz é a perfeita ilustração deste pressuposto de Braudel. Mesmo que desconhecêssemos o tipo de negócios que desenha este espaço geográfico, ou até mesmo qual o seu volume ou expressão no quadro geral das actividades da firma, a sua extensão comprova, por si só, o enorme dinamismo de Simón Ruiz, assim como a sua plena integração na economia global do século XVI. Os lugares distribuem-se a uma escala mundial, sendo clara a presença dos três espaços económicos sobre os quais a historiografia da economia moderna tem focado a sua atenção: o espaço mediterrânico, o espaço atlântico, e o espaço índico.

“O Mediterrâneo só tem unidade pelo movimento dos homens, as ligações que implica, as rotas que o conduzem. Lucien Febvre escrevia: “O Mediterrâneo são rotas”, rotas de terra e de mar, rotas dos rios e das ribeiras, imensa rede de ligações regulares e fortuitas...”(BRAUDEL 1983, 310)

³¹ Por topónimos consideramos todas as referências geográficas feitas na documentação analisada, e que denominam diferentes níveis de organização do espaço geográfico (vão desde ruas, cidades, regiões, países, até continentes). Considerando esta heterogeneidade da informação geográfica, no mapa da Figura 11, constam apenas os topónimos passíveis de serem representados por um ponto de coordenadas. A lista com o total dos topónimos pode ser consultada no Anexo 1.

Figura 11 – Distribuição espacial dos lugares em análise



Nesta leitura do espaço, o todo é mais do que a soma das partes, pelo que o Mediterrâneo é mais do que um conjunto de cidades. É a percepção de um espaço cuja construção assentou numa rede de lugares, que se relacionaram, se influenciaram e se articularam. Com o avançar do tempo, foram estas mesmas relações que ditaram a predominância de um ou mais lugares, os nós de maior importância, aqueles que mais relações estabeleceram. Nos inícios do século XVI, esses correspondem aos grandes centros, como Veneza, Génova, Florença, Barcelona, Sevilha, Argel, ou Constantinopla. O seu dinamismo integrou, já no período medieval, e mais importante ainda, proporcionou, o aparecimento de novos nós, como as cidades da Alta Alemanha, as cidades da Hansa, ou até mesmo Paris e Londres. Estes novos lugares obrigaram a traçar novos caminhos, novas rotas. Nos caminhos do mar, animaram-se as povoações por onde passam as embarcações. Rapidamente a costa atlântica polvilhou-se de portos que cresceram à custa do que lhes chegava do mar e, do que depois enviavam para o interior do continente. O espaço atlântico oferecia uma dupla função: era o grande intermediário entre o Mediterrâneo e o Báltico, e a porta de acesso ao Novo Mundo.

“O importante é verificar o que uma tal rede implica de aproximações, de história coerente, a que ponto o movimento dos barcos, das bestas de carga, das viaturas, das próprias pessoas, torna o Mediterrâneo uno e, de um determinado ponto de vista, uniforme. O conjunto do Mediterrâneo é este espaço-movimento”(BRAUDEL 1983, 310).

A visualização dos lugares da Companhia de Simón Ruiz constitui igualmente um “espaço-movimento”, sobre o qual importa também aferir hierarquias, funções e relações. O desafio perante a sua expressão geográfica é o de perceber de que forma a Companhia ocupou estes lugares, qual o peso da sua presença, e de que forma fizeram parte da sua estratégia enquanto rede mercantil.

No processo inicial de leitura das fontes, rapidamente percebemos que determinados indivíduos surgiam repetidamente na documentação, o que resultava num elevado número de ocorrências na base de dados. Concretizando, compreende-se que um agente como Simón Ruiz, destinatário das cartas, e figura quase omnipresente nas letras de câmbio, apresenta na base de dados um número de resultados bastante elevado. Ora, num contexto de análise espacial de redes, a observação do número de ocorrências

torna-se fundamental, pois permite-nos a atribuição de valor a um determinado agente, percebendo o peso que este tem enquanto nó da rede (RIBEIRO 2011; CARVALHO e CAMPOS 2007). Ao organizar a informação geográfica dos lugares, de forma semelhante à dos agentes, potencializamos a base de dados de forma a também contabilizar o número de ocorrências para cada um dos lugares, e perceber a sua importância para os negócios da Companhia. Daqui decorre uma hierarquia, um *ranking* de lugares, que tomamos como sintomático da sua importância na rede.

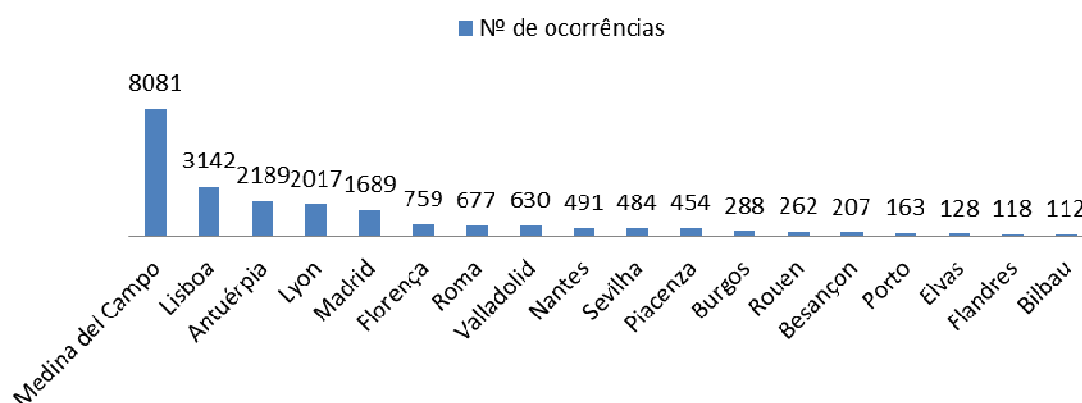


Figura 12 – Lugares com mais de 100 ocorrências.

A Figura 12 apresenta os lugares com mais de 100 ocorrências na base de dados. Do total de 253 topónimos, estes 18 lugares representam cerca de 91,6% do total de ocorrências na base de dados. Esta elevada expressividade permite avançar já com uma das características da geografia em análise: apesar do elevado número de topónimos, a esmagadora maioria dos eventos ocorre num universo de lugares bem mais reduzido. Na verdade, Medina del Campo é referida 8081 vezes na documentação, o que representa cerca de 33,8% do total das 23 890 ocorrências. Mais ainda, metade dos eventos, cerca de 56,7%, ocorre num núcleo de apenas três lugares: Medina del Campo, Lisboa e Antuérpia.

Sendo necessário optar por uma amostra de lugares para análise, não sendo de todo possível, nem relevante, analisar as biografias dos 253 topónimos, utilizamos os resultados expressos no gráfico para a nossa selecção. Depois do resultado exponencial de Medina, surge um grupo de lugares com resultados acima das 1600 ocorrências: Lisboa, Antuérpia, Lyon e Madrid. As biografias destes lugares parecem, face a isto, incontornáveis, pelo peso que parecem ter tido nos negócios da Companhia. É, no

entanto, de grande importância tentar abarcar ao máximo diferentes formas de utilização dos espaços económicos, o que pressupõe um alargamento do universo de lugares em análise. Desta forma, juntamos um segundo grupo que, apesar de não alcançarem sequer metade da expressividade numérica de referências dos do primeiro grupo (a Madrid, com 1689 eventos, segue-se Florença, com apenas 759), conseguem reunir mais de 600 ocorrências: Florença, Roma e Valladolid. Uma amostra que incluísse apenas Medina, e os dois primeiros grupos, constituiria um universo estatisticamente aceitável e perfeitamente coerente. Seria, no entanto, uma amostra cega aos contextos históricos, nomeadamente à história da própria Companhia e dos seus agentes. Com efeito, embora tenhamos de obedecer a regras de amostragem, a partir do momento em que admitimos não trabalhar com toda a população, não podemos ir ao ponto de ignorar lugares que sabemos, por leituras contextuais, serem basilares para a compreensão dos dados. Referimo-nos à importância de Nantes, por sabermos que foi a partir daí que operou Andrés Ruiz, irmão de Simón, assumindo muitas vezes um papel, se não de gestão, pelo menos de co-gestão, da Companhia. Desta forma, seria bastante redutor não analisar a biografia de Nantes e as funções que esta foi desempenhando na história da Companhia. Referimo-nos também a Sevilha, pelo que neste caso, não é só o contexto de funcionamento da companhia que está em causa, que fez sempre questão em ter um funcionário aqui destacado, mas o próprio contexto da época, sendo inegável a importância de Sevilha no século XVI, enquanto porta de acesso ao Novo Mundo.

2. Atributos e funções dos lugares

Na apresentação da metodologia de trabalho (ver Capítulo II), descrevemos o processo de criação das *Geoentidades*, em torno das quais se agregou toda a informação relativa aos topónimos referidos na documentação, sejam letras de câmbio, seja correspondência comercial. Esta informação pode ser relativa aos agentes que se localizam nesse determinado lugar, e ao papel que aí desempenham, ou pode estar relacionada com as funções que o próprio lugar desempenhou em determinado evento – emissão ou pagamento de uma letra de câmbio, feira de câmbio, recepção ou envio de mercadorias, etc. Em termos de exploração de dados, as perspectivas de análise

multiplicam-se. A informação pode ser organizada cronologicamente, assumindo a forma de uma “biografia” do lugar. Estas biografias permitem-nos perceber de que forma a Companhia utilizava estes lugares, qual o peso da sua presença em relação ao espaço geográfico, a forma como organizava os seus negócios localmente, e de que modo estes processos evoluíram.

As biografias foram analisadas, a partir dos seguintes parâmetros comuns:

a) Breve enquadramento historiográfico, de forma a identificar as funções que têm vindo a ser historiograficamente reconhecidas como determinantes na história do lugar ao longo do século XVI;

b) Imagem ilustrativa do lugar, elucidando acerca da percepção do espaço geográfico, à época. De forma a criar homogeneidade, foram utilizadas, as ilustrações do *Civitates Orbis Terrarum*, publicado pela primeira vez em 1572, por Georg Braun e Franz Hogenberg. A sua intenção era a de representar “as mais nobres cidades do mundo”, incluindo dados sobre a sua história, a sua localização geográfica, e ainda “raison d’être, landmarks and customs”. A obra engloba plantas e vistas de mais de 450 cidades (incluindo algumas poucas cidades do novo mundo). As vistas são representadas numa perspectiva sobrelevada, *bird-eye view*, ou em forma de mapa da cidade. Metade das cidades são de interior, mas a outra metade abre para o mar, pelo que neste caso a perspectiva é dada como se o ilustrador estivesse em pleno mar. “Perhaps 1576 is a transition point from a feudal/religious order to a more mercantile, market-driven modernity. The stability of the landlocked versus the liquidity of the coastal cities: an ominous foreboding of the future chaos the centrifugal forces of globalization will unleash.”(FÜSSEL 2008, 7);

c) Identificação das diferentes designações toponímicas para o mesmo lugar, referidas nas fontes documentais;

d) Apresentação e análise das funções desempenhadas pelo lugar, na documentação analisada.

2.1 Medina del Campo

A história de Medina del Campo é a história das suas feiras, estabelecidas no início do século XV, e transformadas em *Ferias Generales del Reino* em 1491. Enquanto feiras francas, aonde chegavam mercadorias das mais diversas praças europeias, nela se concentravam também mercadores estrangeiros atraídos pelo seu carácter internacional, e pela facilidade e comodidade na realização de pagamentos e acertos de contas. Com efeito, os períodos de *pagos*, que ocorriam no final de cada feira, foram assumindo cada vez mais relevância, tornando-se um espaço privilegiado para o funcionamento dos bancos e para a aplicação dos, cada vez mais complexos, instrumentos bancários, nomeadamente de crédito.

De todos os papéis que Medina del Campo desempenhou ao longo do tempo, foram, sem dúvida, as feiras, as privilegiadas pela historiografia. A obra mais emblemática sobre Medina del Campo é a coordenada por Eufemio Lorenzo Sanz - “Historia de Medina del Campo y su tierra”(LORENZO SANZ 1986a). Organizada em três capítulos, o segundo, “Auge de las ferias. Decadencia de Medina” é dedicado ao mundo das feiras e dos mercadores-banqueiros, como se estes bastassem por si só para explicar todas as dimensões deste lugar, desde a economia, a sociedade, e até mesmo a cultura. Os contributos de autores como Falah Hassan Abed Al-Hussein, Felipe Ruiz Martin, Henri Lapeyre, ou Manuel Basas Fernández, permitem-nos adivinhar o interesse que a história deste lugar suscitou à História Económica, nomeadamente a todos os que procuravam entender as transformações de um mundo onde aumentava, de forma cada vez mais rápida e eficaz, a circulação de homens, mercadorias, e dinheiro. Independentemente do seu campo de observação, a todos foi comum a necessidade de uma análise mais global e relacional entre espaços e entre indivíduos, que levou todos os que se debruçaram sobre os movimentos de crédito, sobre o papel do novo personagem, o mercador-banqueiro, ou sobre o financiamento da coroa espanhola (e recordemos a obra de Ramón Carande (CARANDE 2004), a olhar para Medina del Campo, e a avaliar a sua posição no panorama europeu. Grande parte destes historiadores não foi alheia à documentação da Companhia de Simón Ruiz, que constituiu, em grande medida, o ponto de observação para as suas análises. O presente trabalho, embora partilhe deste enfoque, observa Medina enquanto entidade integrante de um grupo de lugares, na qual cada um desempenha funções específicas. O somatório

dos seus contributos permite-nos desenhar a rede espacial da companhia de Simón Ruiz, na qual Medina constitui sem dúvida o nó principal.

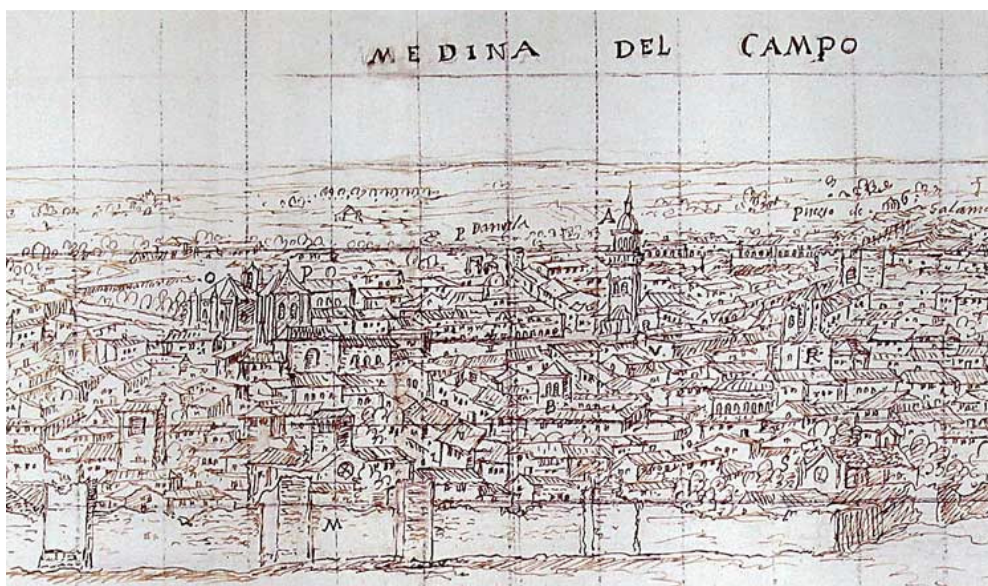


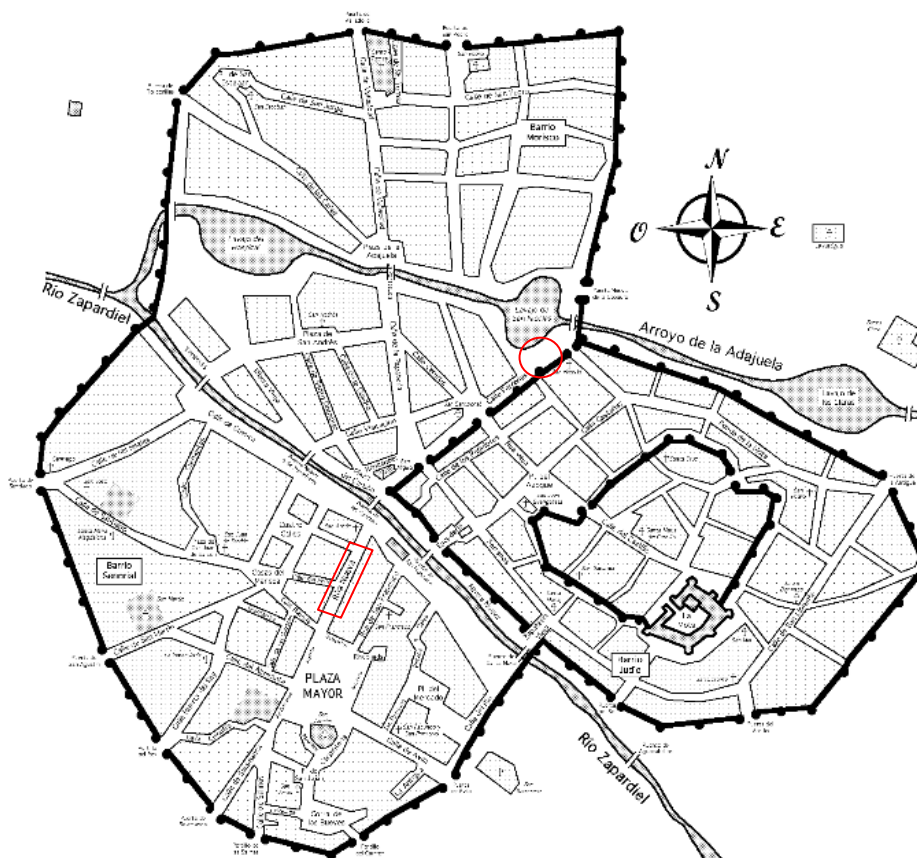
Figura 13 – Vista de Medina del Campo de Anton van den Wyngaerde, 1570 (*Medina del Campo. Conjunto Histórico Artístico*).

A valorização que pretendemos atribuir a Medina del Campo não encontrou equivalente no *Civitates Orbis Terrarum*. Aparentemente, Georg Braun não pareceu ter considerado esta cidade digna de figurar na lista “das mais nobres”. No entanto, sabemos que uma das inspirações desta obra foram os desenhos de Anton van den Wyngaerde, que se encontrava na mesma altura, entre 1563 e 1570, em Espanha. Filipe II encarregara-o de um levantamento de vistas topográficas das principais cidades do reino, e na sua obra, que conta com 62 ilustrações de povoações, encontra-se uma vista de Medina del Campo (CUESTA AGUILAR e MOYA GARCÍA 2011; ALVARGONZÁLEZ RODRÍGUEZ 2002).

Apesar da quase totalidade das referências se referirem a “Medina del campo”, encontrámos mais dois topónimos: “San Nicolás” e “Casa de la Camara”. O primeiro é referido numa letra de câmbio de 1588 tomada em Roma, e a ser paga “a Diego Hernandez de Escalante en san nicolas de medina del campo”³² (representado na

³² In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 4, 1588, nº 175.

Figura 14). O segundo topónimo surge em três letras de câmbio tomadas por Lope de la Camara “*en casa de la camara*”, nos anos de 1594 e 1596³³.



Legenda:



-  - Plaza de San Nicolás
-  - Zona das feiras

Figura 14 – Plano de Medina del Campo no século XVI (BENITO 2003; RODRIGUEZ GONZALEZ 1995, 33)

Do total de ocorrências para Medina del Campo, 8081, fizemos o levantamento de todas as funções que lhes estão associadas, cujos resultados se expressam na Tabela 4.

³³ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 5, 1594, nº 162, e 1596, nº 200 e nº 213.

Função	Nº
Pagamento de letra	4460
Emissão de letra	2142
Local do pagador de letra	570
Local do beneficiário de letra	506
Recepção de carta	282
Local do dador de letra	57
Local associado a agente referido numa letra	20
Praça financeira	20
Praça comercial	10
Local do tomador de letra	8
Praça de seguros	3
Local associado a representante de negócios	3

Tabela 4 – Funções do lugar “Medina del Campo”.

Os resultados da tabela mostram inequivocamente que a principal função de Medina del Campo, é a de “pagamento de letra”, já que cerca de 48,2% das letras de câmbio analisadas são aqui pagas. Atente-se a que, para além do facto de Medina ser o lugar onde a companhia estabelece a sua sede, é ainda palco das mais importantes feiras castelhanas. Como resultado, não só centraliza os pagamentos que se realizavam no final das feiras, como era também o destino final dos lucros da Companhia de Simón Ruiz.

Perante este cenário impõe-se saber quais as praças que utilizam Medina como praça de pagamentos.

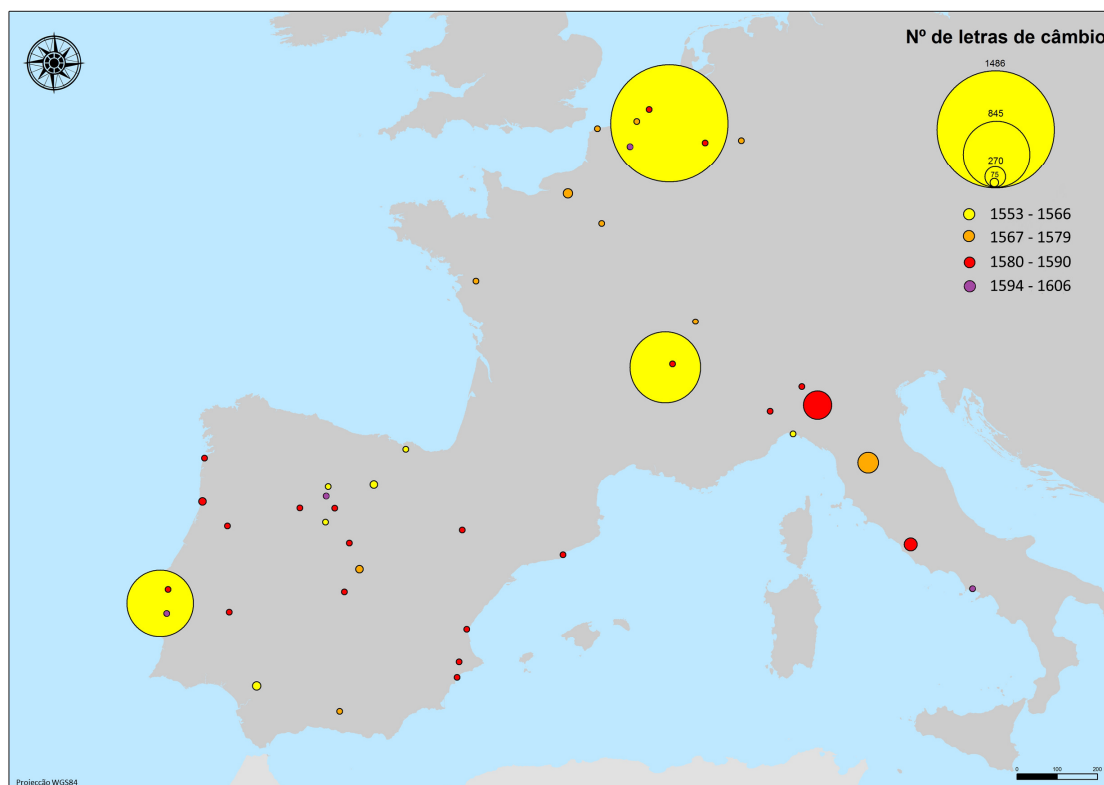


Figura 15 – Lugares de emissão das letras de câmbio a pagar em Medina del Campo (1553-1606)³⁴.

No mapa da Figura 15 estão representados todos os lugares de emissão das letras de câmbio pagas em Medina del Campo, sendo o tamanho do símbolo proporcional ao total de letras emitidas pelo lugar entre 1553 e 1606. Os lugares encontram-se também agrupados por cores, representando, cada uma delas, intervalos temporais, definidos a partir do universo de análise. Os intervalos temporais agrupam as praças consoante a data da primeira letra de câmbio aí emitida. Podemos, desta forma, observar, na diacronia, a inclusão de novas praças nos circuitos das feiras de Medina del Campo.

Um terço das letras pagas em Medina, cerca de 33,3%, são remetidas a partir de Antuérpia. Outro terço, cerca de 38,3%, distribui-se entre Lyon e Lisboa, sendo este grupo de lugares o maior responsável por remeter os seus pagamentos para Medina. Piacenza, Florença, Roma e Rouen constituem um segundo grupo, em termos de relevância, com resultados entre as 110 e as 315 letras de câmbio. Desde os inícios da companhia que as suas principais relações financeiras, Antuérpia, Lyon e Lisboa, estão estabelecidas. Entre 1553 e 1566, Medina recebe também letras emitidas dentro do

³⁴ Consultar Anexo 2 para tabela de dados.

próprio reino, nomeadamente de Sevilha, Burgos e Bilbao. A presença destas três cidades, onde as comunidades de mercadores têm um enorme peso, demonstram a importância da actividade mercantil no início das actividades da companhia de Simón Ruiz. Grande parte dos seus parceiros de negócio são burgaleses, como Francisco de la Presa, os Maluenda, António de Salazar, e outros. Quanto a Bilbao, no Mar Cantábrico, e Sevilha, entre o Atlântico e o Mediterrânico, ambos funcionam como os grandes mercadores abastecedores das feiras castelhanas.

A comprovar a ligação, bastante precoce, da Companhia castelhana com os grupos italianos, temos a presença de Génova. O giro de letras entre feiras é comprovado pela presença de Villalón, embora com apenas uma letra de câmbio. Mais curiosa é a presença de Medina del Campo como local de emissão de letras, num claro procedimento contrário à regulamentações dos câmbios. Trata-se de uma prática designada por “câmbio seco”, trocando-se moeda presente por ausente. A transacção efectua-se na mesma praça, sem que exista distanciamento espacial, produzindo-se exclusivamente um diferimento do pagamento no tempo (RODRIGUEZ GONZALEZ 2000, 680)

A partir de 1567 aumenta o número de praças a recorrer aos pagamentos em Medina. As relações cambistas com o reino francês passam a incluir Paris, Nantes, Calais, Poligny e Rouen. Na Flandres, surge Bruges, em Itália, Florença, e na Alemanha, Colónia. Dentro do reino, surge Vitoria, Granada e Madrid.

Este é um período de grande dinamismo da companhia, que vai diversificando cada vez mais os seus negócios, integrando novas rotas e apostando em novos produtos. As relações com os mercadores portugueses, que são reforçadas precisamente por esta altura, permitem o abastecimento dos mercados franceses, italianos e flamengos, com mercadorias de alto valor, como os produtos coloniais.

A década de 80 aumenta exponencialmente o enquadramento geográfico da rede de câmbios centrada em Medina. Em Portugal, Lisboa parece perder a exclusividade que mantinha com Medina, criando-se inclusivamente um elo com o Porto. Em Itália, as feiras de Piacenza assumem-se como o novo pólo financeiro, mas a grande novidade é Roma, que passa a utilizar Medina como o grande intermediário das suas operações bancárias com Castela. A partir de 1594 não parece haver grandes acrescentos à rede de lugares, constituindo mais um tempo de reforço de ligações do que de expansão geográfica.

O segundo resultado na tabela de funções de Medina del Campo refere-se à “emissão de letra”. Nas épocas de *pagos*, o acerto de contas entre os mercadores resultava, muitas vezes, numa balança desigual. O pagamento destes saldos podia provocar a emissão de uma nova letra de câmbio, caso os credores tivessem interesse em dispor do dinheiro líquido noutra praça, e os seus devedores o pudessem fazer através dos seus contactos no estrangeiro (BENNASSAR 1984, 521). É o que o português António Gomes, após as cobranças dos pagos de Maio de 1575, sugere a Simón Ruiz, dizendo que “do dinheiro que sobra na memoria que sao cerca de 16 mil ducados sao para negociar e se de letra para lisboa ou madrid”³⁵. Vejamos, então agora, para onde Medina del Campo remete os seus pagamentos.

O mapa da Figura 16 representa todos os lugares de pagamento das letras de câmbio emitidas em Medina del Campo.

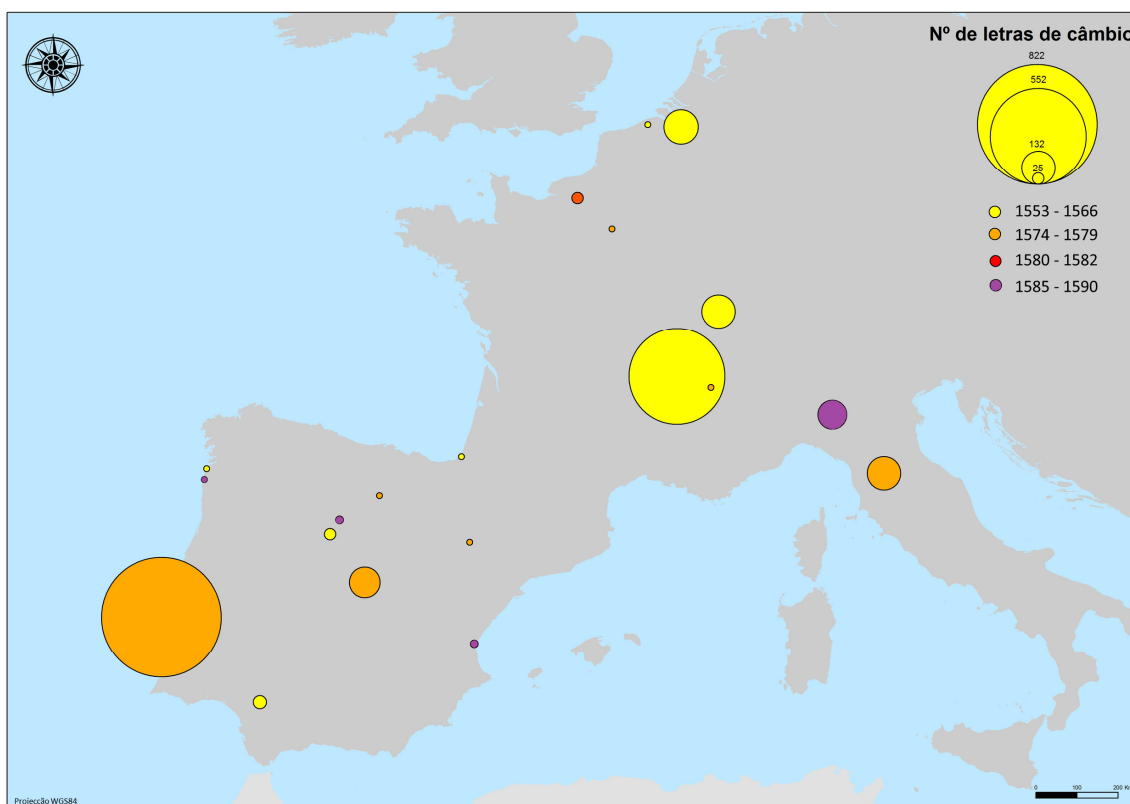


Figura 16 – Lugares de pagamento das letras de câmbio emitidas em Medina del Campo (1553-1606)³⁶.

³⁵ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº25 (carta de 13 de Julho de 1575).

³⁶ Consultar Anexo 3 para tabela de dados.

A primeira observação é a da considerável diminuição do universo de lugares. Se Medina del Campo é o local de pagamento de letras remetidas a partir de 45 praças europeias, o número de lugares para os quais remete as suas letras é bem inferior, sendo apenas de 20. É, no entanto, o mesmo grupo de lugares, aquele que lidera o pagamento de letras emitidas em Medina – Antuérpia, Lyon e Lisboa. Lisboa encabeça a lista com cerca de 39,1% do total de letras.

No início das actividades da Companhia, e num período que se estende até 1566, as ligações de Medina com Antuérpia, as feiras de Besançon e de Lyon, são as que maior peso assumem. A análise das letras de câmbio emitidas a partir de Medina revela uma alteração nesta geografia apenas a partir da segunda metade da década de 70, com a entrada das praças de Madrid (em 1574), Lisboa (em 1575) e Florença (em 1579). Na verdade, enquanto que os mercadores portugueses remetem a suas letras para as feiras de Medina desde 1563, é apenas a partir de 1575 que a capital portuguesa se assume como praça de pagamentos. Nesta geografia das letras emitidas em Medina, a presença de Antuérpia também sofre alterações, sendo que a sua expressão é bastante menor que no caso dos pagamentos de letras, estando ao nível de Florença e Besançon. Esta é uma presença a ressaltar, visto que a relação entre as feiras de Besançon e as de Medina é bem maior na transição da década de 50 para a de 60, altura em que Medina remete os seus pagamentos para Besançon. Estes dados são compatíveis com um cenário de progressivo aumento de importância das feiras castelhanas, pelo que apenas na transição para a década de 80, com o estabelecimento das feiras em Piacenza, é que as feiras genovesas recuperarão a sua importância.

As funções “local do pagador” e “local do beneficiário” resultam destes mesmos circuitos de dinheiro criados e dinamizados pelas feiras. Resultam também da omnipresença da Companhia nas letras de câmbio. Com efeito, compreende-se que, ao tratarmos com documentação pertencente ao arquivo deste mercador, é de esperar que Simón Ruiz, quer na primeira pessoa, quer através de um seu representante, assumia algum papel no processo de câmbio, quer como tomador, pagador, beneficiário, dador, ou referido. Esta circunstância justifica a omnipresença de Medina del Campo em toda a documentação: a importância da sua função financeira, enquanto sede e gestora de toda a rede é esmagadora. Na verdade, se juntarmos as funções de local de emissão e de pagamento, assim como de local dos respectivos intervenientes (pagador, beneficiário, dador, referido, tomador) conseguimos abarcar 96% do total das ocorrências para

Medina del Campo. E é também o seu papel de gestão que justifica o resultado “destino de carta”, pois é para a sede da firma que as cartas dos correspondentes portugueses convergem³⁷.

Ainda relacionadas com a actividade do crédito estão também as ocorrências de “praça financeira” que resultam de uma classificação atribuída ao lugar sempre que este surgia na correspondência comercial num contexto de circulação de dinheiro e/ou crédito. Um dos tópicos mais comuns nas cartas dos correspondentes portugueses são os avisos de pagamento e de cobrança de letras de câmbio, como se compreende pelo anteriormente exposto³⁸. É exemplo disto, uma carta de Hernando de Morales a Simón Ruiz, em Dezembro de 1574, pedindo o pagamento de uma letra no valor de 2330 ducados. Esta quantia resultou de um acerto de contas entre os dois mercadores e serviu para aquisição de novas mercadorias. O agente português refere ainda que se o castelhano não dispuser do capital necessário, deverá enviar a letra para pagamento na Flandres ou em Sevilha³⁹. Já em 1575, uma carta de Luís Gomes avisa Simón Ruiz que Manuel Rodrigues d’Elvas vai a Medina del Campo, e depois a Segóvia, para cobrança de uma letra⁴⁰. Em 1576, Manuel Fernandes Safin pede a Simón Ruiz que aceite uma letra de câmbio de Felipe Jorge⁴¹.

Estas ocorrências mostram-nos Medina del Campo enquanto centro de gestão de pagamentos e cobranças de dinheiros por negócios efectuados, epicentro do fluxo de letras dentro da rede de Simón Ruiz. No entanto, como dissemos, Medina é, acima de tudo, palco das mais importantes feiras de câmbio castelhanas no séc. XVI, facto que transparece na maior parte das cartas. Logo em 1564, uma carta de Gregorio de Sanctotus refere o encerramento dos câmbios na feira de Outubro⁴². Embora, inicialmente, as primeiras cartas nos dêem este tipo de informação, essencial ao calendário das actividades mercantis, com o avançar da instabilidade financeira em Castela, as preocupações dos mercadores com a irregularidade das feiras torna-se muito presente.

³⁷ Todas as cartas têm como destino Medina del Campo, à excepção de duas cartas do ano de 1566 que são remetidas para Sevilha para Francisco de Mariaca.

³⁸ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 2, nº127 (carta de 13 de Abril de 1563); caixa 8, nº84 (carta de 10 de Fevereiro de 1568); caixa 34, nº 20 (carta de 31 de Dezembro de 1576) e nº38 (carta de 3 de Setembro de 1576).

³⁹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 23, nº 309 (carta de 13 de Dezembro de 1574).

⁴⁰ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº34 (carta de 20 de Novembro de 1575).

⁴¹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº21 (carta de 8 de Maio de 1576).

⁴² In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 2, nº346 (carta de 3 de Janeiro de 1564).

Em Janeiro de 1573, António Gomes queixa-se a Simón Ruiz de que “*as feiras decorrem tao espaçadamente que o dinheiro so chega as casas comerciais um ano depois.*”⁴³ O ano que antecede a bancarrota de 1575 é já um período conturbado. A 2 de Maio de 1574, ainda não se sabe se a feira de Maio se realizará⁴⁴, e seis meses depois António Gomes refere que “*Medina del campo esta larga de dinheiro*”⁴⁵. Em Dezembro, “*grandes desordens vao nas feiras de medina que as gentes não se entendem (...) em castela todos querem remeter para matar os seus débitos*”⁴⁶. Estas informações, que Simón Ruiz recebia de vários correspondentes, permitiam-lhe jogar nos mercados financeiros, enviando o seu dinheiro consoante a praça mais favorável no momento. Ainda em 1574, António Gomes considera que ficava mais barato o envio de dinheiro para a Flandres e depois para Medina del Campo, do que o envio directo⁴⁷. Em 1575, o mercador português aconselha o envio de uma letra de câmbio de 1000 ducados para a praça da Flandres “*que não está tão estreita como medina del campo.*”⁴⁸ O ano de 1575 revela-se particularmente difícil, pelo que a circulação deste tipo de informação é muito abundante. Em Março, Hernando de Morales informa que o dinheiro em Lisboa para Medina está a 17%⁴⁹ e em Outubro informa que na Flandres não faltam tomadores para Lisboa, Sevilha e Medina⁵⁰. No final do ano, é Hieronimo de Carrun a referir que o câmbio em Medina para a Flandres está a 375 maravedis um escudo⁵¹. Em 1576, Luís Gomes, o Velho refere o câmbio de “*vicentes*” em moeda corrente a ocorrer em Medina del Campo⁵². Em Novembro de 1576, o mesmo mercador mostra-se preocupado com o decreto régio suspendendo as feiras de câmbio por um ano⁵³.

A movimentação das letras de câmbio corresponde, em grande parte, à movimentação de mercadorias que, embora não envolva directamente Medina del Campo, resulta em ganhos que são direccionados para esta praça. Assim, enquanto feira e, enquanto epicentro da rede, este lugar absorve as receitas resultantes do trato

⁴³ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 20, nº219 (carta de 28 de Janeiro de 1573).

⁴⁴ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 23, nº276 (carta de 2 de Maio de 1574).

⁴⁵ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 23, nº288 (carta de 4 de Novembro de 1574).

⁴⁶ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 23, nº306 (carta de 3 de Dezembro de 1574).

⁴⁷ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 23, nº289 (carta de 25 de Novembro de 1574).

⁴⁸ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº6 (carta de 4 de Janeiro de 1575).

⁴⁹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº51 (carta de 6 de Março de 1575).

⁵⁰ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº72 (carta de 4 de Outubro de 1575).

⁵¹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº31 (carta de 3 de Dezembro de 1575).

⁵² In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº2 (carta de 28 de Outubro de 1576).

⁵³ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº1 (carta de 9 de Novembro de 1576).

mercantil. Em 1575, Hernando de Morales escreve a Simón Ruiz ordenando-lhe que remeta “o dinheiro do procedido da nau” para Sevilha, e depois o envie de contado para Medina⁵⁴. Em 1577, António Gomes ordena-lhe também que remeta para Medina del Campo o dinheiro da venda de pimenta em Valencia, e para Medina ou Madrid, o dinheiro da venda da pimenta e açúcar em Nantes⁵⁵. Num movimento inverso, para Lisboa deve ir o dinheiro que tem em Medina, resultante da compra do anil de Tomás Ximenes⁵⁶. Estes movimentos resultam, como demonstramos, de um conhecimento profundo das praças europeias, que permite aos mercadores escolherem o lugar para o qual enviar o dinheiro para obtenção de um bom lucro. No entanto, nem sempre são critérios puramente financeiros os que suportam esta escolha. Lembremos que o jogo das letras de câmbio é feito em rede e, como tal, obedece a regras que, para além da partilha de informação, implicam critérios de reciprocidade. Isto torna-se muito claro numa carta de Luís Gomes, o Velho, assegurando a Simón Ruiz que receberá o seu pagamento, relativo a mercadorias, em Medina e não em Madrid, por respeito à companhia⁵⁷. Neste caso, Medina impôs-se, não por uma taxa de câmbio favorável, mas sim pela sua função como gestora da rede.

Medina não se limita a receber os resultados do trato mercantil, participando também no próprio fluxo de mercadorias. Estes são os casos nos quais Medina del Campo foi categorizada como “praça mercantil”. E quanto a este aspecto, a correspondência com os agentes portugueses aponta uma dinâmica muito específica de Medina: a importação de produtos tintureiros. Com efeito, são abundantes as encomendas de pastel e pau-brasil, embora seja o anil que ocupa o maior número de linhas das cartas de Lisboa, mercadoria que estava claramente nas mãos de Luís Gomes. Em Janeiro de 1573, o mercador chama a atenção para a procura que havia de anil em Castela, tendo já enviado 14 carregamentos⁵⁸. Em Abril, existe ainda a mesma necessidade, embora a oferta fosse reduzida devido ao atraso das naus da Índia⁵⁹. Em 1574, António e Luís Gomes, numa parceria com Simón Ruiz, vendem dois quintais de anil a um homem de Segóvia, por 84 mil reales. Os mercadores consideram que o anil,

⁵⁴ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº77 (carta de 2 de Novembro de 1575).

⁵⁵ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº65 (carta de 19 de Janeiro de 1577) e nº37 (carta de 18 de Fevereiro de 1577).

⁵⁶ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº34 (carta de 31 de Janeiro de 1577).

⁵⁷ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº13 (carta de 11 de Novembro de 1577).

⁵⁸ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 20, nº219 (carta de 28 de Janeiro de 1573).

⁵⁹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 20, nº221 (carta de 23 de Abril de 1573).

que já vinha contratado da Índia, e chegado em grande quantidade, estava a ser vendido na praça de Lisboa a um preço elevado⁶⁰. No final desse mesmo ano, António Gomes ainda se queixa da subida do preço por causa do aumento do tributo das alcabalas⁶¹.

As outras plantas tintureiras apresentam o mesmo padrão, o da constante procura por parte de Castela, e o seu abastecimento a partir de Lisboa. Em Janeiro de 1573, a necessidade de pastel fazia-se sentir em Medina e em Segóvia⁶², pelo que António Gomes envia nove cargas para Simón Ruiz⁶³. Em 1577, é a vez do pau-Brasil, que estando a ser vendido por Diego de Vitoria, da Biscaia, é encomendado por Simón Ruiz⁶⁴.

As outras ocorrências para “praça mercantil” estão também ligadas ao comércio dos têxteis, e dão-nos alguma informação relativa à sua circulação. Em Novembro de 1577, Carlos Nunes, em Elvas, escreve a Simón Ruiz justificando o atraso no envio de peças de “*grās*”⁶⁵ para Medina, por Luís Gomes estar a aguardar a chegada de mais. O mercador informa que as “*grās*” vão de Mérida ao “*porto*” (Badajoz) para pagamento da aduana, e depois para Olivença⁶⁶. Em 1575, Hernando de Morales, também em Elvas, avisa que recebeu dois fardéis de roupa preta, mas não sabia se teriam vindo de Medina para Mérida, ou se tinham ido de Bilbao para Medina⁶⁷.

Quanto à exportação de produtos, pouco é referido nas cartas, embora uma consideração de António Gomes sobre o pouco risco que existia em levar mercadorias de Medina del Campo para a Biscaia⁶⁸, nos remeta para a utilização dos portos biscaínhos para exportação de produtos.

Uma outra vertente de exercício da praça de Medina, resultante da actividade mercantil da firma, relaciona-se com os seguros marítimos, que de uma forma geral, os portugueses encarregam Simón Ruiz de realizar. Um destes processos inicia-se em Janeiro de 1577, com a recomendação de Manuel Gomes a Hernando Correa de

⁶⁰ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 23, nº288 (carta de 4 de Novembro de 1574).

⁶¹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 23, nº292 (carta de 24 de Dezembro de 1574).

⁶² In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 20, nº216 (carta de 6 de Janeiro de 1573).

⁶³ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 20, nº217 (carta de 18 de Janeiro de 1573).

⁶⁴ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº43 (carta de 29 de Julho de 1577).

⁶⁵ Pano de lã tingido de escarlata. Designa também a tinta escarlata obtida a partir de um insecto: a grã ou cochirilha (COSTA 2004, 148).

⁶⁶ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº19 (carta de 4 de Novembro de 1577).

⁶⁷ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº73 (adenda à carta de 27 de Outubro de 1575).

⁶⁸ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº29 (carta de 30 de Outubro de 1577).

Velasco, para que faça um seguro em Burgos, Medina ou Madrid. Este seguro acaba por ser concretizado apenas em Junho, sendo relativo a uma carga de pimenta a transportar entre Lisboa e Veneza⁶⁹.

Por último, foi ainda utilizada a classificação de “local associado a representante de negócios”, nos casos em que a documentação refere que determinado agente actua, num determinado lugar, como representante de outro. Medina del Campo é um espaço privilegiado para estas referências, principalmente em épocas de feiras, onde se concentram agentes representantes das várias companhias. Embora nem sempre esta relação seja explicitamente expressa na documentação, uma das referências encontrada é bastante clara. Em 1572, António Gomes escreve a Simón Ruiz, informando-o que, após a morte de Gaspar de Medina, tinha ficado sem um representante seu em Medina del Campo, e que, por isso, procurava agora um substituto⁷⁰.

A conclusão mais imediata da análise de Medina del Campo é a sua esmagadora macrocefalia no que se refere à rede de negócios em estudo, que tem como sede. Tal é visível no número de ocorrências, mas também no universo de lugares (praças de negócio) com os quais estabelece relações. O que provoca este cenário são duas sobreposições. Em primeiro lugar, uma sobreposição geográfica de duas funções cruciais – Medina del Campo é sede da companhia e sede das feiras castelhanas. Em segundo, uma sobreposição temporal destas duas funções – o período de funcionamento da companhia, na segunda metade do século XVI, é também o período de maior vitalidade das feiras. Por esta altura, Medina encontrava-se já ocupada por mercadores e correspondentes de casas comerciais de toda a Europa, canalizadoras das transacções comerciais e dos negócios financeiros que os castelhanos faziam com praças como Bruges, Antuérpia, Colónia, Rouen, Nantes, Porto, Lisboa, Génova, Florença, etc. (CASADO ALONSO 2009, 28).

Estes homens fazem convergir mercadorias, capital, e crédito, para Medina, que corresponde a estas solicitações, diversificando as correspondências com outras feiras, e tornando-se num espaço competitivo. A sede da companhia de Simón Ruiz não poderia ter encontrado espaço mais privilegiado: a sua escolha foi por certo intencional e deliberada. A sua localização permite-lhe beneficiar do dinamismo das feiras

⁶⁹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº34 (carta de 31 de Janeiro de 1577); nº35 (carta de 1 de Fevereiro de 1577); e nº78 (adenda à carta de 6 de Junho de 1577).

⁷⁰ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 17, nº259 (carta de 7 de Maio de 1572).

castelhanas, quer alimentando-as com as mercadorias mais procuradas – como os corantes, cuja pertinência, num espaço de excelência de produção têxtil, é incontestável -, quer alimentando-as com o dinheiro, e mais crucial ainda, o crédito, verdadeiro suporte de todo o dinamismo mercantil da época. A expansão geográfica da rede de relações que envolvem Medina, a que assistimos em plena década de 80, mostra como estes - mercadorias e crédito - são percursos verdadeiramente paralelos. Nesta altura, o câmbio feito com praças estrangeiras era a melhor forma de praticar especulação, sem incorrer em ilegalidades. Portanto, era prática comum das principais casas comerciais diversificarem o universo de praças com as quais cambiavam. Na elevada oferta de praças financeiras, Medina del Campo era uma praça privilegiada, pois era um dos lugares onde era mais barato adquirir dinheiro (HASSAN ABED AL-HUSSEIN 1986, 73). Desta forma, numa altura em que os interesses financeiros estão todos virados para Medina, a Companhia decide entrar em força no jogo especulativo dos câmbios.

A forma como a Companhia usufrui das funções deste lugar, a forma como joga com a sua atractividade, e a forma também como, ao mesmo tempo, se torna susceptível das suas flutuações, do seus ritmos de crescimento ou estagnação, é verdadeiramente paradigmática para a nossa análise.

2.2 Lisboa

Alguns lugares desempenharam funções que, ou pela sua longevidade, ou pelo seu alcance, inscreveram-se profundamente na sua memória, criando uma identidade. E a historiografia tem um papel determinante neste processo. Se, quando falamos de Medina del Campo, falamos das suas feiras, quando falamos de Lisboa no período moderno, falamos inevitavelmente da capital de um reino, e mais do que isso da capital de um império. E Lisboa é, com efeito, capital desde a Idade Média, sendo a partir do século XVI, o centro de gestão de um vasto império ultramarino. Compreende-se, por isto, que a historiografia tenha privilegiado este seu papel, até porque se trata de entender e explicar as dinâmicas de um império, a sua logística, o seu financiamento, os seus monopólios, enfim, a sua vastidão. Quando procuramos uma Lisboa menos imperial, procurando relacioná-la com as restantes praças europeias, elas próprias

também detentoras dos seus espaços de influência, e dos seus monopólios, também a encontramos, por exemplo, na investigação feita sobre as relações estabelecidas com o Norte da Europa, nomeadamente com Antuérpia (KELLENBENZ 2000; ALMEIDA 1993).

Aqui aproximamo-nos já de uma visão mais relacional dos espaços, cujas dinâmicas se cruzam, por vezes em contextos de concorrência, outras vezes em complementaridade. Lisboa deixa então de ser vista como um mero centro político-administrativo, passando a funcionar como um espaço mercantil, como uma cidade portuária, e de grande dimensão, no contexto europeu moderno. E é por ser um porto que a podemos analisar enquanto espaço integrante de uma rede mais vasta de portos e de praças comerciais, cuja interação, e cuja complementaridade, permitiram a construção de uma economia cada vez mais globalizante. Nesta perspectiva, passamos a considerar fenómenos de “migrações internas de agentes comerciais, da itinerância de homens de cabedal, da transferência de capitais, e da existência de redes mercantis entre várias localidades marítimas, que diluíram a hierarquização portuária piramidal, perspectiva tradicional na análise das dinâmicas portuárias.”(POLÓNIA 2006)

Temos consciência, porém, que certas perspectivas enraizadas na historiografia, parciais e incompletas, não resultam sempre de uma intenção do historiador, mas da sua perspectiva de análise. Muito simplesmente, quando nos afastamos da documentação central, depáramos com uma realidade muito mais diversa e complexa. Acontece, por exemplo, quando a análise é feita a partir de fontes mercantis (estrangeiras quando as nacionais são omissas). Apontemos o exemplo dos seguros marítimos de Burgos, que permitiram a Casado Alonso desenhar uma geografia das rotas mercantis envolvendo os portos portugueses, apontando para um panorama muito mais vasto e ramificado do que aquele passível de ser estudado a partir de fontes nacionais.

O mesmo se diga em relação ao dinamismo da iniciativa privada, ao vigor da constituição de parcerias, ao seu carácter multi-nacional, e acima de tudo à sua polivalência. Quando focalizada a partir destas perspectivas, Lisboa não é apenas o porto de origem e destino das carreiras ultramarinas, integrando em pleno os eixos comerciais envolvidos em circuitos de cabotagem nas costas atlântica e mediterrânica.

Esta perspectiva, que nos é facultada pelas bases de dados construídas a partir da documentação da Companhia de Simón Ruiz, permitiu-nos conhecer melhor as ligações de Lisboa com os portos europeus, nomeadamente os de Bordéus, Nantes, Rouen,

Londres, Hamburgo e Antuérpia. A troca de especiarias, ou até mesmo de sal, por produtos manufacturados, sobretudo têxteis é uma constante. São contratos que não resultam de uma qualquer política económica centralizadora, mas apenas da lógica dos mercados, e de um profundo conhecimento destes. E é aqui que o recurso à correspondência comercial se torna essencial, completando este quadro de trocas múltiplas, e dando-nos a visão do mercador. Se perguntarmos onde aplica este o dinheiro resultante do seu trato, se quisermos acompanhar o seu processo de transformação em empresário capitalista, analisemos as letras de câmbio. Consideramos que é aqui que poderá residir o contributo do presente trabalho. Observar Lisboa através de uma perspectiva que confere a primazia, não às políticas do poder central, mas aos agentes económicos. Permitirmos que sejam estes a constitui o enfoque analítico. Neste sentido, Lisboa, enquanto lugar, deixa de ocupar *a priori*, uma posição hierárquica elevada, para constituir apenas mais um nó na rede de lugares em análise. Não se trata de uma simplificação, ou de uma despromoção, pelo contrário, acreditamos ser esta a forma de lhe conferir uma maior polivalência e a multifuncionalidade que acreditámos ter desempenhado.



Legenda:

○ - Carmo □ - Rua Nova

Figura 17 – Vista de Lisboa. In BRAUN e HOGENBERG - *Civitates Orbis Terrarum*, vol. 5, 1598 (FÜSSEL 2008, 349).

Cabeçalho: “Olisippo, which is today called Lisbon, the largest city in Lusitania, situated on the Tejo. The most noted centre of trade for the entire Orient, for many islands, for Africa and America.”(FÜSSEL 2008, 348)

No caso de Lisboa, é inegável o destaque que lhe é dado no *Civitates Orbis Terrarum*. A cidade portuguesa surge logo no primeiro volume, e em segundo lugar, logo a seguir a Londres. A sua grande dimensão é representada pela concentração de casas, tão densamente agregadas, sendo também bastante relevante a importância dada aos espaços portuários, como que a comprovar a sua importância comercial (FÜSSEL 2008, 50). Nos comentários que acompanham as ilustrações, encontra-se esta declaração bem elucidativa do reconhecimento da importância histórica de Lisboa: “In historical times there were two cities we might call “Ruler of the oceans and the high seas” from where ships could set sail for the East and the West; one is Seville, the other Lisbon.” (FÜSSEL 2008, 348).

Na base de dados com que trabalhamos, embora quase a totalidade das referências utilize o termo “Lisboa” encontramos duas designações a espaços no interior da cidade, nomeadamente ao Carmo e à Rua Nova (ver legenda da Figura 17). Em três letras de câmbio tomadas em 1589, em Lisboa, o beneficiário é “*Diogo Fernandes de Elvas no Carmo*”⁷¹. Uma outra, tomada em 1597 em Madrid, tem como pagador “*Manuel Nunes Rosa na Rua Nova em Lisboa*”⁷².

Do total de ocorrências para Lisboa, 3142, fizemos o levantamento de todas as funções que lhe estão associadas, cujos resultados se expressam na Tabela 5.

Função	Nº
Emissão de letra	1538
Pagamento de letra	953
Emissão de carta	249
Local associado a agente referido numa letra	116
Local do beneficiário de letra	95
Praça comercial	46
Local do pagador de letra	44
Praça financeira	39
Local do tomador de letra	21

⁷¹ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 5, 1589, nº 706, nº 723 e nº 733.

⁷² In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 8, 1597, nº 54.

Local do dador de letra	20
Local associado a representante de negócios	10
Porto marítimo	6
Praça de seguros	5

Tabela 5 – Funções do lugar “Lisboa”.

A primeira referência feita a Lisboa, no nosso universo documental, data de 23 de Julho de 1558, sendo o lugar de emissão de uma carta de Benedito Gouchon, que aí se encontrava a vender trigo de Simón Ruiz, carga enviada da Bretanha pelos seus sócios Jean le Lou e Yvon Rocaz⁷³. Em termos biográficos consideramos essencial registar as primeiras referências feitas na documentação para cada um dos lugares em análise. Esta informação é especialmente importante para percebermos como os lugares vão integrando a rede espacial da companhia, sendo relevante, não só o tempo em que o fazem, mas também com que funções. E neste caso, percebemos que num período tão embrionário para a companhia de Simón Ruiz, entregue quase em exclusividade à venda de tecidos da Bretanha nas feiras castelhanas (LAPEYRE 1986), havia já quem o representasse na capital portuguesa.

No caso de Lisboa, a sua representatividade é naturalmente favorecida pela selecção feita à correspondência em análise. No entanto, considerando o resultado “local de emissão”, que é o que reúne maior número de ocorrências, verificamos que as letras de câmbio emitidas em Lisboa totalizam cerca de 16,6% do total de letras, cuja amostragem não obedeceu a nenhum critério geográfico. Com efeito, de todas as letras pagas em Medina del Campo, Lisboa ocupa a terceira posição enquanto lugar de emissão, a seguir a Antuérpia e a Lyon. Este resultado mostra claramente a importância deste lugar para os negócios de Simón Ruiz, independentemente da documentação analisada. E a primeira letra de câmbio aqui tomada, de que temos registo, é de 1559, emitida por Juan Alonso de Muxica, e a ser paga na feira de Villalón⁷⁴. Esta é a grande tendência das letras de Lisboa, pelo que do total, mais de metade, são a pagar nas feiras castelhanas, em especial nas de Medina del Campo, sendo também relevantes os pagamentos em Madrid e Valladolid (ver Figura 18).

⁷³ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 1, nº49 (carta de 23 de Julho de 1558).

⁷⁴ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 1, 1559, nº 21. Letra de câmbio de 11 de Maio de 1559.

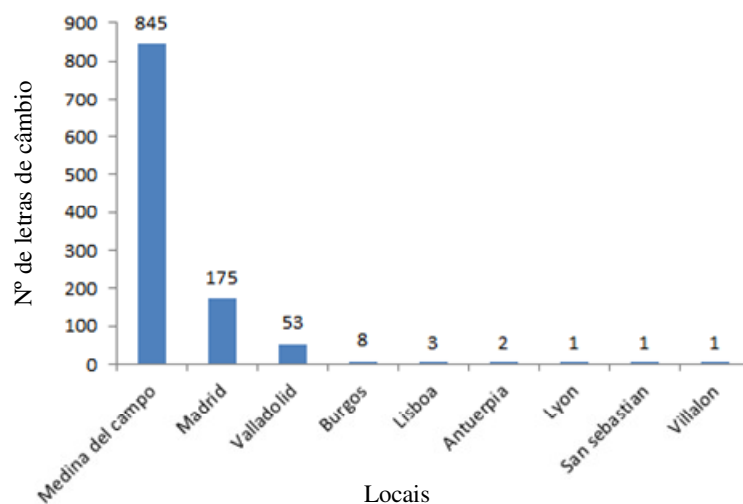


Figura 18 – Número de letras de câmbio emitidas em Lisboa, por local de pagamento (1553-1606).

O segundo resultado, referente a Lisboa como “local de pagamento” mostra-nos o percurso inverso do dinheiro, pelo que de todas as letras pagas em Lisboa, cerca de 86,2% foram tomadas em Medina, seguindo-se Madrid e Valladolid (ver Figura 19).

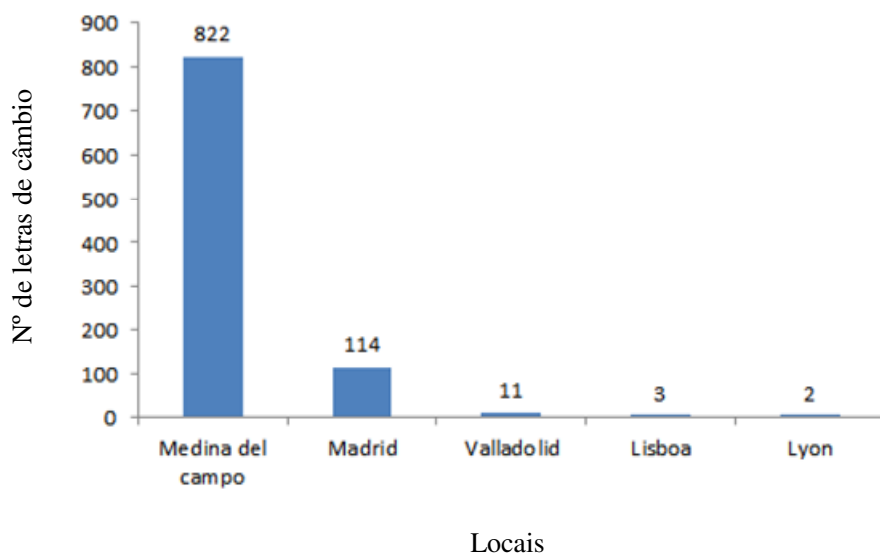


Figura 19 – Número de letras de câmbio pagas em Lisboa, por local de emissão (1553-1606).

Este fluxo Medina-Lisboa resulta, não só da circulação a que o dinheiro é sujeito com vista à sua rentabilização, num jogo que se baseia nas oscilações das taxas de

câmbio, mas também da necessidade, muito prática, de pagamento das mercadorias vindas da capital portuguesa. Emboa a leitura das letras de câmbio não nos dê essa informação, a letra de câmbio limita-se a descrever a transacção, não clarificando o seu motivo, o cruzamento com a correspondência elucidada, por vezes, essa questão. Uma carta de António Gomes a Simón Ruiz refere que o dinheiro a remeter de Medina del campo para Lisboa “*seja do anil em que participa tomas ximenes*”⁷⁵. Uma análise diacrónica permite verificar que, embora a primeira letra de câmbio tomada em Lisboa seja de 1559, só em 1575 é que surge a primeira referência a um pagamento nesta praça⁷⁶. E, mesmo assim, no resto da década, as letras pagas em Lisboa constituem excepções. Só a partir de 80, com especial relevância para os anos de 1588 e 1589, é que começam a ser relevantes os pagamentos de letras de câmbio em Lisboa.

As ocorrências de “emissão de carta” são assumidamente resultado da selecção documental e mostram-nos Lisboa enquanto fonte de informação e dos contactos regulares com Simón Ruiz. Das 299 cartas analisadas, 138 são da autoria de António Gomes de Elvas. Também apresentam alguma relevância as cartas de outros membros da família, nomeadamente do seu filho Luís Gomes, e de Hernando de Morales, todos parceiros de negócio de Simón Ruiz, ou por vezes, actuando apenas como seus representantes.

As ocorrências a “local de referido” resultam, na sua maior parte, dos casos em que na letra de câmbio, o tomador ordena ao pagador que “*meta à conta de*” um terceiro indivíduo, o valor constante na letra. Nestes casos, é o referido o devedor final da quantia, e o pagador deverá avisar o tomador 10 a 15 dias após aceitar a letra (GASCON 1971, 263). Estas ocorrências, apesar de não envolverem directamente Lisboa, representando um fluxo de dinheiro ou crédito entre duas outras praças, resultam de uma dívida de um mercador lisboeta, sendo portanto igualmente relevantes. É, por exemplo, o caso de uma letra de câmbio tomada por Jeronimo Ruiz Embito e herdeiros de Francisco de la Presa e Vitores Ruiz, em Lyon, sobre os Bonvisi, em Antuérpia, por conta “*dos de lisboa*”⁷⁷. Acontece também quando uma dívida feita numa praça estrangeira é mandada pagar nas feiras de Medina⁷⁸.

⁷⁵ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº34 (carta de 31 de Janeiro de 1577).

⁷⁶ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 1, 1575, nº 17. Letra de câmbio de 2 de Janeiro de 1575.

⁷⁷ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 1, 1576, nº 61. Letra de câmbio de 22 de Maio de 1576.

⁷⁸ Ver a título de exemplo A. S. R., Letras de câmbio, caixa 5, 1589, nº 239. Letra de câmbio de 6 de Maio de 1589.

Estes contextos são os mesmos que explicam o elevado número de beneficiários referidos como sendo de Lisboa. Em grande parte dos casos são letras a pagar por Simón Ruiz nas feiras de Medina, pelo que apesar do local de pagamento ser Medina del Campo o beneficiário é referido como sendo de Lisboa.

A correspondência comercial permite-nos alguma observação sobre os movimentos mercantis que resultam nalguns destes fluxos de dinheiro. O elevado número de pagamentos em feiras sugere uma forte actividade mercantil e, com efeito, Lisboa foi classificada como “praça comercial” em bastantes ocorrências.

Uma das temáticas mais recorrentes nas cartas é o abastecimento da capital portuguesa com trigo. Logo em 1558, Simón Ruiz, Maria Ruiz, e Isabel Santo Domingo, vendem trigo bretão através do seu intermediário, Benedito Gouchon, ordenando o envio do dinheiro da venda, em contado e por pessoa segura. Note-se que ainda não foi adoptado o mecanismo de tomar uma letra de câmbio, mas opta-se antes pelo transporte do dinheiro em metal. Neste episódio, o trigo foi vendido entre 65 e 80 reales o moio⁷⁹. Em Agosto desse mesmo ano, Benedito Gouchon alerta para a continuação do cenário de procura considerando que “*algumas partes de portugal entrarao em carestia de cereal no final de Setembro*”⁸⁰. Percebe-se a aposta da companhia neste tipo de produto, permanentemente em falta em Portugal, e tão susceptível a oscilações. Com efeito, em Julho de 1563, a situação inverte-se, e de Lisboa sabe-se que há muita abundância de trigo⁸¹. Em Março de 1567, o cenário mantém-se, e António Gomes desaconselha a venda do cereal em Portugal por ser abundante, acrescentando que o trigo que se encontra no mercado é importado de Espanha, Flandres e França⁸². Em Agosto desse ano, o mercador comenta que é impossível realizar bons negócios de trigo no Verão, somente no Inverno⁸³. Com efeito, é em Fevereiro do ano seguinte que surge nova oportunidade de negócio, que ainda assim não corre nas melhores condições. António Gomes queixa-se que a chegada de 50 navios duas semanas antes do seu provocou o excesso de trigo de boa qualidade em Lisboa, tendo vendido a 110 cruzados, e que “*enquanto os bretoes venderem os precos*

⁷⁹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 1, nº49 (carta de 23 de Julho de 1558).

⁸⁰ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 1, nº50 (carta de 27 de Agosto de 1558).

⁸¹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 2, nº128 (carta de 19 de Julho de 1563).

⁸² In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 6, nº94 (carta de 22 de Março de 1567).

⁸³ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 6, nº98 (carta de 30 de Agosto de 1567).

serao baixos”⁸⁴. Este tipo de considerações relativas à oferta e procura são muito frequentes na documentação e, são, naturalmente, fundamentais para estes homens, ditando o sucesso ou insucesso dos seus negócios. Isto é muito claro numa carta de António Gomes contando que estava a vender o trigo de Simón Ruiz, de forma espaçada para o rentabilizar, mas que Andrés Ruiz não o avisou da vinda de navios da Bretanha, o que fez baixar os preços⁸⁵. A venda de trigo não parece correr bem ao mercador lisboeta que, ainda nesse ano recebe uma nova carga, de boa colheita, mas que chegou velho. Desta vez o mercado até lhe foi favorável, pois sem concorrência (“*ha 15 dias que nao ha bretoes*”), pôde iniciar a venda com 140 ducados, o que diz ter representado um lucro de 20 por cento⁸⁶. Como afirmamos, os negócios destes homens são essencialmente influenciados pelas variações dos mercados, e mesmo que determinado produto seja bastante atractivo pelo seu valor, se não se perspectivar um bom resultado, é preterido em função de outro de menor valor. É o que acontece em Agosto de 1570, quando António Gomes recusa uma proposta de Simón Ruiz para uma venda de especiarias em França. Argumenta que estariam muito caras devido ao avanço da guerra dos turcos, e propõe antes um carregamento de trigo, pois a colheita em Portugal não tinha sido da qualidade que se esperava, vendendo-se a 100 reais o alqueire⁸⁷. Um mês depois, é a vez de uma parceria entre Andrés Ruiz e António Gomes. Juntos importam mais de 300 toneladas de trigo para Lisboa. O mercador português informa Simón Ruiz que o trigo da Flandres e da Alemanha não pára de chegar a Lisboa, e que o preço anda a 110 reais o alqueire. Considera ainda que é um bom negócio, e que “*portugal gasta muito trigo, nao ha problema em trazer tanta quantidade*”⁸⁸. Em Julho de 1577, novo pedido do português para que Andrés Ruiz arranje navios de trigo⁸⁹, que acabam por chegar em Setembro. Consegue uma venda a 120 reais o alqueire, num período de abundância de trigo na França, Flandres e Alemanha⁹⁰. Ainda em Novembro, António Gomes alerta para a entrada em Lisboa de muitos bretões com trigo e que a procura era muita⁹¹.

⁸⁴ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 8, nº84 (carta de 10 de Fevereiro de 1568).

⁸⁵ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 8, nº87 (carta de 16 de Abril de 1568).

⁸⁶ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 8, nº90 (carta de 27 de Julho de 1568).

⁸⁷ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 12, nº238 (carta de 1 de Agosto de 1570).

⁸⁸ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 12, nº239 (carta de 30 de Agosto de 1570).

⁸⁹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº43 (carta de 29 de Julho de 1577).

⁹⁰ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº48 (carta de 22 de Setembro de 1577).

⁹¹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº19 (carta de 4 de Novembro de 1577).

Se a praça lisboeta parece constantemente sequiosa do trigo trazido pelos bretões, estes parecem procurar ansiosamente o que esta oferece em maior abundância: sal e especiarias.

As especiarias são as primeiras a aparecer nas cartas, pelo que em Agosto de 1568 dá-se a notícia da chegada das naus da Índia, com mil quintais de pimenta e alguma canela⁹². A entrada neste negócio é um processo difícil e longo. Em 1570, António Gomes avisa Simón Ruiz que o negócio das especiarias foi recusado em França. A recusa deveu-se ao seu elevado preço, pois o avanço das guerras com os turcos representava um maior risco no mar, e, conseqüentemente, o aumento dos seguros⁹³. Em Maio de 1571, o mercador pede a Simón Ruiz que indague Andrés Ruiz sobre a necessidade de especiarias e açúcar em Nantes⁹⁴, mas cinco dias depois a empresa falha por não se conseguir encontrar frete para o seu transporte⁹⁵. Os negócios parecem não se concretizar, e um ano depois, António Gomes comenta a abundância de pimenta, que já vem contratada, e como o cravo e a canela só se vendem de contado, o mercador falha na compra de especiarias para a feira de Maio⁹⁶. Numa carta posterior acrescenta ainda que os preços baixaram face à boa colheita de Setembro, estando o cravo a menos de 45 mil reales e a canela a menos de 30 mil⁹⁷. Para além da constante atenção à chegada das naus da Índia, com o conseqüente aviso a Simón Ruiz⁹⁸, os mercadores portugueses mantêm sempre o castelhano a par das variações do mercado. Em 1576, vendia-se o açafraão a 1200 reis a libra “*que são 3 ducados*”⁹⁹, e em Março de 1577, apesar de Simón Ruiz ter má opinião sobre a pimenta, esta tem muita procura por marselheses, pelo que o seu preço sobe todos os dias em Lisboa¹⁰⁰.

Relativamente ao sal, a primeira referência, na documentação, é de 1574, altura em que António Gomes é responsável pelo fretamento da urca *Leon Roxo* do mestre Jacome de Vrese, de Hamburgo, para levar para França 400 moios de sal no valor de 1000 ducados¹⁰¹. Três meses depois, numa parceria entre Hernando de Morales e Julián

⁹² In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 8, nº91 (carta de 25 de Agosto de 1568).

⁹³ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 12, nº238 (carta de 1 de Agosto de 1570).

⁹⁴ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 15, nº28 (carta de 11 de Maio de 1571).

⁹⁵ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 15, nº29 (carta de 16 de Maio de 1571).

⁹⁶ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 23, nº289 (carta de 25 de Novembro de 1574).

⁹⁷ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 23, nº290 (carta de 15 de Dezembro de 1574).

⁹⁸ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº53 (carta de 14 de Março de 1575).

⁹⁹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº10 (carta de 29 de Novembro de 1576).

¹⁰⁰ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº75 (carta de 28 de Março de 1577).

¹⁰¹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 23, nº285 (carta de 5 de Outubro de 1574).

Ruiz, troca-se por sal, a carga de quatro naus, com lençarias, papel e vinho. O produto que começou por ser comprado a 1180 reis o moio, com a chegada de muitos navios para carregarem sal, subiu para 1500, levando Hernando de Morales a considerar que os vendedores de sal “*não são de palavra*”¹⁰². Ainda a propósito deste negócio, alerta-se para a subida do preço do sal em Lisboa para 5 ducados o moio, e em Setúbal para 7 ducados, pois havia pouco sal e muitas naus a carregar¹⁰³. No final do ano, Hernando de Morales avisa Simón ruiz que chegaram a Lisboa urcas da Alemanha para carregar sal e que também se carrega para Rouen¹⁰⁴.

Se os negócios do sal e das especiarias representam um desafio às capacidades de negócio dos mercadores lisboetas, a compra e venda de tecidos constitui realmente a especialidade mercantil da companhia. E ainda que seja a razão das primeiras parcerias de Simón Ruiz, na sua relação com Lisboa, neste domínio, surge apenas em 1575. Em Dezembro, António Gomes pede ao castelhano que avise Manuel Rodrigues que as “*sergillas*”¹⁰⁵ e “*pano pardo*” hão-de vir para Lisboa, e se ele quer que se envie para Badajoz¹⁰⁶. Cerca de um mês depois, o mercador queixa-se que “*as coisas de lisboa son vagarosas e ainda se vendem angeos (...) nao se aforra mais porque ha o risco de nao serem pagas em lisboa*”. Refere ainda que o lucro da venda dos “*angeos*”¹⁰⁷ será todo para comprar pimenta, mas avisa que querer vendê-los todos de uma vez seria perder dinheiro, porque teria de ser vendido muito barato¹⁰⁸. As referências ao comércio de panos são abundantes e deixam transparecer as estratégias de venda, actividade na qual os agentes portugueses parecem ser exímios. Em Dezembro de 1576, António Gomes ocupa-se da venda de panos de Simón Ruiz acabados de chegar numa nau. O mercador considera que se os novos tecidos “*forem de boa reputação*” há hipótese de se fazer uma boa venda. E o mercador português não poupa em conselhos ao castelhano: “*em lisboa nao ha bom gasto de de fardos inteiros de panos de laval*”, pelo que os clientes preferenciais da mercadoria devem ser os mercadores de pimenta, “*porque os de rua nao acabam de pagar a mercadoria*”. António Gomes mostra-se um bom intermediário

¹⁰² In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº47 (carta de 14 de Janeiro de 1575).

¹⁰³ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº10 (carta de 2 de Fevereiro de 1575).

¹⁰⁴ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº77 (carta de 22 de Novembro de 1575).

¹⁰⁵ Pano grosso, de lã (COSTA 2004, 157).

¹⁰⁶ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº32 (carta de 16 de Dezembro de 1575).

¹⁰⁷ Telas grosseiras provenientes de Anjou (VÁZQUEZ DE PRADA, 74-79).

¹⁰⁸ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº23 (carta de 10 de Janeiro de 1576).

tendo tratado das licenças na alfândega de Lisboa, e escondido os panos para lhes fazer subir o preço¹⁰⁹.

Ao analisarmos Medina del Campo verificamos que era destino de produtos tintureiros, como o anil. Lisboa foi identificada como um importante ponto de abastecimento de Castela. Em 1573, António Gomes refere a necessidade de anil em Castela, mas alerta para a sua inexistência em Lisboa. O pouco existente deveria ser pago em três prestações e em contado, não devendo ser vendido por menos de 13 reales¹¹⁰. No final desse ano, António Gomes compra anil da Índia, acha que mesmo que chegue em muita quantidade, o preço não baixará os 18 reales¹¹¹. Em 1575, o produto deveria existir em abundância no mercado, pelo que António Gomes pede que Simón Ruiz o avise de quantas cargas recebeu de Luis Gomes, e considera que meio real é um bom preço¹¹². Três meses depois a situação inverte-se, pois as duas naus da Índia trouxeram tão pouco anil que o preço disparou para 17 reales, não compensando o negócio. António Gomes queixa-se ainda que o anil paga muito de direitos de saída do porto e entrada em Castela, pagando ao rei 50 cruzados por quintal só em direitos¹¹³. Um mês depois volta a considerar que o anil “*da pouco de ganacia por ter muitos custos direitos e alcavalas*”¹¹⁴.

Uma carta de Janeiro de 1573 comprova a participação de António Gomes no comércio de pastel. O mercador informa Simón Ruiz que há pouco pastel em Lisboa e muita necessidade dele em Medina e em Segóvia. Considera que o que se vende em Lisboa é mais caro, tendo subido mais de 30 por cento, mas que, por outro lado, é de boa qualidade¹¹⁵.

Apesar destes produtos constituírem a maior parte da oferta mercantil de Lisboa, para a companhia de Simón Ruiz, encontramos referências a outros tratos que mostram a polivalência, quer da praça lisboeta, quer dos seus mercadores. Em Fevereiro de 1564, ao receber um pedido de compra de um escravo, António Gomes de Arriaga avisa Simón Ruiz que pode levar dois anos para se receber um escravo, e que dos que tinha

¹⁰⁹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº3 (carta de 30 de Dezembro de 1576).

¹¹⁰ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 20, nº221 (carta de 23 de Abril de 1573).

¹¹¹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 20, nº215 (carta de 29 de Dezembro de 1573).

¹¹² In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº15 (carta de 18 de Março de 1575).

¹¹³ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº24 (carta de 13 de Junho de 1575).

¹¹⁴ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº25 (carta de 13 de Julho de 1575).

¹¹⁵ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 20, nº216 (carta de 6 de Janeiro de 1573).

visto “*em 100 não ha um que seja bom*”¹¹⁶. Em Outubro, o processo continua com a deslocação de Pedro de Ecija a Lisboa, a mando do castelhano, para comprar dois escravos. Mais uma vez fica sem efeito, e a compra adiada para o Verão seguinte, pois os escravos que haviam chegado eram “*bossais e perigosos*”¹¹⁷.

Em 1567, há também a referência à procura de produtos medicinais, pelo que António Gomes envia a Simón Ruiz duas libras de china no valor de 6 ducados 13 soldos e 2 dinheiros, que com mais portes de envio totalizou 10 ducados. O lisboeta queixa-se que “*nao ha boa china e a que ha e caríssima*”¹¹⁸.

Também o dinheiro em metal constitui uma mercadoria à venda na praça de Lisboa. Em Março de 1577, as coroas dobradas valiam a 890 reais cada uma, e Manuel Gomes queixa-se que “*nao ha moedas de ouro porque os bretoes as tomam todas.*”¹¹⁹

Mas o quadro representando as várias funções de Lisboa na documentação, atesta a sua polivalência e este lugar não é apenas uma praça comercial. Lisboa foi recorrentemente classificada como praça financeira, pelo que os autores das cartas não falam apenas de produtos, mas de crédito e, acima de tudo, de circulação de dinheiro.

Logo em 1566, uma carta de António Dias, enviada ao representante da companhia em Sevilha, Francisco de Mariaca, informa que “*em lisboa ha abundancia de dinheiros mas nao ha credito devido ha falta de boas noticias de sevilha*” e que “*em lisboa ha fartos dinheiros e as comissoes sao muito baixas.*”¹²⁰ Em Junho do ano seguinte, António Gomes comenta com Simón Ruiz a dificuldade em realizar os pagamentos, visto que “*os portugueses sao algo desconfiados e comedidos*”¹²¹. Em Fevereiro de 1568, sobre Lisboa diz que “*hes esta terra tan estrecha y tan triste que se tenemos debito dos ferias hes necessario que tengamos otros dos créditos*”¹²². Neste mesmo ano, os mercadores portugueses lidam com um episódio de desvalorização monetária. Numa carta de Maio, o agente português refere como, sabendo de antemão das intenções da coroa portuguesa em baixar o valor das moedas de cobre, tenta desfazer-se delas comprando letras de câmbio sobre praças estrangeiras. O mercador

¹¹⁶ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 2, nº342 (carta de 21 de Fevereiro de 1564).

¹¹⁷ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 3, nº273 (carta de 16 de Outubro de 1565).

¹¹⁸ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 6, nº94 (carta de 22 de Março de 1567).

¹¹⁹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº75 (carta de 28 de Março de 1577) e nº77 (carta de 23 de Abril de 1577).

¹²⁰ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 4, nº327 (carta de 19 de Novembro de 1566).

¹²¹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº31 (carta de 17 de Junho de 1567).

¹²² In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 8, nº84 (carta de 10 de Fevereiro de 1568).

considera que a desvalorização da moeda de cobre em 70% foi muito necessário, porque senão “*dentro de dez anos se destruiria o reino*”. Admite, porém que provocou baixas paralelas nas mercadorias, e no pão, e que foi muito duro, principalmente “*para as gentes mais pobres*”, e que um “*reino tão pequeno, com tão grossa perda queda assolado*”¹²³. Dois anos depois, a situação permanece desfavorável, agora piorada com a proibição régia dos pagamentos dos câmbios, levando o português a lamentar que “*esta terra e triste para negociar.*”¹²⁴ Com efeito, nos reinados de D. Manuel e D. João III, o aumento das despesas públicas, e a falta de liquidez, tornara recorrente a prática dos empréstimos de dinheiro a câmbio e as vendas de juros. No entanto, o carácter usurário destes mecanismos obrigou a uma maior regulamentação, com as primeiras leis de D. Sebastião, numa tentativa de controlar a prática do “câmbio seco”. Em 30 de Julho de 1570, as leis passaram também a abarcar os estrangeiros residentes em Portugal (RAU 1968, 228-231).

Em Janeiro de 1572, verifica-se novo período de estreiteza, pois o monopólio do comércio com a Índia, concedido a Diogo de Castro, tinha terminado e não se sabia como seria renegociado. O mercador português informa Simón Ruiz que os contratadores das naus terão necessidade de dinheiro em Lisboa, mas que “*os cambistas estrangeiros temem a praça e os naturais poucos débitos tem*”¹²⁵. Em Setembro de 1573, aumenta a instabilidade, António Gomes aconselha a que se tenha poucos débitos “*para despertar interesse nos negócios que não andam de feição*” e avisa que “*se as feiras não andarem ordenadas não haverá grandes lucros na abertura dos câmbios em lisboa.*”¹²⁶ As suas previsões parecem confirmar-se, pelo que no final desse ano face ao “*desconcerto das feiras muitos negociantes erraram e as suas casas comerciais estão com problemas (...) não se pode fazer negocio com casas comerciais em dificuldade*”¹²⁷. A falta de capital é referida ainda em Outubro de 1574¹²⁸ e Janeiro de 1575. Neste mês uma carta de Hernando de Morales informa Simón Ruiz que “*as naus da india e as da armada da mina ha mais de um ano que ja deviam ter chegado*” e, que por isso “*a terra aqui nao esta com muito contento (...) se nao chegarem 3 ou 4 galeoes*

¹²³ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 8, n°87 (carta de 16 de Maio de 1568).

¹²⁴ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 12, n°239 (carta de 30 de Agosto de 1570).

¹²⁵ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 17, n°258 (carta de 7 de Janeiro de 1572).

¹²⁶ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 20, n°222 (carta de 22 de Setembro de 1573).

¹²⁷ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 20, n°215 (carta de 29 de Dezembro de 1573).

¹²⁸ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 23, n°287 (carta de 27 de Outubro de 1574).

com ouro de mina as pracas estreitarao”¹²⁹. Em Março, novo aviso de que “*os dinheiros em lisboa estao mais estreitos do que noutra pracas.*”¹³⁰ Com efeito, se a chegada das naus a Lisboa originava tempos de *largueza*, por sua vez, o período que antecedia a sua partida era de grande *estreiteza*. O que o justifica é que a preparação de uma frota que partia para a Índia exigia a concentração de avultadas quantias em dinheiro, dado que os vendedores de pimenta exigiam a troca da especiaria por numerário, dificilmente aceitando mercadorias. Desta forma, após a partida das naus, o processo seguia o seu ciclo, iniciando-se um novo período de *largueza* (oscar, 2001). Com efeito, isto sucede em Abril de 1575, altura em que, após a partida das naus da Índia¹³¹, Simón Ruiz é informado da “*largueza na praca de lisboa para todas as partes.*”¹³² Quando analisamos as letras de câmbio envolvendo a praça de Lisboa, referimos que era preciso esperar por 1575 para encontrar o primeiro pagamento feito sobre esta praça. Todas estas indicações que os mercadores portugueses dão sobre a conjuntura financeira no reino português, nomeadamente sobre a sua instabilidade, e especialmente a ideia que passam sobre a dificuldade em arranjar quem participe no negócio dos câmbios, compreendemos melhor a ausência de pagamentos até 1575. Verificamos também a ligação entre a chegada das naus a Lisboa e a forma como esta dita os denominados períodos de *largueza* e *estreiteza*. Este fenómeno faz-nos imediatamente pensar em Sevilha, uma importante praça financeira, também sujeita às mesmas oscilações, como demonstraremos adiante. Uma das tendências que verificamos nas cartas, a partir de 1575, é o jogo que se desenrola entre as praças de Lisboa e Sevilha, para onde se enviam as letras consoante as taxas de câmbio. Em Maio de 1575, remete-se uma quantia em ducados, de Sevilha para Lisboa, para depois a remeter de novo para Sevilha¹³³. Um mês depois, António Gomes manda que desta vez o pagamento seja feito directamente em Sevilha¹³⁴. Após a cobrança dos pagos de Maio, o mercador sugere que do dinheiro que sobrar “*se de letra para lisboa ou madrid*”¹³⁵, e em Outubro, Hernando de Morales informa que “*na flandres nao faltam tomadores*

¹²⁹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº47 (carta de 14 de Janeiro de 1575).

¹³⁰ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº51 (carta de 6 de Março de 1575).

¹³¹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº17 (carta de 2 de Abril de 1575).

¹³² In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº19 (carta de 20 de Abril de 1575).

¹³³ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº42 (carta de 11 de Maio de 1575).

¹³⁴ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº24 (carta de 13 de Junho de 1575).

¹³⁵ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº25 (carta de 13 de Julho de 1575).

para lisboa sevilha e medina del campo”¹³⁶, e que pelas informações que tem das praças “parece lhe que em lisboa se ha de fazer melhor libra.”¹³⁷ O negócio dos câmbios começa a entrar nas lides dos mercadores portugueses, principalmente nos de maior envergadura. Em Fevereiro de 1576, António Fernandes de Elvas, que Manuel Gomes classifica como “o homem mais rico de Lisboa”¹³⁸, propõe a Simón Ruiz uma participação conjunta no negócio dos câmbios, com reales negociados na Flandres pois “dentro de dias partirao as naus da india e os reales valorizaram 4 a 5 por cento”¹³⁹.

Por esta altura, a praça de Lisboa não se exclui do negócio dos créditos na sua forma mais elevada, ou seja, o financiamento da coroa espanhola, sob a forma dos *asientos*. Num verdadeiro assédio a Simón Ruiz, os portugueses multiplicam os seus pedidos para participar nos *asientos*¹⁴⁰, e assim que surge a oportunidade unem os seus capitais em parcerias luso-castelhanas. Veja-se, como exemplo, o asiento de 21 de Janeiro de 1576, que contou com a participação de António Fernandes de Elvas, Simón Ruiz e Francisco de la Presa, cada um deles avançando com um terço do capital¹⁴¹. Retomando a conjuntura sobre os pagamentos em Lisboa, e a tendência verificada para ocorrerem com maior relevância a partir de meados de 70, é bastante explícita a informação dada por Carlos Nunes numa carta em 1577 sobre como “em portugal agora trata se de fazer feiras em lisboa”¹⁴². Com efeito, e apesar das sucessivas limitações legislativas à prática dos câmbios, a coroa portuguesa acaba por ceder a este mal necessário, alterando as disposições anteriores, alegando a “dificuldade e excessivos preços com que nas feiras e bancos de alguns reinos se achava o dinheiro a câmbios”. Assim, são estabelecidas quatro feiras anuais com duração de um mês, sendo duas em Lisboa, em Junho e Dezembro, e duas em Lagos e Tavira, respectivamente em Abril e Outubro (RAU 1968, 228-231). A adopção deste novo comportamento não estava isenta de riscos, nem representa um cenário de estabilidade, pelo que, em Março a escassez de metal afectava de novo os mercados, e “os pagamentos tardam em lisboa

¹³⁶ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº72 (carta de 4 de Outubro de 1575).

¹³⁷ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº71 (carta de 13 de Outubro de 1575).

¹³⁸ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº77 (carta de 23 de Abril de 1577).

¹³⁹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº13 (carta de 20 de Fevereiro de 1576).

¹⁴⁰ Os *asientos* eram contratos estabelecidos entre privados e a coroa castelhana, sob a forma de empréstimos de dinheiro, serviços ou licenças especiais. O *asiento* fixava, quer as condições oferecidas pelos financeiros (valor, espécie monetária, lugar de pagamento), quer as condições de reembolso a ser cumpridas pela coroa (MARSILIO 2008, 197).

¹⁴¹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº25 (carta de 8 de Fevereiro de 1576).

¹⁴² In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº17 (carta de 19 de Fevereiro de 1577).

e nantes e em lisboa muitos pagamento se fazem em cobre.”¹⁴³ A situação arrasta-se e no final do ano, António Gomes avisa que “*dinheiro tomado sobre lyon ou besancon a 7 por cento para uma feira e melhor que dinheiro tomado sobre lisboa.*”¹⁴⁴

As ocorrências enquanto “local de representante” resultam da acção dos agentes portugueses em Lisboa, muitas vezes agindo como intermediários e em representação da companhia. Não só Lisboa é de grande utilidade a Simón Ruiz, como já vimos, como o mercador castelhano é verdadeiramente assediado pelos mercadores portugueses para com eles estabelecer sociedades. Simón Ruiz é também a chave de acesso a um mundo de negócios de grande atractividade para Lisboa, nomeadamente a possibilidade de participação nos *asientos*. Nas cartas são constantes as chamadas de atenção para os bons serviços prestados em Lisboa, onde Simón Ruiz “*tem tantos amigos e servidores*”¹⁴⁵. E estes amigos representam um verdadeiro poder de influência nos mais elevados círculos, não só financeiros, como políticos. Entre Novembro de 1573 e Abril de 1574, uma série de cartas trocadas com Medina reportam o processo de envio de 300 ducados para Lisboa para suborno dos aduaneiros. O responsável pelo pagamento é Frei Adrian de Tornelio, conselheiro geral de Espanha¹⁴⁶. Parceiro em muitos dos negócios de Simón Ruiz, nomeadamente nos *asientos*, António Fernandes de Elvas é fidalgo da casa real e tesoureiro da Infanta Dona Maria¹⁴⁷. Falamos portanto, de representantes que não são meros *encomenderos* ou *factores*, são mercadores de grande envergadura, ligados muitas vezes aos círculos de poder.

Os resultados ligados a Lisboa como “porto” e “praça de seguros” decorrem naturalmente do tráfego dos produtos já mencionados. A escolha entre as diferentes praças onde os mercadores podiam fazer os seus seguros, obedecia, à semelhança dos jogos das letras de câmbio, ao valor das taxas cobradas, assim como dependia do valor em causa. Em Janeiro de 1573, é dito que o preço dos seguros era mais moderado em Lisboa do que na praça de Burgos¹⁴⁸. Esta competitividade da praça lisboeta perde-se em Outubro de 1575, quando Hernando de Morales alerta Simón Ruiz para o facto de só

¹⁴³ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº75 (carta de 28 de Março de 1577).

¹⁴⁴ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº53 (carta de 22 de Novembro de 1577).

¹⁴⁵ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº31 (carta de 3 de Dezembro de 1575).

¹⁴⁶ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 20, nº227 (carta de 14 de Novembro de 1573), nº223 (carta de 19 de Novembro de 1573); caixa 23, nº 273 (carta de 16 de Fevereiro de 1574), nº275 (carta de 15 de Abril de 1574), e nº 302 (carta de 18 de Abril de 1574).

¹⁴⁷ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº20 (carta de 31 de Dezembro de 1576).

¹⁴⁸ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 20, nº219 (carta de 28 de Janeiro de 1573).

consegui fazer seguros até 1500 ducados¹⁴⁹. Em Portugal, nos inícios do século XVI, não existia qualquer organização oficial de seguros, até à criação do cargo de escrivão dos seguros, por carta régia de 15 de Outubro de 1529. Em meados do século XVI, os mercadores portugueses, principalmente os ligados ao tráfico marítimo à distância, achavam-se já completamente familiarizados com a técnica do seguro. Nos finais do séc. XVI, existiam já, em Lisboa, pelo menos 14 seguradores (MARQUES 1977, 37-73) No ano de 1575, Ventura de Frias é referido como “*um dos melhores seguradores de Lisboa*”¹⁵⁰.

A selecção das cartas remetidas pelos correspondentes sediados em Portugal, resultou numa visão claramente privilegiada sobre Lisboa e sobre as suas relações com a companhia de Simón Ruiz. A capital do reino português apresenta-se como uma plataforma crucial nas estratégias mercantis da companhia, que aqui tem correspondentes pelo menos desde 1558. Embora se atribua a Simón Ruiz uma carreira de negócios iniciada no comércio de têxteis, nesta altura, ele participa já no abastecimento de trigo a Portugal. Numa fase ainda embrionária, a companhia não se limita a um negócio, aproveitando e rentabilizando ao máximo o acesso a novos mercados. O negócio do trigo revela-se uma boa aposta, pela necessidade constante que Lisboa, “a grande bomba aspirante do pão estrangeiro” (GODINHO 1983b, 12), dele tinha.

No ano de 1564 a correspondência é já remetida pelos membros da família Gomes de Elvas, começando a aumentar consideravelmente o número de missivas. A diversidade de produtos e mercados a que Simón Ruiz consegue aceder, graças a esta nova ligação, é verdadeiramente notável. Embora a análise das cartas apenas tenha alcançado o ano de 1577, conseguimos identificar a participação nos mercados do sal, dos tecidos, dos cereais, dos corantes, dos escravos, e das especiarias.

A polivalência da Companhia é a mesma que é apresentada pelos seus intermediários em Lisboa. A estes é exigido um profundo conhecimento do mercado, e a capacidade de resposta rápida e eficiente às suas solicitações. Alertam o castelhano para o que existe em abundância ou para o que escasseia, demonstram conhecer as particularidades de cada tipo de negócio, quais as qualidades de produto a escolher, a quem comprar e a quem vender, e a que preços. Colocam rapidamente os seus

¹⁴⁹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº73 (carta de 13 de Outubro de 1575).

¹⁵⁰ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº29 (carta de 30 de Outubro de 1575).

conhecimentos em prática, acompanhando todo o processo do envio das mercadorias, desde o contacto com o mestre do navio, até ao frete e seguro da embarcação.

Tudo isto Lisboa lhes permite, por ser praça comercial, praça de seguros, e porto marítimo. Enquanto praça financeira é, na década de 70, ainda pouco atractiva, pela falta de liquidez, a susceptibilidade monetária, a inexperiência no mundo dos câmbios. As letras de câmbio da década de 80 testemunham uma viragem com a entrada em força de Lisboa nos fluxos de crédito, assumindo-se, dentro da rede de lugares de negócio de Simón Ruiz, como uma praça de pagamentos. É como se, no processo de resposta às solicitações da companhia, quer como fornecedor, quer como cliente, Lisboa se reinvente, adquirindo novas competências e novas funções.

2.3 Antuérpia

No universo de lugares que compõem a rede de Simón Ruiz, Antuérpia surge a seguir a Lisboa. Embora esta posição seja determinada pelo número de vezes que o topónimo é referido na documentação analisada, ela acaba por ser confirmada de forma muito clara por todo o fundo documental. Como já referimos, a correspondência da Companhia de Simón Ruiz trocada entre Medina e Antuérpia foi analisada por Vázquez de Prada, e parece corroborar a posição que este lugar ocupa na rede espacial em análise, quando analisado estatisticamente a partir do nosso universo de análise, composto maioritariamente por letras de câmbio, visto que, depois de Lisboa, Antuérpia é a praça com maior número de cartas trocadas com a companhia de Simón Ruiz (VÁZQUEZ DE PRADA, 19).

É também importante verificar como esta hierarquia, validada no âmbito do funcionamento de uma companhia mercantil a laborar em pleno século XVI, seja uma inversão dos papéis que a historiografia definiu para estes dois espaços. Ambos candidatos a constituir centros gravitacionais da economia mundial, é a Antuérpia que se concede o título de sucessora de Veneza. A sua capacidade de atracção e a sua força centripeta teriam remetido Lisboa a um estatuto periférico. Antuérpia seria o resultado da acção, não de uma política nacional, nem sequer de uma força mercantil nacional, mas sim do empreendedorismo de comunidades mercantis de diferentes nacionalidades -

alemães, italianos, franceses, espanhóis, portugueses, que direccionaram para aqui os seus recursos. Porém, o papel de centralidade atribuído a Antuérpia, não foi sempre desempenhado de forma segura e contínua. As geopolíticas do século XVI tornaram a Flandres num espaço susceptível a confrontos, bloqueios, desequilíbrios que afectaram o desenrolar das suas relações económicas com outros espaços europeus. Fernand Braudel aponta para a existência de um primeiro momento de grande fulgor económico provocado pela chegada da pimenta portuguesa e pela acção dos Fugger, um segundo momento de renovação promovido pela prata espanhola, e depois um terceiro momento, de empreendedorismo interno, com o desenvolvimento da indústria dos Países Baixos (BRAUDEL 1979a). Em boa verdade, Braudel extrapola a partir das análises de Émile Coornaert (COORNAERT 1961), e em especial, de Herman van der Wee (WEE 1963). O historiador belga coloca em evidência a estreita ligação entre Antuérpia e os fluxos de metais preciosos que inundavam a Península Ibérica. Portugueses e espanhóis geravam o seu lucro com os pagamentos em ouro feitos nos mercados do Norte, onde o seu preço era elevado. Profundas alterações ocorridas no início do século XVI provocaram mudanças estruturais no comércio internacional, a navegação e o comércio caíram em novas mãos; novas rotas, primeiro transcontinentais, centradas na Alemanha, e depois marítimas, centradas no Atlântico, desenharam uma nova geografia, convergindo para Antuérpia. Herman van der Wee adiciona ainda o papel crucial desempenhado pelas feiras castelhanas em ligação directa com as de Lyon e as da Flandres. Espanha, enriquecida, tornava-se um óptimo mercado para os produtos do norte europeu e da Itália. No sentido inverso, a lã castelhana era mais adequada à procura holandesa do que a lã inglesa.

Em boa verdade, o período em análise, a segunda metade do século XVI, encontra Antuérpia já numa fase de muita instabilidade. Braudel define 1557, ano da bancarrota espanhola, como o último ano do grande esplendor de Antuérpia, e Felipe Ruiz Martín anuncia o início do “século dos genoveses” (RUIZ MARTIN 1990). Atente-se, por isso, que a Antuérpia que integra a rede de espaços em análise, é um lugar em pleno período de transformação. Este é o quadro contextual que teremos de ter em conta para compreendermos as funções que este lugar desempenhou.



Figura 20 – Vista de Antuérpia. In BRAUN e HOGENBERG - *Civitates orbis terrarium*, vol. I, 1572 (FÜSSEL 2008, 73-75).

Excerto da inscrição do canto inferior direito: “Antwerp is a well-built and noted trade city in Brabant, which attracts many Germans, French, Italians, Spaniards, English and other nations. [...] The venerable Hansa, the English and the Portuguese also own public buildings in wich the merchants have their residences.” (FÜSSEL 2008, 73)

Em 1572, é bastante notório para George Braun o carácter cosmopolita da cidade de Antuérpia. Se na ilustração é bem enfatizada a movimentação de barcos, assentando a circulação de pessoas e de mercadorias em torno do porto flamengo, os comentários de Braun reforçam o seu poder de atracção, nomeadamente sobre os grandes grupos mercantis do momento, incluindo os hanseáticos, castelhanos e portugueses. Na documentação, este lugar surge na maior parte das vezes sob a designação castelhana de “Amberes”, mas também na francesa “Anvers”, e na italiana “Anversa”. É uma designação que, embora seja muito clara nas letras de câmbio, referindo-se ao local de emissão ou pagamento, quando designa o lugar de determinado agente, é por vezes substituída pelo topónimo “Flandres”¹⁵¹. O mesmo acontece frequentemente na

¹⁵¹ Nas letras de câmbio o mercador Simão Rodrigues de Évora é referido a maior parte das vezes como estando em Antuérpia (ver, por exemplo, A. S. R., Letras de câmbio, caixa 5, 1595, nº 1, letra de câmbio

correspondência comercial, quando, por exemplo, se alude ao envio de mercadorias para a Flandres, quando sabemos serem estas desembarcadas em Antuérpia. No entanto, não se trata de uma imprecisão, mas do facto de Antuérpia representar a porta de acesso à região da Flandres e, por isso, a tendência de designar a parte pelo todo, e vice-versa. Apesar da consciência desta sobreposição, o rigor da análise exigiu que as duas designações fossem tratadas separadamente, pois no nosso universo de lugares em estudo existem outros topónimos que também integram a região da Flandres, como Bruxelas, Namur, Mons ou Bruges, e integrar todas os topónimos “Flandres” na ficha biográfica de Antuérpia poderia resultar em incorrecções¹⁵². É, porém, relevante que determinados espaços assumam tal importância que acabam por assumir por completo a identidade de regiões geograficamente mais vastas.

Antuérpia surge em terceiro lugar na lista dos topónimos mais referidos, com 2189 ocorrências. As funções que foram associadas a este lugar encontram-se reunidas na Tabela 6:

Função	Nº
Emissão de letra	1764
Pagamento de letra	237
Local associado a agente referido numa letra	98
Local do dador de letra	20
Local do pagador de letra	18
Local do tomador de letra	17
Local associado a representante de negócios	15
Local do beneficiário de letra	8
Praça financeira	8
Praça comercial	4

Tabela 6 – Funções do lugar “Antuérpia”.

A primeira referência a Antuérpia na documentação é feita numa letra de câmbio de 6 de Fevereiro de 1558, tomada em Medina del Campo, por Ana de Santo Domingo,

de 14 de Agosto de 1595; caixa 7, 1594, nº 41, letra de câmbio de 16 de Junho de 1594; e nº 65, letra de câmbio de 18 de Junho de 1594). No entanto, pelo menos em uma ocasião se refere ser o mercador da Flandres (ver A. S. R., Letras de câmbio, caixa 2, 1582, nº 349, letra de câmbio de 23 de Setembro de 1582).

¹⁵² Este critério foi aplicado com uma única excepção, que são as referências à “feira da flandres” na correspondência comercial. Nestes casos, embora seja mencionada a região da Flandres, trata-se claramente da feira realizada em Antuérpia.

a pagar a Jeronimo de Curiel, de Burgos, “na feira de Pascoa da ressurreição”¹⁵³. Até ao ano de 1562, Antuérpia continuará a surgir como lugar de pagamento, e, mais concretamente, são as suas feiras o motivo do envio de dinheiro. A partir desta altura surgem então as primeiras letras emitidas nesta praça, e esta sim, será a sua principal função na documentação. Com efeito, cerca de 80,5% das ocorrências para Antuérpia são relativas a emissão de letras de câmbio, e destas, cerca de 84,2% são a pagar em Medina del Campo. As feiras de Medina representam assim o principal destino do dinheiro vindo de Antuérpia, e de uma forma quase exclusiva, pelo que os resultados seguintes, com maior expressão, são Madrid e Burgos (ver Figura 21).

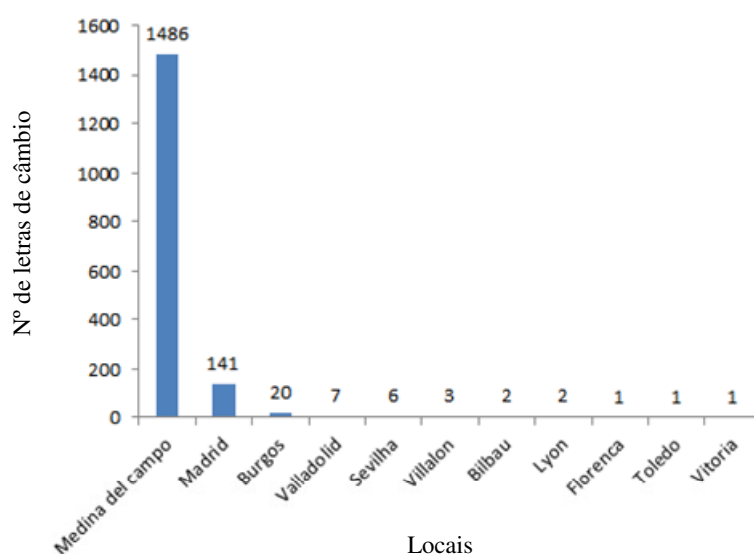


Figura 21 – Número de letras de câmbio emitidas em Antuérpia, por local de pagamento (1553-1606).

Os pagamentos em Antuérpia são relativos a letras emitidas, essencialmente, em Medina, Madrid, e Sevilha (ver Figura 22).

¹⁵³ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 1, 1558, nº 4. Letra de câmbio de 6 de Fevereiro de 1558.

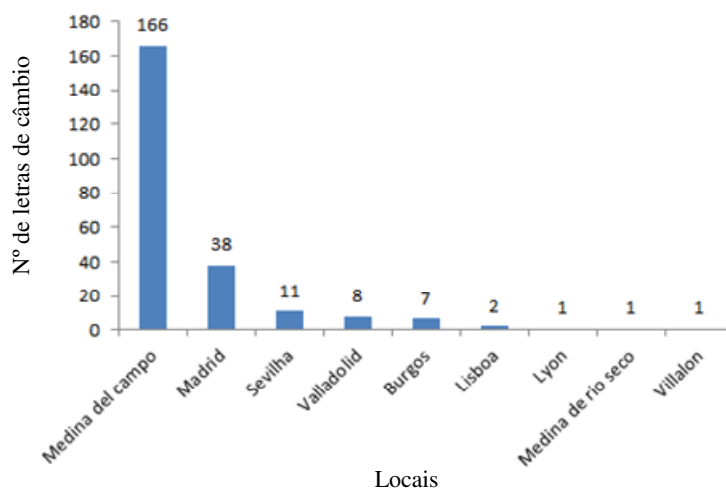


Figura 22 – Número de letras de câmbio pagas em Antuérpia, por local de emissão (1553-1606).

A análise da evolução destas duas funções mostra-nos as diferentes tendências dos fluxos de dinheiro ao longo dos anos em que decorre a actividade da companhia. Assim, para além da função de pagamento ser substancialmente menor, ela é praticamente exclusiva dos primeiros anos. À excepção de algumas letras emitidas em Antuérpia, entre 1558 e 1567, este lugar é por excelência um lugar de realização de pagamentos¹⁵⁴. Entre 1568 e 1574, a situação inverte-se e predomina a emissão de letras¹⁵⁵. No ano de 1575, o dinheiro circula em ambas as direcções, com 45 emissões e 29 pagamentos de letras de câmbio. A partir deste ano, Antuérpia assume, quase em exclusivo a emissão de letras, e essencialmente, em direcção às feiras de Medina¹⁵⁶. Só nos anos de 1594 e 1595 é que, com alguma relevância, se retomam os pagamentos em Antuérpia.

As ocorrências seguintes estão todas relacionadas com estes movimentos de dinheiro e crédito, embora todas concorram para acrescentar uma nova importância a este lugar. Para além de Antuérpia constituir a origem e o destino dos fluxos financeiros, é também sede de muitas das mais relevantes famílias de mercadores, cujas fortunas circulam entre as várias praças europeias. Na verdade, à semelhança de Lisboa, muito do dinheiro que circula entre Medina e outras cidades é referente a negócios de

¹⁵⁴ Os casos de emissão de letras ocorrem em 1562 (2), 1563 (5), 1564 (11), 1565 (4), 1566 (3) e 1567 (7).

¹⁵⁵ Excepção para 3 letras pagas em Antuérpia em 1573 e 1 letra em 1574.

¹⁵⁶ Casos de pagamento de letras de câmbio em Antuérpia ocorrem em 1576 (12), 1577 (2), 1582 (1), 1585 (5), 1586 (4), 1588 (12), 1589 (17), 1590 (3).

casas comerciais de Antuérpia ou dos seus agentes aqui sediados. É por isso que vemos este lugar atribuído aos diferentes intervenientes nas letras: tomadores, dadores, beneficiários, referidos, e pagadores. É por isso também que tem tanta expressão o resultado para “local associado a representante de negócios”. Ilustremos com alguns exemplos retirados da própria documentação. Em 1570, Benedetto e Antonio Spinola tomam uma letra de câmbio em Lyon, para os pagos de Outubro de Medina del Campo, e ordenam ao pagador que “*meta por nossos de antuerpia*”¹⁵⁷. A situação repete-se em 1576, quando os herdeiros de Ludovico e Benedetto Bonvisi tomam também dinheiro em Lyon, a ser pago em Alcalá, “*por ordem dos nossos de antuerpia*”¹⁵⁸. Num movimento inverso, Cosme Ruiz e Lope de la Camara, em 1588, mandam pagar em Lyon uma letra tomada em Medina “*por conta dos de antuerpia*”¹⁵⁹. Na maior parte destas ocorrências, os referidos são elementos das famílias Balbani e Maluenda, ambas com filiais em Antuérpia, e envolvidas na realização de asientos com Simón Ruiz (LAPEYRE 1953, 29-34).

Uma letra de câmbio tomada em 1589, em Lille, é paga pelos Maluenda na feira de Fevereiro de Medina, sendo relativa a dinheiro recebido em Antuérpia¹⁶⁰. Os Maluenda terão também de pagar nessa mesma feira, uma letra tomada em Antuérpia, “*pelos seus daqui*”¹⁶¹. Vázquez de Prada identifica entre os principais correspondentes de Simón Ruiz aí localizados, vários elementos da família dos Bonvisi (pelo menos até 1590, ano da falência das suas sucursais em Antuérpia); dos Balbani; dos Ximenes; dos Rodrigues de Évora; dos de la Pena; e ainda Hernando de Frias Cevallos; Jeronimo Lindo; Luís Alvares de Caldera; e Felipe Jorge (VÁZQUEZ DE PRADA).

O importante papel financeiro de Antuérpia não escapa aos assuntos da correspondência comercial, onde são abundantes, como é natural, as referências às conjunturas, aos valores dos câmbios, à largueza e estreiteza da praça. É o caso da carta de 7 de Janeiro de 1572, em que António Gomes refere a estreiteza de capitais em Antuérpia e a ausência de tomadores, provocada, na sua opinião, pela concessão do contrato das naus da Índia¹⁶². Em Setembro do ano seguinte, o mercador comenta os

¹⁵⁷ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 1, 1570, nº 20. Letra de câmbio de 5 de Junho de 1570.

¹⁵⁸ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 1, 1576, nº 40. Letra de câmbio de 20 de Abril de 1576.

¹⁵⁹ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 4, 1576, nº 208. Letra de câmbio de 9 de Agosto de 1588.

¹⁶⁰ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 5, 1576, nº 554. Letra de câmbio de 24 de Outubro de 1589.

¹⁶¹ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 5, 1576, nº 574. Letra de câmbio de 13 de Novembro de 1589.

¹⁶² In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 17, nº258 (carta de 7 de Janeiro de 1572).

bons resultados obtidos na “*feira da flandres*”¹⁶³. Ainda sobre os efeitos da abundância de metal nos mercados, no ano de 1574 não havia dinheiro para a feira, as comissões dos tomadores de câmbio variavam entre 17 e 20 por cento, pelo que os investimentos estariam orientados para Sevilha¹⁶⁴. No final do ano, Hernando de Morales informa que os câmbios para a Flandres “*desceram para 372*”, havendo grande *largueza*¹⁶⁵. Perante este cenário, Lope de Arziniega procede a uma transferência de 4000 reales de Valladolid, para que Hernando de Morales tome empréstimos em Antuérpia, pois “*há grande largueza de pagamentos para a flandres*”¹⁶⁶.

Esta conjuntura mantém-se no início do ano seguinte, altura em que se opta pelo envio de uma letra de 1000 ducados para esta praça “*que não está tão estreita como medina del campo*”¹⁶⁷. O ano de 1575 altera a boa posição de Antuérpia, embora, em Outubro, Hernando de Morales ainda acredite que “*com a novidade do decreto pode ser que se alarguem os pagos da flandres*”¹⁶⁸. As cartas portuguesas convergem exactamente no mesmo sentido que as tendências verificadas com a análise das letras de câmbio. O ano de 1575 constitui realmente um ano de mudança nas relações Antuérpia-Lisboa-Medina, que tanto as letras como as cartas comprovam. Ambas as fontes testemunham ainda o papel que a Flandres irá assumir em força nos finais da década de 70 e que se prende com o negócio dos *asientos*. Relativamente a este assunto, a referência mais paradigmática é feita na carta de António Gomes, de 8 de Fevereiro de 1576, descrevendo a realização de um *asiento*. Trata-se de 44 mil escudos tomados em Madrid, sendo 29 mil escudos por conta de Simón Ruiz e Francisco de la Presa, e 15 mil por conta de Luís Gomes e António Fernandes, a pagar em Antuérpia pelos Ximenes¹⁶⁹. Logo no dia a seguir, o lisboeta escreve a Simón Ruiz demonstrando interesse em participar num novo asiento, no valor de 1500 ducados, sendo desta vez o pagador Gerónimo Lindo, em Antuérpia¹⁷⁰.

Considerando o contexto que descrevemos logo no início deste ponto, é interessante verificar que as referências a Antuérpia como “praça comercial”, na

¹⁶³ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 20, nº322 (carta de 22 de Setembro de 1573).

¹⁶⁴ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 23, nº287 (carta de 27 de Outubro de 1574).

¹⁶⁵ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 23, nº306 (carta de 3 de Dezembro de 1574).

¹⁶⁶ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 23, nº307 (carta de 19 de Dezembro de 1574).

¹⁶⁷ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº6 (carta de 4 de Janeiro de 1575).

¹⁶⁸ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº73 (carta de 13 de Outubro de 1575).

¹⁶⁹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº25 (carta de 8 de Fevereiro de 1576).

¹⁷⁰ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº26 (carta de 9 de Fevereiro de 1576).

correspondência, referem-se, na totalidade, ao comércio das especiarias. Em Abril de 1577, Manuel Gomes trata de um carregamento de pimenta, distribuído por seis naus, por conta de Simón Ruiz¹⁷¹. Em Julho, existe a possibilidade de uma expedição de gengibre em duas naus “*entendendo que ha quietacao na flandres como deve haver*”¹⁷². Em Novembro, António Gomes queixa-se a Simón Ruiz que o cravo vale a 58 mil reis de contado “*e quando na flandres as coisas estavam melhores valia a 47 mil*”¹⁷³. Estes testemunhos são a melhor expressão do que os conflitos e sucessivos bloqueios na Flandres representavam para os mercadores.

O peso do trato das especiarias nas relações com Antuérpia testemunha a estreitíssima relação desta praça com o lugar anteriormente analisado: Lisboa. Assim, as suas actividades mercantis e financeiras não são apenas definidas pelas relações estabelecidas com o lugar-sede da firma - Medina del Campo, mas também, e em grande parte, com outros lugares de enorme relevância como a capital portuguesa. Na Flandres, estavam bem representadas as comunidades castelhanas, mas também as portuguesas e as italianas. Elas constituíam o foco agregador de investimento financeiro e de gestão mercantil do tráfego envolvendo as restantes regiões europeias. Desta forma, as relações estabelecidas entre estes lugares não assumem a forma de uma estrela, na qual Medina del Campo seria o centro, irradiando ligações para outros pontos, mas uma forma de rede, na qual, embora exista um centro gestor das relações, estas coloquem em ligação vários lugares.

2.4 Lyon

“La France a deux centres: Paris et Lyon, ici l'économique, là le politique.” (CHAUNU e GASCON 1977, 5) Richard Gascon atribuiu a Lyon o importante papel de capital económica e financeira do reino francês, no século XVI. Privilegiada pela sua localização no confluente do Saône e do Rhône, e pela proximidade ao Loire, Lyon, por volta de 1520, era uma das cidades mais povoadas do Ocidente (GASCON 1971, 47). O historiador francês atribui a este lugar uma tripla função económica. Em primeiro lugar,

¹⁷¹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº77 (carta de 23 de Abril de 1577).

¹⁷² In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº43 (carta de 29 de Julho de 1577).

¹⁷³ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº52 (carta de 14 de Novembro de 1577).

a de importação de mercadorias estrangeiras e a sua redistribuição no reino francês, nomeadamente de sedas e de produtos de luxo italianos, especiarias, cobre e metais alemães, tapeçarias e panos da Flandres. Em segundo lugar, a de exportação de mercadorias francesas, como telas, tecidos, e quinquilharias; e por fim, a função de lugar de passagem entre o Norte da Europa e as cidades do Mediterrâneo (GASCON 1971, 239).

O reconhecimento desta centralidade é unânime, assim como a atribuição da responsabilidade de todo este dinamismo aos homens de negócio estrangeiros, nomeadamente aos italianos. A vinda destes mercadores para Lyon, paradigmática na realocação da sucursal dos Médicis, transferida de Genebra, tem sido vista como a razão do alvorecer da praça lionesa. Um dos motores de arranque é também o restabelecimento das feiras lyonesas, em 1494, que decorriam quatro vezes por ano, nos Reis, na Páscoa, em Agosto e em Todos os Santos (GASCON 1971, 49-50). Em 1551, a municipalidade de Lyon vangloriava a "enorme afluência dos grandes e ricos mercadores estrangeiros que chegam a todas as feiras, provenientes de todas as partes da Cristandade, incluindo o Cairo, Constantinopla e a Grécia, para contratarem uns com os outros sobre mercadorias e câmbios." (JEANNIN 1986, 29)

Fernand Braudel analisa a balança comercial da França de Henrique II, considerando que esta pende favoravelmente na sua relação com quase todos os países que a rodeiam, obtendo moedas de ouro e de prata em troca dos seus trigos, vinhos, telas, e panos. Adverte para a exceção que constitui a sua relação com Itália, a quem compra especiarias e produtos de luxo. Braudel concede também a Lyon a função de capital financeira, embora "presa de uma superestrutura estrangeira" (BRAUDEL 1979b, 186). Esta "superestrutura" tem o seu exemplo maior na casa dos Bonvisi, uma família originária de Lucques, cujo centro de actividade, a partir do séc. XVI, passa a ser Lyon (LAPEYRE 1955, 143-144). A partir daqui, enviam produtos italianos de luxo, como as sarjas de Florença, os cetins de Génova, ou os fios de ouro e prata de Milão, para Burgos e Saragoza (GASCON 1971, 63) Os Bonvisi especializaram-se na redistribuição de produtos franceses e flamengos em Castela, constituindo parcerias com os mais proeminentes mercadores ibéricos (BAYARD 1971, 1244).

Na segunda metade do século XVI, a sua conjuntura de transição apanha Lyon em cheio, que sofre com a abertura definitiva do Atlântico ao Novo Mundo e com a

quebra da hegemonia mediterrânica. O reino francês está no epicentro dos conflitos, dos bloqueios económicos, e dos ataques de corso (BAYARD 1971, 1250).

“Em 1575, o circuito Antuérpia-Lyon-Medina del Campo emperra. Os Genoveses, com as feiras chamadas de Besançon, recolhem os pedaços.” (BRAUDEL 1979b, 112) Para Fernand Braudel o último quartel do século XVI pertence já a Génova, recolocando a importância de Lyon no contexto interno e estritamente nacional (BRAUDEL 1979a, 280). Henri Lapeyre propõe uma cronologia diferente, e, à semelhança de Gascon, deixa que sejam as realocações das companhias mercantis a definir a atractividade ou repulsa das praças europeias. Neste contexto, o anúncio dos Bonvisi, em 1592, do restabelecimento de uma casa em Génova, é para este historiador, o crepúsculo de Lyon (LAPEYRE 1955). Nesta linha, a análise de François Bayard permitiu ver que as feiras se mantiveram regulares até 1589, e só excepcionalmente é que os mercadores aludem à sua decadência. 1586 é, na sua opinião, o ano de viragem, e 1590 o do fim, com todas as casas comerciais a ordenar aos seus correspondentes que não tomassem letras sobre Lyon (BAYARD 1971, 1265).



Figura 23 – Vista de Lyon. In BRAUN e HOGENBERG - *Civitates Orbis Terrarum*, vol. I, 1572 (FÜSSEL 2008, 65).

Excerto da inscrição do canto inferior esquerdo: “Very few cities in France come before Lyons. There is a great influx of foreigners who have taken up residence here, so

that they can buy and sell goods conveniently in every part of the world. The pleasantness of the location can be seen in the course of the rivers and in the fact that it lies almost at the centre of Europe.”(FÜSSEL 2008, 65)

Comentário de Georg Braun: “In wealth it exceeds all other cities in the whole of Romandy. The reason for this wealth is the rivers, because they lie near major cities.”(FÜSSEL 2008, 65). “Four times a year the merchants come to visit the important fairs.”(FÜSSEL 2008, 370)

A centralidade de Lyon é amplamente celebrada por Braun, que não hesita em atribuir à sua localização geográfica, em especial à proximidade de importantes vias fluviais, a responsabilidade pelo seu papel tão preponderante na economia francesa. Lyon, ou ainda “Lion”, “Leon”, e “Lione”, consoante a naturalidade dos emissores, é o quarto lugar mais referido na documentação da companhia de Simón Ruiz, com um total de 2017 ocorrências. A Tabela 7 apresenta as funções que foram associadas a este lugar:

Função	Nº
Emissão de letra	959
Pagamento de letra	912
Local do pagador de letra	52
Local associado a agente referido numa letra	33
Local do beneficiário de letra	29
Local do tomador de letra	15
Praça financeira	11
Local associado a representante de negócios	4
Local do dador de letra	2
Praça comercial	1

Tabela 7 – Funções do lugar “Lyon”.

A primeira referência é de uma letra de câmbio de 6 de Julho de 1559, tomada em Valladolid, e a pagar na feira de Agosto de Lyon, aos herdeiros de Ludovico e Antonio Bonvisi, em ausência de Andrés Ruiz de Nantes¹⁷⁴. Esta letra marca a tendência dos anos seguintes, pelo que, entre 1559 e 1567, a função de Lyon na rede de

¹⁷⁴ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 1, 1559, nº 16. Letra de câmbio de 6 de Julho de 1559.

Simón Ruiz é essencialmente a de realizar pagamentos¹⁷⁵. Uma análise aos lugares de emissão das letras pagas em Lyon, revela que a esmagadora maioria provém de Medina del Campo, assumindo também alguma relevância as provenientes de Madrid, e, embora com menos importância, Burgos e Villalón (ver Figura 24).

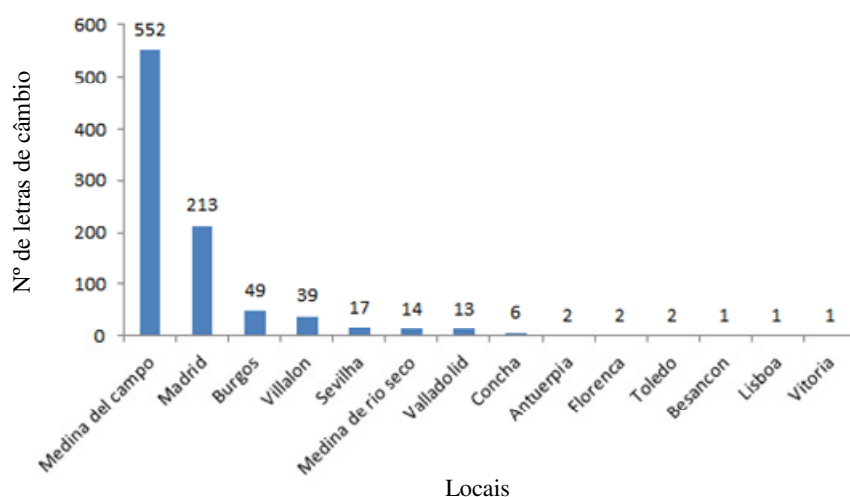


Figura 24 – Número de letras de câmbio pagas em Lyon, por local de emissão (1553-1606).

A esmagadora maioria dos intervenientes nas letras que envolvem esta praça são membros da família Bonvisi, e também dos Balbani. Esta constatação testemunha já a mais importante ligação da companhia com os mais relevantes mercadores a actuar em Lyon: os Bonvisi. A partir da década de 80 vai crescendo o número de letras emitidas em Lyon, sendo que a maior parte delas são a pagar em Medina, mas também em Alcalá e Madrid (ver Figura 25).

¹⁷⁵ Os casos de excepção, nos quais Lyon foi o lugar de emissão, aconteceram em 1560 (2), 1562 (2), 1564 (7), 1565 (7), 1566 (6) e 1567 (12).

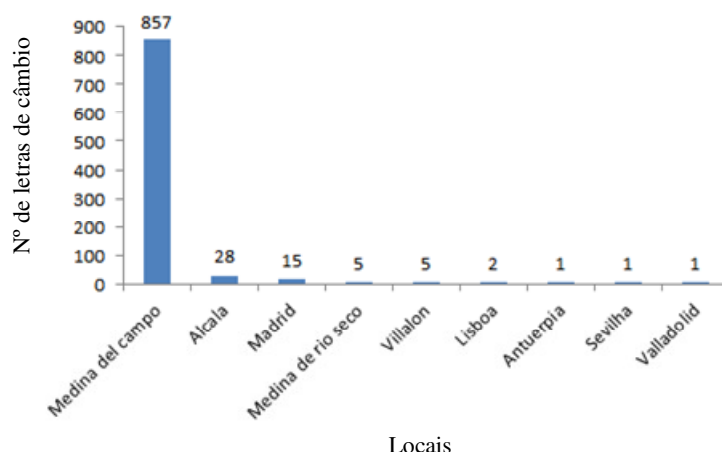


Figura 25 – Número de letras de câmbio emitidas em Lyon, por local de pagamento (1553-1606).

A grande maioria das letras de Simón Ruiz são movimentadas por casas italianas, pelo que ele intervém como dador, entregando dinheiro a câmbio para recuperá-lo nas feiras de Lyon e Besançon, e actuando como beneficiário o seu irmão Andrés Ruiz de Nantes, ou em sua ausência, a banca dos herdeiros de Antonio e Ludovico Bonvisi. Nestas letras aparecem as casas financeiras mais importantes: Fuggers, Spínolas, Grimaldi, Affaitadi, Centurione, Italiano Calvo, Lercaro, Maluenda, etc (RODRIGUEZ GONZALEZ 2000).

Como já foi demonstrado, as letras de câmbio expressam um fluxo de dinheiro que não envolve apenas os lugares de origem e destino. Muitas vezes os responsáveis pela movimentação do capital encontram-se noutros espaços, normalmente as sedes das companhias, ou dos seus representantes. É, portanto, de grande relevância atentar à localização de outros actores, como os referidos, os dadores, ou os beneficiários. Uma letra tomada pelos Bonvisi, em Antuérpia, deverá ser paga na feira de Maio de Medina “*per nostri di lion*”¹⁷⁶. No ano seguinte dá-se o movimento inverso com dinheiro a ser tomado em Medina, para ser pago na feira de Junho de Antuérpia pelos Bonvisi a si próprios, “*a conta dos seus de lion*”¹⁷⁷.

As relações da companhia de Simón Ruiz com esta praça parecem ser definidas pela movimentação de letras de câmbio ou de dinheiro. As referências a Lyon feitas na

¹⁷⁶ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 1, 1574, nº 21. Letra de câmbio de 3 de Novembro de 1574.

¹⁷⁷ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 1, 1575, nº 23. Letra de câmbio de 30 de Agosto de 1575.

correspondência dos mercadores portugueses reflectem isto mesmo. Os agentes de Simón Ruiz estão também a par das oscilações de capital nas feiras francesas. É exemplo disto uma carta de Dezembro de 1574, na qual Hernando de Morales noticia que os câmbios para Lyon tinham descido devido à grande largueza de capitais nesta praça¹⁷⁸. E são precisamente as feiras que tornam a praça francesa um centro de atracção de crédito e metal. É para aqui que, em Outubro de 1576, Simón Ruiz envia os lucros da venda de pimenta em Alicante¹⁷⁹. O mesmo acontece no ano seguinte relativamente a uma venda de pimenta e de sal¹⁸⁰. É de ressaltar que até mesmo a única ocorrência para Lyon enquanto “praça comercial” é referente à compra de dinheiro metálico. Uma carta de Manuel Gomes menciona a compra de 400 libretas de ouro, para as quais se valeram de 2500 escudos para “pagos de reis”¹⁸¹. A análise da correspondência parece-nos indicar que a base das relações que a companhia estabelece com Lyon são as suas feiras e o giro de letras de câmbio que estas proporcionam. Na verdade, não temos qualquer indício de compra ou venda de mercadorias, que confirmem essa valência desta cidade francesa na sua relação com a rede de negócios de Simón Ruiz. No entanto, não esquecemos que a correspondência analisada, sendo da autoria dos mercadores sediados em Portugal, reflecte, em boa verdade, as relações que estes estabelecem com Lyon, não representando a universalidade das actividades da Companhia. Porém, este quadro parece estar de acordo com o que Françoise Bayard e Casado Alonso apuraram nos seus estudos sobre as relações entre Lyon e Castela, e que levam a concluir que estas terão sido muito mais financeiras, e baseadas na circulação de crédito, do que mercantis. Mesmo no que respeita ao envio de especiarias para o mercado francês, foi a rota mediterrânica, com base no porto de Marselha que mais funcionou (BAYARD 1971; CASADO ALONSO 2008a).

No entanto, como vimos, os mercadores portugueses não hesitavam em remeter para as feiras lyonesas o lucro proveniente das suas vendas noutras praças. Mais ainda, é de referir que, em sintonia com o que concluímos para os outros lugares em análise, também Lyon excede uma ligação unidimensional com Medina, sendo vértice de polígonos, como o de Lisboa-Medina-Antuérpia-Lyon.

¹⁷⁸ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 23, nº306 (carta de 3 de Dezembro de 1574).

¹⁷⁹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº48 (carta de 30 de Outubro de 1576).

¹⁸⁰ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº47 (carta de 11 de Setembro de 1577).

¹⁸¹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº76 (carta de 14 de Abril de 1577).

2.5 Madrid

O estabelecimento da corte de Filipe II em Madrid, em 1561, definiu a função política e administrativa de um lugar que até então nunca assumira tal papel. Na verdade, nos inícios do século XVI, a vila de Madrid nem sequer detinha o estatuto de cidade, surgindo aos olhos dos seus visitantes como um espaço marcadamente rural, sem estruturas defensivas, com uma clara ausência de tradição nobiliárquica ou antiguidade (BENNASSAR e VINCENT 2000). Por volta desta altura, os grandes centros de atracção eram Valladolid, que contava com a primeira chancelaria régia e com uma das mais ilustres universidades; Toledo, que tinha assumido já a função de capital e era a principal sede eclesiástica; e Sevilha, cuja função económica, enquanto porta de acesso às Índias Ocidentais tornara-a uma cidade com maior concentração populacional. Ainda assim, e sem qualquer tipo anterior de função judicial, religiosa, ou económica, Madrid tornou-se capital do reino (FERNÁNDEZ ÁLVAREZ 1995, 278-279).

A segunda metade do século XVI bastará para fundir a dualidade desta “villa y corte” (BENNASSAR e VINCENT 2000, 195) num centro político capaz de gerir um império. David Alonso Garcia considera que é a função financeira, nomeadamente a fiscal, a principal responsável por este processo de progressiva burocratização e concentração dos poderes estatais: “Poder y fiscalidad, todo ligado, envolvían la llegada de la Corte a Madrid.” (ALONSO GARCIA 2003, 290)

A este poder de atractividade não respondem apenas agentes do poder político, mas também agentes do poder económico e financeiro, e fazem-no em força. Logo em 1566, os bancos de Madrid conseguem atrair os asientistas genoveses que, providos de licenças de saca, se afastam das feiras de Medina del Campo. Para acalmar preocupações mais legalistas, simula-se uma feira em Alcalá de Henares, cumprindo-se assim o preceito de “distancia locum” (RUIZ MARTIN 1970, 41).

Em 1575, um dos bancos mais poderosos é de Diego de la Serna, cuja capacidade financeira lhe permite realizar adiantos aos próprios genoveses. A retoma das feiras em 1578 apresenta uma nova tendência, com uma concentração bancária maior em Madrid, do que em Medina del Campo. São os capitais de Juan Ortega de la Torre, Andrés de Ecija, Pedro de Villamor, e mais tarde, Gonzalo de Salazar e Juan de Carmona os maiores responsáveis por este processo (LAPEYRE 1955, 264-267). A

maior parte destes bancos passa a optar por ter sede em Madrid, e por delegações nas feiras. A partir de 1580, as letras de câmbio de Piacenza saem e chegam a Madrid, onde se instala a Contadoria Maior e o Conselho da Fazenda (RUIZ MARTIN 1970, 37-40). Este é, por excelência, o lugar de realização dos *asientos*. Negociados entre o conselho das finanças e os mercadores-banqueiros, os *asientos* eram pagos em datas fixas em praças estrangeiras, como Paris, Lyon, Frankfurt, Besançon, ou Antuérpia. Os reembolsos eram depois recebidos em Castela, sob a forma de dinheiro, ou livranças, quer sobre dinheiro vindo nas frotas das Índias, quer sobre rendimentos da coroa (CARLOS MORALES 2006, 338; LAPEYRE 1953, 18).

Nos finais do século XVI, eram já bem visíveis aos olhos dos viajantes as alterações profundas de Madrid, onde agora tinham casa as famílias nobres, os grandes mercadores, e os influentes burocratas (VÁZQUEZ DE PRADA, 296). Mais uma vez, o período em estudo, a segunda metade do século XVI, constitui um momento de profunda transformação do lugar em análise. E isto é particularmente verdadeiro no que concerne a Madrid. O caso de Madrid revela-se de facto paradigmático do modo como a atribuição de uma função tão central a um lugar, como é o estabelecimento de uma corte régia, redefine a atractividade desse espaço, redesenha-o quase desde a raiz e faz dele um lugar centrípeto de dinâmicas em que nunca fora mais do que marginal. Detida atenção foi já dada a esse fenómeno por vários historiadores. Importante para nós é analisar como respondem os actores económicos a esta reconstrução de um lugar, que agora se torna central, quer do ponto de vista político, quer financeiro.

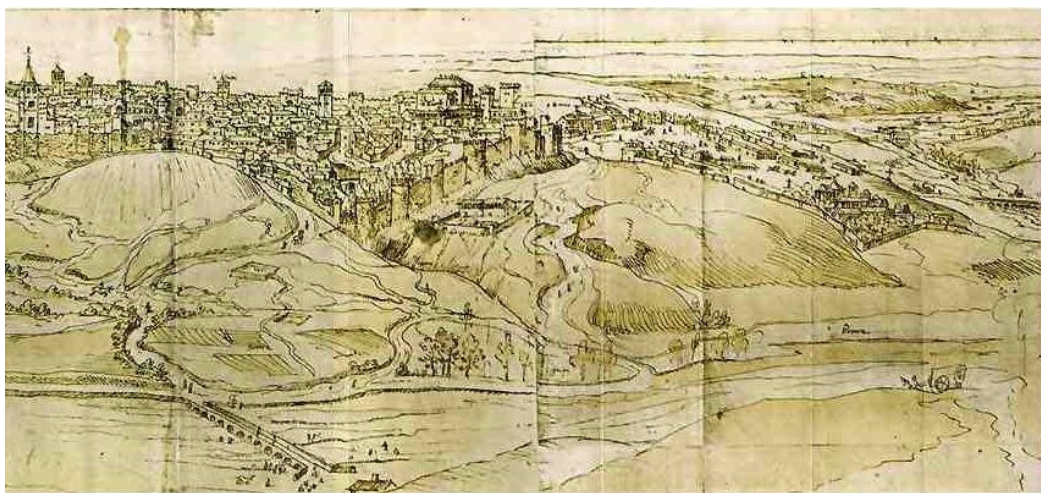


Figura 26 - Vista de Madrid por Anton van den Wyngaerde, 1562 (*Vista de Madrid* (1562)).

À semelhança de Medina del Campo, também Madrid não foi contemplado no *Civitates Orbis Terrarum*, tendo no entanto, sido ilustrado por Anton van den Wyngaerde. Compreende-se que para Braun a contemporaneidade do surgimento de Madrid no panorama urbano europeu não lhe permita atribuir a este lugar suficiente importância histórica ou cultural que o levasse a representá-lo. Por outro lado, sendo a obra de Wyngaerde resultado de uma encomenda de Filipe II, conseguimos compreender também a importância dada pelo “construtor” do lugar em ilustrar um espaço que se tenciona transformar no centro político e administrativo do reino. As representações são, mais ainda em sociedades de Antigo Regime, tão importantes, por vezes mais ainda, do que as realidades representadas.

Em relação à toponímia referida na documentação, Madrid é um dos lugares, à semelhança de Medina e Lisboa, que apresenta referências a lugares mais específicos. A dimensão dos lugares e a sua crescente complexidade urbanística, por um lado, no caso de Lisboa e Madrid, e a centralidade do lugar na Companhia, no caso de Medina del Campo, por outro, explicam essas menções mais detalhadas a micro-espacos, conectados com as actividades descritas. No caso de Madrid, uma carta de Hernando de Morales, dirigida a Lope de Arziniega e Hernando Correa de Velasco, é reencaminhada para Domingos de Forniel, que estava esta na casa de Gil Perez “*no castelexo carrera de san jeronimo*”¹⁸². Uma letra de câmbio de 18 de dezembro de 1577 é enviada a Lope de Arziniega na “*portaria de san felipe nas pousadas de hernando correa de Velasco*”¹⁸³. A sede da companhia de Hernando Correa de Velasco é confirmada em várias letras de câmbio, todas elas dirigidas ao “*portico velho de san felix*”¹⁸⁴. Em 1597, uma letra de câmbio é tomada em Roma sobre Luis Alvarez Pereira que se encontra em casa de Matheo de Otten, primeiro secretário do “*sereníssimo príncipe cardeal Alberto*” “*defronte das casas do embaixador do imperador*”¹⁸⁵. Por último, em 1599, o pagador de uma letra de Roma é “*Alonso Carnero contador en la calle de toledo en Madrid*”¹⁸⁶.

Madrid reúne um total de 1689 ocorrências. As funções que este lugar desempenhou estão expostas na Tabela 8:

¹⁸² In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº75 (carta de 11 de Novembro de 1575).

¹⁸³ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 1, 1597, nº 34. Letra de câmbio de 18 de Dezembro de 1577.

¹⁸⁴ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 1, 1578, nº 209, letra de câmbio de 13 de Janeiro de 1578; nº 206, letra de câmbio de 10 de Janeiro de 1578; e nº 202, letra de câmbio de 18 de Janeiro de 1578.

¹⁸⁵ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 8, 1597, nº 295. Letra de câmbio de 12 de abril de 1597.

¹⁸⁶ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 8, 1597, nº 348. Letra de câmbio de 17 de Setembro de 1599.

Função	Nº
Pagamento de letra	741
Emissão de letra	558
Local do pagador de letra	249
Local associado a agente referido numa letra	58
Praça financeira	36
Local do beneficiário de letra	30
Local do dador de letra	5
Praça de seguros	4
Correios	2
Local do tomador de letra	2
Praça comercial	1
Local associado a representante de negócios	1

Tabela 8 – Funções do lugar “Madrid”.

A primeira referência é feita numa letra de câmbio tomada a 4 de Outubro de 1563, por Frei Andres Domingo de San Roman, no mosteiro de Nossa Senhora de Sopetrán (Torre del Burgo), e a pagar por Simón Ruiz, à conta de Ana de Arteaga de Madrid, viúva de Vitores de Santo Domingo¹⁸⁷. Mas a primeira letra emitida a partir daqui é de 15 de Janeiro de 1567, relativa a 5 625 000 maravedis, que foram pagos de contado em Sevilha por Francisco de Mariaca, no banco de Pedro de Mergen¹⁸⁸.

Embora seja a função de “local de pagamento” a reunir maior número de ocorrências, é a emissão de letras que mais ocupa a praça de Madrid, quase em exclusivo, entre 1567 e o ano de 1575¹⁸⁹. As letras aqui emitidas são preferencialmente pagas em Lyon, Lisboa, Besançon, Florença, e Medina (ver Figura 27).

¹⁸⁷ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 1, 1563, nº 41. Letra de câmbio de 4 de Outubro de 1563.

¹⁸⁸ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 1, 1567, nº 42. Letra de câmbio de 15 de Janeiro de 1567.

¹⁸⁹ Excepção feita nos anos de 1574, com o pagamento de duas letras de câmbio, e em 1575, com outras duas.

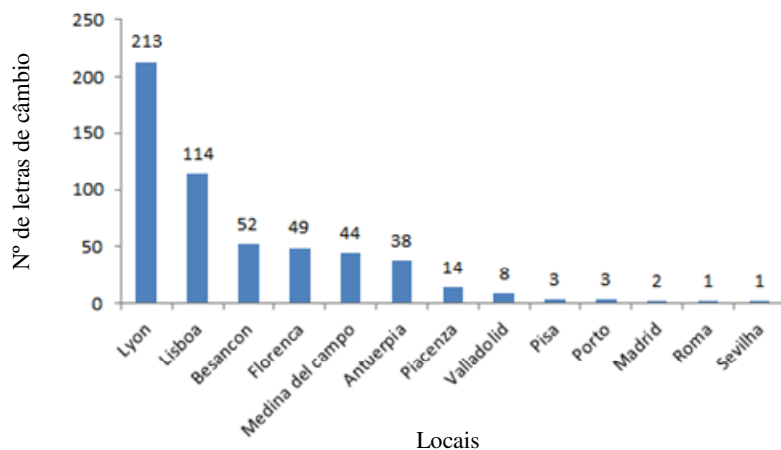


Figura 27 – Número de letras de câmbio emitidas em Madrid, por local de pagamento (1553-1606).

O ano de 1576 é a data de inversão desta tendência, a partir do qual a companhia passa a usar a praça de Madrid como local dos seus pagamentos. A sua função passa então a ser a de reunir e de absorver crédito. As letras são então tomadas maioritariamente em Lisboa, Antuérpia, Roma, Medina, e Sevilha (ver Figura 28).

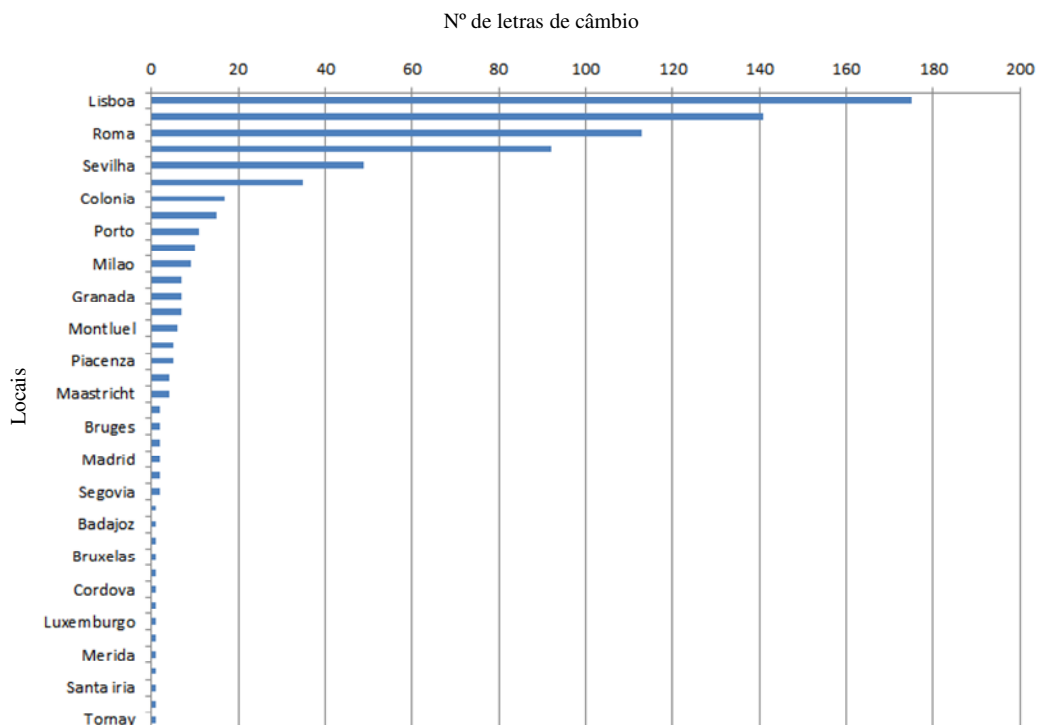


Figura 28 – Número de letras de câmbio pagas em Madrid, por local de emissão (1553-1606).

A este cenário juntemos o resultado elevado de pagadores localizados em Madrid. Uma breve análise ao seu perfil permite-nos identificar banqueiros, mercadores portugueses e italianos e agentes do poder, incluindo o próprio monarca. Em relação aos banqueiros, é de notar a presença de Pedro de Villamor e Francisco de Ibarra, sediados em Madrid, mas também de banqueiros de feira, a par dos que aqui tinham também sede, como Juan Luis e Antonio Suarez de Vitoria, e Gonzalo de Salazar e Juan de Carmona (RUIZ MARTIN 1970, 41). Note-se também os pagamentos feitos por Antonio Vasquez, banqueiro da corte; Cristoval Ruiz, escrivão de Sua Majestade; Hernando de Chaves, criado de Sua Majestade; Melchior de Mafute Maldonado, regedor de Madrid; e o elevado número de intitulados como “licenciados”. O perfil administrativo dos agentes madrilenos, sejam pagadores ou referidos, é de tal forma marcado, que os indivíduos fora deste círculo, como os mercadores, são expressamente referidos como tal. Acontece com as referências a Juan, Thomas e Pedro Very; Henrique de Malcote; Diego Meinart; Jacques Goossens; e Roberto de la Puente, todos eles expressamente designados como mercadores de Madrid.

A função financeira de Madrid não escapa aos assuntos das cartas dos mercadores portugueses. António Gomes utiliza mesmo a sua correspondência com Simón Ruiz para fazer reencaminhar maços de letras de câmbio para Madrid¹⁹⁰. Em Janeiro de 1575, Hernando de Morales informa que os câmbios na praça madrilenha estão a 17 por cento, enquanto para Sevilha dão a 2 por cento¹⁹¹. Uma carta de Julho de 1575 mostra como, após as cobranças da feira de Maio, a companhia aplica os seus rendimentos na praça madrilenha. Simón Ruiz remete 5000 ducados directamente para Madrid, enquanto António Fernandes de Elvas envia 10 mil cruzados para Nantes, para que Andrés Ruiz lhos cambie em reales de contado para Madrid. Nesta mesma carta, António Gomes descreve que a prática seguida era “*os que tomam para sevilha dao letras sobre outros e os que tomam para madrid dao letras sobre si mesmos*”¹⁹².

As bancarrotas da coroa epanhola, e a consequente entrada dos mercadores castelhanos no seu financiamento, marcam esta segunda metade da década de 70. Uma carta de 22 de Janeiro de 1576, descreve uma parceria num empréstimo a Madrid no valor total de 40 mil ducados, entre Francisco de la Presa, Simón Ruiz, António Gomes,

¹⁹⁰ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 23, n°282 (carta de 8 de Agosto de 1574).

¹⁹¹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, n°48 (carta de 30 de Janeiro de 1575).

¹⁹² In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, n°25 (carta de 13 de Julho de 1575).

Luís Gomes e António Fernandes de Elvas¹⁹³. A tendência é claramente a de reunir capital no centro de poder da coroa espanhola. Numa carta posterior, Manuel Gomes trata de uma encomenda de panos a André Ruiz, pedindo expressamente para que se façam os pagamentos em Madrid¹⁹⁴. Esta prática é recorrente no ano de 1575, com esta praça a absorver os lucros da venda de pimenta e açúcar em Nantes¹⁹⁵ e da venda de anil em Medina¹⁹⁶. Em Setembro, António Gomes indica a Simón Ruiz que o dinheiro da venda do sal e da pimenta enviado para Madrid deverá ser guardado no cofre e nunca remetido para Lisboa¹⁹⁷.

Muitas das parcerias entre os mercadores portugueses e a companhia de Medina envolviam mercadorias que partiam de Lisboa para várias praças europeias e coloniais. Na maior parte das vezes os lisboetas pediam a Simón Ruiz que fizesse os seguros das naus nas praças espanholas de Medina, Burgos, mas também em Madrid. É o caso do pedido de Diogo Dias para um seguro de mil cruzados de uma viagem de Lisboa a Pernambuco¹⁹⁸. Henri Lapeyre defende que o bom tempo para a negociação de seguros em Burgos termina a partir de 1569, pelo que a partir da década de 70, com especial relevo na de 80, Madrid assume-se na área dos seguros (LAPEYRE 1955, 236).

Compreensivelmente, Madrid surge também referida como via de correio, através da qual circulam as cartas dos vários correspondentes da companhia. Como era hábito, circulavam normalmente várias cópias da mesma missiva de forma a aumentar a probabilidade de esta chegar às mãos do destinatário, principalmente tratando-se de informação urgente, como era o caso dos dados dos navios a segurar. Acontece, por exemplo, com uma carta de António Gomes a avisar Simón Ruiz de que enviou tres cópias da carta a pedir o seguro do galeão de pimenta para Veneza, uma directa para Medina del Campo, outra por via de Mérida e outra por via de Madrid¹⁹⁹.

Enquanto “praça comercial”, Madrid é apenas referenciada uma vez, e é num contexto de venda de anil que havia chegado da Biscaia²⁰⁰.

¹⁹³ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº23 (carta de 22 de Janeiro de 1576).

¹⁹⁴ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº26 (carta de 9 de Fevereiro de 1576).

¹⁹⁵ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº70 (carta de 18 de Fevereiro de 1577).

¹⁹⁶ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº43 (carta de 29 de Julho de 1577).

¹⁹⁷ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº46 (carta de 4 de Setembro de 1577).

¹⁹⁸ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº78 (carta de 5 de Junho de 1577).

¹⁹⁹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº36 (carta de 3 de Fevereiro de 1577).

²⁰⁰ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº6 (carta de 8 de Setembro de 1576).

A exceção confirma a regra: a de que Madrid tem essencialmente uma função financeira. Para a companhia de Simón Ruiz, esta praça é um dos principais nós da sua rede de fluxos de dinheiro e de crédito. Porém, este nó transcende em muito o nó financeiro que foi Lyon, que demonstramos ter também sido crucial para a actividade financeira da firma. Madrid assume, a par de Medina, um importante papel na gestão dos negócios da companhia. Na verdade, o enorme dinamismo de Madrid, nomeadamente a partir da década de 70, com a proliferação dos bancos e com a realização dos *asientos*, exigiu à companhia um controlo apertado dos negócios. Com efeito, as letras de câmbio enviadas para pagamento nesta praça, revelam a acção de Hernando Correa de Velasco, que, pelo menos desde 1574, actuou como representante de Simón Ruiz nesta praça.

Considerando as 1689 ocorrências de Madrid e as 759 de Florença, que analisaremos de seguida, é bastante visível a diferença existente entre ambos os resultados. Em termos de análise, podemos falar da existência de um primeiro grupo de lugares que representam os grandes nós da rede espacial da companhia de Simón Ruiz (Medina del Campo, Lisboa, Antuérpia, Lyon e Madrid) e um segundo grupo, com funções relevantes para a companhia, mas que apresenta uma menor relevância em termos de presença nas fontes: Florença, Roma, Valladolid, Nantes e Sevilha. O interessante aqui é tentar aferir que papéis desempenham estes lugares nas dinâmicas da companhia. Apesar de apresentarem resultados menores poderão constituir nós essenciais ao desempenho da rede espacial?

2.6 Florença

"Passeri e Fiorentini sono per tutto il mondo"

(Provérbio popular italiano de Quatrocentos)

O provérbio quatrocentista denuncia a mobilidade da comunidade florentina, cuja expressão assumiu grandes proporções nos inícios da Época Moderna. Federigo Melis defendeu inclusivamente que os florentinos foram dos principais responsáveis

pelas grandes transformações económicas, e especialmente, financeiras, nos finais da Idade Média (MELIS 1976). Testemunhos desta brilhante e precoce actividade mercantil e bancária encontram-se nos arquivos das mais importantes casas florentinas, como os Médicis, os Datini, os Strozzi, ou os Capponi. A historiografia tem atribuído a estes mercadores a realização da “transição entre o mercador-aventureiro, a título individual, para a companhia com sede própria, a evolução da participação em sociedade, e o aperfeiçoamento de muitas práticas mercantis, como a contabilidade por dupla entrada, os seguros marítimos, e todos os instrumentos que facilitam a transferência de dinheiro e a extensão do crédito, desde o cheque à letra de câmbio e o certificado de depósito” (GOLDTHWAITE 2009). No entanto, a história destas poderosas famílias excede, e em muito, o seu espaço de origem. Com efeito, o seu dinamismo baseou-se na disseminação dos seus elementos pelas mais variadas e distantes praças europeias e do desenvolvimento de um sistema de crédito assente em feiras de câmbio. Ainda mais digno de interesse é o facto de estes grupos, para além de ocuparem novos espaços, moldam-nos consoante as suas necessidades. O melhor exemplo disto são as feiras de Lyon, que têm sido apontadas como uma verdadeira criação das comunidades italianas, nomeadamente dos florentinos (GASCON 1971). Neste caso, a criação de uma estrutura por uma comunidade externa redefiniu por completo a função de um espaço. A questão pode ser vista ao contrário, pelo que a história de Florença não poder ser inteiramente compreendida sem se analisar o importante papel de comunidades estrangeiras, como as castelhanas, com uma forte presença. Até certo ponto, a história de um lugar, e em particular a de Florença, não se conta sem o estabelecimento de relações directas e estreitas com os outros lugares. Embora reconheça e revalide a importância de Florença, Fernand Braudel não lhe concede o papel de centro dos mercados mundiais, considerando que esta “se impôs "de cima", pela sua indústria, pelos cordelinhos da finança, pelo dinheiro investido com inteligência” (BRAUDEL 1997). Considera mesmo que esta praça só desempenhará um papel dominante enquanto as feiras de Lyon dominarem, ou seja, até meados do XVI. Na mesma linha de pensamento, Richard Goldthwaite é peremptório ao afirmar que a força de Florença estava numa rede externa de firmas espalhadas por todo o Mediterrâneo ocidental e norte da Europa, que actuavam em três esferas: comercial, bancária, e das finanças governamentais (GOLDTHWAITE 2009, 37).

Recolocando o foco na cidade, Felipe Ruiz Martin chamou a atenção para o importante papel que Florença desempenhou no aprovisionamento monetário da coroa castelhana, e para o funcionamento do triângulo Sevilha-Florença-Piacenza. Dada a necessidade de efectuar pagamentos em ouro às tropas a actuar em Antuérpia, a coroa castelhana dependia da acção dos genoveses que, acumulando prata em Castela, e beneficiando das licenças de saca a partir de 1566, conduziam-na cunhada ou em lingotes a Génova, Milão, ou Florença. Nestas praças, era facilmente trocada por ouro, completando-se o processo nas feiras de Piacenza, ao usarem-se os condutos de crédito para absorver o ouro e expedir prata (RUIZ MARTIN 1990, 32-37).

No mundo das finanças, e em especial do crédito, compreender as relações entre lugares é essencial. Neste caso, Ruiz Martin aponta para uma relação muito estreita entre um grupo de lugares, Lyon, Piacenza e Florença, e um outro grupo, compreendendo Medina del Campo, Sevilha e Madrid. A um período de *largueza* num dos grupos corresponderia um período de *estreiteza* no outro.

No que toca à actividade mercantil, Florença tinha uma indústria têxtil muito forte, embora dependesse da importação de matérias-primas, como a lã castelhana, trazida por mercadores estrangeiros, nomeadamente castelhanos e genoveses (GOLDTHWAITE 2009, 39). É neste contexto que se insere a acção do agente de Simón Ruiz em Florença, Baltasar Suarez, ocupando-se das remessas de lã e actuando muitas vezes como feitor dos *ganaderos* de Segovia e Ávila (RUIZ MARTIN 1990, 73-78). Mais uma vez, é necessário estabelecer uma relação com outros lugares para compreender, neste caso, a função mercantil de Florença. Assim, o porto de Livorno funcionava como “ante-câmara”, superando Génova na recepção de mercadorias (RUIZ MARTIN 1990, 156). Embora tenha identificado esta relação mercantil entre a companhia medinense e Baltasar Suarez, Ruiz Martin considera que Simón Ruiz, no que respeita à sua acção em Itália, foi muito mais um financeiro que um mercador.



Figura 29 – Vista de Florença. In BRAUN e HOGENBERG - *Civitates Orbis Terrarum*, vol. 1, 1572 (FÜSSEL 2008, 110-111).

Comentário de Braun: “For just as Venice is called the rich, Milan the great, Genoa the proud, Bologna the fertile, Ravenna the ancient, Naples the noble and Rome the holy city, so Florence is called the beautiful.” (FÜSSEL 2008, 112)

O sexto lugar mais referenciado na documentação que analisamos é pois Florença, com 759 ocorrências. A Tabela 9 apresenta as funções desempenhadas por este lugar:

Função	Nº
Emissão de letra	374
Pagamento de letra	200
Local associado a agente referido numa letra	151
Local do beneficiário de letra	11
Local do pagador de letra	11
Local do dador de letra	4
Local do tomador de letra	3
Praça comercial	2
Praça financeira	2
Local associado a representante de negócios	2

Tabela 9 – Funções do lugar “Florença”.

A primeira referência a Florença surge numa letra de 28 de Janeiro de 1570, tomada em Medina del Campo pelos Maluenda, e a pagar pelos Bonvisi na feira dos

Reis em Lyon, por conta dos Caponi de Pisa e Agustin Dini de Florença²⁰¹. Até ao ano de 1578, surgem apenas mais duas referências a Florença: nova letra entre Medina e Lyon, por conta do mesmo Agustin Dini, e outra entre Sevilha e Antuérpia, por conta de Baltasar Suarez, de Florença. A partir de 1578 é que a praça surge, quer como local de emissão, quer como local de pagamento. Das letras aqui emitidas, a esmagadora maioria são pagas em Medina e Madrid. Quando é Florença a pagar, são as mesmas praças a emitir (ver Figuras 30 e 31).

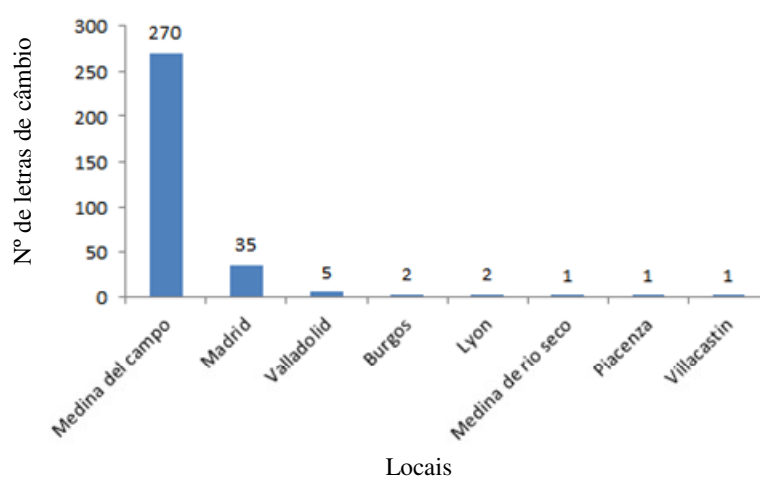


Figura 30 – Número de letras de câmbio emitidas em Florença, por local de pagamento (1553-1606).

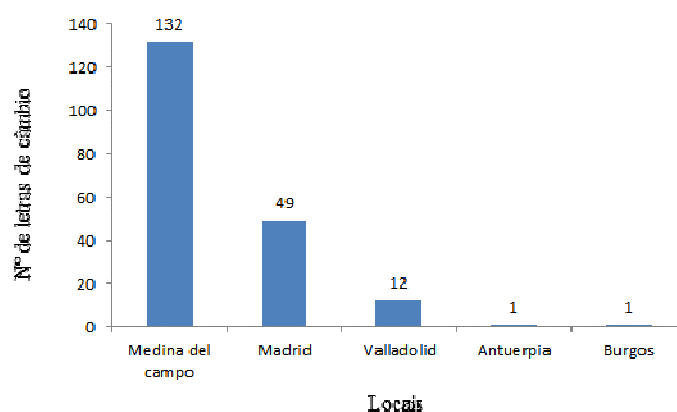


Figura 31 – Número de letras de câmbio pagas em Florença, por local de emissão (1553-1606).

²⁰¹ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 1, 1570, nº 50. Letra de câmbio de 28 de Janeiro de 1570.

Nos primeiros anos da década de 80, Simón Ruiz, que normalmente operava como credor em Medina para Florença, passa a sacar em Medina, juntando nesta praça débitos em vez de créditos, e actuando Baltasar Suarez ou Juan de Lago como tomadores na praça florentina (RUIZ MARTIN 1990, 97). Para ilustrar esta relação, mas num movimento inverso, apontemos, a título de exemplo, uma letra de câmbio tomada por Juan de Lago e Juan de Castro Gago em Medina, a pagar na feira da Aparição em Florença, pelos herdeiros de Luigi Capponi e companhia e “ponha por conta dos seus de florença”²⁰².

Nas cartas portuguesas analisadas, Florença surge apenas quatro vezes, pelo que não parece assumir um papel relevante no âmbito das relações da Companhia com os mercadores de Lisboa. Ainda assim, acaba por surgir quer em contextos financeiros, quer mercantis. Em Novembro de 1577, refere-se, a propósito do pagamento de uma letra de 1000 cruzados de Luís Gomes sobre Simón Ruiz, a possibilidade de tomar dinheiro sobre Lisboa, Flandres, Sevilha, Lyon, ou Florença²⁰³. Quanto a actividades comerciais, estas relacionam-se com o negócio das especiarias. Em Fevereiro de 1577, Simón Ruiz foi informado, via Burgos, que a pimenta tinha baixado de preço em Florença devido a um carregamento que se esperava via Alexandria. António Gomes considera que Simón Ruiz fez bem em não ter enviado a carga de pimenta e aconselha a que não se envie para Itália²⁰⁴. Através da análise da correspondência de Florença, Ruiz Martin descreve esta mesma tendência, alertando para o facto de os agentes portugueses não fazerem câmbios directos com Florença, pelo que os mercadores da pimenta recebiam através de Medina o dinheiro da venda. A partir de Lisboa, podia-se tomar dinheiro e dar uma letra sobre Florença, mas recorria-se a via de Medina para realizar transferências em ambos os sentidos (RUIZ MARTIN 1990, 104).

Florença desempenha, nas actividades da Companhia de Simón Ruiz um papel essencialmente financeiro, assente na acção dos elementos das suas grandes casas bancárias, como os Strozzi ou os Capponi. As letras de câmbio testemunham uma relação muito directa e predominante entre Florença e as praças castelhanas de Medina e Madrid, o que acaba por se reflectir também nas cartas portuguesas, nas quais as poucas referências a Florença surgem em contextos de negócio da pimenta. Este cenário

²⁰² In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 5, 1589, nº 149. Letra de câmbio de 3 de Novembro de 1589.

²⁰³ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº58 (carta de 26 de Novembro de 1577) e nº60 (carta de 27 de Novembro de 1577).

²⁰⁴ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº37 (carta de 18 de Fevereiro de 1577).

está de acordo com o que apurou Felipe Ruiz Martin, ao referir que a maior parte dos negócios de Simón Ruiz aqui se baseavam no envio de lã castelhana para abastecer as indústrias florentinas e o giro de letras de câmbio. Com Portugal negociava-se nos produtos de procedência ultramarina, como as especiarias, ainda assim em contextos em que os circuitos clássicos de transferência de especiarias, via Alexandria, tendiam a ser reactivados e a fazer baixar os preços das especiarias na Europa, criando alternativas às cargas portuguesas.

2.7 Roma

Das muitas facetas que Jean Delumeau atribui a Roma, há uma que nos permite compreender porque integra a cidade dos papas a rede de lugares de Simón Ruiz: "A Rome, tout le monde avait des dettes" (DELUMEAU 1975, 114). Num espaço de elites - religiosas, sociais, administrativas, culturais - é fácil encontrar quem deva dinheiro, e correspondentemente, quem o empreste. À margem de qualquer preconceito canónico ou preocupação moral, encontram-se em Roma filiais dos principais bancos, cujo último objectivo é tornarem-se credores do próprio Papa (BRUSCOLI 2007).

A cidade de Roma era, acima de tudo, a cabeça de um complexo e vasto corpo eclesiástico, cuja expressividade, em reinos como os de Espanha e Portugal, pressupunha um intrincado fluxo de capital. Com efeito, as relações entre a Península Ibérica e a cidade papal eram inúmeras, desde a acção das colectórias, dos benefícios eclesiásticos localizados na Península mas cujos titulares viviam em Roma, ou das pensões dadas por Carlos V a eclesiásticos ou laicos da corte romana (DELUMEAU 1975, 165). Esta complexificação exigiu a criação de mecanismos eficazes para o envio de dinheiro para Roma, nomeadamente através da utilização de letras de câmbio. Esta movimentação dinamizou um mercado localizado em torno de Valladolid e das feiras castelhanas. Ao longo do século XVI, foram numerosas as operações de crédito negociado em Roma a favor da tesouraria da câmara apostólica e financiadas com os dinheiros de Espanha (CARRETERO ZAMORA 2012, 190-199). As relações de crédito entre Lisboa e Roma foram já identificadas, e para um período bem anterior, sob a forma de pagamentos a embaixadores, a membros do clero sediados na Santa Sé ou no

estrangeiro, a estudantes beneficiários de bolsas para frequentarem universidades italianas e castelhanas, em compras efectuadas no exterior e até em transferências de dinheiro, através dos genoveses, para o infante D. Fernando entre os anos de 1438 a 1441 (BARATA 1996, 704; RAU 1971).

Não escapando a estas tendências, e completamente inserida nestes circuitos do crédito, a companhia de Simón Ruiz possuía os seus próprios agentes em Roma, pelo que muitos eclesiásticos e seculares que acudiam à cúria pontífica eram seus clientes. Do lado espanhol, e a partir de Pontevedra e Tui, remetiam-se todos os anos para Medina del Campo milhares de ducados em contado (coroas ou escudos de ouro) para serem enviados a Roma, à conta do doutor Jerónimo Fonseca (LUCAS VILLANUEVA 2009, 83). A este agente português em Roma juntamos o doutor António de Fonseca, o doutor Teotonio Nunez, Juan Enriquez e Simon Enriquez, todos eles actuando segundo os interesses da companhia de Medina. Felipe Ruiz Martin apurou que a acção destes homens, estritamente financeira no que concerne a Simón Ruiz, tem um carácter mais mercantil quando as relações estabelecidas o são com mercadores portugueses. Trata-se, nesse caso, sobretudo da importação de bens de consumo, não de produção. Estes homens teriam os seus agentes em Lisboa, que lhes enviavam sobretudo especiarias, servindo Simón Ruiz apenas de mediador, gerindo e transferindo fundos (RUIZ MARTIN 1990, 209).



Figura 32 – Vista de Roma. In BRAUN e HOGENBERG - *Civitates Orbis Terrarum*, vol. 1, 1572 (FÜSSEL 2008, 114-115)

Comentários de Braun: “The city of Rome, famed all over the world, is also the queen, the head and the embellishment of the whole world (...)”(FÜSSEL 2008, 169); “(...) describing a city such as this does not seem a less or easier undertaking than if someone should take it upon himself to illustrate or to describe the entire world (...)”(FÜSSEL 2008, 342).

Roma reúne 677 ocorrências na base de dados, agrupadas nas seguintes funções:

Função	Nº
Emissão de letra	432
Local do beneficiário de letra	134
Local associado a agente referido numa letra	73
Local do dador de letra	25
Local do pagador de letra	8
Pagamento de letra	4
Local do tomador de letra	1

Tabela 10 – Funções do lugar “Roma”.

A primeira referência a Roma data de 14 de Junho de 1574. Trata-se de uma carta na qual Hernando de Morales refere uma letra de câmbio tomada sobre ele, e cujo dador era um amigo de Roma. Numa carta de 11 de Novembro de 1575, Hernando de Morales, em Elvas, escreve a Lope de Arziniega e Hernando Correa de Velasco, em Madrid, pedindo-lhes que cobrem, junto de Antonio Vasquez, que como já vimos era banqueiro da corte, dinheiros que pertenciam a Manuel da Rocha de Roma²⁰⁵. Em Dezembro de 1576 é feita nova referência às dívidas de Manuel da Rocha²⁰⁶, esgotando-se assim as referências feitas, nas cartas de Portugal, a esta praça.

A primeira letra de câmbio é de 26 de Fevereiro de 1580, tomada em Medina del Campo por Simón Ruiz sobre Roma, por dinheiro recebido de Esteban Pacheco, “*rationero*” em Salamanca²⁰⁷. É, no entanto, uma excepção, pois até 1585 nenhuma letra de câmbio é tomada ou paga em Roma. A partir daqui somam-se as letras tomadas nesta praça, que são pagas maioritariamente em Medina, Valladolid e Madrid (ver Figura 33).

²⁰⁵ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº75 (carta de 11 de Novembro de 1575).

²⁰⁶ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº3 (carta de 30 de Dezembro de 1576).

²⁰⁷ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 2, 1580, nº 292. Letra de câmbio de 26 de Fevereiro de 1580.

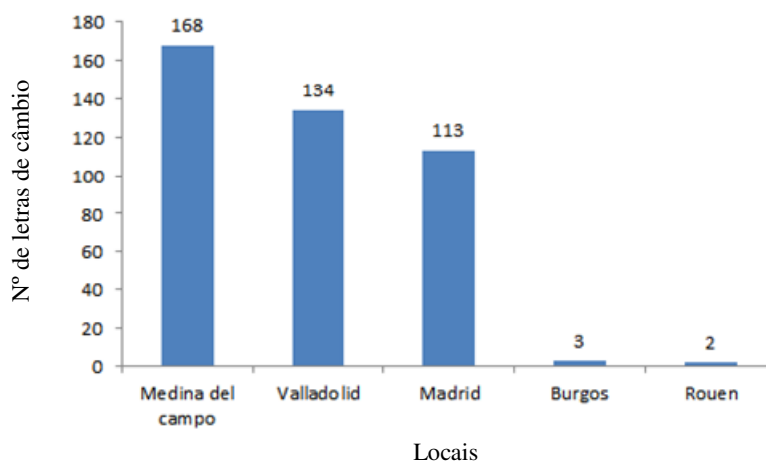


Figura 33 – Número de letras de câmbio emitidas em Roma, por local de pagamento (1553-1606).

Entre os agentes participantes nas letras, existem indivíduos que se destacam pela constante presença, nomeadamente enquanto beneficiários e referidos. Falamos de Manuel da Rocha, dos doutores Jerónimo e António da Fonseca, do doutor Teutónio Nunes, do doutor António Gomes, e de Juan e Simon Enriques. A análise da função destes agentes nas letras permitiu-nos averiguar algumas tendências. Assim, nos casos em que surgem como beneficiários, as letras são tomadas em Madrid ou Medina, normalmente pelos Spinola, Granolach, Aldana ou Maluenda, sobre Lyon ou Besançon. Trata-se de letras nas quais Simón Ruiz é dador, tal como quando estes mesmos agentes surgem como dadores, Simón Ruiz é o beneficiário. É o caso das letras que envolvem Teutonio Nunez, nas quais a sua função é essencialmente a de dador, pelo que as letras são pagas em Madrid a religiosos ou beneficiados. Com efeito, outra tendência que marca as letras tomadas em Roma é o facto de muitos dos pagadores serem religiosos, como seria expectável, como ocorre com as letras pagas pelo prior da igreja de Louredo (Pontevedra)²⁰⁸, pelo capelão de Sua Majestade²⁰⁹ ou pelo Arcediago de Sória²¹⁰. À semelhança do descrito para Madrid, também Roma se destaca pela abundância de títulos e de cargos administrativos com os quais os seus agentes são identificados. É o caso de Pedro de Tovar, camareiro secreto de Sua Alteza; Antonio de Tassis, correio-

²⁰⁸ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 3, 1585, nº 367. Letra de câmbio de 25 de Fevereiro de 1585.

²⁰⁹ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 3, 1585, nº 226. Letra de câmbio de 7 de Outubro de 1585.

²¹⁰ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 4, 1586, nº 48. Letra de câmbio de 23 de Agosto de 1586.

mor de Filipe II; José de Mello, do conselho de Sua Magestade e agente de Portugal em Roma; do monsenhor Alonso de Montalvo; ou do Arcipreste e cónego Cristoval de Aldazabal.

Em muitas das letras pagas nas feiras de Medina por Simón Ruiz, o valor nelas expresso é pago por conta de dívidas dos seus agentes de Roma. São estes casos que elevam o número de agentes referidos aqui localizados, e expresso na Tabela 10.

O número tão reduzido de letras pagas em Roma permite-nos observá-las com mais pormenor. Para além da letra de 1580, acima referida, encontramos mais três. Em 1586 é tomada uma letra em Valladolid que é paga por António de Fonseca em Roma, e relativa a um crédito dado por Simón Ruiz²¹¹. Dois anos depois, nova letra de Simón Ruiz, em Valladolid, é paga por Jerónimo da Fonseca, relativa a dívidas de António da Fonseca, já defunto, a Diego de la Torre²¹². E por último, uma letra tomada por Simón e Cosme Ruiz em Madrid, em 1597, é paga por Manuel da Fonseca em contado (em moedas de ouro)²¹³.

A análise da correspondência de Simón Ruiz e os seus correspondentes em Florença permitiu a Felipe Ruiz Martin concluir sobre o papel eminentemente financeiro de Roma, embora com algumas ligações de carácter mercantil a cargo dos mercadores portugueses (RUIZ MARTIN 1990, 209). A nossa análise aponta no mesmo sentido, conferindo a Roma a função, quase exclusiva, de emissão de letras de câmbio, promovida pelo pagamento de dívidas de figuras eclesiásticas. No entanto, a leitura das cartas não nos permitiu recolher indícios de ligações mercantis com agentes portugueses, visto que as poucas referências encontradas estão, mais uma vez, ligadas à cobrança de letras.

2.8 Valladolid

“Valladolid au temps de Charles Quint et de Philippe II préfigure Madrid sous Philippe IV.” Este estatuto de prefiguração com que Bartolomé de Bessar estigmatiza Valladolid é o fio condutor da sua obra emblemática: “Valladolid au siècle

²¹¹ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 4, 1586, nº 44. Letra de câmbio sem data.

²¹² In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 4, 1588, nº 540. Letra de câmbio de 9 de Janeiro de 1588.

²¹³ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 8, 1597, nº 191. Letra de câmbio de 22 de Abril de 1597.

d'or: une ville de Castille et sa campagne au XVIe siècle". Toda a sua análise gira em torno das não concretizações desta cidade, como que, apesar de reunir todas as condições, Valladolid estivesse destinada a nunca se configurar como centro económico, financeiro, intelectual, e a maior decepção, centro político (BENNASSAR 1999). Em defesa da sua relevância, ressalvemos que isto significa, também, que este lugar desempenhou, em algum grau, todas estas funções.

Localizada na rota que, desde Burgos, vai a Medina del Campo, e entre esta e Medina de Rioseco e Villalón, Valladolid cedo beneficiou da sua excelente posição geográfica (RUIZ MARTIN 1970, 28). Bennassar pormenoriza-a: "sobre o grande eixo económico e político do reino de Castela, que de Bilbao ou Laredo, a Sevilha e Sanlúcar, liga do norte ao sul, Burgos, Valladolid, Medina, Segovia, Madrid, Toledo, Córdoba, Ecija."(BENNASSAR 1999, 79) Privilegiadamente situada perto de alguns dos mais importantes centros de Castela: Rioseco e Medina, Burgos, Segovia e Salamanca (lã, indústria e letras, respectivamente), Valladolid nunca representou uma economia de produção, assumindo-se muito mais como um mercado de consumo. Bennassar apresenta-nos as grandes lutas que esta praça, ao longo de quinhentos, travou, rivalizando com Burgos pelo estatuto de primeira praça comercial, com Segóvia pelo estatuto industrial, e com Medina pelo estatuto financeiro. Na verdade, desde os primeiros anos de quinhentos que Valladolid reclama a realização das feiras castelhanas. A juntar a estas perdas, vê a sua universidade ficar atrás da de Salamanca, que acaba por se assumir como capital intelectual. Ainda assim, e isto é bastante demonstrativo da dimensão de Valladolid, restavam-lhe ainda as funções políticas, administrativas e judiciais. Bennassar considera-a uma cidade de aristocratas, ricos litigantes, estrangeiros, artistas, com uma verdadeira "vocation de capitale". Apesar da sua vocação não se ter cumprido, todas estas suas dimensões marcaram-na profundamente, nomeadamente a constituição da sua sociedade. A chancelaria, aqui instalada desde 1452, provocou uma grande concentração de advogados, escrivães, notários. O facto de ter sido constantemente escolhida para reunião de cortes, promoveu o estabelecimento de casas senhoriais e a presença constante de nobres.

Consequentemente, esta composição social marcou profundamente a sua economia. O seu marcado carácter burocrático representava uma grande fatia da despesa estatal, quer em termos de salários, quer de pagamentos a entidades religiosas, nomeadamente monásticas, acabando por absorver uma grande percentagem dos

rendimentos da coroa. Uma outra vertente que decorre desta especificidade social de Valladolid é a quantidade de indivíduos que integraram o mercado de “juros” e “censos”. Letrados, funcionários judiciais, eclesiásticos, mosteiros, confrarias, participaram na compra de “juros”, que resultavam de um empréstimo prévio ao estado, representando o juro o reembolso, ou então eram concedidos pela coroa em resultado de algum tipo de favor. Muitos destes juros foram também pagos a pessoas ou colectividades estrangeiras em Valladolid. Os “censos” tiveram a particularidade de funcionar como instrumento de crédito, nomeadamente sob a forma de empréstimos agrícolas, com uma elevada participação de elementos de famílias nobres e proprietários rurais (BENNASSAR 1999, 28 e 264).

Esta concentração de elites representa um potencial grande mercado de consumo, nomeadamente de produtos de luxo. Tudo isto concorre para tornar Valladolid num mercado monetário de primeira categoria: "Le service du crédit a été la source la plus fructueuse de la fortune vallisolétaine."(BENNASSAR 1999, 253). E é enquanto mercado monetário, e enquanto sorvedouro de crédito, que Valladolid justifica a sua presença na rede de lugares da companhia de Simón Ruiz, que a partir dos anos 80 prolonga cada vez mais as suas estadias nesta cidade. Essa posição é fruto ainda da necessidade constante de tratar dos seus assuntos junto da Real Chancelaria, mas também do facto de a tendência de proliferação bancária em Valladolid ser uma realidade. Aqui sediam-se também Gonzalo de Salazar e Juan de Carmona, um dos mais importantes bancos castelhanos na segunda metade do século XVI (LAPEYRE 1955).



Figura 34 – Vista de Valladolid. In BRAUN e HOGENBERG - *Civitates Orbis Terrarum*, vol. 1, 1572 (FÜSSEL 2008, 53)

Excerto da inscrição no canto inferior esquerdo: “It is the noblest city in all Spain, seat of His Most Serene Highness and of the most noble and famous men (...).”(FÜSSEL 2008, 53)

Georg Braun identifica Valladolid ainda como o centro político do reino espanhol. Maravilhado com a magnificiência dos seus edifícios, ressalta a forte presença das classes mais privilegiadas e da elite da sociedade de corte.

Com 630 referências, Valladolid é a terceira cidade castelhana mais referida na documentação. As suas funções estão explanadas no quadro da Tabela 11:

Função	Nº
Pagamento de letra	347
Local do pagador de letra	168
Emissão de letra	86
Local do beneficiário de letra	17
Local associado a agente referido numa letra	10
Local do dador de letra	2

Tabela 11 – Funções do lugar “Valladolid”.

A primeira referência é numa letra de câmbio de 7 de Setembro de 1558 tomada em Valladolid, pelos Spinola, a pagar na feira de Agosto de Besançon a Andrés Ruiz ou aos Bonvisi²¹⁴. Até 1575, cumpre apenas a função de emissão de letras de câmbio. A única exceção feita é uma letra de 1563, tomada em Sevilha e a pagar por Simón Ruiz, em Medina del Campo ou Valladolid²¹⁵. A função de Valladolid é promovida pela presença de Vitores Ruiz, funcionando como uma importante sucursal da Companhia de Medina. Os primeiros anos da Companhia são muito marcados pelas parcerias entre Simón e o seu irmão Vitores Ruiz, pelo que Valladolid sempre ocupou uma posição privilegiada dentro da rede espacial de negócios. Como comprovando isto mesmo, a primeira referência feita a este lugar na correspondência é a 3 de Janeiro de 1564, numa carta sobre os negócios de Vitores Ruiz em Valladolid²¹⁶. A segunda referência atesta ainda mais a elevada posição hierárquica da praça, com a presença de Simón Ruiz, pelo

²¹⁴ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 1, 1558, nº 25. Letra de câmbio de 7 de Setembro de 1558.

²¹⁵ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 1, 1563, nº 3. Letra de câmbio de 13 de Julho de 1563.

²¹⁶ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 2, nº346 (carta de 3 de Janeiro de 1564).

que a correspondência é para aqui dirigida²¹⁷. As cartas dos mercadores portugueses lançam também luz sobre a tendência verificada, nestas primeiras décadas, de emissão de letras em Valladolid. Uma carta de 19 de Dezembro de 1574 menciona uma transferência feita por Lope de Arziniega, a partir de Valladolid, de 4000 reales para Hernando de Morales. O objectivo era financiar empréstimos que este deveria realizar na Flandres²¹⁸. Olhando para as letras tomadas em Valladolid, a maior parte são sobre Medina, Lyon, Florença, Lisboa, e Madrid (ver Figura 35).

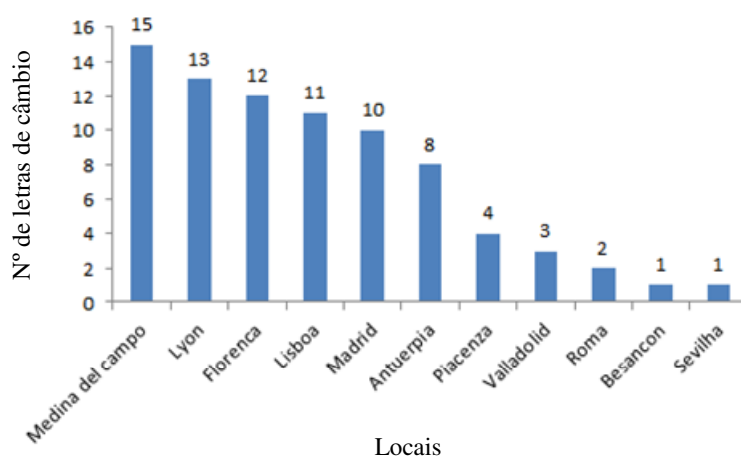


Figura 35 – Número de letras de câmbio emitidas em Valladolid, por local de pagamento (1553-1606).

No entanto, na tabela é a função pagamento aquela que reúne maior número de resultados. Esta é, no entanto, uma tendência que começa apenas, e muito lentamente, a partir da segunda metade da década de 70. A partir destes anos vão surgindo letras, emitidas a partir de Medina del Campo, com Valladolid como destino (ver gráfico da Figura x). Os primeiros anos da década de 80 apresentam uma interessante característica, pois a principal função desta praça é enquanto local, não de origem ou destino das letras, mas de localização dos intervenientes, em especial dos pagadores. Mais uma vez, os pagamentos são feitos nas feiras de Medina, sendo os pagadores de Valladolid. Aparecem frequentemente referidos Carlos de Lattre, Damian de Torres e Sebastian de Santibanes. O ano de 1581 é marcado pelos fluxos de dinheiro entre o triângulo Sevilha, Madrid e Valladolid. Em 1582, entre os pagadores, surge, além de

²¹⁷ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 6, nº98 (carta de 3 de Agosto de 1567).

²¹⁸ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 23, nº307 (carta de 19 de Dezembro de 1574).

Carlos Lattre, o mercador flamengo Jacques Ludeque, que pagam, em Medina, letras tomadas na Antuérpia e em Bruges. Embora seja muito raro, por vezes as letras deixam-nos ver com mais pormenor os motivos das transferências que expressam. É o caso de uma letra de 11 de Julho de 1582, tomada em Bruges por Lope de la Corona e a pagar em Medina por Juan Hernandez de Salazar, senhor da vila de Ziadoncha e regedor de Valladolid. A sua dívida é referente a uma compra de tapeçarias na Flandres²¹⁹. A partir de 1585, Valladolid assume em pleno a sua função de local de pagamento de letras de câmbio, que assume o primeiro lugar na tabela de ocorrências. Convém lembrar que, neste período, Simón Ruiz passa grande parte do seu tempo em Valladolid, pelo que esta sua realocização justifica esta expressividade. A sua análise permite verificar uma especificidade desta praça. A grande parte das letras para aqui enviadas é emitida em Roma. São quantias pagas a Simón Ruiz relativas a adiantamentos feitos pelos seus agentes em Roma, como os Fonseca, ou os Enriques. Os pagadores são, geralmente, licenciados, detentores de cargos administrativos ou eclesiásticos. Seguem-se Lisboa e Sevilha, e a partir de 1605, Burgos e Nápoles (ver Figura 36).

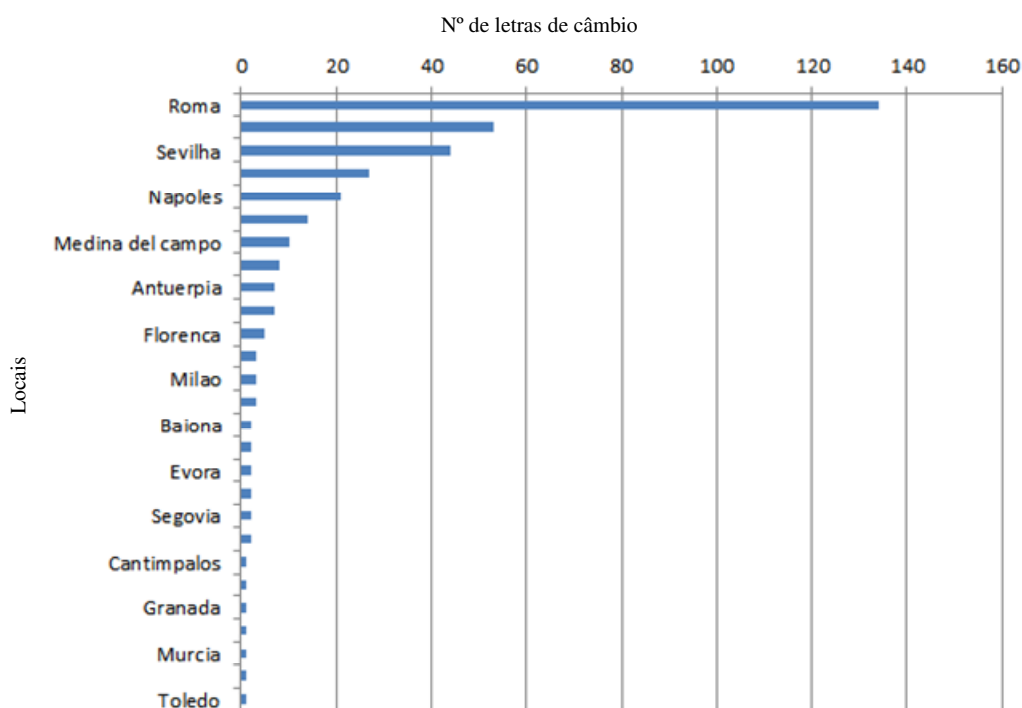


Figura 36 – Número de letras de câmbio pagas em Valladolid, por local de emissão (1553-1606).

²¹⁹ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 2, 1582, nº 50. Letra de câmbio de 11 de Julho de 1582.

De todos os lugares em análise, Valladolid é o que reúne maior número de indivíduos com cargo ou título atribuídos, superando mesmo Medina del Campo (que é o lugar com maior número de agentes identificados). Esta característica é de tal forma expressiva que se torna necessário incluí-la para uma compreensão mais profunda da importância deste lugar e do seu papel nos negócios da companhia. O quadro seguinte pretende comprovar isto mesmo:

Alonso de Vega	licenciado e redactor na audiência e chancelaria
Alonso Dias de Prado	procurador na chancelaria
Amador de Santiago	secretário da audiência eclesiástica
Antonio de Estrada Manrique	cónego
Antonio Lopez de Calatague	regedor
Bartolome Olalla de Rojas	doutor e cónego
Carlos de Lattre	mercador
Christoval de Aulestia	secretário dos fidalgos da chancelaria real
Christoval Ortiz	procurador da real chancelaria
Christoval Briseno	comendador
Diego de Medina	doutor
Diego Munoz de Cuellar	licenciado
Diego Rodriguez	notário do número da audiência episcopal de Zamora
Domingo Blanco de Cagiede	cónego
Domingos Peres	escrivão público de Sua Magestade
Francisco de Castillo	cónego e administrador das rendas do reino de Castela
Garcia de Vere	correio maior de Sua Magestade
Gonçalo de Castilla	mestre escola
Gregorio de Tovar	fiscal da real chancelaria
Isabel de Mendonza	piora do mosteiro de Santa Catalina de Sena
Jacques Ludeque	mercador
Juan Bautista Gallo	depositário geral
Juan Fernandez de Salazar	senhor da vila de ziadoncha
João Batista Lavanha	cosmógrafo-mor de Portugal
Juan Cyd	procurador na chancelaria
Juan Estrada Manrique	alcaide do crime da real chancelaria
Juan Fernandez de Cordova	tesoureiro de Sua Magestade das mesas maestras
Lorenzo de Cordova	ouvidor na chancelaria
Ortiz de Barrio	advogado na chancelaria

Tabela 12 – Agentes localizados em Valladolid com título e/ou cargo atribuídos.

Valladolid configura-se, por excelência, como um mercado de consumo, e, acima de tudo, um mercado movimentado pelo crédito. Esta sociedade de privilegiados, burocratas, e eclesiásticos, alimenta a compra e venda dos “juros” e dos “censos” e, de uma forma geral, o próprio jogo da especulação. Desde os seus primeiros anos que a companhia de Simón Ruiz está presente neste lugar, através da presença física do seu irmão Vitores Ruiz. Analisando as funções desempenhadas por Valladolid, vimos como esta surge como lugar de pagamentos, em especial a partir de 1575, assim como lugar de um grande número de pagadores. Com efeito, na década de 80, circulam letras de câmbio em direcção às feiras de Medina, mas a naturalidade dos pagadores é Valladolid. Nestes circuitos assumem particular relevância as letras provenientes de Madrid e de Sevilha, constituindo circuitos internos de financiamento e de disponibilização de capital. A especificidade da sociedade de Valladolid justifica igualmente as letras de câmbio envolvendo praças mercantis como Bruges e Antuérpia, mercados de produtos de luxo, como tapeçarias e tecidos, que facilmente encontram compradores nesta praça. Em 1585, Valladolid vê a sua função reforçada com a presença cada vez mais constante de Simón Ruiz, assim como assume particular relevância a ligação a Roma. Compreende-se que ambos os lugares, que descrevemos como sociedades de administrativos, burocratas e, especialmente, de eclesiásticos, tenham contas correntes, promovendo um fluxo de letras de câmbio.

2.9 Nantes

A vocação marítima de Nantes e a sua actividade portuária são os temas que mais estudos têm suscitado à historiografia da Idade Moderna. Um das vertentes com maior relevância em termos económicos é a relação que, desde muito cedo, Nantes estabeleceu com Espanha, especialmente com a costa cantábrica, e que tem sido analisada em pormenor, nomeadamente por Jean-Philippe Priotti e Hilario Casado Alonso.

A presença de mercadores espanhóis nos portos bretões remonta ao século XIII, justificando mesmo o estabelecimento de um consulado castelhano em 1430, e promovendo uma intensa actividade mercantil entre ambas as regiões, que assumirá a

sua maior dimensão na segunda metade do século XVI (CASADO ALONSO 2000, 30-32). De uma forma geral, as exportações espanholas consistiam em couro, ferro basco, frutos e vinhos da Andaluzia, cavalos e produtos americanos. No sentido inverso circulavam tecidos, linho e cânhamo, e em menor quantidade, sal, trigo, livros, papel e miudezas. Nantes fazia ainda a redistribuição, para toda a Península Ibérica, da produção têxtil francesa da Normandia, Maien, Anjou, e Poitou, e também flamenga e inglesa (AZAOLA 1975, 783).

Entre Nantes e Bilbao, o porto cantábrico de maior expressão, estabeleceram-se vários acordos comerciais recíprocos, nomeadamente de isenções fiscais (PRIOTTI 1993, 266), que acabaram por permitir a formação de companhias mercantis verdadeiramente monopolistas, na sua maioria formadas por elementos das principais famílias de mercadores castelhanos. Estas companhias, conhecidas como as “do salvo-conduto”, adquiriam junto do tesouro régio espanhol o direito de livre importação de mercadorias francesas. Este tipo de monopólios obrigava, no entanto, a que os mercadores se agrupassem em companhias de grande capacidade de investimento, como foi o caso de Miguel de Zamora, de Medina del Campo, Francisco de la Presa, Vitores Ruiz Embito, Diego de Bernuy e Juan de Santo Domingo, de Burgos, Juan de Orbea e Ochoa de Lanier, de Bilbao. No caso de Simón Ruiz, o castelhano participava neste negócio utilizando a sua ligação com o seu irmão (CASADO ALONSO 2000, 33). A análise dos livros de registo de Andrés Ruiz, feita por Javier de Azaola, trouxe à luz a dimensão dos negócios deste mercador. Intermediário de mais de vinte sociedades distintas, Andrés Ruiz participou no carregamento de mais de 75% dos barcos que ligavam Nantes e Espanha, e nos quais eram transportados cerca de 95% do valor total das exportações nantesas para este país. Uma importante vertente destes negócios era o envio das lãs espanholas para Rouen, por conta das companhias de que era feitor. Nos seus livros são abundantes as referências aos seus privilégios de monopólio sobre este comércio, feito em nome de "los señores de la compañía del salvoconducto"(AZAOLA 1975).

Embora este comércio apresentasse uma grande atractividade e florescesse durante o século XVI, a partir da segunda metade, conhecerá alguns revezes. Nas décadas de 60 e 70, as guerras religiosas e o corso de La Rochelle afectaram gravemente a navegação do Loire e o Golfo da Gasconha. Foi um período bastante negro para a actividade mercantil, com constantes bloqueios. A situação agrava-se ainda mais a partir

de 1577 com uma acentuada subida dos preços em Nantes, nomeadamente dos tecidos, a comprometer seriamente as trocas comerciais (PRIOTTI 1993, 273-275).

A análise da documentação da companhia de Simón Ríoz revela que, enquanto nas letras de câmbio apenas surge a referência ao topónimo “Nantes”, quase sempre como localização de Andrés Ruiz, as cartas registam também o topónimo “Bretanha”. Metodologicamente optou-se, novamente, por analisar os dois topónimos individualmente, sem esquecer, no entanto, a sua relação. Bretanha foi um centro produtor de trigo e um centro portuário receptor do sal português. Em correlação com estas funções, Nantes é a principal porta de saída e entrada destes dois produtos.

Nantes soma 491 ocorrências, sendo a segunda cidade francesa com mais referências na documentação. A tabela seguinte apresenta as funções desempenhadas por Nantes:

Função	Nº
Local do beneficiário de letra	362
Local associado a agente referido numa letra	41
Praça comercial	40
Local associado a representante de negócios	26
Emissão de letra	5
Praça financeira	5
Porto marítimo	4
Local do pagador de letra	3
Recepção de carta	3
Local do tomador de letra	1
Local do dador de letra	1

Tabela 13 – Funções do lugar “Nantes”

A primeira referência é feita logo na primeira letra de câmbio de que há registo. A 5 de Julho de 1553, os Strozzi tomam uma letra na feira de Villalón, sobre a feira de Besançon, a pagar a Andrés Ruiz, de Nantes²²⁰. Esta letra marca a tendência para todos os câmbios que envolvem Nantes. Como podemos ver na tabela, este lugar apenas surge no movimento de crédito enquanto lugar de localização de intervenientes, e não como local de emissão ou de pagamento. E os resultados devem-se, essencialmente, a Andrés

²²⁰ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 1, 1553, nº 1. Letra de câmbio de 5 de Julho de 1553.

Ruiz, ou melhor, a dois Andrés Ruiz, o primeiro, irmão de Simón Ruiz, o segundo, seu sobrinho. Trata-se, de uma forma geral, de letras emitidas nas feiras de Medina del Campo, sobre outras feiras. Até ao ano de 1559 são as feiras de Besançon, nas quais se paga a Andrés Ruiz, ou em sua ausência, a António Bonvisi. A partir deste ano, os pagamentos são feitos em Lyon, a Andrés Ruiz, ou aos herdeiros de Ludovico e Antonio Bonvisi.

Se o nosso enfoque de observação se centrasse na acção de Andrés Ruiz e na sua documentação, Nantes seria o principal nó espacial desta rede. Com efeito, Nantes está para Andrés Ruiz, como Medina está para Simón. Ambas as casas geraram volumes de negócio de enorme relevância, cada uma com os seus respectivos dinamismos financeiros e mercantis. Naturalmente, cruzaram-se ao longo do tempo e estão intimamente ligados, mas constituem dois nós centrais distintos. Nantes definiu-se desde os primeiros anos da companhia como a porta de acesso às mercadorias francesas, com o estabelecimento de Andrés Ruiz, e mais tarde alargando-se aos seus filhos, Andrés e Julian Ruiz. Mas os negócios da companhia medinense não passam todas pelas suas mãos. Simón tem os seus próprios agentes no terreno, como Francisco Carneiro, mercador português que surge várias vezes na correspondência. É o responsável pelo frete de navios e de avisar Hernando de Morales e Simón Ruiz da chegada de mercadorias. Não se limita apenas a um papel de intermediário, pelo que por vezes integra parcerias, nomeadamente no transporte de sal. Os resultados para “agentes referidos” que vemos na tabela prendem-se exactamente com a acção destes homens, mercadores, como Andrés e Julián Ruiz, Felipe Martinez, ou Francisco Carneiro, intervenientes nos negócios da Companhia. Juntamos também Pedro e Giulian Polain, e Pedro del Campo Arziniega, referidos muitas vezes nas letras de câmbio, como tendo conta corrente com os Bonvisi. Ilustremos também estas relações com uma letra de câmbio, desta vez tomada em Antuérpia para a feira de Outubro de Medina, na qual o tomador, Diego de la Pena, instrui o pagador para que “*ponha por nossa conta de nantes*”,²²¹.

Vimos que estas letras correspondem a pagamentos nas feiras, pagamentos esses relativos a dívidas de mercadores, o que nos aponta já, mesmo que não dispuséssemos da correspondência comercial para o confirmar, para a função predominantemente

²²¹ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 1, 1577, nº 6. Letra de câmbio de 4 de Novembro de 1577.

comercial de Nantes. Nantes aloja uma importante comunidade mercantil de ascendência castelhana, e em especial, burgalense.

Entre Castela e Nantes não se movimentavam apenas cartas e mercadorias, mas também homens, mercadores que se deslocam frequentemente à cidade bretã para realizar parcerias e concretizar os seus negócios. Em 1567, Diego de Salazar escreve a Simón Ruiz dizendo-lhe que já tinha chegado a Lisboa, mas que não conseguira entregar a carta de Francisco de Mariaca a António Diez, pois entretanto este partira para Nantes, assim como o seu irmão. Informa que dentro de uma semana partirá também para a Bretanha²²². Neste seguimento, três dias depois, em nova carta, avisa que irá num navio, com escala em La Rochelle. Para provimentos da viagem e roupa precisou de pedir emprestados 20 ducados, visto que o dinheiro que trazia de Francisco de Mariaca já tinha acabado²²³.

No entanto, a mobilidade entre Castela e Nantes nem sempre foi fácil, e momentos houve que nem possível foi. Numa carta de 1 de Agosto de 1570, António Gomes recusa uma parceria proposta por Simón Ruiz para venda de especiarias em França, por receio das revoltas. Refere o grande risco que havia no mar e o consequente aumento dos seguros, pelo que para Nantes aconselha que “*não se pode enviar ahla coza que sea de importância.*”²²⁴. Com efeito, a década de 70 foi particularmente dura para o comércio atlântico, particularmente afectado pelas guerras religiosas francesas e o curso organizado a partir de La Rochelle (PRIOTTI 1993). Apesar deste mau cenário, no ano seguinte, o mesmo mercador considera já uma possibilidade de negócio de especiarias e açúcares com Andrés Ruiz²²⁵. Em 1574, há novas dificuldades para a circulação de mercadorias. A propósito de uma encomenda de 600 a 800 moios de sal para Rouen, é dito que as urcas não conseguem entrar neste porto, pelo que o destino terá de ser Nantes²²⁶. Numa carta posterior, ficámos a saber que o negócio nem assim se concretizou, pelas variações no preço do sal “*que tanto vale a 3,5 ducados como depois a 4 e a 5*”²²⁷. Duas semanas depois, António e Luís Gomes fretam um navio com 120 a 130 moios de sal, a 1500 reales o moio. Trata-se do navio “Le Jan”, do mestre Pierre

²²² In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 6, nº102 (carta de 14 de Fevereiro de 1567).

²²³ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 6, nº103 (carta de 17 de Fevereiro de 1567).

²²⁴ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 12, nº238 (carta de 1 de Agosto de 1570).

²²⁵ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 15, nº28 (carta de 11 de Maio de 1571).

²²⁶ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 23, nº292 (carta de 24 de Dezembro de 1574).

²²⁷ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº6 (carta de 4 de Janeiro de 1575).

Adrian, de Morbihan, e é segurado por 400 ducados, custando o frete 45 libras tornesas por moio de Paris²²⁸. Em Agosto desse ano, Julián Ruiz avisa Símon Ruiz acerca de dois navios fretados com carga de aduelas para na volta se carregarem com sal²²⁹. Um mês depois, Hernando de Morales ordena a João Rodrigues Bueno que compre 5 ou 6 mil moios de sal. O mercador freta seis urcas, três com destino a Nantes e as outras três para Rouen, num total de 2650 moios. O negócio não parece ter reunido as melhores condições, pois a intenção era fretar navios franceses, por serem mais pequenos, mas não os havia, para além das queixas da subida do preço, valendo já 1800 reales²³⁰. Quanto à dificuldade em encontrar navios disponíveis para fretar, têm de ser considerados dois grandes movimentos sazonais, que afectavam a frota francesa do Atlântico: no início da Primavera, uma partida em massa para a pesca do bacalhau na Terra Nova, e, no Outono, as frotas do vinho para a Inglaterra e para a Flandres (LAPEYRE 1955, 204). Em Outubro, Hernando de Morales aguarda roupa que foi carregada em Nantes, para poder enviar sal de volta²³¹. Como que para ilustrar a ligação de todo este movimento de mercadorias com as letras de câmbio, numa carta de Outubro de 1575, Hernando de Morales pede a Simón Ruiz que lhe diga como remeter para a Flandres o dinheiro de Nantes, para onde se carregaram 260 cafizes de sal²³². Neste mesmo mês é a vez das lençarias, que chegam num navio a Cascais²³³. De volta, António Fernandes de Elvas envia nas urcas de sal, pimenta, que “*vai em nome de um alemão*”²³⁴. Em Novembro, novas referências aos perigos do mar. A propósito do envio de doze barris de anil, que seguiram por via de Nantes, em vez de irem por Segóvia, e que “*alguns dizem que devia ter ido por terra*”, Luís Gomes considera ser muito “*perigoso ir por terras de franca neste tempo, para ir por terra sao 200 leguas, para ir pelo rio dizem que e pequena parte do caminho*”²³⁵. O perigo é confirmado numa carta posterior de António Gomes, queixando-se que o mestre do navio que pretendia fretar não aceita navegar para Rouen, voltando Nantes a ser o destino das mercadorias²³⁶. Em Maio de 1576, surge de novo um negócio de pimenta e ficamos a conhecer a identidade

²²⁸ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº8 (carta de 15 de Janeiro de 1575).

²²⁹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº26 (carta de 4 de Agosto de 1575).

²³⁰ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº58 (carta de 6 de Setembro de 1575).

²³¹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº71 (carta de 3 de Outubro de 1575).

²³² In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº73 (carta de 13 de Outubro de 1575).

²³³ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº27 (carta de 18 de Outubro de 1575).

²³⁴ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº29 (carta de 30 de Outubro de 1575).

²³⁵ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº34 (carta de 20 de Novembro de 1575).

²³⁶ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº32 (carta de 16 de Dezembro de 1575).

do alemão que envia a pimenta, pois António Fernandes de Elvas remete uma carga desta especiaria a Andrés Ruiz, em nome de Hans Pelque²³⁷.

Em Setembro, trata-se do aprovisionamento de trigo. António Gomes demonstra saber que em França há muito boa colheita de pão e que a pimenta tem muito valor. Perante este quadro, pede aviso no caso de se embarcar trigo para que se envie de retorno a especiaria²³⁸. O mesmo mercador, em Outubro, reitera que se use parte da venda de pimenta para compra de trigo²³⁹. A tendência para apostar em mercadorias de maior valor parece crescer, pelo que o ano de 1577 é especialmente forte no negócio da pimenta. Logo em Janeiro há algumas tentativas, mas falham por não se conseguirem fretar navios²⁴⁰. Em relação à aparente insuficiência de navios em Lisboa, temos de considerar o elevado número de embarcações que era utilizado na constituição das armadas da Índia (CARANDE 1944). Ainda assim, Manuel Gomes consegue enviar âmbar negro para Nantes e Paris, para venda a dinheiro de contado ou para troca, valendo a 3 cruzados a onça²⁴¹. Em Fevereiro, Manuel Gomes anuncia ter vendido em Lisboa toda a carga de “*labales*” que havia recebido de Nantes, e que iria enviar o lucro em especiarias²⁴². Sugere também a aplicação do dinheiro numa nova carga de trigo para Lisboa. Mais uma vez, as cartas se cruzam com as letras e ficámos a saber também que o dinheiro da venda da pimenta e açúcar em Nantes, será enviado para Madrid ou Medina del Campo²⁴³. Ou seja, através dos seus intermediários lisboetas e nanteses, Simón Ruiz vende tecidos e trigo da Bretanha em Lisboa, fazendo carregar os navios de volta com sal, ou sempre que possível com pimenta e açúcar. Dado o elevado valor que estes produtos atingem em França, o castelhano reúne lucros consideráveis que faz enviar para a sua sede em Medina, ou para Madrid. Podemos perfeitamente completar este cenário pressentindo aqui o reinvestimento do dinheiro em novas mercadorias, ou em empréstimos financeiros à corte.

Ainda em Fevereiro, Manuel Gomes freta um navio de Bilbao para carregar pimenta e cravo, no valor de 300 mil reais, e pede que Julian Ruiz lhe carregue um

²³⁷ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº15 (carta de 14 de Maio de 1576).

²³⁸ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº40 (carta de 1 de Setembro de 1576).

²³⁹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº46 (carta de 14 de Outubro de 1576).

²⁴⁰ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº64 (carta de 16 de Janeiro de 1577) e nº33 (carta de 25 de Janeiro de 1577).

²⁴¹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº65 (carta de 19 de Janeiro de 1577).

²⁴² In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº70 (carta de 18 de Fevereiro de 1577).

²⁴³ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº70 (carta de 18 de Fevereiro de 1577).

navio com papel²⁴⁴. Numa carta posterior ficámos a saber que o navio a carregar com pimenta é o “La Trinidad”, do mestre Juan Galindez, de San Julián de Musquer (Muskiz), e será segurado no valor de 4500 ducados²⁴⁵. Em Março, Manuel Gomes sugere que o retorno deste navio se faça em “*angeos*” e papel²⁴⁶, e acerca da venda da sua carga de pimenta, comenta a descida do seu valor em Nantes²⁴⁷. Por último, temos conhecimento de uma compra de 400 toneladas de trigo, em Novembro²⁴⁸.

As parcerias entre os mercadores portugueses e o ramo dos Ruiz em Nantes multiplicam-se, e Medina surge, quer como parceira de negócio, quer como apenas intermediária, como é o caso da sua função de reencaminhamento de correspondência para Nantes. Não é raro as cartas referirem que, junto com a missiva dirigida a Simón Ruiz, seguem outras com destino a Nantes. É o que acontece quanto João Rodrigues de Lisboa pede a Simón que lhe envie as cartas que receber de Francisco Carneiro para Luís Gomes ou Melchior Gomes²⁴⁹. Também Hernando de Morales²⁵⁰ e Rodrigo Lopes de Évora utilizam a via de Medina para se corresponderem, quer com Nantes, quer com a Flandres²⁵¹.

Relativamente à função financeira de Nantes é bastante expressivo que de todas as letras de câmbio apenas cinco sejam emitidas a partir daqui. Trata-se de letras tomadas por Andrés Ruiz ou Julián Ruiz, para as feiras de Medina. A estas poucas referências juntamos as encontradas na correspondência. Um delas é bastante elucidativa dos circuitos a que estes homens sujeitavam o dinheiro para obterem lucro com as variações das taxas de câmbio. É um episódio que ocorre em Dezembro de 1575, no qual António Fernandes de Elvas envia 10 mil cruzados para Nantes, para que Andrés Ruiz lhos cambie para Madrid em reales de contado²⁵². Uma outra data de Março de 1577 e resulta de um comentário feito por Manuel Gomes sobre como os

²⁴⁴ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº70 (carta de 18 de Fevereiro de 1577).

²⁴⁵ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº73 (adenda à carta de 24 de Fevereiro de 1577).

²⁴⁶ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº38 (carta de 1 de Março de 1577).

²⁴⁷ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº75 (carta de 28 de Março de 1577).

²⁴⁸ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº52 (carta de 14 de Novembro de 1577).

²⁴⁹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº61 (carta de 21 de Abril de 1575).

²⁵⁰ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº54 (carta de 19 de Março de 1575).

²⁵¹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº42 (adenda à carta de 17 de Maio de 1575).

²⁵² In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº5 (carta de 1 de Dezembro de 1575).

pagamentos tardavam em Lisboa e Nantes²⁵³. As referências a Nantes terminam no ano de 1596, ano da morte de Simón Ruiz, e também de mais uma bancarrota da coroa espanhola.

Nantes é, desde o início da actividade da Companhia, um lugar-chave no acesso a mercadorias e a mercados. Através de parcerias, a companhia de Simón Ruiz vai fortalecendo a sua posição mercantil, e diversificando os seus negócios. Com efeito, se inicialmente a aposta é essencialmente nos têxteis que importa da Bretanha e redistribui em Castela, vai progressivamente aumentando o seu leque de mercadorias, nomeadamente com a venda de sal permitida pelos contactos conseguidos em Portugal. É o aumento do volume de negócios que irá permitir à Companhia a reunião de capital necessário para a sua entrada no mundo financeiro, nomeadamente através de concessão de créditos.

As ligações mercantis com Nantes serão responsáveis pelo giro de letras de câmbio, especialmente entre feiras, onde se concretizavam os pagamentos e os acertos de contas. Numa fase inicial, até a década de 60, estes têm lugar em Besançon, mas depois é Lyon que predomina, com uma omnipresença da participação dos Bonvisi.

O comércio de Nantes apresentou, no entanto, desafios à Companhia, nomeadamente em períodos de conflitos e de grande risco à navegação marítima. Este tipo de instabilidade, associada às flutuações dos preços, e à maior ou menor facilidade de frete de navios, obrigou a uma flexibilização do destino das mercadorias, que tanto aportavam a Nantes como a Rouen, porto que se distingue igualmente como centro receptor do sal português. Este produto é uma referência constante na correspondência comercial e as ligações entre os agentes de Nantes e os de Lisboa, são bastante fortes. Embora muitas vezes directas, com parcerias entre Andrés Ruiz e os mercadores portugueses, elas realizam-se com o conhecimento de Simón Ruiz, que recebe as cartas de Lisboa, para depois as reencaminhar para Nantes. Desta forma, embora existam negócios que se realizam de forma independente, parece haver um razoável conhecimento deles por parte da sede de Medina del Campo.

²⁵³ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº75 (carta de 28 de Março de 1577).

2.10 Sevilha

“Those whom God loves, He gives a house and a living in Seville”
(FÜSSEL 2008, 50).

"Alors beaucoup plus qu'une ville, elle est le battement de coeur de l'Europe mercantile, la porte ouverte sur un océan et un continent neufs, la raison de vivre de l'Occident et même au delà, de trafics qui se prolongent jusqu'à l'Extrême-Orient."
(BENNASSAR 1957, 60)

Sevilha constitui uma verdadeira força centrífuga nas dinâmicas mercantis do século XVI, e um dos principais espaços a ter em conta na geografia da economia ultramarina. Com uma dimensão de metrópole e um profundo carácter cosmopolita, o seu raio de acção ultrapassa largamente o âmbito do seu território. Pierre Chaunu postulou-o na sua monumental obra sobre Sevilha, e adverte para a importância de uma metodologia de análise que obrigue a considerar um enquadramento geográfico muito mais vasto que a urbe, e que “integra também os seus arredores, como Triana, San Lúcar, Cadiz, Huelva e Palos nas embocaduras dos rios, e até mesmo alguns pontos do Algarve e do Cabo de São Vicente, Lagos, Setúbal, e Lisboa.” (CHAUNU 1955-1959, 28)

Esta dimensão regional de Sevilha resulta das funções que, muito precocemente, esta cidade desempenhou. No âmbito económico, desde a Idade Média, que este porto foi o centro mercantil da Andaluzia, frequentado por embarcações de todo o Mediterrâneo, costa marroquina e Canárias. A Sevilha vinham abastecer-se de azeite, couros, cerâmica e vinhos, e, mais tarde, de ouro. Bastante precoce foi também o estabelecimento de mercadores estrangeiros, cuja acção era muitas vezes promovida pela concessão de privilégios fiscais (DALTON 2009, 58). Vendendo os produtos manufacturados que as Américas tanto precisavam, os mercadores estrangeiros adquiriam, em troca, os produtos coloniais e a prata americana. Era também frequente que os próprios espanhóis se tornassem intermediários, e até mesmo comissionistas, das grandes casas comerciais europeias (CRAILSHEIM 2009). Lorenzo Sanz considera-a mesmo o “principal centro informativo euroamericano en el siglo XVI”. Nela se recebem as novidades comerciais do mundo indiano, transmitidas pelos navios, e, na direcção oposta, se conhecem os preços, e a situação política e militar das praças

européias. Jogando com estas duas informações, e com a do próprio mercado sevilhano, o mercador media o pulsar de todo o mundo económico, fazendo as suas transacções com mais garantia que em outra qualquer praça (LORENZO SANZ 1980, 19). No entanto, este privilégio era também apanágio dos banqueiros que não hesitavam em utilizá-lo nos seus jogos especulativos. Curiosamente, os banqueiros de Sevilha não cobravam comissão aos seus clientes, como os de Medina del Campo, utilizando o dinheiro dos depósitos para negociar com mercadorias ou especular nos câmbios. Frequentemente, este investimento de dinheiro de terceiros em operações arriscadas, resultava numa série de falências em cascata (RODRIGUEZ GONZALEZ 1995, 26). Este mesmo cenário podia seguir-se à chegada das frotas, que goravam as expectativas dos negociantes, que não recebiam das Américas o dinheiro esperado (BENNASSAR 1957, 63). Sobre Sevilla e Cádiz, Braudel escreveu que “são cidades à parte, terras de fraude, do esbanjamento, do perpétuo desprezo pelas leis e pelas autoridades locais, autoridades que para mais eram cúmplices” (BRAUDEL 1979b, 128). No fundo, requisitos e consequências de uma cidade-mundo, que por estar muito à frente do seu tempo, escapava a qualquer tipo de enquadramento administrativo, ou controlo estatal. Por outro lado, e talvez por isso mesmo, aqui se construíram as maiores fortunas e se sofreram as maiores perdas.

Ainda assim, a burocracia não esqueceu Sevilha. A concentração de gentes, mercadorias e dinheiro, justificou o aparecimento de infraestruturas administrativas e judiciais, como audiências, tribunais, aduanas, a Casa da Moeda, a inquisição e até mesmo, a Casa de la Contratación (BENNASSAR e VINCENT 2000, 194). Era o paradigma de cidade do seu tempo, e embora nunca tenha assumido a função de capital do reino foi, na prática, o centro de gestão comercial do Império espanhol. Comparativamente, as funções de pólo político e económico, que no reino português se encontravam concentradas em Lisboa, em Espanha, estavam divididas por dois espaços - Madrid e Sevilha.

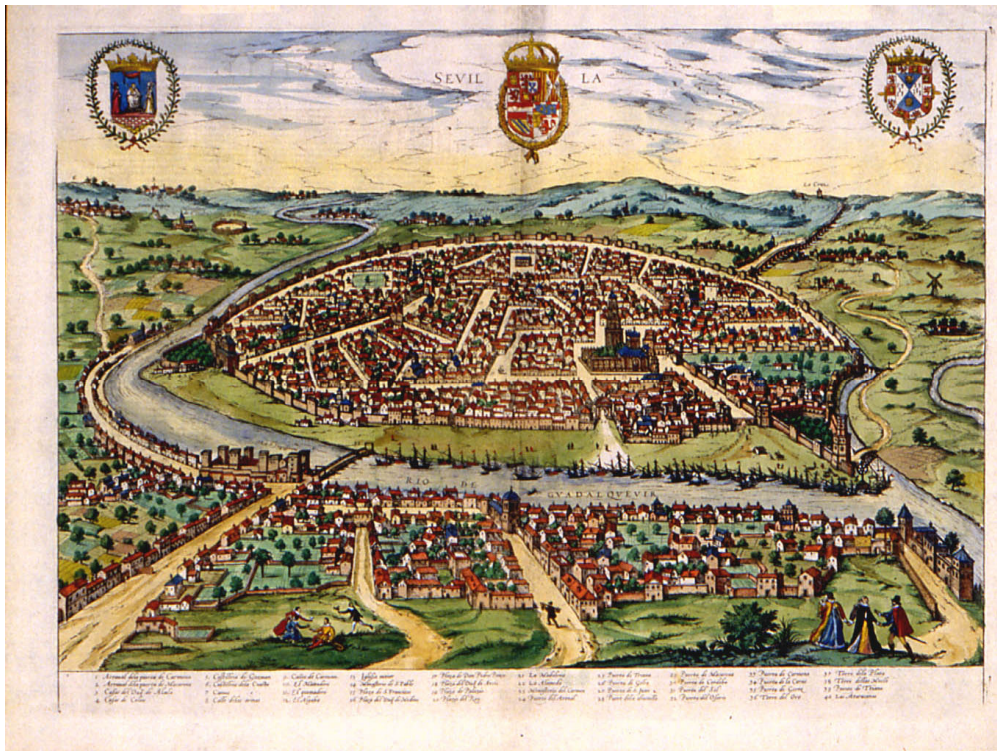


Figura 37 – Vista de Sevilha. In BRAUN e HOGENBERG - *Civitates Orbis Terrarum*, vol. 1, 1572 (FÜSSEL 2008, 272-273)

Comentário de Braun: “Seville is the most important city of trade in all Spain, able to reap incredible gains from the most places in the world, but primarily from India (...)”(FÜSSEL 2008, 50)

Sevilha é um dos lugares que apresenta variações na sua toponímia. Uma das referências é feita numa letra tomada em Sevilha, por Francisco de la Presa, e a pagar por Matheos de Sans “*en gradas en sevilla*”²⁵⁴. Uma outra letra, desta vez de Medina del Campo, é sobre Diego Lopez, igualmente localizado “*en gradas en sevilla*”²⁵⁵. O mesmo tomador, na mesma praça de Medina, toma uma outra letra a pagar “*Al muy magnifico señor alonso lopez mi senhor a santa maria la blanca o en el alcaizeria en sevilha*”²⁵⁶. Por fim, uma letra tomada em Granada, por Luis de Valladolid, é paga novamente por Diego Lopez, desta vez na “*cal de plasentinez en sevilla*”²⁵⁷. Todos estes topónimos remetem para um espaço muito específico em torno de Santa Maria la Blanca, fortemente vocacionado para as lides mercantis. “*Gradas*” designa uma zona

²⁵⁴ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 1, 1573, nº 5. Letra de câmbio de 9 de Outubro de 1573.

²⁵⁵ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 1, 1575, nº 103. Letra de câmbio de 1 de Setembro de 1575.

²⁵⁶ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 1, 1575, nº 102. Letra de câmbio de 1 de Setembro de 1575.

²⁵⁷ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 1, 1575, nº 60. Letra de câmbio de 30 de Janeiro de 1575.

no exterior da catedral de Sevilha, onde se reuniam mercadores e banqueiros. Era um espaço especializado no comércio de escravos negros, ocupado especialmente por portugueses (TRILLO DE LEYVA 1991; OTTE 1996). A “*alcaiceria*” era também a zona de mercado junto da catedral, a partir da qual se pode aceder à Calle de Placentines.

Como 484 ocorrências, Sevilha é o último lugar eleito para análise, e a quarta cidade espanhola mais referida na documentação. A tabela apresenta as funções desempenhadas por este lugar:

Função	Nº
Emissão de letra	263
Local associado a agente referido numa letra	66
Pagamento de letra	58
Local do pagador de letra	26
Praça financeira	22
Local associado a representante de negócios	12
Local do tomador de letra	12
Local do beneficiário de letra	11
Praça comercial	10
Local do dador de letra	3
Porto	1

Tabela 14 – Funções do lugar “Sevilha”

Sevilha surge referida pela primeira vez numa letra de 30 de Outubro de 1559²⁵⁸. A sua função é a de emissão de letra de câmbio, para pagamento na feira de Maio de Medina. E esta será a sua principal função em toda a documentação analisada. Os lugares de destino destas letras são preferencialmente, Medina del Campo, com 75, Madrid, com 49 (em especial a partir de 1575), Valladolid, com 44, e Villalón, com 35 letras (ver gráfico da Figura 38).

²⁵⁸ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 1, 1559, nº 22. Letra de câmbio de 30 de Outubro de 1559.

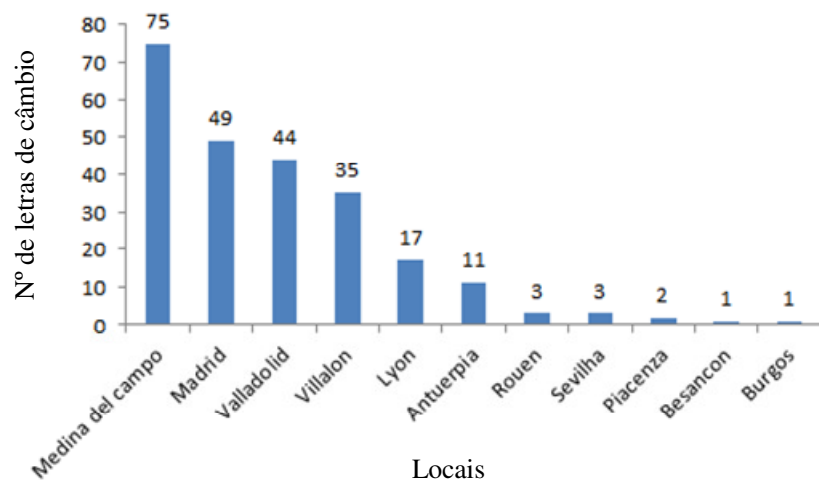


Figura 38 – Número de letras de câmbio emitidas em Sevilha, por local de pagamento (1553-1606).

Apenas os anos de 1561 e 1562 é que apresentam algumas ocorrências de maior relevância de Sevilha como local de pagamento, tratando-se essencialmente de letras emitidas em Medina (ver Figura 39). A partir de 1596 e até ao final da Companhia não existe mesmo nenhum registo de letras pagas em Sevilha.

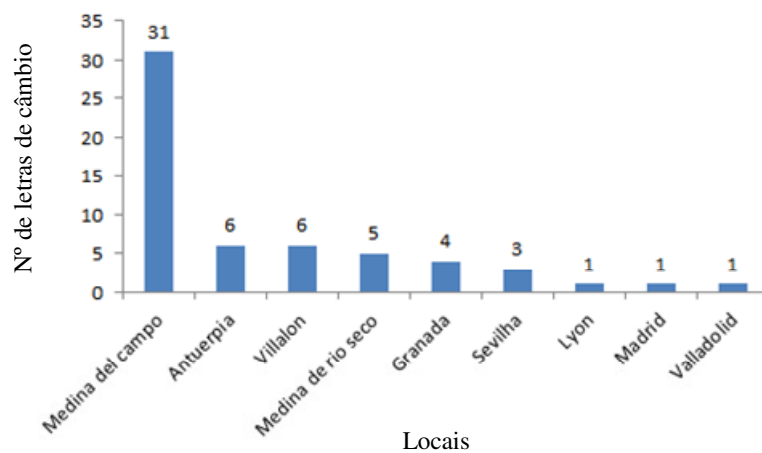


Figura 39 – Número de letras de câmbio pagas em Sevilha, por local de emissão (1553-1606).

Os “agentes referidos”, que surgem logo em segundo lugar na tabela, assumem particular relevância em meados da década de 70, período no qual são menos frequentes as letras com origem ou destino em Sevilha. A sua função parece ser a de financiar as

quantias que circulam, enquanto lugar de estância dos pagadores e dos agentes referidos (“*por conta de*”).

As letras de câmbio revelam também as ligações da companhia de Simón Ruiz com a Casa da Contratação de Sevilha. Uma letra, aqui tomada em Novembro de 1579, e a pagar em Medina del Campo, a Diego de Espinosa, é relativa a direitos cobrados pela Casa de Contratacion. A letra refere a carga de prata vinda da Província da Nova Espanha, na nau do mestre André Filipe²⁵⁹. Uma análise dos “agentes referidos” constatou a presença de banqueiros, juízes e presidentes da Casa de Contratação de Sevilha. Nas letras de 1597 são frequentes as letras em que intervém Juan Castellanos de Espinosa, recebedor da *averia* da Casa de Contratação.

Este recebedor não é o único a chamar a atenção pelo seu cargo. Uma análise dos títulos e cargos apresentados pelos indivíduos de Sevilha permitiu encontrar também eclesiásticos, nomeadamente Pedro de Royveda, superior do Mosteiro del Carmen, Frei Bartolome de Santa Maria, procurador do mosteiro da ordem de San Geronimo, e um arcediago; membros da casa dos vinte e quatro, Gonzalo Fernandes Marmolejo e Filipe Pinelo, também referido como alcaide-mor de sacas; um vedor; e também Sebastião de Rosas, recebedor da Inquisição de Sevilha.

Em termos de funções na rede, são também de referir os indivíduos que representam directamente a companhia de Simón Ruiz, actuando em seu nome. Estes agentes surgem repetidamente nas fontes, como Gerónimo de Valladolid, Francisco Mariaca, Garcia de Xerez, e Francisco Morovelli.

Em termos da informação dada pela correspondência dos mercadores portugueses, percebemos a volatilidade da praça de Sevilha. Logo em Julho de 1563, António Gomes de Arriaga comenta que em Sevilha abundava o capital e rareavam os tomadores²⁶⁰. Em Janeiro de 1564, já é Gregório de Sanctotus que noticia o fecho de negócios em Sevilha, “*não havendo preço aberto para câmbios*”. Em Lisboa, continuava a ser difícil encontrar quem cambiasse dinheiro para essa praça²⁶¹. O risco dos negócios com Sevilha resultava do facto de os prazos de pagamento serem muito longos, pois era necessário aguardar o regresso das frotas, transformando os vendedores em credores. Este cenário foi particularmente grave em 1566 e 1567, com um cenário de

²⁵⁹ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 2, 1579, nº 177. Letra de câmbio de 11 de Novembro de 1579.

²⁶⁰ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 2, nº128 (carta de 19 de Julho de 1563).

²⁶¹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 2, nº347 (carta de 22 de Janeiro de 1564).

grande *estreiteza* que levou à falência de muitos carregadores, nomeadamente os Jorge, o que afectou a companhia de Sevilha (LORENZO SANZ 1980, 420).

No ano de 1567, a atractividade da praça é tão reduzida aos olhos de Lisboa, que António Gomes chega mesmo a aconselhar o castelhano a abandonar os negócios em Sevilha²⁶². Não obstante, as coisas parecem correr bem à Companhia, pelo que o mesmo mercador, um mês depois, felicita Simón Ruiz pelos bons resultados obtidos em Sevilha. Ainda assim, receia a instabilidade da praça sevilhana, referindo-se mesmo ao “tormento de sevilha”²⁶³. Os conselhos de António Gomes são seguidos, e em Dezembro de 1568 fazem-se os preparativos para uma ida de Simón Ruiz e Francisco de la Presa a Sevilha para encerrarem as suas contas²⁶⁴. Com efeito, até 1565, a situação em Sevilha é satisfatória, conseguindo os seus negociantes receber os reembolsos em 5 a 6 meses, e as falências afectam apenas os de menor capacidade. Porém, a partir de 1566, a situação muda drasticamente, e Simón Ruiz é aconselhado pelos seus agentes a abandonar os negócios em Sevilha e em contentar-se em recuperar o dinheiro investido. As sucessivas bancarrotas atingem um máximo em 1568, motivadas pela diminuição das remessas vindas da Índia, pelo agravamento do curso inglês, pelos surtos de peste, e pela ocorrência de naufrágios (BENNASSAR 1957)

Entre 1568 e 1575 não encontramos qualquer referência a Sevilha nas cartas. Em Maio de 1575, ficamos a saber que o dinheiro tomado para aqui valia a 6 por cento, o dobro do que era cobrado para Lisboa, o que evidencia o maior risco envolvido na transacção²⁶⁵. As variações do câmbio entre as praças não eram a única variável a ter em conta. Outras condições havia a considerar na escolha do destino dos pagamentos. António Gomes felicita Simón Ruiz por ter negociado pagamentos para Madrid, em vez de Sevilha, pois enquanto que quem tomava letras sobre Madrid fazia-o sobre si mesmo, para Sevilha tomavam-se letras sobre outros, aumentando o risco dos negócios²⁶⁶. Neste cenário, o risco que a praça sevilhana apresentava, continua bem patente nas cartas de Lisboa, e talvez por isso mesmo se multipliquem as informações sobre a conjuntura da praça. Mais uma vez estabelece-se uma relação entre as praças de Lisboa e a de Sevilha, cujas variações de câmbio definem qual delas se torna o destino dos pagamentos.

²⁶² In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 6, nº98 (carta de 30 de Agosto de 1567).

²⁶³ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 6, nº99 (carta de 29 de Setembro de 1567).

²⁶⁴ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 8, nº93 (carta de 1 de Dezembro de 1568).

²⁶⁵ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº21 (carta de 21 de Maio de 1575).

²⁶⁶ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº25 (carta de 13 de Julho de 1575).

Desenha-se um novo triângulo, sendo o terceiro vértice Medina del Campo. Em Novembro de 1575, após Hernando de Morales anunciar a venda da mercadoria de uma nau aportada em Lisboa, com carga de Simón Ruiz, são dadas indicações para remeter os ganhos para Sevilha, para posterior envio, em contado, para Medina del Campo²⁶⁷. Um mês depois, António Gomes confirma o pagamento das letras de Simón Ruiz em Sevilha²⁶⁸. Esta confirmação deixa transparecer a preocupação do português com o mercado sevilhano, e a até mesmo a desconfiança das boas práticas dos parceiros sevilhanos da companhia medinense.

A correspondência permite-nos desenvolver a análise das relações entre estas praças. Acerca da venda de trigo em Lisboa em 1568, António Gomes comenta não haver vantagem da sua venda em Sevilha²⁶⁹. Apesar desta sua indicação, um ano depois, o mesmo mercador informa que o navio com 7,5 toneladas de trigo com destino a Sevilha, não aportou em Lisboa²⁷⁰. A sua venda na praça sevilhana resultou num lucro de 100 por cento²⁷¹. Mas não é só o trigo que se vende nesta praça. Em 1573 é a vez do anil, pertencente a António Gomes²⁷², e em 1574 dos panos vindos de França. Acerca deste negócio, Hernando de Morales pede que Simón Ruiz se informe sobre a disponibilidade de panos crus, embora não se possa vender a preço muito alto, pois há muito mercado em Sevilha e em Sán Lucar²⁷³. Em Outubro de 1575, nova tentativa por parte de António Gomes de desviar os negócios de Sevilha para Lisboa. A propósito da vinda de uma nau de lençarias, considera ser melhor ideia descarregar na sua praça do que em Sevilha²⁷⁴. Em Setembro de 1576, novo negócio de anil, vindo da Biscaia e vendido em Sevilha e Sán Lucar²⁷⁵.

A volatilidade da praça sevilhana, pelos riscos e oportunidades que apresentava, tornou-a um lugar de grande atractividade para a companhia, que teve sempre a preocupação de aí ter um funcionário seu. Como vimos, a primeira referência a Sevilha data de 1559 e, com efeito, desde 1560 que Jeronimo de Valladolid representa Simón

²⁶⁷ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº74 (carta de 2 de Novembro de 1575).

²⁶⁸ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº31 (carta de 3 de Dezembro de 1575).

²⁶⁹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 8, nº84 (carta de 27 de Janeiro de 1568).

²⁷⁰ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 8, nº85 (adenda à carta de 17 de Fevereiro de 1568).

²⁷¹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 8, nº89 (carta de 6 de Julho de 1568).

²⁷² In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 20, nº221 (carta de 23 de Abril de 1573).

²⁷³ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 23, nº306 (carta de 3 de Dezembro de 1574).

²⁷⁴ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº28 (carta de 25 de Outubro de 1575).

²⁷⁵ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº6 (carta de 8 de Setembro de 1576).

Ruiz na praça sevilhana, recebendo por isso um salário. Das suas funções estava excluída a possibilidade de assinar seguros, emprestar dinheiro e negociar com as Índias (LORENZO SANZ 1980, 398). Ter assento em Sevilha era ter uma posição privilegiada nos mercados, pelo acesso em primeira mão aos mais importantes recursos dos homens de negócio: mercadorias de alto valor, capital, e informação. No entanto, era ter também uma fonte de preocupação constante, o que para um mercador como Simón Ruiz, cauteloso e que sempre se excluiu dos negócios de elevado risco, se revelou um verdadeiro “*tormento*”.

Na análise das *Geoentidades* identificadas como nós centrais da rede espacial, foram identificadas as várias funções que cada uma desempenhou nos negócios da companhia de Simón Ruiz. Considerando as funções atribuídas aos lugares a partir da análise da correspondência comercial, elaboramos um mapa que mostra a distribuição espacial dos lugares centrais na rede e o tipo de função exercida (ver Figura 40).

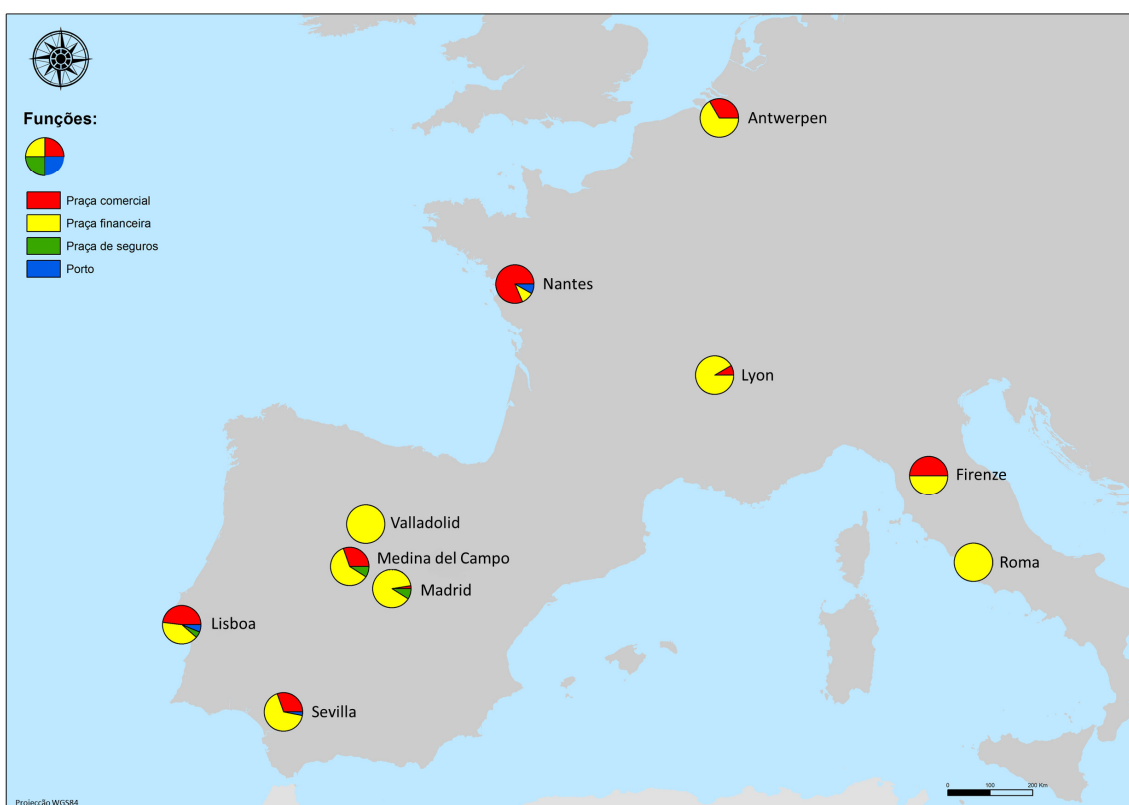


Figura 40 – Funções dos lugares-chave nos negócios da companhia de Simón Ruiz.

O núcleo de lugares, cujas biografias foram analisadas, constituiu, como demonstramos, o quadro geográfico de maior relevância para a companhia de Simón Ruiz. Uma análise da cronologia das primeiras referências a estes lugares na documentação permite concluir que a maior parte destes, à excepção de Florença e Roma, se articulavam com a companhia desde o início das suas actividades. Com efeito, embora apresentando flutuações nos volumes de negócio, e transformações da própria tipologia de negócio realizado, este núcleo de lugares esteve presente ao longo dos cerca de cinquenta anos de funcionamento da companhia. Uma das relações mais estreitas é a estabelecida entre Medina del Campo e Lisboa. Esta ligação, apesar de embrionária nos primeiros anos, torna-se, a partir da década de 70, um dos principais motores da actividade da Companhia. As constantes associações entre Simón Ruiz e os mercadores de Lisboa evoluem de parcerias na compra e venda de mercadorias, para a constituição de sociedades por quotas para a realização de *asientos*. Nesta relação geográfica, um terceiro lugar tem um importante papel no dinamismo destes circuitos de produtos e crédito – Antuérpia. Medina e Lisboa são os locais de proveniência mais comum dos agentes que constituem as comunidades mercantis que aqui se estabeleceram e através das quais se fazem representar. O grande volume de letras de câmbio emitidas em Antuérpia e remetidas para Medina del Campo atestam estas relações. São também os movimentos de letras de câmbio que denunciam a presença das feiras de Lyon. No entanto, a sua relação com Medina apresenta uma clara diferença. Com efeito, enquanto Lisboa e Antuérpia apresentam como principais resultados a emissão de letras, a maior parte delas remetidas para Medina, Lyon apresenta um volume bastante equivalente de emissão e pagamento de letras. O que cremos estar aqui em causa é a possibilidade de as feiras de Lyon terem sido essencialmente utilizadas como um espaço que alimentou e permitiu a circulação contínua de crédito, com correspondência nas feiras de Medina. Desta forma, Lyon permitiria responder ao pagamento de uma letra de câmbio com a emissão de uma outra letra, mantendo as relações de crédito. Nestes circuitos, os principais actores parecem ter sido os elementos da família Bonvisi, que surgem com frequência como representantes de Andrés Ruiz nas letras de câmbio que o nomeiam como beneficiário.

À semelhança de Lisboa, também Madrid aguarda pelos meados da década de 70 para se afirmar nesta rede de relações, e fá-lo a partir com especificidade. Com efeito, Madrid é um dos poucos lugares que apresenta um número de letras pagas superior ao

número de letra emitidas. A difusão de bancos na nova capital do reino, a acção dos *asientistas* genoveses, o estabelecimento de um representante da companhia de Simón Ruiz nesta praça, tudo concorreu para a assunção de Madrid como um dos principais nós financeiros da rede.

Por esta altura, uma outra praça assumiu funções nas actividades da Companhia: Florença. A sua entrada é mais tardia, só em 1570 é que temos as primeiras referências na documentação a este lugar, e as relações que estabelece são de proximidade e semelhança com Medina del Campo e Madrid. A maior parte das referências são de cariz financeiro, reportam-se à emissão de letras de câmbio e reflectem a acção do mercador Baltasar Suarez.

Mais tardia ainda é a entrada de Roma na geografia da rede. As letras de câmbio emitidas a partir desta praça, a partir de 1574, testemunham o financiamento de instituições eclesiásticas, nomeadamente através do pagamento de rendas e benefícios no reino espanhol. A seguir a Medina del Campo, o lugar que recebe mais letras de Roma é Valladolid. A relação entre estas duas praças, ambas espaços de elite e mercados privilegiados para mercadores-banqueiros como Simón Ruiz, mostra a acção credora da companhia.

No que respeita a Valladolid, esta praça está presente na geografia da rede desde o início, encontrando-se aqui estabelecido Vitores Ruiz, irmão de Simón. À semelhança de Madrid, Valladolid apresenta mais pagamentos de letras do que emissões, constituindo outros dos nós financeiros da rede. A sua importância para os negócios da companhia chega mesmo a justificar uma estadia de Simón Ruiz nessa praça.

No que toca à gestão da companhia, um dos lugares que mais paridade apresenta com Medina del Campo, é Nantes. Em termos da informação dada pelas letras de câmbio, o papel de Nantes pareceria irrelevante, à parte a acção de Andrés Ruiz enquanto beneficiário de um considerável número de letras pagas nas feiras de Besançon e de Lyon. Neste caso, é a correspondência com os mercadores portugueses que permite perceber a verdadeira importância deste lugar, cujo porto é origem e destino de grande parte das mercadorias que provêm os fundos de capital da companhia. Na relação entre estes dois lugares podemos falar de paridade, pela forma como ambos constituem nós centrais de redes que se intersectam. A partir de Nantes, Andrés Ruiz organizou a sua própria rede de negócios, que diversas vezes confluiu com a rede de Simón Ruiz, organizada a partir de Medina. Sabe-se que logo no início das suas

actividades, Simón beneficiou do facto do seu irmão constituir uma das “companhias do salvo-conducto” que lhe permitia integrar o negócio das importações de mercadorias francesas, pois, no sentido inverso, também Andrés Ruiz beneficiou das parcerias de Simón com os mercadores portugueses e o consequente acesso ao mercado das especiarias.

A sul, no Mediterrâneo, Sevilha constituiu outra porta de acesso, quer a mercadorias, quer a oportunidades financeiras. Constituindo um mercado extremamente volátil, a praça sevilhana exigiu da Companhia um controlo apertado através da presença constante dos seus representantes.

III – A análise espacial da rede de negócios – a dinâmica dos espaços

1. Os espaços económicos da rede: câmbios e mercancia

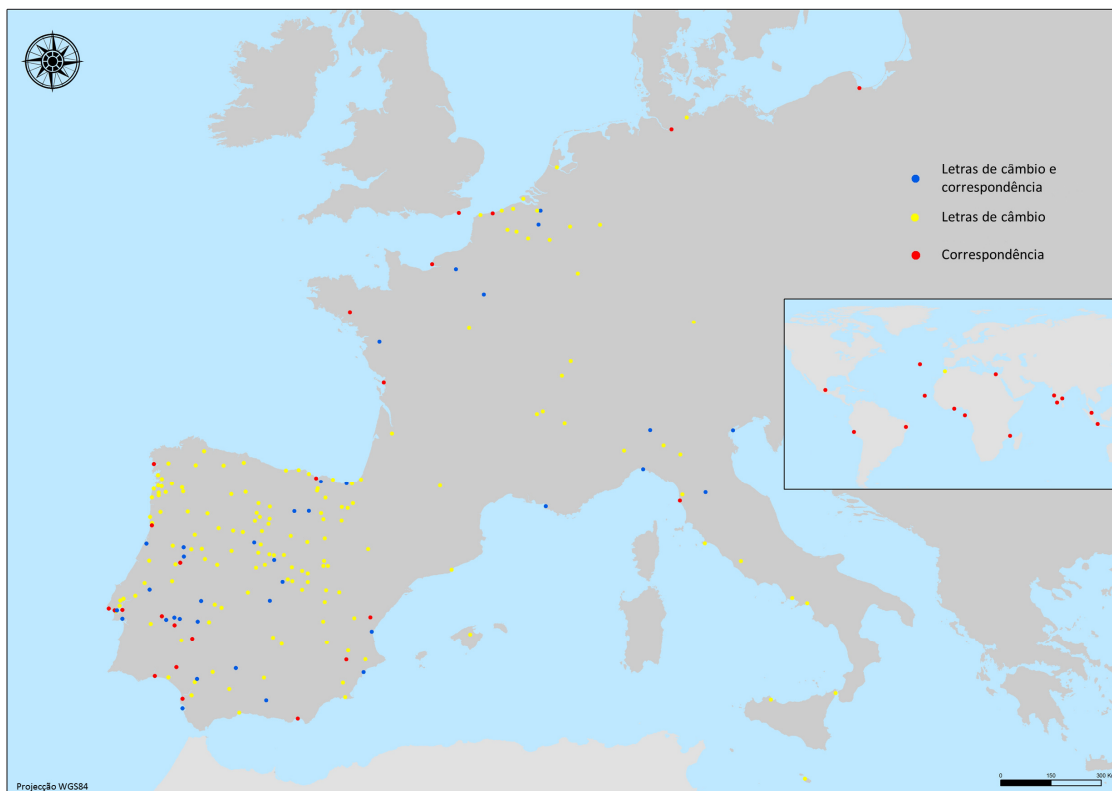


Figura 41 – Lugares referidos na documentação, consoante a tipologia documental.

A utilização de tipologias documentais distintas obriga à consideração de diferentes contextos de produção e, conseqüentemente, diferentes níveis de informação passível de ser extraída. Nesta investigação foram considerados dois universos documentais cujas características, virtualidades e limitações foram já devidamente analisadas – as letras de câmbio e a correspondência comercial (ver Capítulo II). Em termos de análise espacial, um dos primeiros parâmetros de observação que deverá ser considerado é a possibilidade de cada uma destas tipologias documentais apresentar a sua própria geografia. Neste sentido, procedemos à elaboração do mapa da Figura 41, que apresenta a distribuição dos lugares identificados na documentação, consoante a fonte utilizada: letras de câmbio, correspondência comercial, e ainda, os lugares mencionados em ambas.

Observando o espaço geográfico das letras de câmbio o que se torna mais óbvio é que, à excepção de Azamor, no norte de África, a sua escala é europeia. Uma

observação mais atenta revela uma grande concentração de lugares na Península Ibérica, e em especial em Castela. Esta concentração justifica-se, não apenas por este ser um espaço de emissão e pagamento de letras, mas também por aqui se encontrarem grande parte dos intervenientes no processo de câmbio, como os pagadores, os beneficiários, e os dadores, cuja geografia nem sempre se sobrepõe à dos circuitos das letras. São, no entanto, os responsáveis pela confluência de letras de câmbio em direcção às feiras, cuja presença justifica os pontos que vemos no mapa, na restante Europa. Falamos das grandes praças de câmbio, como Poligny, Namur, Mons, Besançon, Lyon, Colónia, Antuérpia e Piacenza. Nestas praças apresentam-se letras que envolvem casas comerciais estrangeiras, dado que os negócios da Companhia de Simón Ruiz não eram limitados à comunidade castelhana. No mapa vemos as cidades italianas de Salerno, Nápoles, Roma, Pisa e Milão, denunciando as relações com os poderosos mercadores-banqueiros italianos. Este é, de resto, o espaço geográfico dos negócios da Europa da segunda metade do século XVI, pois nela encontramos todas as praças onde ocorria a maior parte das transacções internacionais (MARSILIO 2009).

Observando agora o espaço geográfico da correspondência comercial, vemos como a escala das referências é agora mundial. O detalhe da informação extraída das cartas permite-nos compreender que grande parte do dinheiro que alimenta os circuitos de câmbio é proveniente do comércio, em especial, do comércio ultramarino. Esta situação é particularmente amplificada, por falarmos dos negócios de uma companhia castelhana, e que por isso tem acesso às colónias espanholas, e que por sua vez tem parceiras com mercadores portugueses, tendo também acesso às colónias portuguesas. Falamos, por tanto, de uma geografia de negócios bastante extensa. Vemos, por isso, no mapa mundial, a presença das Ilhas Atlânticas; do continente americano, incluindo Nova Espanha, Brasil e Perú; do continente africano, incluindo Cabo Verde, Mina, São Tomé e Moçambique, e do continente asiático, com especial referência à Índia e à Insulíndia.

No entanto, a análise das cartas também permitiu que no continente europeu se expandisse a geografia de negócios identificada nas letras de câmbio. Vemos no mapa como surgem agora os portos marítimos, como Dantzig, Hamburgo, Dunquerque, Le Havre, Morbian, La Rochelle, Sanlúcar, Almería, ou Livorno. Com efeito, a correspondência permite observar as ligações mercantis, que não integram apenas os portos de mar. No mapa, podemos ver como no interior da Península surgem também

lugares que apenas são referidos nas cartas. São os portos secos e as praças responsáveis pelas ligações terrestres e pelo circuito interno de mercadorias, como Olivença, Badajoz e Zafra.

Entre os lugares referidos em ambas as tipologias documentais, encontramos aqueles cujas biografias foram analisadas: Lisboa, Antuérpia, Madrid, Sevilha, Nantes, e Florença. Estes centros actuaram como sucursais da firma, representando localmente os seus interesses, quer a nível da troca de mercadorias, quer a nível da circulação de dinheiro. São também os responsáveis por estabelecer as ligações com lugares-chave nas estratégias da rede: as feiras, para as actividades financeiras, ou os portos, para o comércio.

A Figura 41 permite, pois, uma visualização da integração de dois níveis de informação distintos. Permite olhar para a totalidade do enquadramento espacial do objecto em análise, e distinguir, ao mesmo tempo, o contributo de cada uma das fontes utilizadas na sua construção, sendo, por isso, possível analisar como ambas se correlacionam e se complementam.

Este tipo de visualizações é produto de uma metodologia que parte do lugar, enquanto entidade, ao qual foram associadas todas as informações a ele relativas, encontradas na documentação. Ora, a elaboração de mapas, nomeadamente através dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG), assenta na organização de dados georreferenciados aos quais são associados atributos. Em ambiente SIG, a informação armazenada pode ainda ser agregada em *layers*, “camadas” de informação georreferenciada que funcionam como categorias temáticas passíveis de análise em si mesmas, ou então sobrepostas umas às outras. Com inspiração nesta metodologia, as funções desempenhas pelos lugares foram agrupadas em *layers* temáticos, que assim serão analisados neste capítulo, permitindo considerar o universo total de lugares.

2. Fluxos financeiros

2.1 Feiras de câmbio



Figura 42 – Feiras de câmbio²⁷⁶.

Nos inícios do século XVI, o desenvolvimento do comércio na longa distância e o aumento exponencial do volume de trocas exigiram mecanismos financeiros, nomeadamente mecanismos bancários, que permitissem agilizar os negócios. A organização de uma rede europeia de pagamentos, através da utilização de letras de câmbio (ver Figura 42), não surgiu, porém, espontaneamente, tendo sido o resultado de uma experiência adquirida nas feiras de Champagne, desde o século XIII, e, em especial, nas de Génova, no século XV, onde a dimensão inter-regional das trocas exigiam já alguma intermediação bancária (BOYER-XAMBEU, DELEPLACE, e GILLARD 1994, 71). Paralelamente, no norte da Europa, as feiras flamengas dos séculos XI e XII, centradas em Bruges, eram o palco de trocas internacionais,

²⁷⁶ Lugares do universo de análise onde se realizavam feiras de câmbio. Informação retirada da base de dados e complementada com bibliografia (LAPEYRE 1955, 82; RUIZ MARTIN 1990).

preconizando já o papel que Antuérpia iria assumir no século XVI, depois potencializado com a criação de novos instrumentos bancários (WEE 1963).

Criadas em meados de quatrocentos, as feiras de Lyon têm sido apontadas como o palco da plena transformação da estrutura das feiras, enquanto mercado de produtos, em mercados de dinheiro e de crédito (MARSILIO 2008, 27). No decorrer deste processo, o tempo de “pagos” tornara-se o principal acontecimento, provocando uma alteração profunda nas dinâmicas das feiras. A época de “pagos” consistia num período de tempo, no final de cada feira, no qual se realizavam as sessões de pagamentos, sendo liquidadas as dívidas que subsistissem. A sua liquidação podia realizar-se, quer através de uma promessa de pagamento sobre uma outra praça (gerando uma letra de câmbio), quer fazendo transitar a dívida para a feira seguinte (BRAUDEL 1979b, 71).

As feiras tornaram-se, assim, o suporte da actividade financeira, nas mãos do cambista, denominado “câmbio” ou “banco”, depositário, por excelência, do dinheiro metálico. Intermediários entre os comerciantes e os financeiros, os cambistas facilitavam ainda o intercâmbio de moedas, estabelecendo o seu preço. A sua acção nas operações de movimentação de letras de câmbio e mediação das trocas monetárias era retribuída com a chamada “pena del cambio” ou “los contados”, que podia oscilar entre 3 a 7 o milhar²⁷⁷ (RODRIGUEZ GONZALEZ 2000, 679).

Num sentido mais lato, as feiras de câmbio acabaram por ser tornar mercados de crédito, nos quais se faziam transitar grandes quantidades de dinheiro entre praças. A sua realização permitia concentrar num único lugar e num curto espaço de tempo, grandes volumes de capital à disposição dos circuitos de crédito, sob a forma de empréstimos, a serem reembolsados nas feiras seguintes. As principais funções das feiras eram, assim, as de aceitar as letras de câmbio emitidas nas várias praças europeias sobre a feira; renegociar novas letras de câmbio sobre essas praças; e fazer acertos e pagamento em numerário dos excedentes.

Para que o tráfico cambial internacional se pudesse efectuar, era necessária a existência de feiras nas diversas praças europeias, com uma determinada cadênci, geralmente trimestral. Um prazo de 6 meses permitiria recuperar o dinheiro movimentado, desde a emissão de uma letra sobre a feira seguinte, após 3 meses, e o

²⁷⁷ A expressão “ao milhar” refere-se à rentabilidade anual dos juros (MARSILIO 2008, 197).

seu retorno, à praça de origem, igualmente 3 meses depois (RODRIGUEZ GONZALEZ 2000, 682).

Castela	Lyon	Besançon	Antuérpia
Villalón	Reis	Reis	Natal
Páscoa (Rioseco)	Páscoa		Páscoa
Maio (Medina)			Junho
Agosto (Rioseco)	Agosto	Agosto	Setembro
Outubro (Medina)	Todos os Santos	Todos os Santos	

Tabela 15 - Correlação entre as principais feiras de câmbio em meados do séc. XVI (RODRIGUEZ GONZALEZ 2000, 683).

As feiras de Medina del Campo realizavam-se duas vezes por ano, uma em Maio, e outra em Outubro, durando 50 dias cada uma. No século XVI, estas feiras tinham ligação com as de Medina de Rioseco, em Agosto e na Páscoa, e com a de Vilallón, na Quaresma. A feira de Maio de Medina del Campo abria o período de pagamentos a 15 de Julho, negociando-se as novas letras de câmbio para a feira de Antuérpia de Setembro, cujos pagos se abriam a 10 de Novembro. Existia também uma correlação entre os pagamentos de Agosto, de Rioseco, com a feira flamenga de Natal; e a feira de Outubro de Medina com os pagos da Ressurreição (1 de Maio). Por último, os pagos de Vilalón realizavam-se entre meados da Quaresma e a feira de Junho (RODRIGUEZ GONZALEZ 1995, 21).

Na segunda metade do século XV, as feiras de Medina eram já de dimensão nacional. No decorrer do século XVI a sua importância vai aumentando, acabando por absorver as feiras de Villalón e Rioseco, que acabam por se converter em meras feiras de mercadorias (RUIZ MARTIN 1986, 290). Durante o reinado de Carlos V, as feiras de Medina vão ainda sofrer uma profunda alteração na sua essência, com o aumento exponencial da contratação pública, em detrimento da contratação privada (RODRIGUEZ GONZALEZ 1995, 23). As feiras castelhanas passam a representar o espaço, por excelência, da união entre as finanças privadas e as instituições estatais.

Entretanto, em 1535, um decreto do senado genovês estabelecera a realização de feiras de câmbio em Besançon, sob a protecção de Carlos V. Criadas como resposta às feiras de Lyon, as feiras genovesas de Besançon decorreram em Lons-le-Saunier, Montluel, Chambéry e, a partir de 1579, em Piacenza. Nestas feiras não entravam, praticamente, mercadorias, sendo que as trocas se realizavam sob a forma de

numerário ou letras de câmbio, por grupos de homens de negócio, os “banchieri di conto” genoveses, milaneses e florentinos. Estes homens constituíam um grupo restrito e privilegiado que fixava o “conto”, ou seja, o curso dos câmbios liquidatários no fim de cada feira. A estas reuniões assistiam os mercadores cambistas e os representantes das grandes firmas (BRAUDEL 1979b, 72).

As feiras genovesas atingiram o seu máximo na transição do século XVI para o XVII, altura na qual todas as grandes transacções internacionais eram negociadas em Piacenza. Aqui, os banqueiros genoveses angariavam fundos para grandes empréstimos, apelando a diversos investidores, de forma a reduzir os riscos dos financiamentos à coroa espanhola. Na verdade, o volume de transacções gerado pela dívida pública da coroa espanhola, assim como as especulações financeiras dos grandes grupos genoveses e florentinos ultrapassava o volume relativo ao comércio internacional. Os *asientos* castelhanos envolviam uma cadeia de pagamentos tão longa e complexa que podiam ocupar os cambistas ao longo de todo o ano (MARSILIO 2009).

A geografia das feiras de câmbio é um dos mais importantes *layers* a ter em conta na análise da rede espacial da companhia de Simón Ruiz. São estas as praças que iremos encontrar nos circuitos das letras de câmbio, e cuja conjuntura – *largueza*, *estreiteza*, interrupções no seu funcionamento, especializações em determinados produtos financeiros, - nos ajudam a compreender o seu papel nas estratégias da companhia e na forma como esta organiza a sua rede de lugares.

2.2. Fluxos de capital

Ao longo do século XVI, embora os períodos de escassez monetária tenham sido frequentes, a falta de dinheiro não constituía um problema nas principais praças financeiras, sendo rapidamente colmatada pela utilização do crédito. As vendas por fiado eram o método mais utilizado pelos agentes económicos. Na verdade, a maior parte das vendas não se concluíam mediante um pagamento, mas sim com uma promessa de pagamento. A partir daí, ambas as partes recorriam a múltiplas formas e instrumentos de crédito. Desde os mais informais, como um simples acordo verbal, até à redacção de documentos, recorrendo a notários. Uma vez exigiam-se fiadores, outra vez bastava a boa reputação do comprador (CASADO ALONSO 2009, 23-24).

A estas práticas recorriam, tantos os agentes económicos privados, como as coroas e, mais tarde, os Estados, muitas vezes como o único meio de reduzir um défice tantas vezes permanente e em ascensão. As modalidades e técnicas mais variadas e sofisticadas de crédito, sob a forma de empréstimos, títulos e transferências de créditos, obrigações, recibos, ou dinheiro bancário, foram favorecidas graças ao desenvolvimento das instituições financeiras, o que se traduziu numa oferta mais elástica de dinheiro, e sobretudo na disponibilidade e acesso a um crédito internacional cada vez mais fácil e barato (CARANDE 2004, II). Para isto contribuiu a proliferação de bancos, quer público, quer privados, pelas principais cidades europeias. Estas praças de câmbio constituíam uma rede de lugares, havendo um que sobressaía e que era o responsável por definir as tendências e regular os mercados. Nestes lugares centrais, os banqueiros estabeleciam as taxas de câmbio, que eram depois aplicadas nas restantes praças. O giro das letras entre os vários lugares que compunham estas redes de câmbio obedecia a intervalos de tempo previamente estipulados, garantindo assim a existência de lucro na circulação de dinheiro (BOYER-XAMBEU, DELEPLACE, e GILLARD 1994, XIV). Mais ainda, uma sequência de vários recâmbios entre duas praças, sem que ocorresse uma transferência real de dinheiro, podia prolongar por muito tempo o crédito de um mercador, pelo menos enquanto o credor estivesse disposto a renovar a letra (“continuazione dei cambi”) (MARSILIO 2009). Desta forma, o mercado de crédito apenas poderia funcionar em pleno quando suportado por uma rede de agentes e de circulação de informação o mais vasta e fidedigna possível (MARSILIO 2009).

Realizar um pagamento sem envolver troca de moeda foi um dos principais mecanismos financeiros que mais potenciou o desenvolvimento de redes mercantis.

“As a result, cashless payment transactions on the basis of the bill of exchange, contributed consequently to financing the trade within Europe and therefore to the integration of different economic regions.” (MARSILIO 2009)

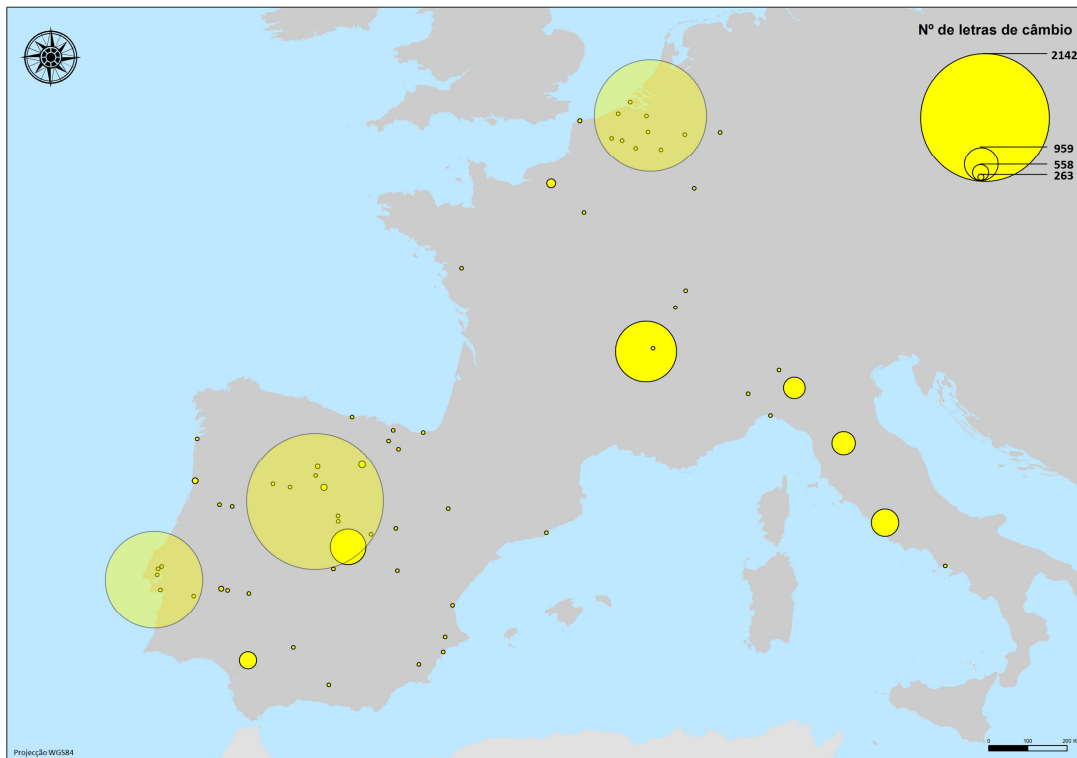


Figura 43 – Lugares de emissão de letras de câmbio e número de letras emitidas (1553-1606)²⁷⁸.

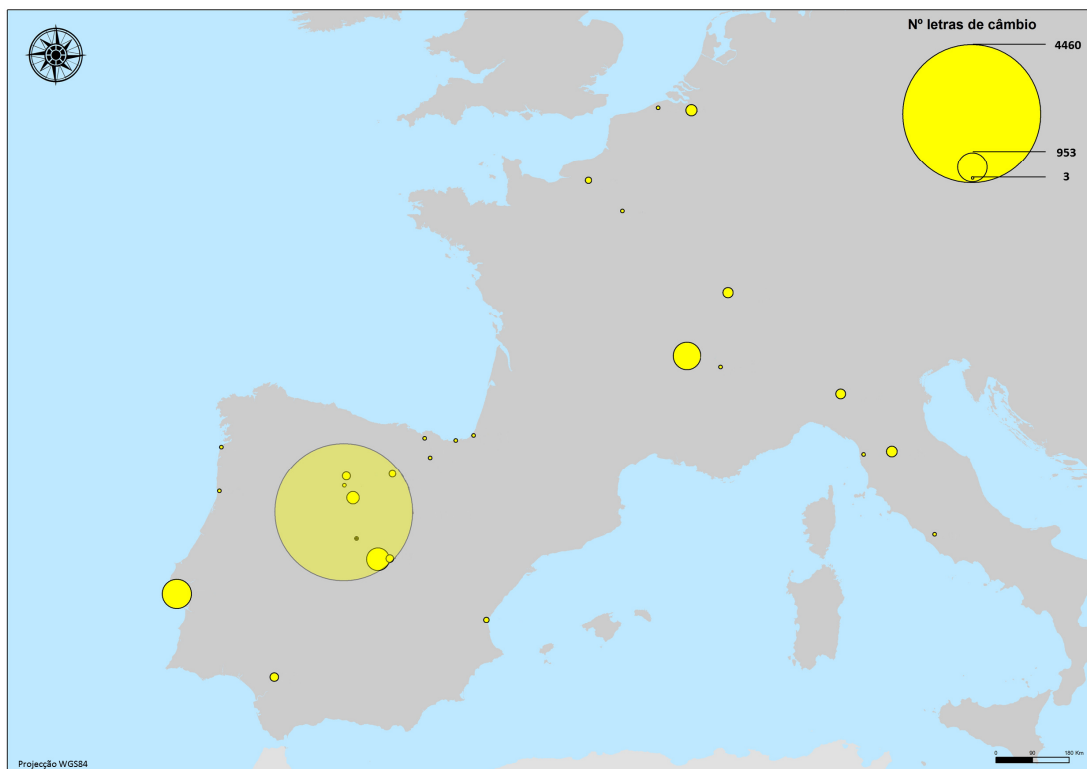


Figura 44 – Lugares de pagamento de letras de câmbio e número de letras pagas (1553-1606)²⁷⁹.

²⁷⁸ Consultar Anexo 4 para tabela de dados.

No mapa da Figura 43 estão representados todos os lugares de emissão de letras de câmbio, entre 1553 e 1606, e no mapa da Figura 44 estão os lugares de pagamento das letras, para o mesmo período de tempo.

De acordo com o que podemos observar no mapa, a praça que reúne o maior número de letras de câmbio emitidas é Medina del Campo, com 2142 letras, seguindo-se Antuérpia, com 1764, e Lisboa, com 1538. Do total de 66 lugares a partir de onde foram emitidas as letras em análise, estas três praças juntas, são responsáveis pela emissão de cerca de 58,9% do total de letras de câmbio. Com mais de 500 letras emitidas, são ainda de referir Lyon, com 959, e Madrid, com 558.

Relativamente aos pagamentos, o lugar que inequivocamente concentra o maior número de letras de câmbio é Medina del Campo, com 4460 ocorrências. Esta é a sua principal função, que representa cerca de 55% do total das funções exercidas. Segue-se Lisboa, com 953 letras e Lyon, com 912. Embora estes valores não sejam tão significativos como os apresentados por Medina del Campo, em termos da sua representatividade no universo de funções de cada um destes lugares, são bastante expressivos. Em relação a Lisboa, cerca de 30% das suas ocorrências, são relativas a pagamento de letras de câmbio, e no que respeita a Lyon, esta percentagem sobe para 45,2%. Olhando para o mapa, Madrid apresenta também alguma visibilidade, com 741 letras pagas.

Comparativamente com o mapa de emissões, o que se torna mais visível é a quase ausência de Antuérpia. Com apenas 237 letras pagas, esta função representa apenas 10,8% do total de ocorrências nessa praça. Também Lisboa viu a sua participação reduzida significativamente, pelo que Medina del Campo absorve e concentra, de forma esmagadora, os pagamentos das letras.

Comparando ambas as geografias – emissões e pagamentos, verificamos que, enquanto a primeira função é maioritariamente assegurada por três lugares – Medina del Campo, Antuérpia e Lisboa (a emitirem cerca de 60% do total das letras de câmbio); a segunda função encontra em Medina o seu principal espaço, que consegue concentrar cerca de 53% dos pagamentos.

Estes valores englobam o total das letras de câmbio analisadas que, em rigor, convém relembrar, foram emitidas ao longo de cerca de cinquenta anos. Tornou-se,

²⁷⁹ Consultar Anexo 5 para tabela de dados.

portanto, necessário analisar estes mesmos valores numa perspectiva diacrónica. Para tal, não sendo viável, ou pertinente, considerar o total dos lugares (grande parte deles constituem casos episódicos, emitindo ou pagando apenas uma ou duas letras de câmbio), foi feita uma selecção. No que respeita aos lugares de emissão, de um total de 66 lugares foram seleccionados 16, que embora representem menos de um terço do total, são responsáveis pela emissão de cerca 92,2% das letras. Quanto aos lugares de pagamento, a análise recai sobre um grupo de 13 lugares, de um total de 32, que realiza cerca de 99,3% dos pagamentos²⁸⁰.

Em relação à definição dos intervalos de tempo, seguimos os mesmos critérios que guiaram a recolha das fontes documentais. No entanto, como a documentação foi lida na íntegra até 1582, foi necessário estabelecer intervalos temporais mais curtos que potencializassem a análise. Para isso, tivemos em atenção alguns momentos particularmente relevantes na história da companhia de Simón Ruiz, como os períodos de instabilidade provocados pelas graves crises bancárias em Sevilha, a partir de 1566, e a suspensão das feiras em 1575.

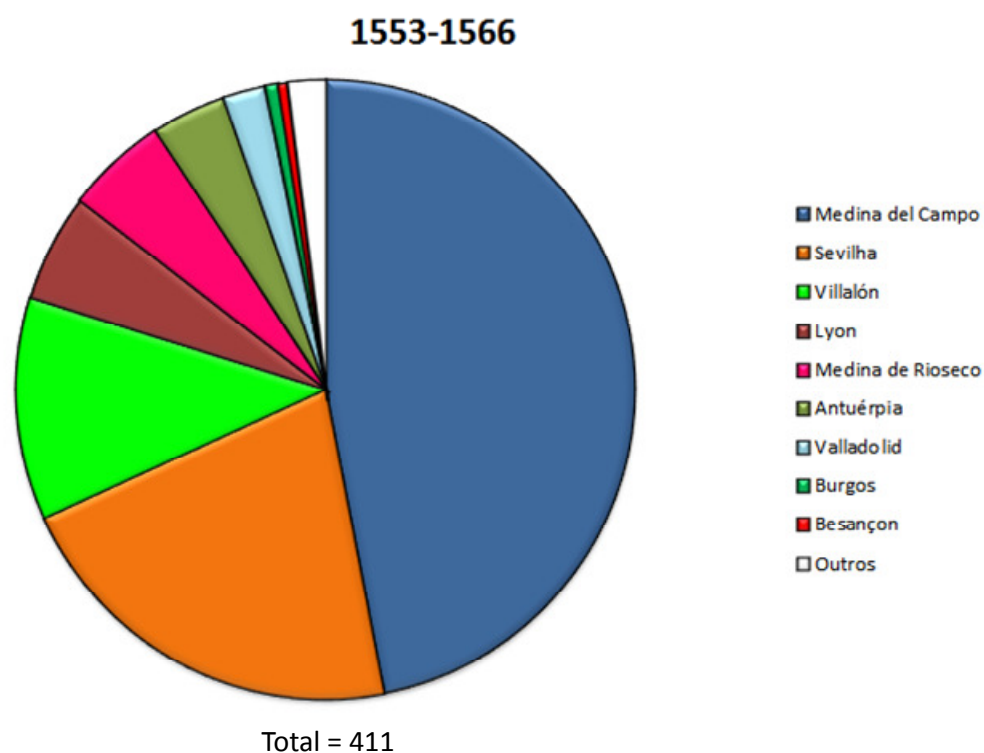


Figura 45 – Número de letras de câmbio emitidas por lugar, entre 1553 e 1566.

²⁸⁰ Consultar Anexos 6 e 7 para tabela de dados.

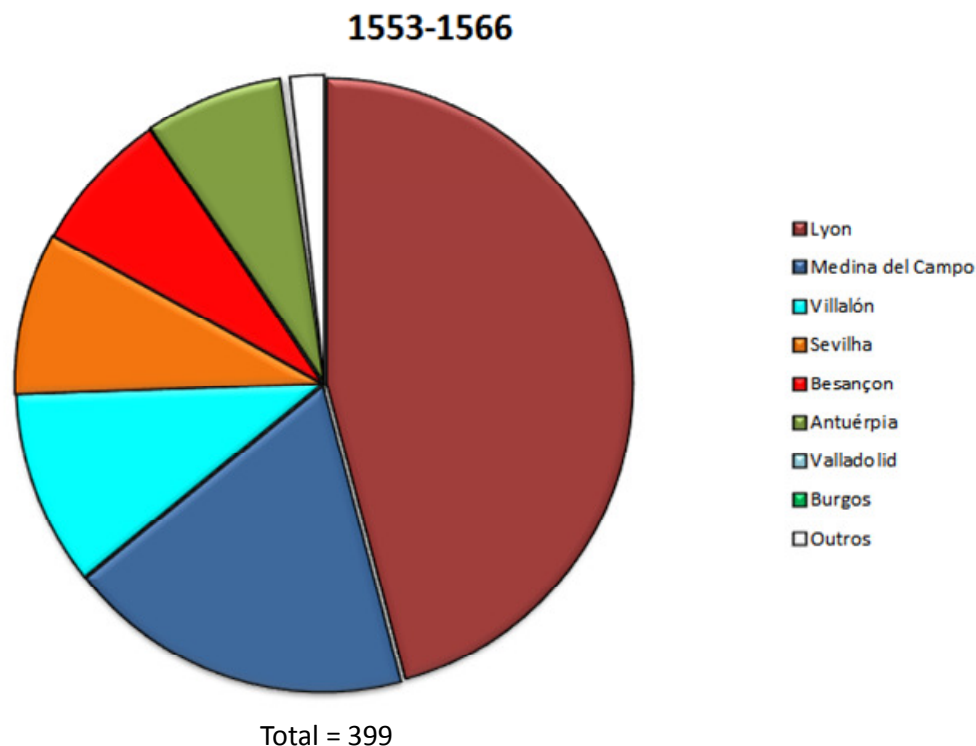


Figura 46 – Número de letras de câmbio pagas por lugar, entre 1553 e 1566.

Entre 1553 e 1566 foram emitidas 411 letras de câmbio a partir de um universo de 14 lugares. Cerca de 47% destas letras foram remetidas a partir de Medina del Campo (193 letras), assumindo também alguma relevância as emitidas em Sevilha (87), Villalón (48), Lyon (23), e Rioseco (22). Estas letras foram remetidas para um universo de 12 lugares, responsáveis pelo pagamento de 399 letras de câmbio²⁸¹. Neste intervalo de tempo são as feiras de Lyon as principais receptoras de pagamentos, com 183 letras, seguindo-se Medina (73), Villalón (41), Sevilha (34), Besançon (30), e Antuérpia (29).

Este período representa uma faceta ainda marcadamente mercantil da companhia de Simón Ruiz. Medina del Campo funciona ainda como espaço primordial de venda de mercadorias e de obtenção de crédito nas feiras e da consequente emissão de letras. Sevilha era, por esta altura, a porta de acesso aos metais preciosos vindos nas frotas das Índias. Era esta a mercadoria que era tão importante, e vantajoso, colocar rapidamente em circulação, na direcção das cidades italianas, da Alemanha, da França, e, mais ainda,

²⁸¹ A diferença entre o número de letras de câmbio emitidas e o número de letras pagas, deve-se ao facto de nalguns casos, raros, não ter sido possível identificar o lugar de pagamento (ou porque o documento se encontrava danificado não permitindo a leitura, ou porque no verso da letra se encontrava apenas escrito “*para a feira*”, não sendo possível identificar com rigor a feira em questão).

dos Países Baixos. Esta é a missão do enxame de mercadores estrangeiros na praça sevilhana. Dada a proibição de saída de metais preciosos, o engenho destes homens, sendo os genoveses os verdadeiros especialistas, estava em colocar no exterior, o dinheiro que abundava em Espanha. Para isso, ou compravam bens em Castela que pudessem exportar com lucro, ou tomavam letras de câmbio em Sevilha, Villalón, Medina, ou Rioseco, sobre o estrangeiro (RUIZ MARTIN 1990, 21). Estas são as praças que emitem mais letras, como o demonstra o gráfico. A forte presença de Lyon como praça de pagamentos demonstra igualmente a vertente mercantil da companhia, especialmente resultante dos negócios com Nantes. Com efeito, Simón Ruiz conseguia dispor de dinheiro em Nantes, enviando-o através de licenças de *saca*, ou através de créditos sobre as feiras de Lyon, utilizando as relações com a casa dos Bonvisi, que lhes facilitavam essas transferências (LAPEYRE 1953, 22). Esta função de Lyon era, anteriormente, plenamente assumida por Besançon (RODRIGUEZ GONZALEZ 2000, 692), que, como o gráfico demonstra, já pouco relevância apresenta nesta altura.

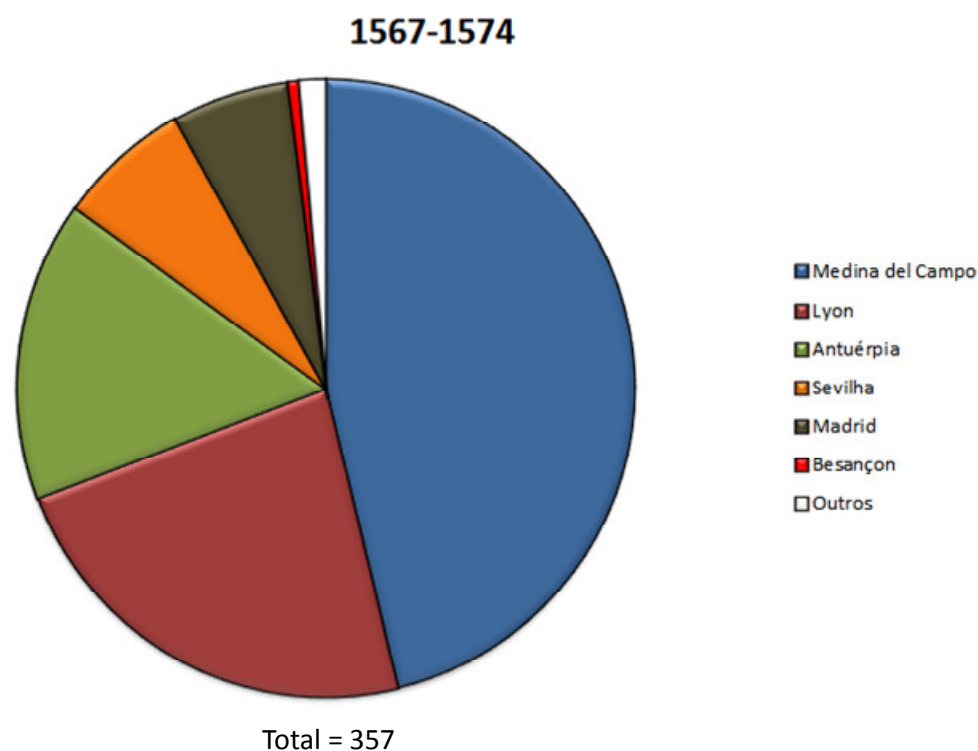


Figura 47 – Número de letras de câmbio emitidas por lugar, entre 1567 e 1574.

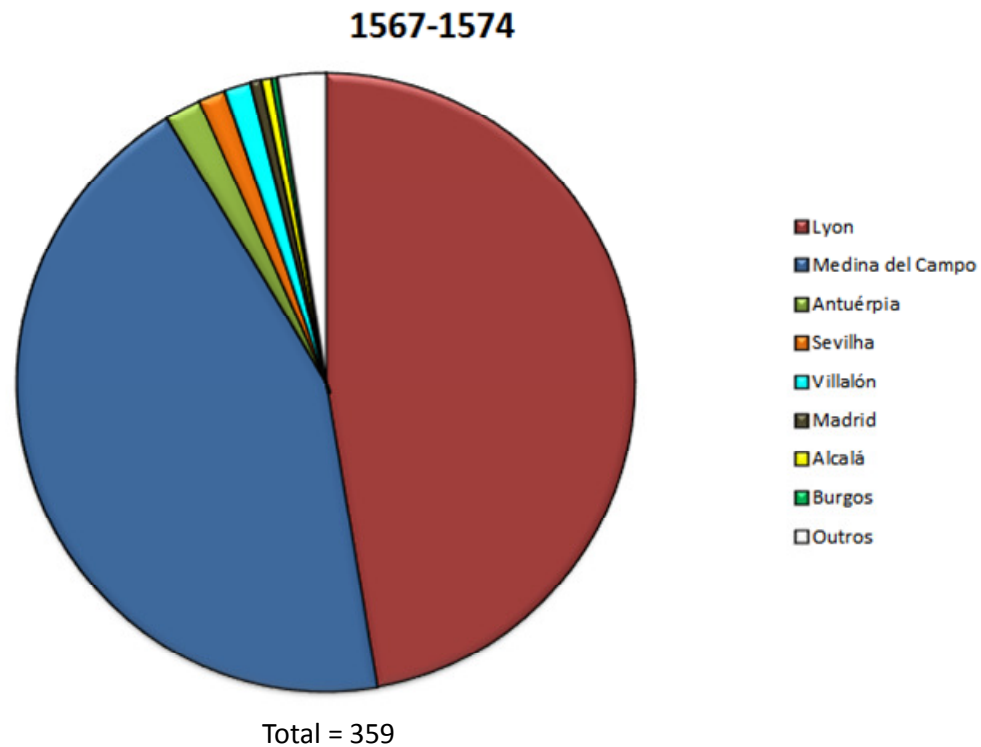


Figura 48 – Número de letras de câmbio pagas por lugar, entre 1567 e 1574.

No período seguinte, entre 1567 e 1574, que engloba menos um ano que o intervalo anterior, foram emitidas 357 letras de câmbio, a partir de um universo mais reduzido de lugares, apenas 9. Do total de letras, cerca de 46,2% são igualmente da responsabilidade de Medina del Campo (165 letras). Lyon e Sevilha trocam as suas posições, com as feiras de Lyon a remeterem 82 letras e Sevilha apenas 25. Neste período de tempo, Antuérpia reforça a sua posição, com 56 letras, e Madrid surge com a emissão de 22 letras. Neste mesmo intervalo de tempos, as 359 letras pagas implicam um universo de 12 lugares, apresentando algumas alterações em relação aos anos anteriores. Lyon continua a ser a principal praça de pagamentos, com 170 letras, mas Medina del Campo passa a conseguir atrair mais letras de câmbio (158), o que significa que estas duas praças concentram cerca de 91% dos pagamentos.

Para sermos rigorosos, convém dizer que o contexto histórico que assiste a este intervalo de tempo não se inicia apenas após as bancarrotas em Sevilha, mas é também subsequente à concessão de licenças de *saca* aos genoveses. Esta permissão libertou os *asientistas* do negócio de mercadorias, especializando-os nas finanças. Um das consequências foi a sua realocização em Madrid, a partir de onde passam a centrar a

sua acção (RUIZ MARTIN 1990, 24). Esta é, portanto, uma fase de grande reestruturação e daí surgem as alterações que vemos no gráfico: a diminuição da participação de Sevilha e o aparecimento de Madrid. Enquanto as feiras de Lyon e Antuérpia reforçam a sua posição, no universo das feiras castelhanas, as de Rioseco desaparecem e as de Villalón são já residuais.

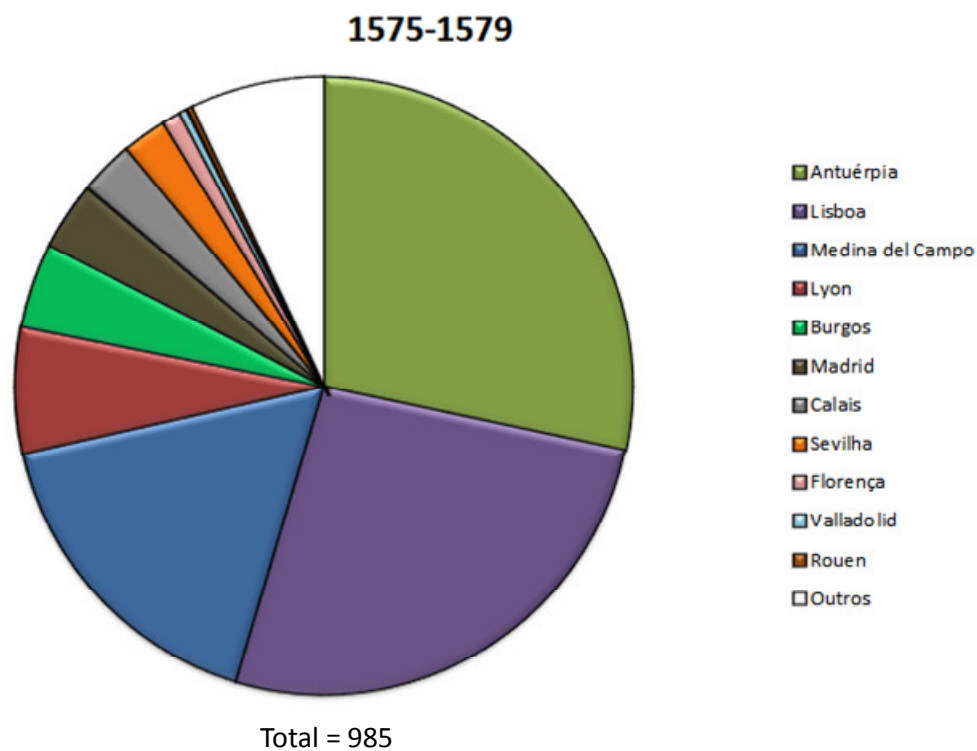


Figura 49 – Número de letras de câmbio emitidas por lugar, entre 1575 e 1579.

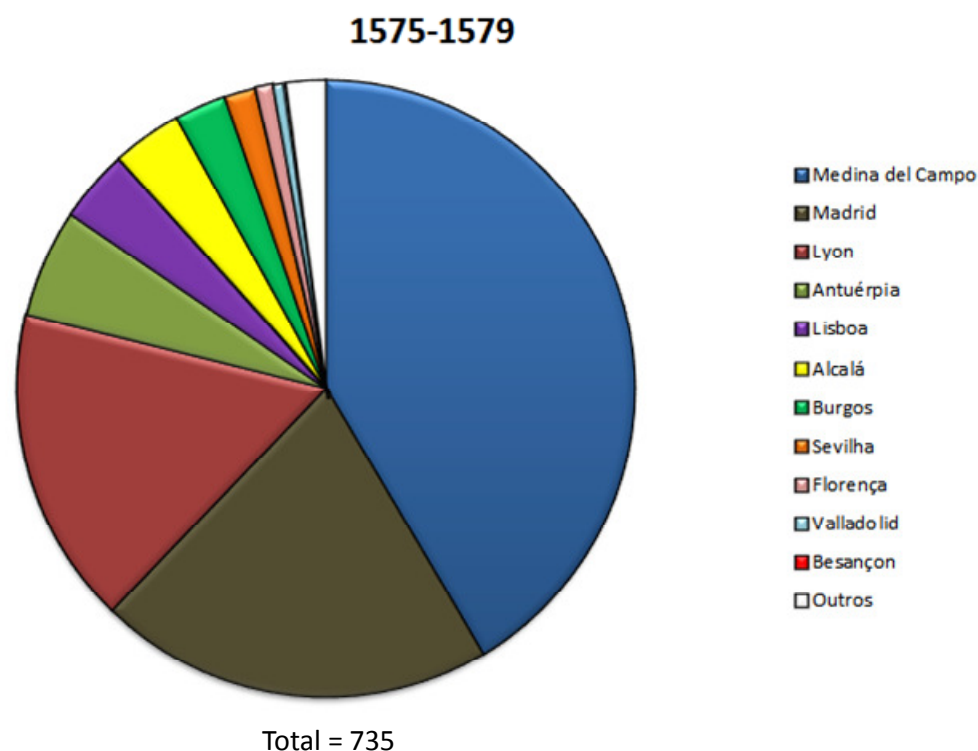


Figura 50 – Número de letras de câmbio pagas por lugar, entre 1575 e 1579.

A segunda metade da década de 70 revela um aumento exponencial na emissão de letras de câmbio, com um total de 985, assim como um aumento do quadro geográfico, com a participação de 24 lugares. Este intervalo introduz outras novidades, como o aumento exponencial de Antuérpia, que passa de 56 para 279 letras, e o aparecimento de Lisboa, com um volume de emissão de 259 letras. Medina é assim remetida para uma terceira posição, mantendo a sua emissão de 166 letras de câmbio. Lyon diminui a sua participação para 65 letras emitidas, sendo ainda de referir as letras tomadas nas praças de Madrid (35), de Calais (28), e de Sevilha (23).

A nível de pagamentos, 735 letras de câmbio são remetidas para um total de 20 praças. Medina del Campo assume-se em pleno, recebendo 305 letras, ou seja, conseguindo concentrar cerca de 41% dos pagamentos. De seguida, surge também em força Madrid, com 152. As letras são ainda remetidas para Lyon (122), e para algumas praças que começam a mostrar alguma relevância em termos de pagamento, como Antuérpia (42), Lisboa (28), e Alcalá (27).

O decreto de Filipe II, de 1 de Setembro de 1575, suspendendo as feiras, perante a insolvência da coroa, teve duras repercussões, provocando o aumento do número de

letras protestadas, um atraso geral nos pagamentos, e a consequente falência de credores. A correspondência comercial permite perceber como, em Outubro de 1574, surgiam já os primeiros indícios de desregulação. Uma conjuntura de *estreiteza* em Castela obrigava os mercadores de Lisboa a adiar os seus pagamentos, que deveriam ter sido feitos na feira de Outubro de Medina, para a feira de Natal de Antuérpia²⁸². Em Janeiro de 1575, Luís Gomes de Elvas alertou Simón Ruiz de que o atraso na feira colocara “*em duvida os creditos de gente de muito sucesso*”²⁸³. Os galeões de ouro da Mina, que já eram esperados há mais de um ano, continuavam sem chegar, piorando o cenário de *estreiteza* em Castela²⁸⁴. A interrupção das feiras arrasta-se e, em Setembro de 1576, Carlos Nunes descreve que “*a feira estava tao fria que parecia q o rei e os genoveses nada deviam nela*”, lamentando que “*andam os homens anganados por terem o dinheiro na feira ha mais de um ano*”. O seu descontentamento com o decorrer dos pagamentos leva-o mesmo a considerar ainda que “*as feiras estao mais pequenas e dao menos negocio como ha muitos anos*”²⁸⁵. Nesta mesma altura, Luís Gomes, o Velho, escreve a Simón Ruiz, pedindo-lhe que interceda. Pede-lhe mesmo que exija ao rei de Espanha para que suspenda o decreto, pois “*esta muito dinheiro investido nos negocios de cambio, que acresce muito dano as gentes e muitos inconvenientes*”, e que “*um ano sem feira de pagamento significa perder os interesses*”. Acusa mesmo a coroa de parcialidade, visto que “*os de espanha sao pior tratados que os de flandres, onde o rei da prorrogacao de pagar o dano*”²⁸⁶.

Na verdade, o atraso nos pagamentos era particularmente grave no caso nos Países Baixos, onde os soldados a mando de Castela os aguardavam. Este episódio desencadeou o saque de Antuérpia, paralisando a Bolsa e afugentando grande parte dos homens de negócio (VÁZQUEZ DE PRADA, 125). O cenário de grande instabilidade e de estreiteza extrema foi a oportunidade de entrada dos mercadores-banqueiros castelhanos no financiamento da coroa, reforçando a participação de Simón Ruiz nos *asientos*. O mercador castelhano já estava familiarizado com este tipo de contratos financeiros, tendo já participado nos *asientos da cruzada*, concedidos sobre os rendimentos da venda de bulas (FERNÁNDEZ ÁLVAREZ 1995, 114-115).

²⁸² In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 23, nº287 (carta de 27 de Outubro de 1574).

²⁸³ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº12 (carta de 13 de Janeiro de 1575).

²⁸⁴ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº47 (carta de 14 de Janeiro de 1575).

²⁸⁵ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº6 (carta de 8 de Setembro de 1576).

²⁸⁶ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº1 (carta de 9 de Setembro de 1576).

A posição de Antuérpia no gráfico resulta da concretização dos *asientos* da Flandres, os quais eram tomados pelo governador castelhano, em troca de adiantamentos em dinheiro feitos pelos representantes de Simón Ruiz em Antuérpia, como Gerónimo Lindo, os Ximenes, ou os Bonvisi. Estes circuitos eram também alimentados pelo crédito que os mercadores portugueses, parceiros de Simón Ruiz nestes *asientos*, tinham em Antuérpia graças ao comércio das especiarias (LAPEYRE 1953, 18-22). Com efeito, os mercadores de Lisboa dedicavam-se ao negócio lucrativo de armar e prover as naus das frotas portuguesas que comerciavam com as Índias Orientais. Os seus negócios requeriam abundantes quantias de dinheiro que nem sempre se encontrava disponível em Lisboa. Consequentemente, estabeleciam uma relação recíproca com mercadores de Medina e de Sevilha e os seus correspondentes de Antuérpia (CARANDE 1944, 22). Os pedidos de crédito dos mercadores de Lisboa a Simón Ruiz são bastante comuns na correspondência da companhia. Em Novembro de 1574, é concedido um crédito no valor de 2400 ducados a Manuel Rodrigues de Elvas²⁸⁷. Logo no mês seguinte, é Hernando de Morales que pede a Simón Ruiz um empréstimo de 600 ducados, sob a forma de letras de câmbio, por uma dívida de direitos de mercadorias nos portos de Badajoz²⁸⁸. Em Dezembro de 1575, Luís Gomes pede a concessão de 1500 ducados, em contado, a António Nunes “*para certos negocios ou que lhos de a cambio para flandres sobre geronimo lindo ou para lisboa*”²⁸⁹.

Compreende-se, desta forma, o aparecimento da praça de Lisboa nesta geografia, assim como o elevado volume de letras que apresenta no gráfico. Quando analisamos a praça de Lisboa, verificamos as muitas queixas dos agentes portugueses a Simón Ruiz sobre a grande dificuldade em encontrar tomadores em Lisboa e, de uma forma geral, sobre a incapacidade de Lisboa enquanto praça financeira. Na correspondência, apenas em 1577 se noticia a Simón Ruiz que “*em portugal agora trata se de fazer feiras em lisboa*”²⁹⁰. Até então, são as feiras de Medina del Campo que absorvem o mercado de crédito promovido pelos mercadores portugueses. Este grupo utiliza as feiras castelhanas para remeterem e receberem os seus pagamentos.

²⁸⁷ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 23, nº288 (carta de 4 de Novembro de 1574) e nº 289 (carta de 25 de Novembro de 1574).

²⁸⁸ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 23, nº306 (carta de 3 de Dezembro de 1574).

²⁸⁹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº36 (carta de 20 de Dezembro de 1575).

²⁹⁰ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº17 (carta de 19 de Fevereiro de 1577).

Quanto às transformações nas praças de pagamento, o exponencial aumento dos bancos agora localizados em Madrid, a acção dos *asientistas*, justificam que esta praça receba um tão elevado número de letras de câmbio. Justifica também a presença da praça de Alcalá de Henares, que foi criada com a intenção de girar as letras internamente, sem que fosse desrespeitado o preceito de “*distancia locum*” (RUIZ MARTIN 1970, 41). Apesar destes cuidados, nem sempre as acções da companhia decorriam conforme os cânones legais, nomeadamente quando se trata de circuitos de financiamento internos. É, por exemplo, o caso de uma letra tomada em Fevereiro de 1575, por Simón Ruiz em Medina del Campo, sobre a feira de Medina, no valor de 374 mil maravedis “*librados no cambio por outros tantos por mim dados em reales em Madrid*”²⁹¹.

Paralelamente, e embora Simón Ruiz participasse activamente nos *asientos* da Flandres, a instabilidade em Antuérpia dificultava em muito a concretização dos pagamentos por parte dos seus agentes. Na verdade, o castelhano considerou, várias vezes, afastar-se deste circuito, propondo ao Conselho de Finanças a tomada de letras de câmbio sobre a praça de Lyon (LAPEYRE 1953, 23). Como resultado, Lyon mantém a sua posição na geografia de pagamentos, acima de Antuérpia e Lisboa. Com efeito, neste período, a praça portuguesa não oferecia grandes vantagens aos tomadores. Em Novembro de 1577, António Gomes escreve a Simón Ruiz aconselhando que “*dinheiro tomado sobre lyon ou besancon a 7 por cento para uma feira e melhor que dinheiro tomado sobre lisboa*”²⁹².

²⁹¹ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 1, 1575, nº 1. Letra de câmbio de 13 de Fevereiro de 1575.

²⁹² In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº53 (carta de 22 de Novembro de 1577).

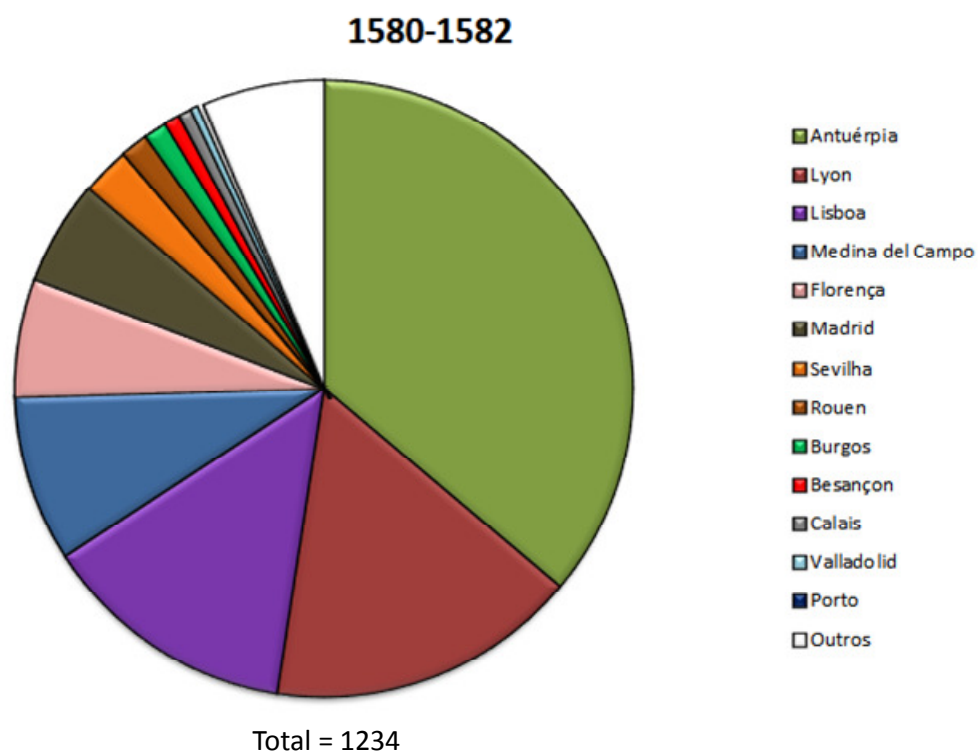


Figura 51 – Número de letras de câmbio emitidas por lugar, entre 1580 e 1582.

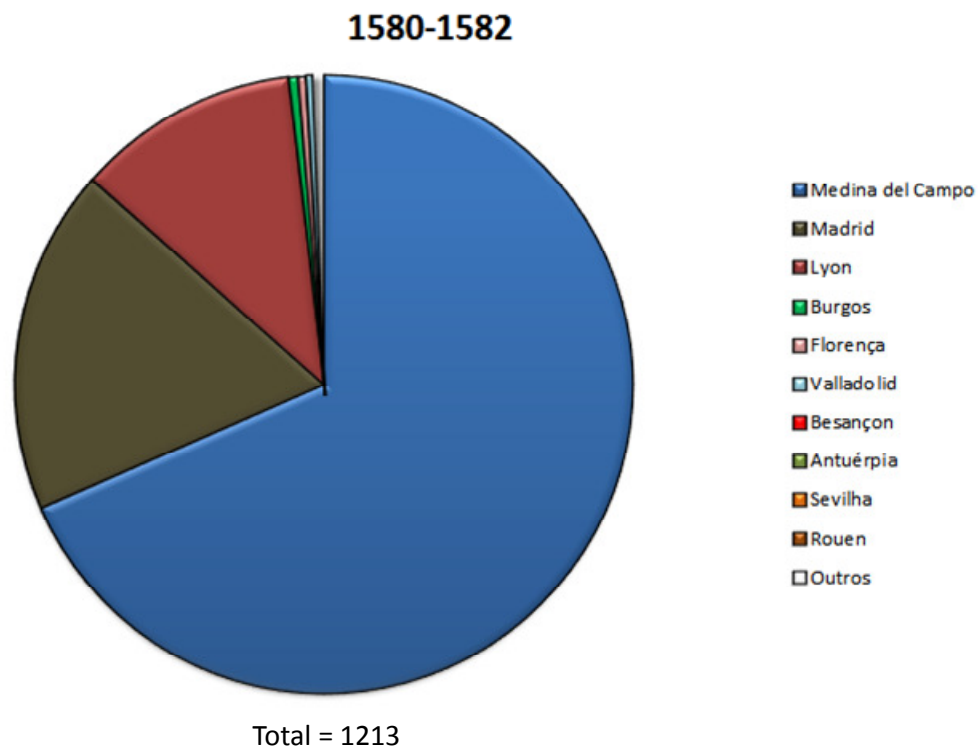


Figura 52 – Número de letras de câmbio pagas por lugar, entre 1580 e 1582.

Os primeiros anos da década de 80 revelam um aumento no número de letras, reunindo um total de 1234, emitidas por 41 lugares. Apesar desta diversidade geográfica, cerca de 36% das letras são emitidas a partir de Antuérpia (446 letras). Lyon volta a aumentar a sua emissão, com 201 letras, seguindo-se Lisboa, com 165, e Medina, com 108 letras. Uma praça que surgira nos finais da década de 70, e que agora vê a sua participação aumentar, é Florença, mediante a emissão de 76 letras de câmbio. Refira-se ainda Madrid (68), Sevilha (31) e Rouen (18).

Em relação aos pagamentos, 1213 letras são remetidas para 13 praças. Cerca de 68% destes pagamentos são feitos em Medina, que recebe 830 letras de câmbio. De seguida, Madrid e Lyon são as praças que recebem maior número de letras, com 219 e 142, respectivamente. Lisboa, que se estreada como praça de pagamentos em 1575, não recebe nenhuma letra de câmbio.

Esta geografia é resultado do reforço das tendências verificadas já em períodos anteriores. Com efeito, nestes três anos, o circuito das letras de câmbio revela a continuação da participação de Simón Ruiz nos *asientos* da Flandres. O aumento de letras de câmbio emitidas em Antuérpia e Lisboa, assim como os pagamentos nas feiras de Medina e em Madrid, testemunham as parcerias entre a companhia e os mercadores portugueses no financiamento da coroa espanhola, nomeadamente da sua logística imperial. No triângulo Antuérpia-Medina-Lisboa, convém também relembrar a acção da importante comunidade portuguesa na Flandres. Muitas das letras tomadas em Antuérpia são de mercadores portugueses que transferem os lucros das vendas de mercadorias, nomeadamente de especiarias, para as feiras de Medina, de onde podem ser facilmente remetidas para Lisboa (LUCAS VILLANUEVA 2001). No que respeita à capital portuguesa, não podemos esquecer o cenário de instabilidade e reorganização política que representam os anos entre 1580 e 1582. É, portanto, natural que não encontremos letras de câmbio enviadas para pagamento em Lisboa. Por sua vez, a posição de Lyon resulta da presença constante dos Bonvisi nos negócios de Simón Ruiz, em especial, sob a forma de parcerias. Na verdade, a realização dos *asientos* exigia um grande volume de capital, apenas conseguido através de parcerias de múltiplos sócios. Estas parcerias explicam o aumento do número de lugares a emitirem letras, pois resulta da participação de várias casas comerciais, daí surgirem, por exemplo, Florença e Rouen (LAPEYRE 1955, 53-54). No que respeita a Florença, teve particular relevância a acção de Francisco de Médici, Grão-duque da Toscana, que foi chamado a auxiliar a

coroa espanhola na Flandres. Felipe Ruiz Martin identificou também o seu papel no financiamento da tomada de Portugal em 1580 (RUIZ MARTIN 1990, 44).

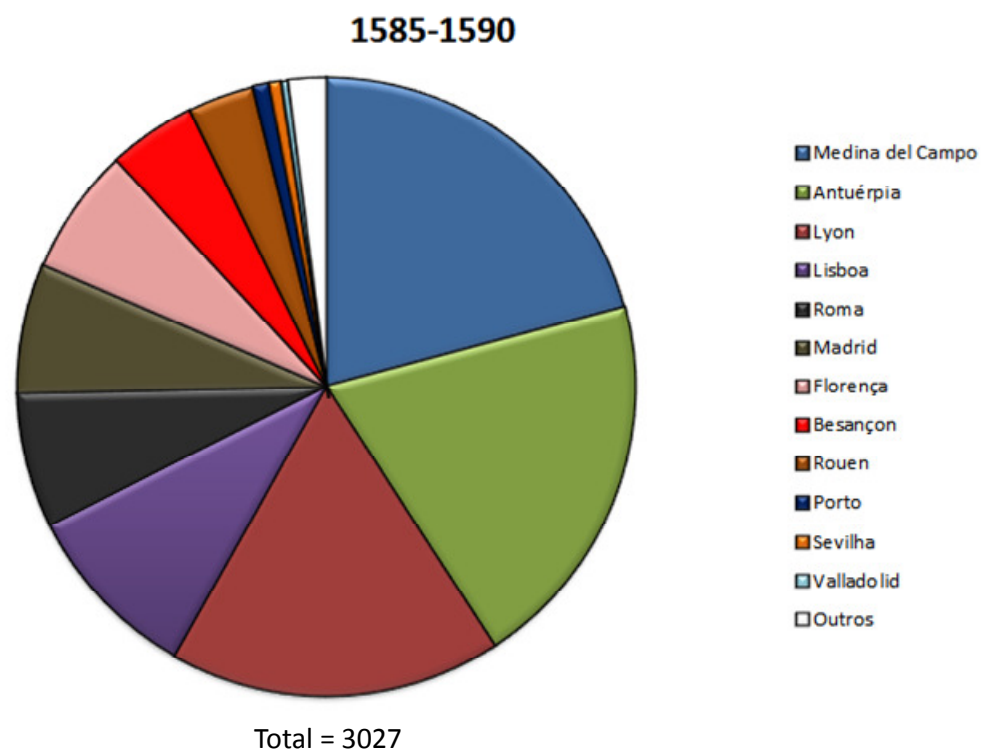


Figura 53 – Número de letras de câmbio emitidas por lugar, entre 1585 e 1590²⁹³.

²⁹³ Em rigor este intervalo de tempo não contempla o ano de 1587, que não foi objecto de leitura.

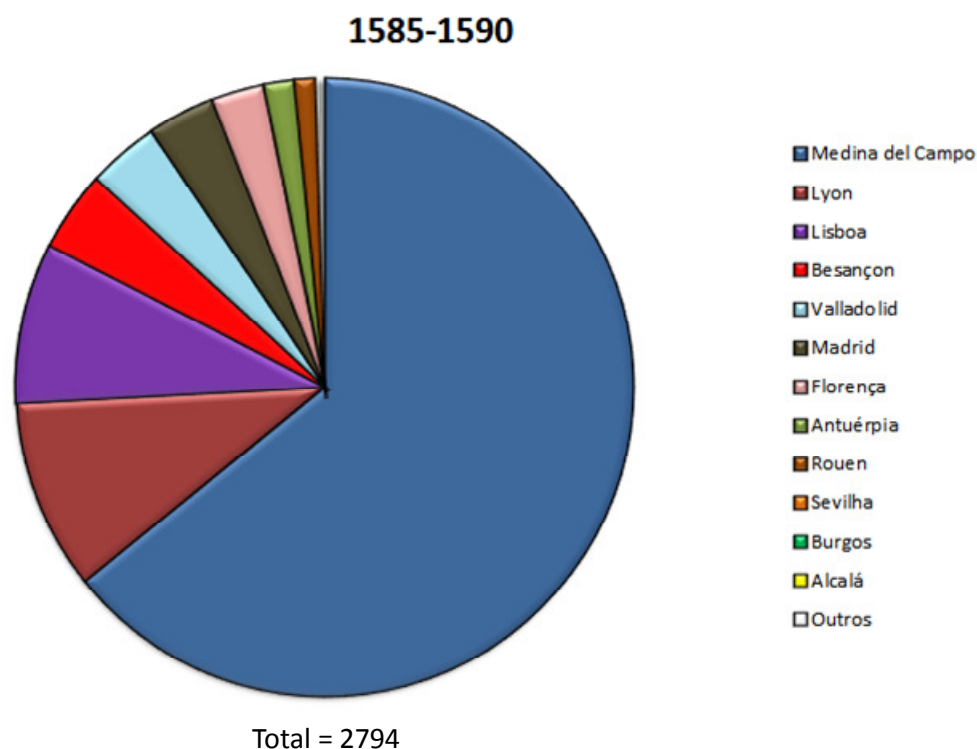


Figura 54 – Número de letras de câmbio pagas por lugar, entre 1585 e 1590²⁹⁴.

Com 3027 letras de câmbio emitidas, a segunda metade da década de 80 apresenta um crescimento de cerca de 145%. Em termos de enquadramento geográfico, verifica-se uma concentração da emissão de letras num universo de 25 lugares. Medina del Campo e Antuérpia são as duas principais praças, com a emissão de 631 e 604 letras de câmbio, respectivamente. Se a estes valores juntarmos as 526 letras emitidas a partir de Lyon, verificamos que estes três lugares emitem cerca de 58% do total de letras. Neste período de tempo, Lisboa retoma a sua participação, com 286 letras, assim como Madrid, com 206 letras, Florença, com 201, e Rouen, com 105. Porém, de maior relevância é o aparecimento de Roma, que se estreia na emissão de letras, com um total de 213, assim como o ressurgimento das feiras “de Besançon” com 139 letras. O aumento do volume de letras repercute-se, em termos de pagamentos, em 2794 letras remetidas para 15 praças. Medina mantém o mesmo volume de pagamentos, atraindo cerca de 64% das letras de câmbio. As feiras de Lyon reforçam a sua atractividade, com a recepção de 279 letras, embora a grande novidade é a praça lisboeta que recebe para pagamento 234 letras de câmbio. As feiras “de Besançon” e Valladolid, com valores

²⁹⁴ *idem*.

muito residuais em anos interiores, passam também a assumir-se como praças de pagamento, com 119 e 105 letras, respectivamente. O mesmo acontece com as praças de Florença (77), Antuérpia (45) e Rouen (30). Madrid, embora com um volume de 99 letras, apresenta uma queda na recepção de pagamentos.

O elevado volume de letras de câmbio em circulação revela a grande aposta da companhia de Simón Ruiz nas actividades de crédito. A concessão de empréstimos de valor elevado, nomeadamente a realização de *asientos*, implicava a circulação de um grande número de letras de câmbio. Ou seja, de forma a reunir o capital, uma série de letras, de valor mais reduzido, era tomada em diferentes praças europeias, onde estavam os representantes da Companhia, assim como os parceiros de negócio, de forma a totalizar o pagamento necessário. Por volta desta altura, e até 1588, assumem especial relevância os *asientos* feitos na Flandres para Itália. Realizados por parcerias entre Simón Ruiz, os Balbani e os Bonvisi, explicam o ressurgimento das feiras “de Besançon”, realizadas em Piacenza, a partir de 1579. A concentração de pagamentos em Medina é promovida pela alteração da geografia dos *asientos* que, a partir de 1588, passam a circular em direcção a Espanha (LAPEYRE 1955, 53-54).

O reaparecimento de Lisboa mostra como o mercado recuperara já da instabilidade provocada pela crise política de 80-82, aproveitando-se os períodos de *largueza* da praça para remeter pagamentos.

A inclusão da praça de Roma na geografia dos créditos de Simón Ruiz resulta da contínua diversificação dos seus negócios. Com efeito, a consolidação das *colectorias* em Espanha, verificada desde inícios do século XVI, implicava já a sua participação no mercado das letras de câmbio, nomeadamente para o envio de dinheiro para Roma. Este mercado centrara-se em Valladolid e nas feiras castelhanas, constituindo, porém, um monopólio nas mãos dos banqueiros italianos. As operações de crédito negociado em Roma, a favor da tesouraria da Câmara Apotólica, e financiadas com os dinheiros de Castela, foram numerosas em meados do século XVI (CARRETERO ZAMORA 2012, 194-199). Mais uma vez, a crise de 1577 provocou transformações, e, neste mercado, parece ter permitido a entrada dos homens de negócio castelhanos nestes circuitos.

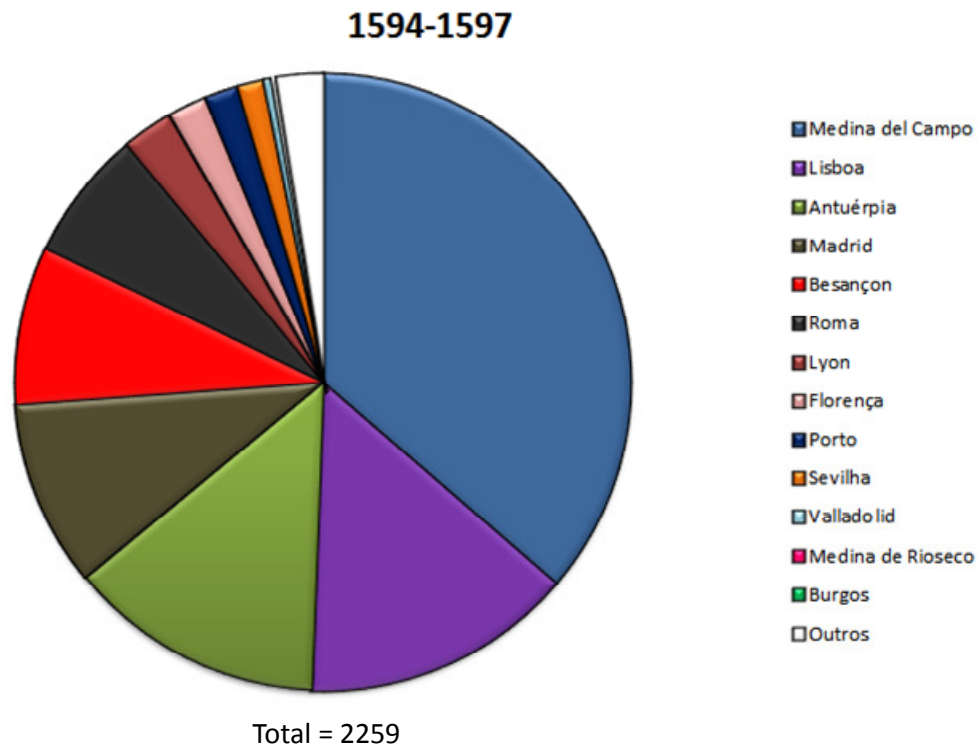


Figura 55 – Número de letras de câmbio emitidas por lugar, entre 1594 e 1597.

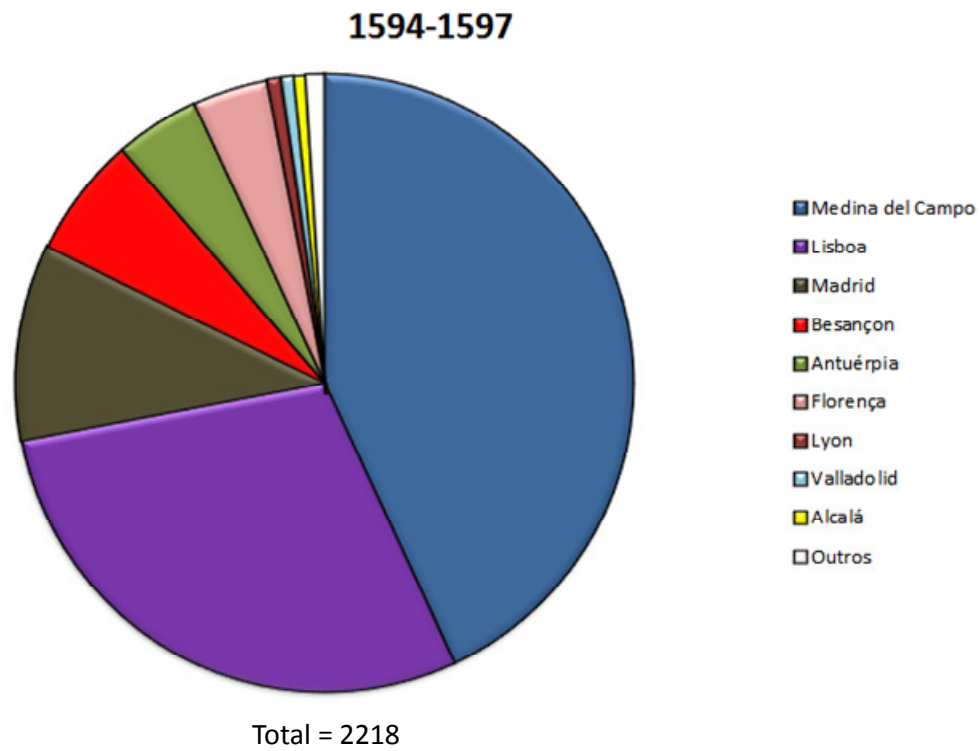


Figura 56 – Número de letras de câmbio pagas por lugar, entre 1594 e 1597.

Entre 1594 e 1597 foram tomadas 2259 letras a partir de 22 lugares. Neste período, Medina del Campo representou cerca de 36% das letras emitidas, mantendo-se na liderança com 821. Lisboa segue-a com 322 letras, ultrapassando mesmo Antuérpia, que emite apenas metade das letras que emitira no período anterior (303). Madrid mantém a sua participação, com 222 letras; com 187 letras emitidas, seguem-se as feiras “de Besançon” e, com 156 letras, Roma. Ressalta a enorme queda de Lyon, com apenas 60 letras, assim como de Florença (46). De referir ainda as 40 letras emitidas a partir do Porto.

A análise dos pagamentos realizados neste período revelam um total de 2218 letras de câmbio que foram remetidas para 15 lugares. Medina del Campo assegura o pagamento de cerca de 43% das letras (955), enquanto Lisboa assegura cerca de 29% (642), num estrondoso aumento da sua capacidade enquanto praça de pagamentos. Madrid passa também a recuperar a sua atractividade, com 227 letras, assim como as feiras “de Besançon” com 141 letras, Antuérpia, com 99, e Florença, com 88. Note-se a queda brutal de Lyon que apenas recebe 16 pagamentos.

As suspensões dos pagamentos, por Filipe II, entre 1592 e 1596, inauguram um novo período de instabilidade, no qual, as constantes interrupções nas feiras de Medina acabarão por ditar a sua decadência (VÁZQUEZ DE PRADA, 128). Esta conjuntura transparece nas próprias letras de câmbio, cujo formulário passa a integrar uma nova cláusula. Desde 1588 que as letras emitidas em Antuérpia sobre Medina passam a referir, junto à data de pagamento, que “*se prolongarem a feira pagara em fim de novembro em reales de contado sem os 5 ao milhar*”²⁹⁵.

Na sua história da banca em Espanha, Felipe Ruiz Martin considera que o abandono de Medina por parte dos genoveses, e a sua acção em Madrid desde 1577, teriam sido responsáveis pela “aniquiliação” das feiras de Medina (RUIZ MARTIN 1970). Os valores apresentados no gráfico não testemunham um cenário tão dramático, visto que Medina permanece na primeira posição. Em rigor, os nossos dados reflectem a utilização das várias praças de câmbio pela companhia de Simón Ruiz, e não o volume total de transações nelas efectuadas. Podemos, portanto, admitir que o enfraquecimento

²⁹⁵ Ver, a título de exemplo, A. S. R., Letras de câmbio, caixa 4, 1588, nº 381. Letra de câmbio de 6 de Julho de 1588.

das feiras de Medina não afugentou a companhia, que continuou a concentrar aqui a maior parte dos seus negócios.

As irregularidades nas feiras não afectam apenas Medina del Campo, já que os finais da década de 80 haviam sido já bastante severos com as feiras de Lyon. Se entre 1585 e 1590 Lyon assumira ainda a segunda posição no grupo das praças de pagamento, a partir da década de 90 a sua queda é vertiginosa. No ano de 1590 a ordem dada, entre todas as grandes casas comerciais, é a de suspender os envios de créditos e débitos para a praça de Lyon (BAYARD 1971).

Um dos efeitos de desarticulação do sistema de feiras é o desvio dos pagamentos para as praças de Madrid e Lisboa. A análise das letras de câmbio revela as fortes relações estabelecidas com bancos sediados em Madrid, como os de Pedro de Villamor e Francisco de Ibarra, ou de Juan de Carmona e Gonzalo de Salazar, ambos com representações em Medina e Valladolid. Em Lisboa, a rede de negócios foi alargada aos membros da família Rodrigues d'Évora. As relações que haviam sido iniciadas na década de 60, pelo patriarca Manuel Rodrigues d'Évora e o seu sobrinho Fernando Ximenes, eram agora estabelecidas com os filhos: Simão e Nicolau Rodrigues d'Évora, sediados em Antuérpia, e Lopo Rodrigues e Rodrigo Lopes de Évora, sediados em Lisboa (SILVA 1956, 23-26). Na praça de Lisboa, os agentes da companhia ocupam-se dos negócios ultramarinos, da concessão de créditos, e do pagamento de reembolsos. A sua elevada capacidade financeira permite-lhes ainda a participação no mercado dos *asientos*, tomando letras sobre Medina, Madrid, e Sevilha. As variações das taxas de câmbio entre a praça de Lisboa e as feiras de Medina permitem-lhes a obtenção de lucros.

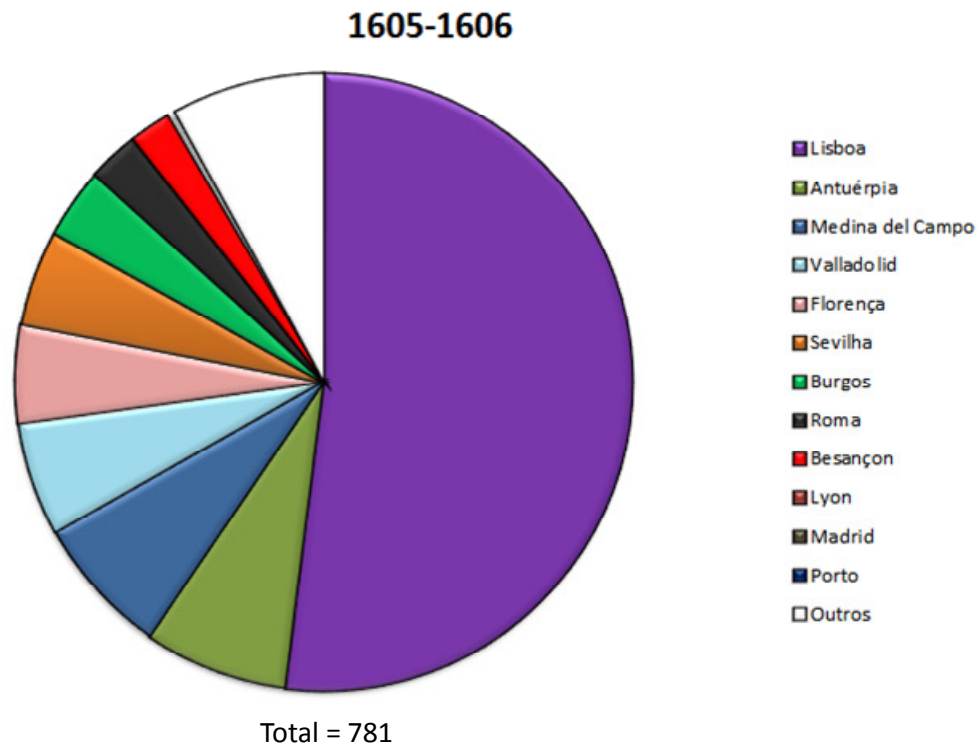


Figura 57 – Número de letras de câmbio emitidas por lugar, entre 1605 e 1606.

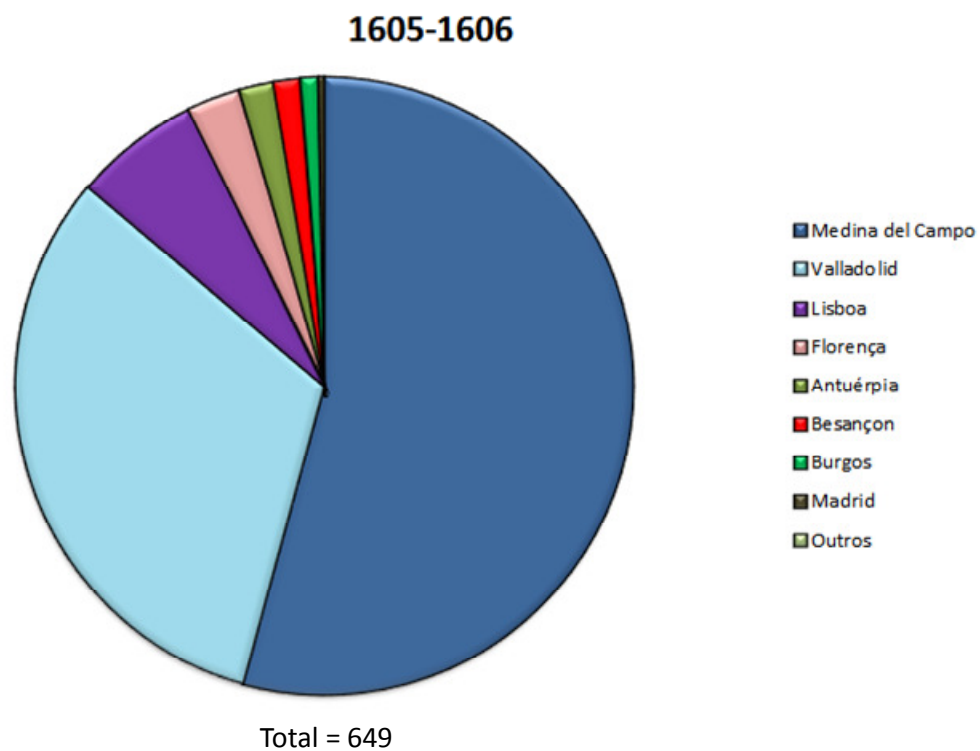


Figura 58 – Número de letras de câmbio pagas por lugar, entre 1605 e 1606.

Os dois últimos anos analisados, 1605 e 1606, apresentam um total de 781 letras remetidas a partir de 27 lugares. A posição de Lisboa é a que se destaca mais. Com 406 letras, esta praça é responsável por emitir cerca de 52% das letras de câmbio. As restantes praças apresentam valores bem mais reduzidos, como Antuérpia (59), Medina (57), Valladolid (47), Florença (40) e Sevilha (39). Os últimos anos de actividade da companhia de Simón Ruiz registam ainda 649 letras remetidas para pagamento em 8 praças. Mais de metade, cerca de 54%, são remetidas para Medina del Campo, e quase um terço, cerca de 32%, vão para Valladolid. Lisboa apenas recebe 43 letras para pagamento.

A geografia das letras testemunha a acção de Cosme Ruiz, agora liberta da cogestão de Simón Ruiz, falecido em 1597. O peso de Lisboa é esmagador, e algumas letras elucidam acerca da sua natureza. Ainda em Junho de 1596, uma letra de câmbio é tomada pelos Aldana e pelos Velluti, em Lisboa, para a feira de Medina sobre Juan Castellanos de Espinosa. Tratava-se de um pagamento a Simón e Cosme Ruiz, por dinheiro adiantado por Fernando Rodrigues de Elvas, “*por conta da casa de contratação de sevilha*”.²⁹⁶ Juan Castellanos de Espinosa era tesoureiro da Casa de Contratação de Sevilha, um dos grandes importadores de ouro e prata, e cujos negócios, considerados danosos para a fazenda pública, incluíram a utilização do cofre dos bens dos defuntos como fonte de financiamento dos seus próprios negócios (DONOSO ANES 1996). Em Agosto de 1605, Gaspar Dias da Costa toma uma letra em Lisboa, para a feira de Setembro de Medina. A letra deveria ser paga por Cosme Ruiz a Rodrigo Lopes de Évora e Manuel da Veiga “*por conta do asiento dos almoxarifados de sevilha*”²⁹⁷. A documentação testemunha também os financiamentos a Pedro Gomes Reinel, *asientista* da Coroa sobre o comércio de escravos para as Índias (FERNÁNDEZ ÁLVAREZ 1995, 114-115). Em 1597, Pero Gomes Reinel havia recebido, em Madrid, dinheiro por parte de Simón e Cosme Ruiz “*por conta do asiento dos escravos*”. O pagamento é feito na praça de Lisboa a Diego Rodrigues de Lisboa²⁹⁸. Mais tarde, em Maio de 1605, Gaspar Dias da Costa toma uma letra em Lisboa, para a feira de Junho de Medina, a pagar por Pedro Reinel a Manuel Ximenes “*por conta do asiento dos*

²⁹⁶ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 5, 1596, n° 543. Letra de câmbio de 28 de Junho de 1596.

²⁹⁷ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 11, 1605, n° 472. Letra de câmbio de 3 de Agosto de 1605.

²⁹⁸ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 8, 1597, n° 228. Letra de câmbio de 10 de Junho de 1597.

escravos”²⁹⁹. Ainda em Novembro, Manuel Gomes de Elvas toma uma letra sobre Cosme Ruiz, na feira de Dezembro, a pagar a Julio Espinola “*por asiento que Manuel Gomes fez com o rei*”³⁰⁰.

Como vimos, a geografia da circulação das letras de câmbio envolve, essencialmente, dois lugares: o local de emissão e o local de pagamento. Porém, a geografia do crédito, que é o que está na gênese das letras, é um pouco mais complexa, dado que esta geografia excede, necessariamente, os lugares das feiras. Em épocas de “pagos” as letras são apresentadas aos pagadores para cobrança, muitos deles aí representados por terceiros, quer fossem seus correspondentes, quer fossem banqueiros, com os quais tinham uma conta corrente. A nível da documentação analisada, esta circunstância é passível de ser identificada, quando uma letra de câmbio, enviada para pagamento numa determinada feira, refere a naturalidade do respectivo pagador.

O mapa da Figura 59 apresenta a distribuição espacial dos pagadores, assim como o número de letras de câmbio sobre eles tomadas, entre 1553 e 1606.

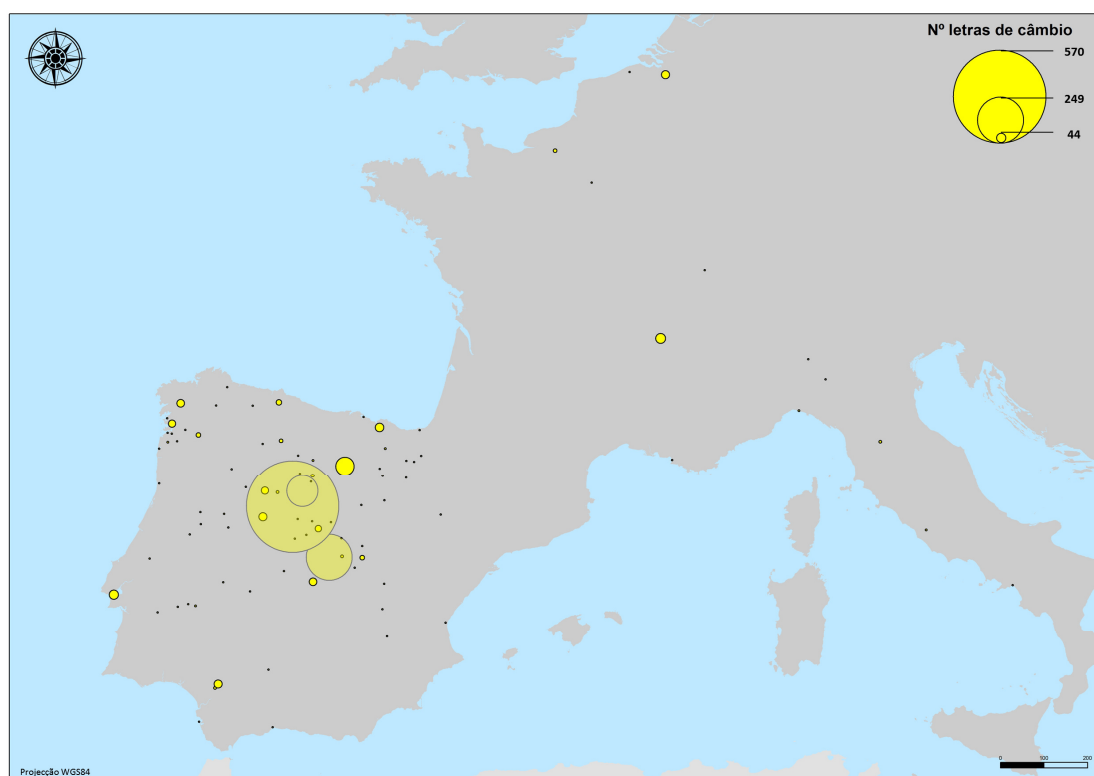


Figura 59 – Lugares dos pagadores de letras de câmbio e número de letras tomadas sobre eles (1553-1606)³⁰¹.

²⁹⁹ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 11, 1605, nº 213. Letra de câmbio de 7 de Maio de 1605.

³⁰⁰ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 11, 1605, nº 771. Letra de câmbio de 22 de Novembro de 1605.

Das praças que apresentam os resultados mais elevados, é de referir Medina del Campo, com 570 letras; Madrid, com 249 letras; Valladolid, com 168; Burgos com 98; Lyon com 52; e Lisboa com 44. Estes são os espaços, por excelência, dos mercados de crédito mais procurados pelos grandes financeiros e pelas casas bancárias. São os espaços das feiras, como Medina e Lyon, são os espaços da alta finança, como Madrid e Valladolid, e são também os espaços estreitamente ligados ao grande comércio internacional, como Lisboa e Burgos, onde a concretização de seguros marítimos permitia igualmente obter elevados lucros com a especulação (CASADO ALONSO 2003). Nestes lugares, não faltava quem procurasse crédito e, conseqüentemente, não faltava quem o concedesse.

No entanto, como vimos, o circuito da letra de câmbio envolve, muitas vezes, o retorno do dinheiro, ou seja, a inversão de papéis entre aquele que toma a letra e o que paga. Desta forma, o pagador de uma letra de câmbio pode também representar o indivíduo ao qual foi adiantada uma determinada quantia, e que agora, mediante uma época de “pagos”, é chamado a pagar de volta. Considerando este contexto, fizemos o levantamento de todos os lugares que surgiram na documentação apenas tendo como função a de serem o local de naturalidade do pagador. O resultado foi uma lista de 36 lugares, todos localizados na Península Ibérica, e que explica a mancha de ocorrências verificada no mapa da Figura 59, nesta região. A densidade dos resultados mostra como era alargada a rede de financiamento alimentada por Simón Ruiz. Embora no capítulo das biografias tenhamos privilegiado a análise de um reduzido grupo de lugares, não podemos ignorar como a acção da companhia de Medina abrangeu um raio de acção muito mais alargado. Seria, pois, pertinente conhecer em pormenor o perfil dos clientes de Simón Ruiz, identificando quem recorre ao seu crédito. Neste sentido, procedemos à recolha, na base de dados, de todos os atributos associados a estes pagadores. A tabela 16 expressa os resultados:

³⁰¹ Consultar Anexo 8 para tabela de dados.

Lugar	Ocorrências	Cronologia	Atributos dos pagadores
Santiago de Compostela	23	1585-1605	<i>Racionero</i> ; Licenciado; Cónego; Correio-mor; Reitor; Arcediano
Alhóndiga	13	1585-1586	São apenas dois indivíduos: um padre e um licenciado
León	12	1580-1605	Cónegos; Abade; Arcediago (todos os indivíduos são religiosos)
Toro	10	1595-1597	Prior; Comissário do Santo Ofício
Cória	9	1585-1595	Arcediago; Cónego e mestre-escola; Deão; Cabido
Carrion de los Condes	6	1594-1605	Licenciado
Calahorra	5	1585-1588	Cónego e <i>Racionero</i>
Capillas	5	1594-1605	
Cangas del Narcea	4	1596-1597	Todos os indivíduos são da mesma família, sendo que um é Prior da vila de Cangas
Lugo	4	1585-1590	Arcediago; Mestre
Alarcon	3	1596	
Laredo	3	1580-1586	Regedor
Mondoñedo	3	1588-1594	Procurador na Audiência; Arcediago
Albacete	2	1585	
Almoguera	2	1597	
Astorga	2	1585	
Avion	2	1590	São dois familiares, sendo que um é Abade
Burgo de Osma	2	1586-1599	Mestre-escola; Cónego na igreja de Astorga e provisor do Bispado de Osma
Dueñas	2	1585	Beneficiado
Torrecilla en Cameros	2	1579	
Armuna	1	1586	
Beiras	1	1576	
Bragança	1	1590	
Brihuega	1	1598	Mestre
Cambados	1	1596	Abade de San Pedro de Crescente e Cambados
Caminha	1	1589	
Estella	1	1582	
Garciaz	1	1598	Cura
Louredo	1	1585	Prior
Nájera	1	1596	
Puente la Reina	1	1598	Beneficiado
Ribarteme	1	1586	
Sahagún	1	1585	Reitor
Talavera de la reina	1	1597	Notário apostólico
Uceda	1	1598	Arcipreste

Tabela 16 – Lugares dos pagadores (número de ocorrências, cronologia, títulos e cargos).

A forte presença de figuras eclesiásticas, administrativos e burocratas, verificada na tabela, tinha sido já também constatada no circuito das letras de câmbio envolvendo as praças de Valladolid e Madrid. Na análise destes lugares, verificamos como as sociedades destes espaços de poder e de elite participavam activamente nas finanças, integrando os mercados de “juros” e de “censos”. Relativamente a Valladolid, vimos que nos primeiros anos da década de 80, a principal função desta praça era a de localização dos pagadores de letras de câmbio remetidas para as feiras de Medina. Outra conclusão retirada da análise das biografias foi a importante relação estabelecida entre estes lugares e a praça de Roma. Com efeito, as letras aqui tomadas tinham como destino as feiras de Medina, mas também as praças de Valladolid e Madrid. Os seus beneficiários eram elementos da comunidade eclesiástica, nomeadamente religiosos com o estatuto de beneficiados. Um dos correspondents de Simón Ruiz em Roma é o doutor Jerónimo Fonseca, administrador dos dinheiros da venda das bulas. A sua acção estava intimamente ligada com os milhares de ducados em contado (coroas ou escudos de ouro), que a partir de Pontevedra e Tui eram remetidos para Medina del Campo (LUCAS VILLANUEVA 2009). Não pretendemos, porém, reduzir os financiamentos de Simón Ruiz ao mercado das rendas eclesiásticas. O que o mapa revela é, na verdade, a heterogeneidade da sua rede de negócios, e, acima de tudo, a extensão do seu enquadramento espacial. Na verdade, alguns destes pagadores continuam a ser mercadores que recorrem a Simón Ruiz para realizar um bom crédito, ou mesmo agilizar o pagamento de dívidas. Se tomarmos o exemplo da letra de câmbio cuja naturalidade do pagador é Caminha, verificamos que este indivíduo é expressamente designado por “mercador”, e que o seu beneficiário é Simão Vaz, mercador do Porto³⁰². Isto é sintomático da rede de financiamento que Simón Ruiz alimentava e que passava, muitas vezes, pela ligação a pequenos mercadores, produtores, *ganaderos*, que recorriam a Simón Ruiz, e, principalmente, ao seu excelente crédito (também aqui no sentido de credibilidade e reputação), nas feiras de Medina.

Como dissemos na introdução deste capítulo, a análise espacial de *layers* temáticos pode ser feita em relação a cada um individualmente, como foi feito com as feiras de câmbio, os locais de emissão, e os locais de pagamento, ou em relação a uma

³⁰² In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 5, 1589, nº 24. Letra de câmbio de 5 de Março de 1589.

sobreposição de dois, ou mais, *layers*. Esta sobreposição permite estabelecer relações entre os dados, neste caso entre lugares, relações que foram também consideradas e acauteladas no desenho da base de dados utilizada. Com efeito, o *TimeLink* permite extrair não apenas os atributos e as funções dos lugares *per si*, mas também das relações que estes estabelecem, no contexto de uma determinada função. Em concreto, e no que respeita ao circuito de uma letra de câmbio, a base de dados permite extrair as combinações existentes entre local de emissão e local de pagamento. Este tipo de resultados, que estabelecem uma relação entre dois lugares, permite a elaboração de mapas de fluxos. Considerando ainda o número de ocorrências para cada relação, permite ainda quantificar e hierarquizar essas mesmas relações.

O elevado número de resultados exigiu, uma vez mais, uma selecção do universo a representar, tendo sido seguidos os critérios até agora utilizados, em concreto os de considerar os fluxos com o maior número de ocorrências. Desta forma, de um universo de 207 relações identificadas, estabelecidas através de um total de 8408 letras de câmbio, foram mapeadas 11 relações. Este subgrupo reúne cerca de 70% das ocorrências (5869 letras de câmbio), e apresenta valores individuais acima das 165 letras. Esta consulta permitiu visualizar as principais tendências dos fluxos financeiros da companhia de Simón Ruiz, entre 1553 e 1606 (ver mapa da Figura 60).

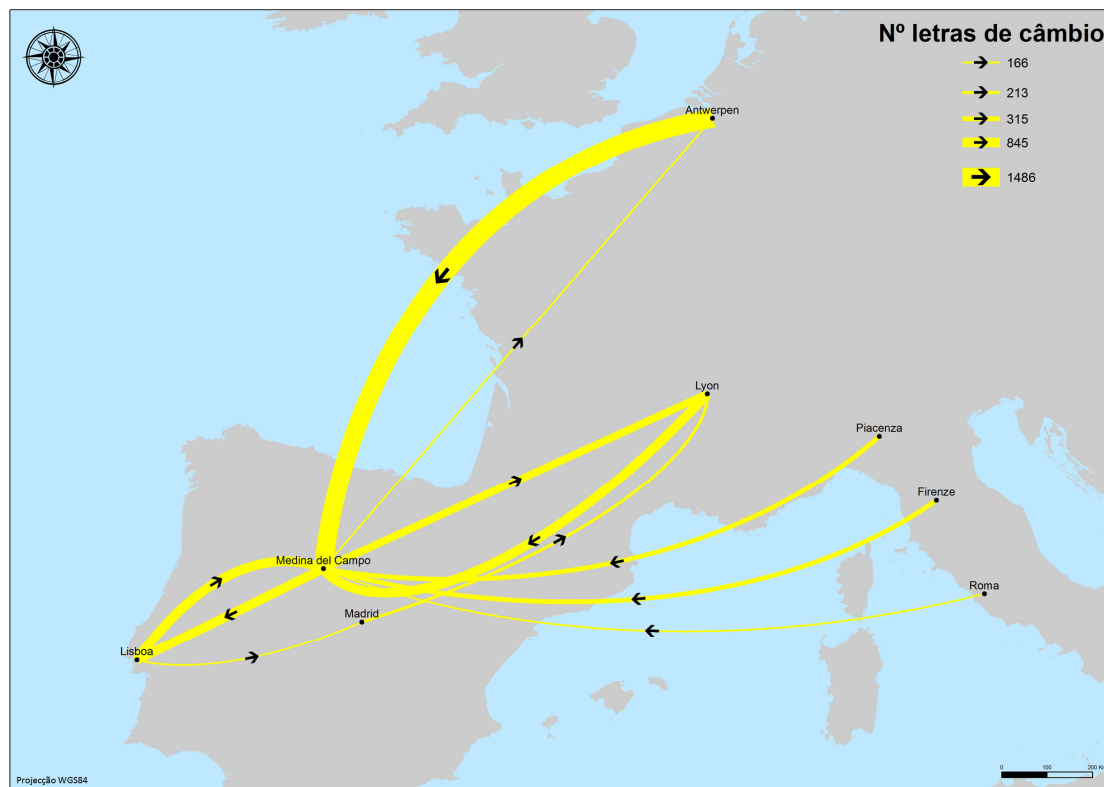


Figura 60 – Fluxos de letras de câmbio entre 1553 e 1606³⁰³.

O fluxo de letras de câmbio mais significativo é o que parte de Antuérpia para Medina del Campo. Descrevemos já como teve particular relevância na década de 80. O movimento de capital entre a Espanha e os Países Baixos tem, porém, uma história bastante anterior. Nos inícios do século XVI, está já estabelecido um sistema financeiro internacional capaz de dotar a monarquia de recursos nas várias praças europeias. Tal sistema dependia da participação de agentes privados, mercadores e banqueiros, enquadrados em redes onde o privado se confundia com o público (ALONSO GARCIA 2006, 98-101). Até 1551, os banqueiros alemães, em especial os Fugger, foram os principais financiadores de Carlos V, cenário que se altera nos anos seguintes, pelo que metade dos tratos entre 1552 e 1556, foram feitos com os genoveses (CARLOS MORALES 2006, 330). Castela era, portanto, o grande palco onde se desenrolava grande parte da cena financeira internacional, atraída pelas riquezas que aportavam a Sevilha. Os homens de negócio aqui estabelecidos, em especial os genoveses, tinham como principal objectivo captar o dinheiro e colocá-lo no exterior. Até à obtenção de licenças de *saca*, a partir de 1566, a sua principal estratégia é mercantil, utilizando a

³⁰³ Consultar Anexo 9 para tabela de dados.

compra e venda de mercadorias, e as diferenças do seu valor nos mercados externos, para realizar as suas transferências. Este é o período de apogeu das feiras de Medina, Rioseco e Villalón. É também a altura do grande desenvolvimento de praças como Burgos, Valladolid, Segóvia, e Sevilha (RUIZ MARTIN 1970, 16-17).

As actividades da companhia de Simón Ruiz desenrolam-se neste cenário, e, por esta altura, também a sua acção é essencialmente mercantil. Os principais fluxos, até 1566, são os que ligam as feiras de Medina e Villalón a Lyon, e a praça de Sevilha às feiras castelhanas. Este último, um circuito interno, funcionou regularmente até ao mercado sevilhano revelar a sua fragilidade. Lyon, como apontamos já, assumiu o papel que até então era assumido pelas feiras de Besançon, e que era o de intermediário entre Medina e Nantes (LAPEYRE 1953, 22).

Como referimos, a partir de 1575 a ligação Antuérpia-Medina intensifica-se. Na verdade, as relações de Antuérpia com as feiras castelhanas foram sempre muito estreitas. Por um lado, a balança comercial entre as duas regiões, sempre favorável a Espanha, obrigava os de Antuérpia a comprar letras sobre as feiras castelhanas. Por outro lado, a importante comunidade portuguesa sediada na Flandres utilizava frequentemente esta ligação, pelo que as letras directas entre Lisboa e Antuérpia eram raras, e as transferências de fundos entre Portugal e Castela eram fáceis (VÁZQUEZ DE PRADA, 112). Medina del Campo funcionava assim, como um intermediário das relações financeiras entre Antuérpia e Lisboa.

Na definição dos intervalos de tempo em análise, consideramos o ano de 1566 como um momento-chave, e, os dados comprovam-no com importantes alterações da geografia em análise. Uma das mais importantes é o aparecimento de Madrid e a força centrípeta que passa a exercer. A concessão de licenças de *saca* foi, para isso, determinante. Os genoveses abandonam o interesse nas mercadorias, passando a apostar forte nas finanças. Sediavam-se em Madrid, onde a partir desta altura, a maior parte dos bancos se fixa. Vimos como, já na década de 80, importantes casas financeiras passam a ter em Medina apenas representantes, sediando os seus negócios na capital. É a partir daqui que se concretizam os asientos, improvisando-se uma praça de câmbios, que funciona em conexão com Alcalá. Para além dos tesouros americanos, que continuam a chegar a Sevilha, os genoveses de Madrid procuram captar o aforro interno, que, desde 1561, canalizam através dos juros de resguardo (RUIZ MARTIN 1990, 24). Este é, a todos os níveis, um momento de desequilíbrio e de reformulação: os pagamento nas

feiras de Medina prolongam-se³⁰⁴ e Simón Ruiz desloca-se a Sevilha numa tentativa de recuperar os seus investimentos.

Situações de crise são também situações de oportunidade, e rapidamente a companhia de Medina integra os novos circuitos e tendências de negócio.

Como referimos, os mercados do crédito e os fluxos de letras de câmbio eram, em grande parte, animados pela necessidade de dotar a Flandres de recursos financeiros. Esta tarefa revela-se particularmente difícil a partir de 1568, como o aumento da actividade corsária, nomeadamente a de origem inglesa e, posteriormente a holandesa. Desta forma, salvo alguns períodos de tempo em que a tesouraria régia conseguia liquidez, com a chegada dos tesouros americanos, a coroa espanhola não teve outra hipótese, senão a de recorrer aos homens de negócio e à concretização de *asientos* (LAPEYRE 1953, 15-16).

Os *asientos* da Flandres eram feitos sobre a pressão dos acontecimentos, pelo que os banqueiros conseguiam condições especialmente favoráveis em cenários de grande desespero por parte do governador da Flandres, fortemente pressionado pelas tropas. Os *asientistas* avançavam, então, com parte do valor acordado, comprometendo-se a pagar o resto quando fossem avisados do pagamento do reembolso em Espanha. Pela sua parte, o governador tomava uma letra de câmbio sobre o Conselho das Finanças ou sobre um tesoureiro, comprometendo-se a obter as respectivas licenças de *saca*. Os *asientos* podiam também ser negociados em Madrid, entre o Conselho das Finanças e o mercadores-banqueiros. Estas letras eram pagas em datas fixas sobre praças estrangeiras, como Lyon, Besançon e Antuérpia. O reembolso destes adiantamentos era feito sob a forma de numerário, libranças sobre o dinheiro vindo nas frotas das Índias, ou ainda sobre rendimentos da coroa (LAPEYRE 1953, 18-19).

A participação de Simón Ruiz no mercado dos *asientos*, nomeadamente através de parcerias com os mercadores de Lisboa, é frequentemente comprovada pela documentação analisada. Em Março de 1576, é realizado um *asiento* de 40 mil escudos, em sociedade por quotas de quintos, feito por Luís Gomes d'Elvas, Tomás Ximenes, Fernando Ximenes, Rodrigo Lopes d'Évora e Simón Ruiz³⁰⁵. Em Outubro realiza-se

³⁰⁴ Em Dezembro de 1560 a feira de Outubro estava ainda por realizar (A. S. R., Letras de câmbio, caixa 1, 1560, nº 19. Letra de câmbio de 21 de Dezembro de 1560). Em Janeiro de 1566, Simón Ruiz tomou letras sobre si próprio “*para a feira de outubro do ano passado que esta por fazer*” (A. S. R., Letras de câmbio, caixa 1, 1561, nº 228. Letra de câmbio de 4 de Janeiro de 1566).

³⁰⁵ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº14 (carta de 30 de Março de 1576).

novo *asiento*, tomado por António e Luís Gomes, António Fernandes de Elvas, Tomás Ximenes, e Simón Ruiz. Em Antuérpia, asseguram o pagamento Fernando Ximenes, Rui Nunes, Felipe Denis e Luis Alvarez Caldera³⁰⁶. Sendo um asiento ao qual foi atribuído licença de *saca*, dez dias depois, António Gomes escreve a Simón Ruiz noticiando que “*as bestas estao prontas para trazer os reales do asiento e chegarao dentro de dias.*”³⁰⁷

Relativamente à participação portuguesa, recordemos que era fácil aos portugueses ter crédito em Antuérpia, graças ao comércio de especiarias.

Como o demonstra o segundo *asiento* descrito, nem sempre Simón Ruiz participava directamente nestes créditos. Com efeito, muitas vezes, a sua acção era meramente intermediária, na reunião dos fundos que os tomadores necessitavam. Jogava, então, com os efeitos que estes *asientos* tinham sobre as feiras de Medina. Os retornos das feiras genovesas, lyonesas, flamengas, ou ainda das praças de Roma, Florença, ou Rouen, chegavam a Medina aumentados por juros que capitalizavam o mercador-banqueiro (RUIZ MARTIN 1986, 294).

A segunda metade da década de 90 é particularmente dura para as feiras de Medina del Campo, que sofrem constantes interrupções. Em Outubro de 1594, a notícia do atraso das frotas das Índias, quer Orientais, quer Ocidentais, tem um efeito devastador na feira de Maio do ano seguinte. Inicia-se um período de grande *estreiteza* em Castela, no qual se tornam inviáveis os pagamentos às tropas da Flandres, e, mais uma vez, a coroa tenta uma solução recorrendo aos *asientos* feitos em Madrid (SILVA 1956, 31-40). A incapacidade de reembolsar estes créditos resulta numa nova suspensão dos pagamentos, em 1596. A década de 90 apresenta uma conjuntura difícil para os homens de negócio. A diminuição das remessas de metais preciosos, as crises de produção de alguns produtos coloniais, como o do açúcar da Madeira, a desestruturação do sistema de feiras, o encerramento de muitas das principais casas comerciais, emperram o mercado do crédito (SILVA 1956, 5-9). Paralelamente, também a própria companhia encerra um capítulo da sua história com a morte de Simón Ruiz em 1597.

Desde 1592 que os negócios eram feitos em seu nome e no de Cosme Ruiz Embito, seu sobrinho. Nestes últimos anos, Simón dedicava-se quase exclusivamente ao hospital que fundara em Medina, deixando a gestão nas mãos de Cosme. A sua acção

³⁰⁶ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº48 (carta de 21 de Outubro de 1576).

³⁰⁷ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº50 (carta de 31 de Outubro de 1576).

desenvolveu-se particularmente na área da especulação e do financiamento da coroa, nomeadamente através da concessão de créditos aos *asientistas* portugueses. Com efeito, desde 1595 que Cosme enceta relações com o português Pedro Gomes Reinel, *asientista* de escravos da coroa, a quem concedeu inúmeros adiantamentos de dinheiro, tomados a câmbio. Em 1604, Cosme chegou mesmo a comprometer-se num financiamento a Reinel, no valor de 300 mil ducados e, um ano depois, na provisão das galeras de Filipe III. Na feira de Março de 1606, em Medina del Campo, a chegada dos protestos das letras tomadas por Cosme, por parte dos correspondentes florentinos, ditam a falência da Companhia (LORENZO SANZ 1986a, 420).

3. Fluxos mercantis

3.1. Praças mercantis

A companhia de Simón Ruiz teve na sua origem a importação de tecidos franceses, a partir do porto de Nantes, e a sua distribuição em Castela a partir das feiras de Medina del Campo. Referimos já, como o desenvolvimento da actividade mercantil foi acompanhado pela utilização, cada vez mais frequente, das letras de câmbio e, como isso foi determinante para sustentar a actividade de crédito. Dada a correlação entre os dois tipos de negócio, torna-se fundamental caracterizar a actividade mercantil da companhia, identificando os produtos, as rotas e os mercados que a integraram.

Considerando o universo total de lugares em análise, extraímos da base de dados todos os lugares a que foi associado o atributo de “praça comercial” e, por isso, implicados em episódios de compra e venda de produtos, ou referidos nos tópicos sobre conjunturas de mercados, preços, ou ainda, pesos e medidas. Este tipo de informação predomina na correspondência comercial, pelo que os dados retirados têm a sua origem, de forma esmagadora, nesta tipologia documental. Esta circunstância explica também a cronologia em análise, que termina em 1577. Os resultados obtidos estão expressos nos mapas das Figuras 61 e 62.

Figura 61 – Lugares de compra de mercadorias, entre 1558 e 1577

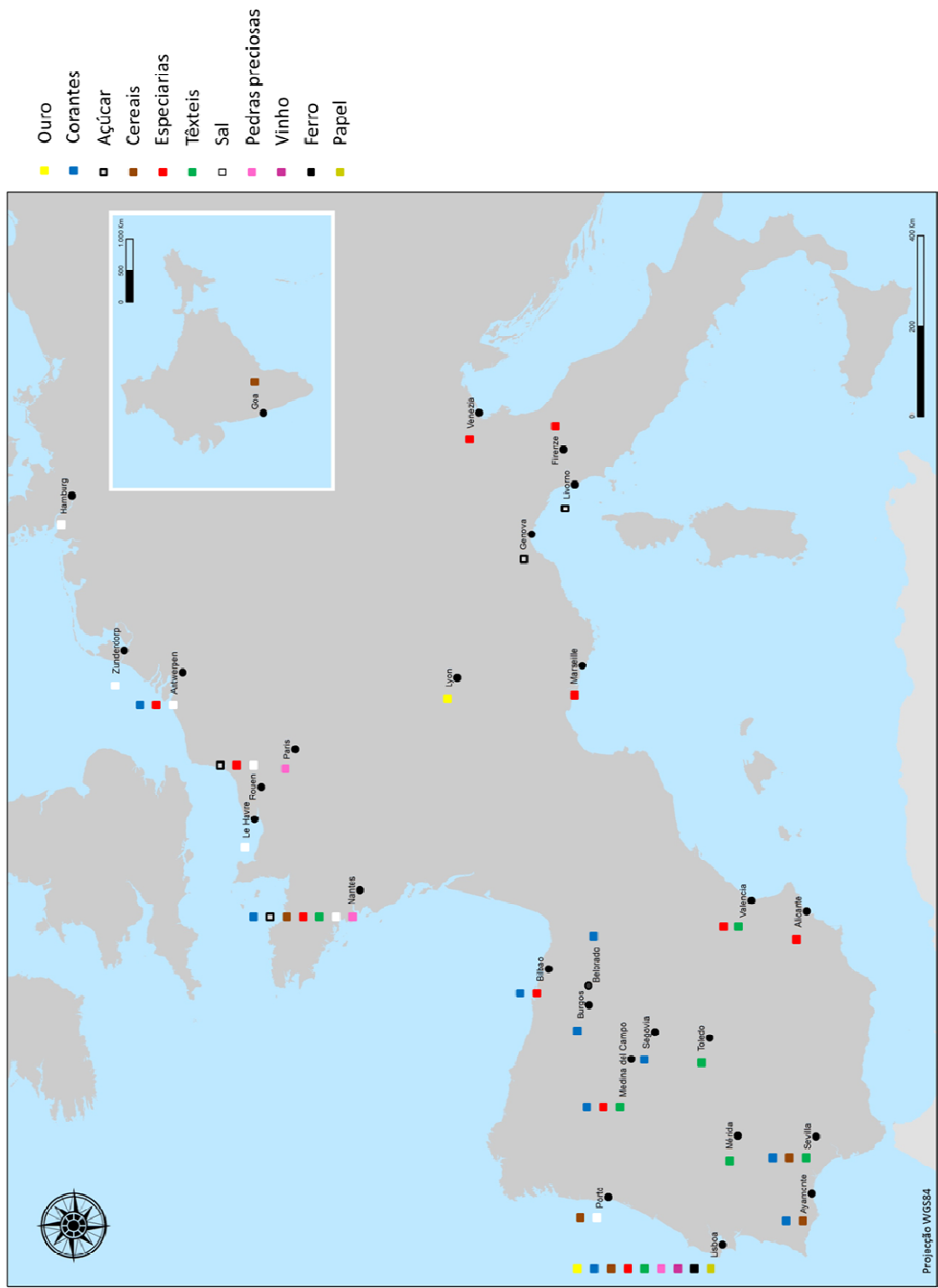
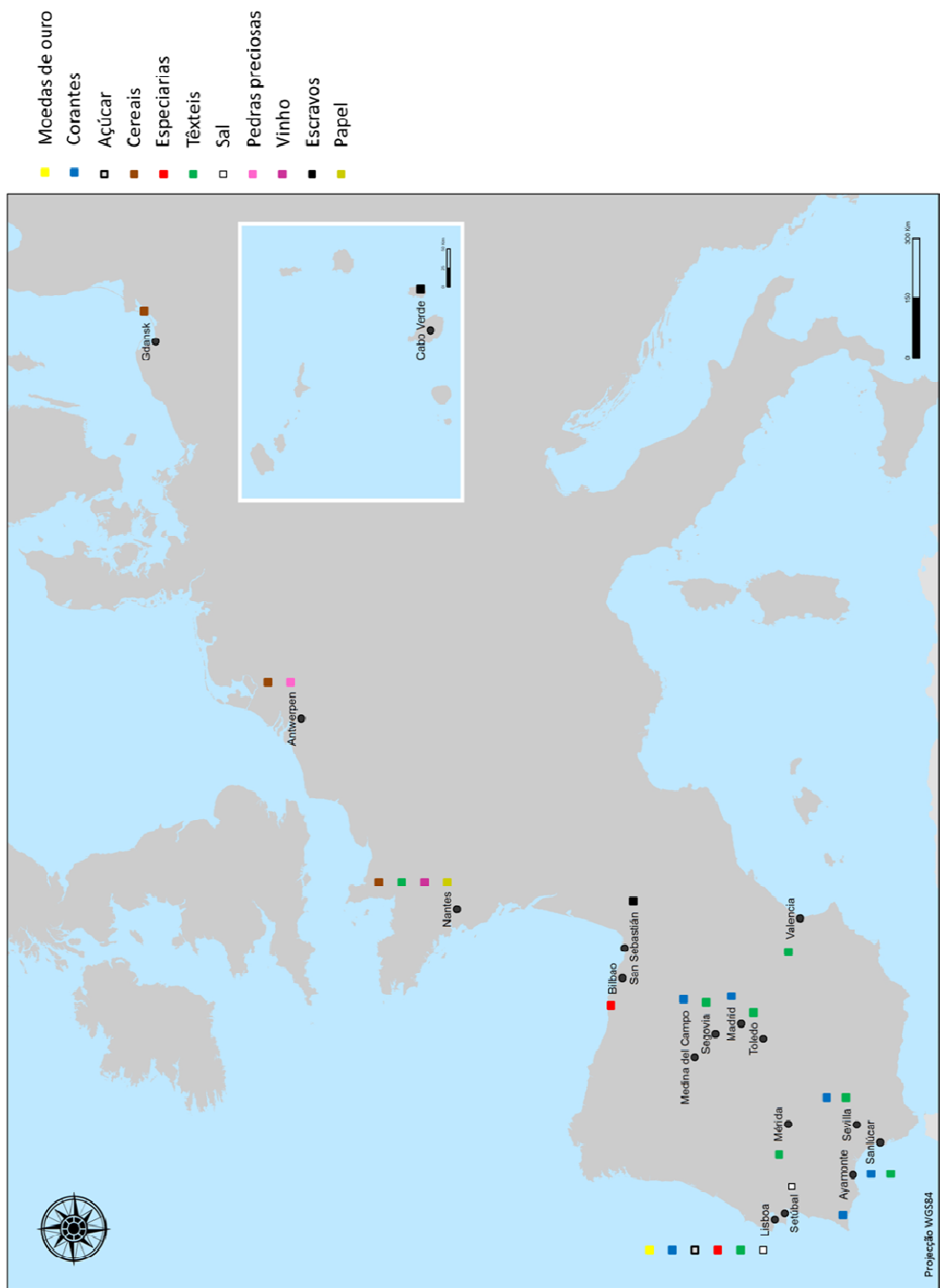


Figura 62 – Lugares de venda de mercadorias, entre 1558 e 1577.



a) Circuitos europeus

Os circuitos dos têxteis, nos quais a companhia de Simón Ruiz participava, eram alimentados, quer pela venda de tecidos fabricados, nomeadamente os produzidos em França e Espanha, quer pela distribuição de produtos corantes, nomeadamente os ultramarinos.

As praças que encontramos mais ligadas a este tipo de negócios são Lisboa, Nantes, Mérida, Sanlúcar, Segóvia, Sevilha, Toledo, Valência, e Medina del Campo.

Na análise de Lisboa e Nantes, descrevemos já, com relativo pormenor, a participação destas praças nos circuitos dos têxteis. A geografia deste negócio ultrapassa, no entanto, o eixo formado por estas duas praças, pelo que importa analisar a continuação das rotas e os restantes mercados envolvidos.

Uma das praças mais relevantes é Mérida, para onde a companhia constantemente remete panos, muitas vezes a pedido dos mercadores portugueses. Em Fevereiro de 1565, é ainda um castelhano, Juan de Medina, que se encontrava responsável pela venda de mercadorias e de panos³⁰⁸, mas uma década depois, são já os Gomes d'Elvas os envolvidos neste negócio. Em Outubro de 1575, Luís Gomes avisa Simón Ruiz de que enviará uma caixa de anil que deverá ser trocada por panos, a enviar para Mérida³⁰⁹. Mais tarde, em Dezembro, Hernando de Morales responsabiliza-se por enviar para Mérida “2 ou 3 fardeis de laves” que recebera de Simón Ruiz, vindos de França³¹⁰. Em Janeiro de 1577, é a vez de doze peças de grãs de Segorbe³¹¹, que, já no final desse ano, se ordena que sejam enviadas para Mérida, assim que chegassem a Medina del Campo³¹². O que aqui vemos explanado é o funcionamento, em paralelo, de duas rotas: uma marítima, envolvendo os portos de Nantes, Bilbao e Lisboa, e uma terrestre, que utiliza as praças da Estremadura espanhola.

Trata-se, de um circuito no qual todos os lugares se relacionam. Em Dezembro de 1574, Hernando de Morales, na altura em Elvas, inquire Simón Ruiz acerca da disponibilidade de panos crus em França para venda em Sanlúcar e Sevilha³¹³.

³⁰⁸ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 3, n°276 (carta de 15 de Fevereiro de 1565).

³⁰⁹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, n°28 (carta de 25 de Outubro de 1575).

³¹⁰ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, n°78 (carta de 21 de Dezembro de 1575).

³¹¹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, n°67 (carta de 29 de Janeiro de 1577).

³¹² In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, n°52 (carta de 14 de Novembro de 1577).

³¹³ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 23, n°306 (carta de 3 de Dezembro de 1574).

Relativamente aos panos produzidos em Espanha ressalta os provenientes de Segóvia. Em 1575, António Gomes pede a Simón Ruiz que avise Lope de Arziniega que, dos panos que encomendara de Segóvia, “*venha uma peca de vintedozeno pardo muito bom e escuro e seis pecas de sergillas das anchas que sao pardas e brancas e o pardo seja escuro e isto em vez dos vintenos e vintedozenos que tinha pedido*”³¹⁴.

Entre os tecidos mais referidos estão também as “grãs” de Segorbe. Uma carta de Março de 1577, informa que em Toledo, as “grãs” em segunda mão eram vendidas a 25 mil maravedis, e as que mais se vendiam em Lisboa eram as de Segorbe “*que são compradas em valencia de contado muito baratas*”³¹⁵. Nesse mesmo ano, também em Valência e Toledo se vendiam muito baratos os “razos”³¹⁶, sendo vendidos “*os coloridos e os negros a 16 reales de contado*”³¹⁷.

A companhia de Simón Ruiz ocupava-se, não apenas dos tecidos fabricados, mas também dos corantes. Com efeito, as “grãs”, sob a forma de corante, eram também transacionadas, como o comprova uma encomenda de Luís Gomes a Simón Ruiz, em Setembro de 1576, de “*5 peças de granas em pó da melhor qualidade a bom preço*”³¹⁸. O anil, em especial, é frequentemente mencionado na documentação, nomeadamente em ligação às praças de Lisboa, Belorado, Bilbao, Burgos, Medina, Segóvia, Sevilha, Madrid, Sanlúcar, Nantes e Antuérpia. Como já vimos, no capítulo das biografias, uma das fortes ligações mercantis de Simón Ruiz com a família dos Gomes d’Elvas é o recorrente envio de barris de anil para Medina del Campo, de que é responsável Luís Gomes. A correspondência atesta porém, quer a sua proveniência, quer a continuação destes circuitos. Uma carta de Março de 1575 informa-nos, por exemplo, que o anil recebido por Simón Ruiz em Medina del Campo seria depois enviado para Belorado³¹⁹. Dois meses depois, há a informação de que “*de frança da flandres e de burgos pedem anil*”³²⁰, e em Julho são enviados e vendidos três barris em Segóvia³²¹. Em Setembro de

³¹⁴ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº30 (carta de 3 de Novembro de 1575).

³¹⁵ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº38 (carta de 1 de Março de 1577).

³¹⁶ Tecidos de seda lustroso e fino (costa, glossário, 156).

³¹⁷ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº51 (carta de 18 de Outubro de 1577).

³¹⁸ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº50 (carta de 31 de Outubro de 1576).

³¹⁹ Ver, a título de exemplo, A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº16 (carta de 24 de Março de 1575).

³²⁰ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº42 (carta de 11 de Maio de 1575).

³²¹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº25 (carta de 13 de Julho de 1575).

1576 chega um carregamento de anil à Biscaia, que serviu para abastecer Sanlúcar, Sevilha, Madrid e Medina del Campo³²².

Ainda no mercado das plantas tintureiras, é de referir a venda de pastel, cuja necessidade, que se fazia sentir em Janeiro de 1573, em Medina e em Segóvia³²³, foi suprimida pelo envio de nove cargas da responsabilidade de que António Gomes³²⁴. Em 1577, é a vez do pau-Brasil, encomendado por Simón Ruiz a Diego de Vitoria, da Biscaia³²⁵.

A forte ligação que Felipe Ruiz Martin identificou entre Simón Ruiz e os ganaderos castelhanos (RUIZ MARTIN 1990), baseada nos créditos concedidos para a venda da lã, não encontra comprovativo na correspondência. Parece-nos que este não era um negócio que incluísse os mercadores portugueses, daí o seu silêncio. Neste caso é uma letra de câmbio que permite um vislumbre sobre o assunto, através de uma letra de 1585, tomada em Rouen, para a feira de Fevereiro de Medina del Campo, como pagamento de lã de Granada que Francisco de Fontaneda e Juan Pasqual haviam comprado a Simón Ruiz³²⁶. A companhia de Simón Ruiz ocupava-se ainda da compra de tapeçarias de Bruxelas³²⁷, e de fio de ouro de Milão³²⁸.

À semelhança do que vimos para os mercados dos têxteis, também grande parte das dinâmicas do comércio do sal se encontram explanadas nas biografias de Lisboa, a principal praça de venda, e de Nantes, principal praça de consumo. Porém, da mesma forma, outros lugares participam desta geografia, nomeadamente os lugares nos quais o sal é produzido, Setúbal, Alcochete, Aveiro e Cádiz.

Relativamente a Setúbal, das nove ocorrências relacionadas com este porto, oito são relativas a envios de sal para os portos franceses, de Rouen e Nantes. Este tipo de comércio revela algumas especificidades: a documentação refere, quer o frete de navios por parte dos mercadores portugueses, nomeadamente João Rodrigues Bueno e António Gomes, para o envio de sal a partir de Lisboa; quer a vinda de embarcações, em especial, de urcas da Bretanha e da Alemanha, para abastecer directamente em Setúbal.

³²² In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº6 (carta de 8 de Setembro de 1576).

³²³ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 20, nº216 (carta de 6 de Janeiro de 1573).

³²⁴ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 20, nº217 (carta de 18 de Janeiro de 1573).

³²⁵ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº43 (carta de 29 de Julho de 1577).

³²⁶ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 3, 1585, nº 152. Letra de câmbio de 6 de Dezembro de 1585.

³²⁷ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 2, 1582, nº 315. Letra de câmbio de 2 de Janeiro de 1582.

³²⁸ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº54 (carta de 22 de Dezembro de 1577) e nº66 (carta de 25 de Janeiro de 1577).

Outra questão bastante presente relaciona-se com o facto de, por vezes, não ser fácil fretar embarcações para transportar sal. Em 24 de Dezembro de 1574, António Gomes queixa-se a Simón Ruiz que as naus que chegavam a Lisboa por fretar, só aceitavam fretes para mercadorias mais valiosas³²⁹. A instabilidade da produção de produto também afectava seriamente o seu preço. No início de 1575 é referido que, em Setúbal, se encontrava muito pouco sal, mas muitas naus a carregar. Este desfasamento levou a que em Setúbal o sal valesse a 2400 grossos, enquanto em Lisboa valia apenas a 2000. Em consequência, os barcos optaram por carregar o sal de Alcochete, “*a 3 leguas de Lisboa*”³³⁰.

Em Setembro, Hernando de Morales encomenda a João Rodrigues Bueno uma compra de 5 a 6 mil moios de sal, que resultou no frete de seis urcas, indo três para Nantes e as outras três para Rouen. O mercador lamenta não ter conseguido encontrar navios franceses que seriam mais rentáveis por serem mais pequenos, e lamenta também a subida do preço do sal, que valia já a 1800 *reales*³³¹.

Considerando a importância de Setúbal no contexto deste negócio, compreende-se que uma das letras de câmbio analisadas tenha sido aqui tomada. Trata-se de uma letra emitida por Manuel de Pinto para a feira de Dezembro, de Medina del Campo, sobre Cosme Ruiz³³². Se retomarmos os circuitos de crédito que Felipe Ruiz Martin estabeleceu entre os *ganaderos* de Castela e a companhia de Simón Ruiz (que lhes adiantava o dinheiro da venda da lã mediante a compra de uma letra de câmbio), poderemos estar perante um sistema semelhante, aplicado neste caso aos vendedores de sal.

As cartas de João Rodriguez Bueno parecem indicar que este mercador português estaria particularmente ligado ao negócio do sal, incluindo o produzido em Aveiro. Numa missiva dirigida a Hernando de Morales, avisa-o de que se este quiser mandar comprar sal a Aveiro “*que envie navios que tragam 40 dias de demora*”. Explica que o sal tem de ser medido duas vezes “*porque 1 mês depois de aviado é tudo água e mede-se nas salinas*”, pelo que, na opinião dele, “*no negócio do sal o melhor e comprar e carregar logo*”. Continua dizendo que o melhor é também “*comprar sal*

³²⁹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 23, nº292 (carta de 24 de Dezembro de 1574).

³³⁰ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº48 (carta de 30 de Janeiro de 1575); e nº 10 (carta de 2 de Fevereiro de 1575).

³³¹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº59 (carta de 6 de Setembro de 1575).

³³² In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 11, 1605, nº 107. Letra de câmbio de 14 de Dezembro de 1605.

feito há um mês pelo menos e deve-se carregar das mesmas salinas". Na verdade, João Rodrigues Bueno faz por mostrar as suas qualidades de negociante, demonstrando que não servia qualquer um e que "*para se negociar no sal tem de ser pessoa muito pratica*". Por último, alerta que nos finais de Setembro chegariam muitos navios para carregar sal, e que seria bom carregar em navios que viessem fretados de Rouen e Nantes³³³. Para a aquisição do sal, o mercador tencionava valer-se de dinheiro dos Bonvisi, pedindo a Hernando de Morales que os avisasse para aceitarem as suas letras³³⁴. Os circuitos de crédito envolvendo Aveiro, que, por este contexto, nos parecessem ser alimentados pelo negócio do sal, explicam, à semelhança do que vimos para Setúbal, a sua presença nas letras de câmbio. Trata-se de letras de câmbio tomadas em Lyon, Porto e Lisboa, sobre Medina del Campo, a serem pagas nas feiras a indivíduos de Aveiro³³⁵.

Por último, se em território português eram os mercadores lisboetas os encarregados dos fretamentos e da compra do sal, em Cádiz, os carregamentos eram feitos pelos representantes de Simón Ruiz em Sevilha, nomeadamente Garcia de Xerez³³⁶, responsável pelo frete e carregamento de três naus com sal de Cádiz para Rouen³³⁷.

O circuito dos cereais, no qual a companhia de Simón Ruiz assume um importante papel, é o que parte do norte e centro da Europa em direcção a Portugal, consoante os períodos de maior ou menor escassez. Este é, realmente, um mercado de consumo por excelência, dado que, nas palavras dos mercadores de Lisboa, "*portugal gasta muito trigo*"³³⁸. A análise de Lisboa apontou alguns dados relativos ao calendário destas necessidades, e identificou como principais centros de abastecimento, a Bretanha, a Flandres, a Alemanha, e até mesmo, a Inglaterra e a Espanha³³⁹.

A frequência das suas referências na correspondência permitem intuir a grande apetência dos mercadores portugueses por este tipo de negócio. Na verdade, tal como vimos, o alto valor do trigo nos mercados, tornava-o uma moeda de troca nos envios de

³³³ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº57 (carta de 24 de Agosto de 1575).

³³⁴ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº57 (carta de 24 de Agosto de 1575).

³³⁵ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 2, 1582, nº 367 (letra de câmbio de 4 de Maio de 1582); e caixa 3, 1585, nº 328 e nº 542 (letras de câmbio de 18 de Setembro e 30 de Agosto de 1585).

³³⁶ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº73 (carta de 13 de Outubro de 1575).

³³⁷ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº77 (carta de 22 de Novembro de 1575).

³³⁸ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 12, nº239 (carta de 30 de Agosto de 1570).

³³⁹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 6, nº99 (carta de 29 de Setembro de 1567) e caixa 39, nº48 (carta de 22 de Setembro de 1577).

pimenta para França³⁴⁰. À semelhança do que acontece no comércio do sal, também no do trigo, os mercadores lisboetas se queixam da concorrência dos navios bretões³⁴¹. A chegada a Lisboa de navios de trigo vindos da Bretanha provocava a baixa de preços, entrando em concorrência com as cargas de Simón Ruiz, vendidas pelos seus representantes.

A geografia deste mercado contempla ainda outros lugares. No mercado português de consumo encontramos, a Norte, o Porto, para onde se remetem cargas de trigo e centeio³⁴². Os espaços ultramarinos constituíam também importantes mercados de exportação, dado que em 1571 foi considerado ser bom negócio enviar trigo para Goa³⁴³. Quanto aos mercadores abastecedores, a sua geografia estende-se até ao Báltico, com Dantzig, cujos mercadores tinham o privilégio exclusivo de comprar trigo e outras mercadorias da Polónia (BRAUDEL 1979a, 216). Em Outubro de 1576, Tomás Ximenes sugere a Simón Ruiz e a António Gomes uma parceria na compra de trigo proveniente deste porto. Esta parceria constitui, no entanto, um negócio de ocasião, dado que se tratava de um grupo de navios que estavam já carregados, não sendo necessário pagar despesas de frete ou de embarque³⁴⁴.

b) Circuitos ultramarinos

Muitas das cartas dos mercadores de Lisboa a Simón Ruiz iniciam-se com a notícia da chegada das naus da Índia, do seu avistamento nas “ilhas” ou, nos piores cenários, dos seus atrasos. É o caso de uma carta de Abril de 1575, na qual Manuel Gomes informa Simón Ruiz ter recebido finalmente notícia de que já estariam nos Açores, “*quatro naus da india, duas das de viagem, uma feita na india e outra feita em malaca que vem de a simda carregada de pimenta*”³⁴⁵.

³⁴⁰ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº46 (carta de 14 de Outubro de 1576).

³⁴¹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 8, nº87 (carta de 16 de Abril de 1568).

³⁴² In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº13 (carta de 3 de Março de 1575); e nº 15 (carta de 18 de Março de 1575).

³⁴³ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 15, nº27 (carta de 16 de Abril de 1571).

³⁴⁴ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº49 (carta de 24 de Outubro de 1576).

³⁴⁵ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº38 (carta de 13 de Abril de 1575).

Logo de seguida, e se as notícias forem boas, procede-se à indicação dos preços de venda da pimenta, canela, cravo, e até mesmo do gengibre que “*é uma droga nova que vem de sao tome*”³⁴⁶.

A participação no negócio da pimenta estava, no entanto, condicionada pela concessão do seu comércio a determinados grupos mercantis, aos quais os agentes de Simón Ruiz, em Lisboa, anseiam pertencer.

Com efeito, em Novembro de 1574, António Gomes comenta a abundância de pimenta que chegara a Lisboa, mas que já vinha toda contratada, não sendo possível realizar negócio. Na verdade, os condicionalismos do comércio das especiarias parecem limitar grandemente as acções do mercador português. Na mesma carta, refere que o cravo e a canela só se podiam vender de contado, explicando, assim, ter falhado redondamente na compra de especiarias para a feira de Maio de Medina³⁴⁷.

Outro dos condicionalismos deste negócio era consequência do seu elevado valor, dado que o alto risco envolvido no transporte de especiarias fazia disparar o valor dos seguros. Esta circunstância era particularmente grave em contextos bélicos, como acontece em 1570. Neste ano, António Gomes aponta o avanço das guerras com os turcos com o falhanço do seu negócio de envio de especiarias para França³⁴⁸. Em Maio de 1571, o mercador pede novamente a Simón Ruiz que indague Andrés Ruiz sobre a necessidade de especiarias e açúcar em Nantes³⁴⁹, mas cinco dias depois a empresa falha novamente por não se conseguir encontrar frete para o seu transporte³⁵⁰.

Ainda assim, a França era um bom mercado para a pimenta, que aqui tinha elevado valor³⁵¹. Na verdade, quer a pimenta quer o açafrão eram bastante procurados por marseheses, que faziam, assim, subir os preços em Lisboa. Estes são, pelo menos, os argumentos apresentados por António Gomes a Simón Ruiz, que teria, segundo o português, uma má opinião sobre a pimenta³⁵².

Em 1575, os Elvas conseguem uma participação no comércio das especiarias. Utilizando as urcas de sal, António Fernandes de Elvas envia uma carga de pimenta, que

³⁴⁶ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº47 (carta de 14 de Janeiro de 1575).

³⁴⁷ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 23, nº289 (carta de 25 de Novembro de 1574).

³⁴⁸ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 12, nº238 (carta de 1 de Agosto de 1570).

³⁴⁹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 15, nº28 (carta de 11 de Maio de 1571).

³⁵⁰ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 15, nº29 (carta de 16 de Maio de 1571).

³⁵¹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº40 (carta de 1 de Setembro de 1576).

³⁵² In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº75 (carta de 28 de Março de 1577).

“vai em nome de um alemão”. Este alemão é Hans Pelque, que, sediado na Flandres, remete os seus pagamentos para as feiras de Medina³⁵³.

O outro grande mercado consumidor é a praça de Antuérpia, para onde, em Abril de 1577, Manuel Gomes envia pimenta distribuída em seis naus, por conta de Simón Ruiz³⁵⁴. Mais uma vez, os cenários de conflito não auxiliam os negócios dos mercadores, que, nesse mesmo ano, consideram a possibilidade de uma expedição de gengibre “*entendendo que ha quietacao na flandres como deve haver*”³⁵⁵. Em Novembro, António Gomes queixa-se ainda a Simón Ruiz que o cravo valia a 58 mil reis de contado, “*e quando na flandres as coisas estavam melhores valia a 47 mil*”³⁵⁶.

Este tipo de mercadoria era rentabilizado ao máximo, pelo que a companhia assegurava-se que a mantinha em circulação até a conseguir vender na totalidade. Acontece com uma carga de gengibre que, não tendo sido completamente vendida em Bilbau, é de imediato sugerida a sua expedição para Antuérpia³⁵⁷.

Relativamente à Itália, mesmo considerando um episódio de um envio de pimenta para Veneza³⁵⁸, as especiarias de Lisboa encontravam ainda a forte concorrência da rota do Levante. Com efeito, em Fevereiro de 1577, Simón Ruiz tinha sido informado, via Burgos, que a pimenta tinha baixado de preço em Florença devido a um carregamento que se esperava via Alexandria. Perante isto, António Gomes considerou que Simón Ruiz fizera bem em não enviar para Itália³⁵⁹.

Nas cargas vindas da Índia, chegam também os tecidos de seda, as pedras preciosas e o anil. No Verão de 1577, as naus trazem uma encomenda de Simón Ruiz, de uma carga de calicós³⁶⁰, rubis e diamantes miúdos. O destino final de toda a mercadoria é a Flandres, “*que governa o mercado dos diamantes*”. António Gomes receia obter pouco lucro com o negócio, pois, para além do elevado preço dos diamantes na Índia, “*antes os diamantes miudos tinham mais proveito mas agora sao os grandes*

³⁵³ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº29 (carta de 30 de Outubro de 1575).

³⁵⁴ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº77 (carta de 23 de Abril de 1577).

³⁵⁵ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº43 (carta de 29 de Julho de 1577).

³⁵⁶ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº52 (carta de 14 de Novembro de 1577).

³⁵⁷ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº43 (carta de 29 de Julho de 1577).

³⁵⁸ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº34 (carta de 31 de Janeiro de 1577); nº35 (carta de 1 de Fevereiro de 1577); e nº78 (adenda à carta de 6 de Junho de 1577).

³⁵⁹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº37 (carta de 18 de Fevereiro de 1577).

³⁶⁰ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº46 (carta de 4 de Setembro de 1577).

que tem mais saída na flandres”³⁶¹. Do mercado das pedras preciosas faz ainda parte a França, nomeadamente Paris e Nantes, para onde Manuel Gomes envia âmbar negro³⁶².

Relativamente à proveniência do anil refere-se que o que chegava a Lisboa tinha duas origens: a Índia e a Berberia³⁶³. Do anil americano, uma carta de António Gomes refere, a propósito de uma venda de Luís Gomes e Tomás Ximenes, que “*nao ha anil do bom de nenhuma maneira e o do peru nao e de boa qualidade*”³⁶⁴.

Dos espaços ultramarinos chegava também o açúcar, nomeadamente o produzido em São Tomé, e que a companhia envia, não só para Nantes³⁶⁵, mas também para Itália. Acontece em 1577, altura em que é feito, em Lisboa, um seguro de 300 mil reis de uma carga de açúcar para Livorno e Génova³⁶⁶. Igualmente, em 1579, uma letra tomada em Lisboa, por Angelo Lion, sobre Madrid, tem como beneficiário João Rodriguez Bueno, pela venda de açúcar de São Tomé. Desta vez, a dívida é de um veneziano, Jacomo Placido³⁶⁷.

Por último, dos espaços ultramarinos são trazidos os escravos. Sobre este assunto, também as letras de câmbio nos fornecem informação. Uma letra de câmbio de 1582 refere a ilha de Santiago, Cabo Verde, a propósito de um negócio de escravos entre Diogo Furtado e Diogo Rodrigues de Lisboa³⁶⁸. Em 1606, uma letra de câmbio é tomada em Valladolid, como forma de pagamento de um escravo comprado no porto de San Sebastián³⁶⁹.

³⁶¹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº43 (carta de 29 de Julho de 1577).

³⁶² In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº65 (carta de 19 de Janeiro de 1577).

³⁶³ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 20, nº215 (carta de 29 de Dezembro de 1573).

³⁶⁴ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº40 (carta de 1 de Setembro de 1576).

³⁶⁵ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº70 (carta de 18 de Fevereiro de 1577).

³⁶⁶ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº66 (carta de 25 de Janeiro de 1577).

³⁶⁷ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 2, 1579, nº 66. Letra de câmbio de 24 de Fevereiro de 1579.

³⁶⁸ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 2, 1582, nº 434. Letra de câmbio de 7 de Dezembro de 1582.

³⁶⁹ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 12, 1606, nº 21. Letra de câmbio de 17 de Fevereiro de 1606.

c) Circuito peninsular: escalas e estrutura aduaneira

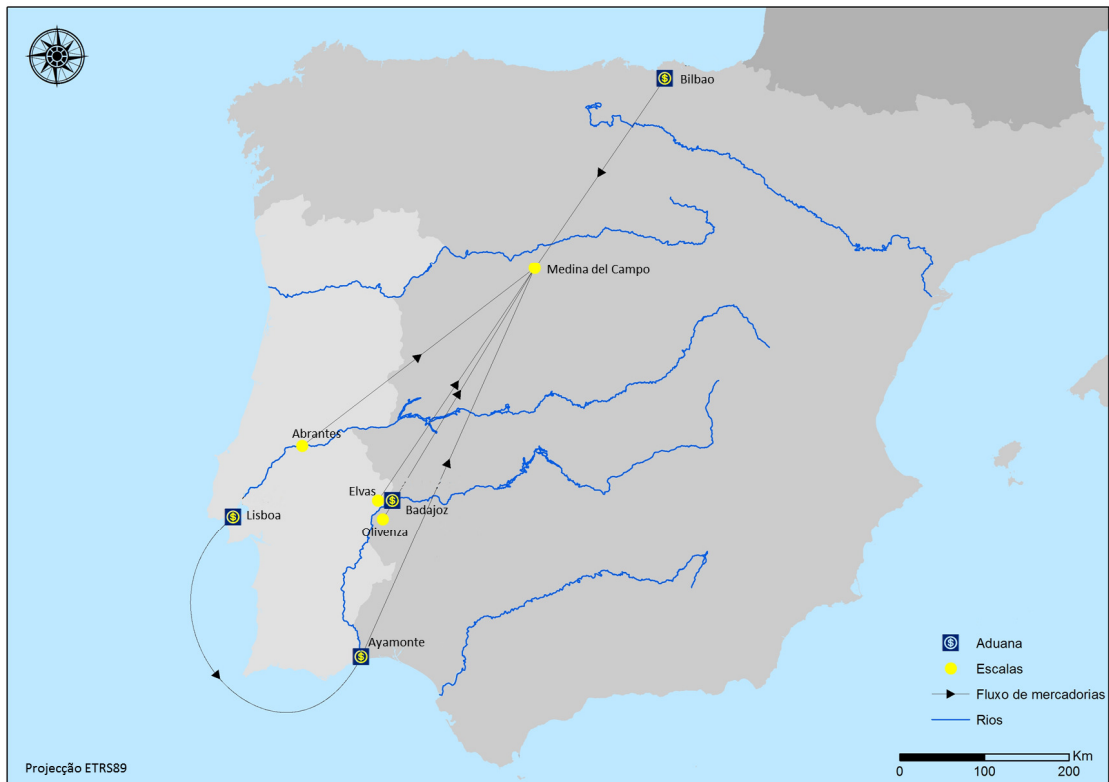


Figura 63 – Escalas e aduanas no interior Peninsular.

Os circuitos de mercadorias não são compostos apenas pelas praças de origem ou destino dos produtos, mas também pelos lugares intermediários, como as escalas e as alfândegas. Estes lugares constituem estruturas de apoio aos fluxos mercantis, muitos deles estrategicamente localizados entre o pólo produtor e o pólo consumidor.

Ao analisarmos as funções atribuídas aos lugares na base de dados, verificamos que alguns deles haviam sido categorizados como “escala”, “entrepasto”, ou “aduana”. Verificamos também que a maioria era relativa à circulação de mercadorias pelo interior da Península Ibérica, e, em especial, a circulação promovida em torno de um determinado centro mercantil: Medina del Campo. Percebemos, então, que se tratava de uma geografia de apoio aos circuitos europeus, permitindo, assim, a sua continuação no interior da Península Ibérica. Diante esta realidade, reunimos os lugares que, na documentação analisada, apresentavam funções dentro deste quadro, e elaboramos um mapa das escalas e das aduanas inseridas nos roteiros peninsulares (ver Figura 63).

Um dos temas que surge frequentemente nas cartas dos mercadores portugueses prende-se com o envio das contas referentes ao pagamento dos direitos de Ayamonte, em especial sobre as cargas de plantas tintureiras enviadas a Simón Ruiz³⁷⁰. Algumas destas referências elucidam acerca dos sistemas utilizados pelos mercadores para contornar o sistema alfandegário. Em Julho de 1577, um arrendador bloqueou a entrada de uma carga de pau-brasil de Luís Gomes. António Gomes, o seu pai, pede a intervenção de Simón Ruiz, sugerindo-lhe que “*sera bom dar a entender que e de portugues pois sera mais favorecido*”³⁷¹. Em Outubro, o mercador português volta a pedir a intervenção de Simón Ruiz pois era “*necessario enviar um par de cargas particulares sem pagar direitos*”³⁷².

O anil que chegava por Ayamonte era redistribuído pelas feiras e mercados, não sendo todo absorvido por Medina del Campo, pelo que, em Maio de 1575, a troca de uma carga de anil por panos realiza-se em Zafra³⁷³, não chegando a cumprir o seu circuito até Castela.

Outro dos espaços de controlo alfandegário era Badajoz. Em Dezembro de 1574, Hernando de Morales pede a Simón Ruiz que lhe tome letras de câmbio no valor de 600 ducados, por dívidas que o mercador tinha de direitos de mercadorias em Badajoz³⁷⁴. Era para este porto seco que os mercadores portugueses enviavam os panos, para pagamento da aduana, e só depois os faziam circular. Da rede de portos secos existente ao longo da fronteira portuguesa com Castela, um dos centros nevrálgicos era Badajoz, que em articulação com Elvas e Olivença, captava a produção têxtil da baixa Andaluzia e da Estremadura (MORENO 1993). Uma carta de Novembro de 1577 testemunha essa articulação, descrevendo como uma carga de *grãs* deveria ir de Mérida ao “*porto*” para pagamento da aduana e depois enviada para Olivença³⁷⁵. Desde 30 de Janeiro de 1559 que a coroa regulamentara as alfândegas fronteiriças, numa decisão oficialmente justificada pelas grandes necessidades da fazenda real. É então ordenado que se pague

³⁷⁰ Ver, a título de exemplo, A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº24 (carta de 13 de Junho de 1575).

³⁷¹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº44 (carta de 24 de Julho de 1577).

³⁷² In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº 29 (carta de 30 de Outubro de 1575).

³⁷³ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº 13 (carta de 3 de Março de 1575); e caixa 39, nº42 (carta de 17 de Maio de 1575).

³⁷⁴ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 23, nº306 (carta de 3 de Dezembro de 1574).

³⁷⁵ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº19 (carta de 4 de Novembro de 1577).

"el diezmo del valor" de todas as mercadorias passadas na fronteira (PEREIRA 1983, 15).

O papel de entreposto que Badajoz assumia na rota dos têxteis, permitia-lhe igualmente ser palco de troca de mercadorias. Acontece em Junho de 1576, quando António Gomes troca barris de anil por dois fardos de *lavales* de Simón Ruiz³⁷⁶. Em Outubro, o processo repete-se, mas desta vez o anil dos Gomes é trocado por panos de Mérida. A carta que descreve este episódio deixa revelar que também aqui os mercadores portugueses exerciam os seus esquemas de fuga ao controlo alfandegário. Luís Gomes de Elvas alerta Simón Ruiz para que, se os panos não chegassem a Elvas até ao Natal, não haveria garantias de passagem, pois nessa altura chegariam os novos arrendadores do porto³⁷⁷.

Os panos e os corantes também chegavam a Lisboa por via marítima, pelo que os mercadores portugueses estavam igualmente sujeitos ao pagamento das licenças na alfândega de Lisboa. Mesmo na capital do reino a companhia escapa à fiscalidade central. Entre Novembro de 1573 e Abril de 1574, uma série de cartas trocadas com Medina reportam o processo de envio de 300 ducados para Lisboa para suborno dos aduaneiros³⁷⁸.

O anil expedido a partir de Lisboa seguia duas vias: pelo interior, desde o Tejo até Santarém ou Abrantes, ou pelo mar, por caravelas até Ayamonte (GODINHO 1983a, 181). No mapa fizemos representar Abrantes, pois, em 1574, Fernão Lopez da Covilhã considera ser este o melhor roteiro de transporte até Castela³⁷⁹.

Pelo interior circula também a correspondência, e a trocada entre Lisboa e Medina utilizava a via de Elvas ou Olivença. A acompanhar estas cartas referem-se, muitas vezes, o envio de "*bisalhos*"³⁸⁰. Com efeito, os correios transportavam também mercadorias preciosas, incluindo dinheiro, dentro de caixas seladas com selos diferentes. Foi prática corrente entre a Espanha e a Flandres, mesmo sem autorização do rei francês (VÁZQUEZ DE PRADA).

³⁷⁶ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº33 (carta de 19 de Junho de 1576).

³⁷⁷ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº7 (carta de 29 de Outubro de 1576).

³⁷⁸ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 20, nº227 (carta de 14 de Novembro de 1573), nº223 (carta de 19 de Novembro de 1573); caixa 23, nº 273 (carta de 16 de Fevereiro de 1574), nº275 (carta de 15 de Abril de 1574), e nº 302 (carta de 18 de Abril de 1574).

³⁷⁹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 23, nº288 (carta de 4 de Novembro de 1574).

³⁸⁰ Ver, a título de exemplo, A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº66 (carta de 20 de Novembro de 1575).

3.2. Portos

Um dos campos da História que mais tem contribuído para o desenvolvimento de conceitos como o de complementaridade, hierarquias, sistemas, redes, e considerado o factor espaço na sua análise, é o da história portuária. Actualmente, mesmo que o objecto de análise se centre num determinado porto, ou comunidade marítima, o rigor da análise, obriga a que as suas dinâmicas, económicas e sociais, sejam integradas num contexto mais vasto, regional, inter-regional, e/ou global. Neste sentido, muito contribuíram os trabalhos de Frédéric Mauro (MAURO 1997), de Gordon Jackson (JACKSON 2001), e, numa visão que privilegia a importância do local e dos pequenos portos, as perspectivas de análise de Amélia Polónia (POLÓNIA 2007a, 2007b). Nas palavras da historiadora: “The importance of the role played by European seaports in the early modern period, that is, from the sixteenth through the eighteenth century, seems, in fact, undeniable. They were essential for structuring economic spaces. Their functioning was critical to the efficiency of shipping. The definition of networks of trade and maritime routes, the increasing tonnage of seagoing vessels, the definition of a world economy all worked to increase the importance and prominence of maritime activity and the importance of seaports” (POLÓNIA 2011, 379). A mesma autora salienta o carácter evolutivo das hierarquias e das complementaridades portuárias: “Unequivocal hierarchies, though, do not exist: the parameters on which we base our definition determine the relative position of a port in relation to the others [...] Moreover, the relative rank of a port may shift over time depending upon geo-economic, political or even logistical changes (POLÓNIA 2008, 117).

Paralelamente, também as investigações sobre o império espanhol ultramarino, identificam o espaço atlântico como um sistema de redes, cujos pontos nodais são os portos. Nesta perspectiva, as cidades portuárias representam, por excelência, os pontos de ligação responsáveis pela integração de uma “economia espacial” de base marítima (CRESPO SOLANA 2012).

Figura 64 - Os espaços da navegação: portos, corso e origem das frotas



Na Figura 64 foi representado um portulano³⁸¹ onde se assinalaram todos os portos referidos na documentação em três contextos diferentes: circulação de mercadorias, zonas de actividade corsária e origem das embarcações fretadas³⁸².

Na observação do portulano é incontestável a forte presença dos portos que articulam os dois grandes espaços de circulação na Época Moderna: o Atlântico norte e o Mediterrâneo. No complemento destes circuitos estão ainda alguns dos portos do Báltico.

Começando pelo Atlântico, no litoral português são utilizados os portos em torno de Lisboa, como Setúbal, Belém e Cascais, e em direcção ao norte, Aveiro e o Porto. Do sistema portuário de Lisboa³⁸³, fazem parte os portos de Cascais e Belém. Em Outubro de 1575, António Gomes dá notícia da chegada de um navio de lençaria de Nantes a “*cascais a duas léguas de lisboa*”. Para além da necessidade de informar Simón Ruiz acerca da localização do porto de Cascais, o mercador explica ainda que tem de aguardar “*que o navio va a belem a franquia para lhe sacar os labales e papel*” e que Hernando de Morales lhe “*de recado para descarregar o resto*”³⁸⁴. Mas de Cascais e Belém também partem as naus da pimenta, como acontece em Setembro de 1576, altura em que António Gomes trata de uma carga de pimenta para Alicante, Nantes, Rouen e Bilbao.

A norte, o Porto é mais polivalente. Em 1575, recebe um carregamento de sal, trigo, e centeio³⁸⁵, e no ano seguinte é daqui que parte uma carga de pau-brasil em direcção à Biscaia³⁸⁶. Em Junho de 1577, é o mestre da nau “Nossa Senhora do Rosário”, Cosme Gomes do Porto, que é fretado para levar uma carga da companhia, de Lisboa ao Brasil³⁸⁷. De resto, grande parte das referências ao Porto são feitas nas letras de câmbio, que revelam a acção de mercadores portuenses, em especial de Simão Vaz, e da sua relação com Simón Ruiz, quer sob a forma da relação dador-beneficiário, quer da relação tomador-pagador. Estas são bastante frequentes nas letras tomadas em

³⁸¹ Excerto do Portulano de Joan Rizo Oliva, [1555] (*Yale University. General Collection, Beinecke Rare Book and Manuscript Library*).

³⁸² Embora haja mais lugares do universo de análise que também são portos, optámos por representar apenas aqueles que surgem na documentação no desempenho dessa função.

³⁸³ A análise das actividades do porto de Lisboa foi feita no capítulo das biografias.

³⁸⁴ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº27 (carta de 18 de Outubro de 1575).

³⁸⁵ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº13 (carta de 3 de Março de 1575); e nº 15 (carta de 18 de Março de 1575).

³⁸⁶ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº37 (carta de 14 de Agosto de 1576).

³⁸⁷ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº78 (carta de 5 de Junho de 1577).

Antuérpia sobre as feiras de Medina, a pagar a Simão Vaz, revelando a sua participação no comércio com a Flandres.

Já na Galiza, surge-nos Muros, com uma única ocorrência, associada ao perigo do corso. A propósito da tomada de de um navio que vajara para Nantes, António Gomes comenta com Simón Ruiz que “*nestes tempos [1577] requerem-se navios armados*”, e que o mestre do dito navio se abrigara em Muros com receio d’“*os armados de La Rochelle*”³⁸⁸.

Em pleno Cantábrico são referidos os portos de Muskiz, Bilbao, San Sebastián e Saint-Jean-de-Luz. “*San Julian de Musquer*” é a naturalidade de Juan Galindez, mestre do navio *La Trinidad*, responsável por um carregamento de pimenta de Lisboa para Nantes³⁸⁹. Quanto a San Sebastian, a informação é dada por uma letra de câmbio, tomada em Valladolid como forma de pagamento de um escravo comprado neste porto³⁹⁰. Não tão episódicas são as referências a Bilbao, cuja presença na documentação é substancial. A sua função é muito clara: este porto é, por excelência, o centro de abastecimento de Castela, quer das mercadorias provenientes do ultra-mar, via Lisboa, quer das mercadorias do Atlântico Norte, via Nantes. Relativamente ao primeiro circuito, os episódios mais frequentes relacionam-se com as especiarias vindas de Lisboa, como a canela³⁹¹ e a pimenta³⁹². A localização de Bilbao permite-lhe, com efeito, integrar os circuitos das especiarias, que também circulam em direcção ao reino francês. Mas esta integração não se concretiza apenas através da inclusão do porto biscaíno na rede de lugares que analisamos, mas também através da presença da sua frota, especializada nestes circuitos. É o que acontece em Fevereiro de 1577, com o frete de um navio de Bilbao para carregar pimenta e cravo para Nantes³⁹³.

Embora seja impossível apontar dados quantitativos relativamente à nacionalidade das embarcações que integram estas rotas, podemos avançar que a companhia utiliza também navios franceses, pelo que encontramos notícias da chegada de naus nantesas a Bilbao³⁹⁴. Nestas ligações com a Bretanha, são os tecidos (sendo

³⁸⁸ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº39 (carta de 13 de Abril de 1577).

³⁸⁹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº71 (carta de 24 de Fevereiro de 1577).

³⁹⁰ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 12, 1606, nº 21. Letra de câmbio de 17 de Fevereiro de 1606.

³⁹¹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº10 (carta de 2 de Fevereiro de 1575).

³⁹² In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº44 (carta de 30 de Setembro de 1576); e caixa 39, nº 37 (carta de 18 de Fevereiro de 1577).

³⁹³ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº70 (carta de 18 de Fevereiro de 1577).

³⁹⁴ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº45 (carta de 4 de Agosto de 1577).

muito frequente a menção a *lavales e angeos*) que ocupam a companhia, e que depois de os receberem em Bilbao os encaminham para Medina del Campo³⁹⁵. As ligações com Saint-Jean-de-Luz são atestadas por uma carta de Março de 1575, altura em que se aguardava a chegada a Lisboa de um navio vindo deste porto³⁹⁶.

Continuando para norte, na costa francesa atlântica, vemos no mapa La Rochelle, Nantes³⁹⁷, e Morbian. O porto de La Rochelle apresenta-se como uma escala natural na rota que liga o Cantábrico com o Mar do Norte. Em 1567, Diego de Salazar, numa viagem de navio entre Lisboa e Nantes, refere que fará escala em La Rochelle³⁹⁸. Bem mais relevante é a informação dada em Julho de 1576, numa carta de António Gomes a Andrés Ruiz, encomendando 150 toneladas de trigo da Bretanha, que deveria ser embarcado em La Rochelle³⁹⁹, enquanto nas restantes ocorrências relativas a esta mercadorias se utiliza o porto de Nantes. Um ano depois, o cenário modifica-se, e La Rochelle perde a sua atractividade enquanto porto, para se apresentar como um espaço de risco. O perigo do curso torna esta zona da costa um espaço a evitar, pelo que Simón Ruiz se vê forçado a segurar as suas cargas que partem da Península Ibéria em direcção a Nantes⁴⁰⁰. Retomando a utilização da frota francesa nas parcerias luso-castelhanas, Morbian justifica a sua presença no mapa, por constituir o local de origem de Pierre Adrian, mestre do navio *Le Jan*, fretado por António e Luís Gomes para transportar sal português para Nantes⁴⁰¹.

Já bem próximos do Mar do Norte, localizam-se os portos do Havre e Rouen, e Dunquerque. Apesar dos interesses da companhia nestes portos, nomeadamente em Rouen, para onde se enviam navios carregados de sal, as referências nas cartas testemunham as dificuldades de navegação a eles associadas. Na verdade, é muito comum a indicação de que os navios, em especial os que partem do porto de Lisboa, terem como destino “*os portos de França*”⁴⁰², sendo as condições de navegabilidade, ou o próprio perigo do curso, a ditar qual o porto de desembarque. Em Dezembro de 1574 são feitas menções à impossibilidade de as urcas entrarem em Rouen, pelo que se opta

³⁹⁵ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº41 (carta de 22 de Dezembro de 1575).

³⁹⁶ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº15 (carta de 18 de Março de 1575).

³⁹⁷ A análise das actividades do porto de Nantes foi feita no capítulo das biografias.

³⁹⁸ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 6, nº103 (carta de 17 de Fevereiro de 1567).

³⁹⁹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº36 (carta de 24 de Julho de 1576).

⁴⁰⁰ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº39 (carta de 13 de Abril de 1577).

⁴⁰¹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº8 (carta de 15 de Janeiro de 1575).

⁴⁰² In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 23, nº15 (carta de 18 de Março de 1575).

pelo seu desembarque em Nantes⁴⁰³. Em Setembro do ano seguinte, a situação mantém-se e João Rodriguez Bueno justifica-se a Simón Ruiz dizendo que as três urcas de sal “*vao para abra de gracia porque nao podem subir a rouen*”⁴⁰⁴. Na verdade, o Havre era utilizado pelos grandes navios que não conseguiam subir a Rouen, pelo que não se trata de uma situação de concorrência, mas sim da utilização do Havre como um ante-porto indispensável (LAPEYRE 1955, 198).

Em pleno Mar do Norte, surgem os portos de Zonderderpe, Hamburgo e Lubeck. Os três portos são os lugares de origem de embarcações fretadas pela companhia. Em Setembro de 1575, João Rodrigues Bueno envia seis urcas de sal, três para Rouen, e outras três para Nantes. Das três urcas de sal que irão desembarcar no Havre, uma é a urca *San Pedro*, do mestre Esteban Corneles, de Zonderderpe, e as outras duas são de mestres do porto de Lubeck, a urca *Grifo*, de Hans Bien, e a urca *Perro Bermejo*, de Miguel Cerinque. Nantes vê chegar duas urcas de mestres de Hamburgo, a *San Pedro*, de Bernardo Zelevente, e a *Aguila*, de Harente Eguenus; e uma urca do mestre de Lubeck, a *Media Luna*, de Tomas Guevecote⁴⁰⁵. De Hamburgo é também Jacome Vrese, mestre da urca *Leon Roxo*, fretada igualmente para o transporte de sal⁴⁰⁶. A utilização de embarcações provenientes do Norte da Europa é uma tendência que se acentua a partir da década de 70, provocada pela desorganização do sistema de frotas, nomeadamente das que tinham origem na Biscaia. Na verdade, em meados do século XVI, os navios flamengos e neerlandeses representavam cinco sextos da navegação entre a Espanha e Portugal, seguindo-se os bretões e os biscoinhos (VÁZQUEZ DE PRADA, 46-49).

Por último, já em pleno Báltico, a companhia estende a sua presença até o porto de Dantzig, um porto chave no mercado dos cereais⁴⁰⁷.

Observando agora o Mediterrâneo, surge-nos, na costa de Espanha, Ayamonte, Sanlúcar, Cádiz, Almeria, e Valencia.

O porto de Ayamonte surge frequentemente na correspondência dos mercadores portugueses por um motivo muito claro, já que é a partir daqui que Luís Gomes remete as suas cargas de anil, em especial, para Medina del Campo. Na verdade, das treze

⁴⁰³ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 23, nº292 (carta de 24 de Dezembro de 1574).

⁴⁰⁴ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº58 (carta de 6 de Setembro de 1575).

⁴⁰⁵ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº58 (carta de 6 de Setembro de 1575).

⁴⁰⁶ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 23, nº285 (carta de 5 de Outubro de 1574).

⁴⁰⁷ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº49 (carta de 24 de Outubro de 1576).

ocorrências relativas a este porto, apenas uma não refere o anil. Essa referência reporta-se a um outro corante, o pau-brasil, que é também mercadoria de Luís Gomes e que viaja em direcção ao centro de Castela⁴⁰⁸. Também o porto de Sanlúcar é utilizado pela companhia, quer para abastecer a indústria têxtil espanhola com plantas tintureiras, quer para escoar os seus produtos⁴⁰⁹.

Em Cádiz, os navios a cargo da companhia são carregados com sal e enviados para Rouen e Nantes, não surgindo nenhuma referência a outro produto⁴¹⁰. O porto de Almería surge referido como uma escala para as embarcações que seguem em direcção a Alicante⁴¹¹, porto que, em todas as ocorrências surge ligado ao comércio das especiarias. São comuns os envios de pimenta⁴¹², cuja redistribuição, como já referimos, é feita com grande atenção aos mercados. Numa carta de Abril de 1577, refere-se que Simón Ruiz preferiu enviar os 15 quintais de pimenta que seguiam originalmente para a Flandres, para Alicante⁴¹³. Em Outubro de 1577, este porto recebe novo carregamento de cravo e pimenta⁴¹⁴. À semelhança do que acontece com os portos de Nantes e Rouen, também Alicante e Valencia partilham entre si o destino de muitas das embarcações. Ao porto valenciano também chegam muitos dos navios que partem de Lisboa carregados com especiarias.

Ainda no Mediterrâneo, mas já na Península Itálica, encontramos Génova e Livorno. As referências a estes portos são relativas a um mesmo episódio relacionado com a recepção de uma carga de açúcar vinda de Lisboa⁴¹⁵. Apesar de a sua menção ser episódica, a relação entre estes dois espaços não o era. Com efeito, entre 1573 e 1593, e considerando o volume dos tráficos na longa distância, o mundo ibérico apresentava o maior peso nos registos de entrada de embarcações no porto de Livorno, nomeadamente as vindas de Lisboa, Faro e Alicante (BRAUDEL e ROMANO 1951, 45-49). Do lado do Adriático, o porto de Veneza é o destino de uma carga de pimenta. Em Janeiro de 1577, Simón Ruiz trata de fazer um seguro no valor de 3400 cruzados para o galeão San

⁴⁰⁸ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº44 (carta de 24 de Julho de 1577).

⁴⁰⁹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº6 (carta de 8 de Setembro de 1576).

⁴¹⁰ Ver, como exemplo, A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº77 (carta de 22 de Novembro de 1575).

⁴¹¹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº33 (carta de 25 de Janeiro de 1577).

⁴¹² In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº44 (carta de 28 de Setembro de 1576); e caixa 39, nº 71 (carta de 24 de Fevereiro de 1577).

⁴¹³ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº39 (carta de 13 de Abril de 1577).

⁴¹⁴ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº51 (carta de 18 de Outubro de 1577).

⁴¹⁵ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº66 (carta de 25 de Janeiro de 1577).

Mateus, do capitão Giovan Pedro de Michelli. A este propósito, António Gomes comenta que “*o seguro em veneza e muito bom quando se trata de uma nau veneziana e de pimenta*”⁴¹⁶.

3.3. Espaços de risco

O período em análise, a segunda metade do século XVI, é particularmente marcado por conflitos e tensões que, muitas das vezes, tiveram nos espaços marítimos o seu palco, e no curso a sua expressão não declarada. A ameaça turca, as rebeliões na Flandres, as guerras religiosas na França, e os permanentes ataques entre a Espanha e a Inglaterra resultaram em verdadeiros e constantes bloqueios ao comércio internacional. Este é o cenário no qual a companhia de Simón Ruiz desenvolve os seus negócios, sofrendo as respectivas consequências, quer pela impossibilidade de fretamento de embarcações, quer pelo aumento dos valores dos seguros, ou até mesmo pela apreensão das suas cargas.

Com o fecho de Antuérpia ao comércio inglês, em 1560, holandeses e ingleses organizam um centro de corso entre o Havre e a ilha de Wight, que será fortalecido com o auxílio dos corsários de La Rochelle, conseguindo interditar a navegação na Mancha, e sendo os barcos espanhóis os alvos preferenciais (VÁZQUEZ DE PRADA, 54-55).

A correspondência dos mercadores portugueses testemunha as dificuldades sentidas pela companhia nos períodos mais conturbados. Em Agosto de 1570, António Gomes está particularmente preocupado com duas situações distintas: o avanço dos turcos e os conflitos internos na França. Ambos os cenários provocaram uma subida nos seguros marítimos, que chegam mesmo a inviabilizar um envio de especiarias. Relativamente ao comércio com Nantes, o português declara mesmo que “*não se pode enviar ahla coza que sea de importância.*”⁴¹⁷.

Constatamos, porém, que embora os bloqueios sejam reais, o movimento de mercadorias não desaparece por completo. Na verdade, os comandantes das frotas corsárias outorgavam livres passagens em troca de pagamentos. Assim aconteceu em

⁴¹⁶ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº34 (carta de 31 de Janeiro de 1577).

⁴¹⁷ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 12, nº238 (carta de 1 de Agosto de 1570).

1571, com um navio que carregava lã espanhola para a Flandres, o qual chegou ao seu destino, em resultado de um acordo prévio conseguido por Andrés Ruiz (VÁZQUEZ DE PRADA, 54-55).

Nos primeiros anos da década de 70, com a rebelião geral dos Países Baixos, apenas Middelbourg fica sob controlo espanhol, embora a acção dos rebeldes seja fortíssima e, em 1574, os navios castelhanos aqui aportados são pilhados (BENNASSAR 1984, 513). Perante o controlo da navegação por parte dos rebeldes, os mercadores de Antuérpia socorrem-se das vias terrestres até Nantes e Rouen, a partir de onde as mercadorias embarcam em navios franceses (VÁZQUEZ DE PRADA, 61).

Ainda assim, a pressão do curso é sentida em 1575, altura em que os mercadores portugueses se queixam de “*o frete de navios para franca e dunquerque e dificil por se temerem os corsários*” e que os fretadores “*não querem carregar senão em navios que vem da flandres*”⁴¹⁸. O problema de encontrar navios neerlandeses para carregar, é o facto de, tendencialmente, estas embarcações, sobretudo as que chegam aos portos portugueses e aos do sul de Espanha, virem já fretados para o retorno (VÁZQUEZ DE PRADA, 49). O perigo na Mancha é confirmado numa carta posterior de António Gomes, queixando-se que o mestre do navio que pretendia fretar não aceitava navegar para Rouen, tendo de enviar as mercadorias para Nantes⁴¹⁹.

Não era só no mar que os conflitos políticos e religiosos se desenrolavam, pelo que também em terra, nomeadamente no reino francês, a circulação de mercadorias era severamente afectada. Com efeito, a propósito de um envio de doze barris de anil, que seguiam por via de Nantes, em vez de irem por Segóvia, e que “*alguns dizem que devia ter ido por terra*”, Luís Gomes considera ser muito “*perigoso ir por terras de franca neste tempo, para ir por terra sao 200 leguas, para ir pelo rio dizem que e pequena parte do caminho*”⁴²⁰.

Estes cenários de risco provocavam o aumento dos valores dos seguros. Este aumento era de tal ordem que chegava a ser preferível enfrentar o risco de um ataque do que pagar um seguro. Com efeito, grande parte das mercadorias circula sem seguro, sendo mais frequentemente repartir a carga por mais do que um navio (VÁZQUEZ DE PRADA, 50). Porém, o que nos mostra a correspondência portuguesa é que este cenário

⁴¹⁸ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº15 (carta de 18 de Março de 1575).

⁴¹⁹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº32 (carta de 16 de Dezembro de 1575).

⁴²⁰ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº34 (carta de 20 de Novembro de 1575).

altera-se quando se trata do comércio de especiarias, pelo que as naus vindas de Cochim e Goa são as que convêm segurar⁴²¹. A viagem de ida apresenta igualmente riscos, visto que, neste sentido, circula o dinheiro para a compra da pimenta. Nestes circuitos, todos os cuidados são poucos. Em Março de 1575, Luís Gomes, ao tratar de um envio de 2000 ducados para a Índia, não se limita a realizar um seguro, mas também reparte o dinheiro por 4 naus “*para nao se correr risco*”. O mercador informa na carta que o risco da ida é muito menor que o da volta, e que por isso, em Lisboa, o seguro de uma viagem de ida faz-se a 10 por cento e de volta a 16⁴²².

O transporte da preciosa carga requer cuidados redobrados. Em Setembro de 1576, António Gomes envia uma carga de pimenta para Nantes, Rouen e Bilbao, no galeão “San Francisco”, sobre o qual diz ser “*de marseille que e muito bom e muito bem artilhado*”⁴²³. Em Outubro, o lisboeta, ao noticiar a partida, no porto de Cascais, assegura Simón Ruiz de que o galeão vai “*acompanhado por outro que leva muita gente e vai bem artilhado*”⁴²⁴. Como podemos ver, não são só as rotas ultramarinas que dinamizam o mercado dos seguros, mas também as rotas de redistribuição, que partem de Lisboa para os restantes portos europeus. Em Janeiro de 1577, é feito um seguro no valor de 3400 cruzados de uma carga de pimenta desde Lisboa a Veneza⁴²⁵. Um mês depois, o destino é Nantes, e a carga é composta por pimenta, cravo, canela e gengibre⁴²⁶.

Das rotas ultramarinas faz também parte o Brasil. Pernambuco é o destino de uma nau que parte de Lisboa no Verão de 1577, e na qual Diogo Dias, de Lisboa, transporta carga, pelo que pede a Simón Ruiz que faça um seguro em Madrid, no valor de 1000 cruzados⁴²⁷.

A participação da companhia nas rotas de longo curso leva a uma troca constante de informação relativa ao avanço das naus na viagem, numa tentativa de controlar o risco que estes negócios pressupunham. Numa carta de Março de 1575, Hernando de Morales, que se encontrava em Lisboa, informa Medina acerca da posição de uma série de naus. Às “*ilhas*” (Açores) haviam chegado três naus da Índia e outra de Sonda, e que

⁴²¹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº19 (carta de 20 de Abril de 1575).

⁴²² In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº13 (carta de 3 de Março de 1575).

⁴²³ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº44 (carta de 28 de Setembro de 1576).

⁴²⁴ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 34, nº46 (carta de 15 de Outubro de 1576).

⁴²⁵ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº34 (carta de 31 de Janeiro de 1577).

⁴²⁶ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº38 (carta de 1 de Março de 1577).

⁴²⁷ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº78 (carta de 5 de Junho de 1577).

“*chegarao a lisboa ate domingo*”. O mercador detalha que uma das naus é a nau *Belém*, de Manuel Caldera, e que com elas vem também um navio do Brasil, de Pero Martinez de Medina. Refere ainda a vinda de outras cinco naus que “*estiveram em mocambique muito prosperas*”⁴²⁸.

A realização de um seguro não representava, porém, a certeza de uma compensação em caso de perda. Na documentação, encontramos alguns indícios da dificuldade em reaver os prémios dos seguros activados. No ano de 1577, António Gomes vê recusada, em Burgos, a activação da sua apólice feita sobre uma nau de sal que tinha sido tomada em Inglaterra. Nas palavras do mercador português, os seguradores haviam considerado que o mercador fizera a apólice já depois de saber da perda da nau⁴²⁹. Em 1590, Luís Mendes é mais bem-sucedido, recebendo, através de letras de câmbio, “*pelo seguro das naus de cabo verde a lisboa roubadas por corsarios franceses e ingleses*”⁴³⁰. Isto testemunha como os seguradores, sediados em Burgos, Madrid ou Medina, e com uma série de agentes nas principais praças e portos europeus, estabelecem estreitas ligações com os contraentes, utilizando as letras de câmbio para as suas transferências e as feiras para os seus pagamentos (CASADO ALONSO 2003, 220). Acontece também numa letra tomada em Antuérpia, pelos de la Pena, para a feira de Outubro de Medina, para pagar a Simón Ruiz um seguro relativo a uma nau de açúcar, tomada em Inglaterra⁴³¹.

Desde 1500 que uma cadeia internacional de mercadores ligava os dois pólos da circulação marítima, o Escalda, a norte, e a extremidade meridional da Península Ibérica, a sul (JOURDIN 1995, 122). Na costa atlântica, os locais explorados desde a Idade Média eram os estuários que beneficiavam de uma superfície de água vasta e profunda distante das ameaças marítimas (Sevilha, Lisboa, Bordéus, Nantes, Rouen, Southampton, Bristol, Londres, Antuérpia, Hamburgo, e Lubeck). Os portos costeiros utilizaram frequentemente uma ria (na Galiza, em Guipúzcoa, na Bretanha) protegida por uma foz estreita, ou exploraram a sua localização, quer sobre as rotas do comércio de mercadorias (La Rochelle, Brest, Saint-Malo, Calais), quer na embocadura de regiões agrícolas e industriais desenvolvidas (JOURDIN 1995, 91). As rotas que desenhamos

⁴²⁸ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 28, nº53 (carta de 14 de Março de 1575).

⁴²⁹ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº40 (carta de 20 de Abril de 1577).

⁴³⁰ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 5, 1590, nº 485. Letra de câmbio de 14 de Maio de 1590.

⁴³¹ In A. S. R., Letras de câmbio, caixa 2, 1582, nº 183. Letra de câmbio de 2 de Janeiro de 1582.

através das cartas e das letras deixadas pela companhia de Simón Ruiz sobrepõem-se à geografia que Michel Mollat explanou. Os circuitos europeus que descrevemos são os que ligam a costa francesa à Península Ibérica, e que colocam em contacto os grandes portos do norte, como Rouen e os portos bretões, com os portos de Lisboa e Cádiz. Mais do que uma sobreposição, as praças de compra e venda, os portos, o curso e os seguros denunciam uma geografia muito mais vasta, que inclui, a norte, o Báltico, a sul, o Mediterrâneo, a este e a oriente, os espaços ultramarinos.

A busca de produtos e de mercados impulsiona a companhia a extravasar a rota que liga a Bretanha e a Biscaia, ou até mesmo, a rota da Flandres, e a sua ligação com o sul Peninsular. O sal e os cereais levam a companhia até ao Báltico. As especiarias e o açúcar levam-na ao Mediterrâneo, ligando Alicante, Valencia, Marselha, Génova e Livorno. Lisboa é o lugar-chave para a entrada da companhia no espaço ultramarino. Sevilha, também, no que diz respeito às Américas. A nossa análise, porém, recai nas ligações com a capital portuguesa, decorrendo daí a inclusão das rotas do Brasil e da Índia, e das passagens por Mina, Cabo verde, São Tomé, Moçambique, e até mesmo da Insulíndia. Referimos rotas das especiarias, do açúcar, dos escravos. Mais do que concluir sobre uma tendência de negócio, ou apurar uma categorização da acção mercantil da companhia, espartilhando-a em quadros geográficos, a geografia que desenhamos revela um grande sentido de oportunidade de negócio. Vimos, inclusivamente, como as embarcações fretadas eram, ora biscainhas, ora francesas, ora flamengas. O que guia a sua escolha é a oportunidade do frete, a disponibilidade das embarcações, a conjuntura do risco corsário e da navegabilidade. Não se trata aqui, por isso, de concluir acerca de uma inclusão num determinado mercado, ou de uma especialização mercantil, mas sim do aproveitamento dos produtos, dos lugares, das conjunturas, com um único sentido: o de rentabilizar ao máximo a acção e o investimento da companhia.

4. O espaço das redes familiares

A análise espacial dos negócios da companhia de Simón Ruiz permitiu concluir acerca da versatilidade e heterogeneidade das suas actividades, que assentaram em dois grandes circuitos: o de mercadorias e o de crédito. Na área mercantil, vimos que a acção da companhia vai desde o comércio de panos entre a Bretanha e o Cantábrico, até à rota da Índia e do Brasil. Na área financeira, o crédito é concedido a todos os grupos económicos, desde os pequenos produtores e mercadores, até ao financiamento da própria coroa castelhana. Esta diversidade, que se realiza num quadro geográfico de enorme extensão e dispersão, é resultado, como já temos vindo a apontar, de uma estratégia de negócio que passa pelo aproveitamento de todo o tipo de oportunidades de acesso a mercados e produtos. Vimos também que, para isso tenha sido possível, foram essenciais as ligações com outras casas comerciais, como os Bonvisi, em Lyon, e os mercadores portugueses, em Lisboa e Antuérpia. Não podemos, portanto, ignorar que é a correspondência com estes agentes que permite a Simón Ruiz, a partir do seu escritório em Medina del Campo, gerir negócios que se concretizam a milhares de quilómetros de distância. Convém, portanto, perceber de que forma o mercador castelhana organizou a sua rede de agentes, especialmente os estabelecidos nos lugares que se revelaram estratégicos para a sua expansão e para o seu sucesso. Neste sentido, procedemos à elaboração de um mapa que permite a visualização da relação entre os lugares centrais da rede, tendo em conta os parceiros de negócio aí sediados, para discutir uma outra questão central na literatura sobre redes mercantis: o tipo de relação – familiar ou não familiar, que articulam os agentes desta rede.

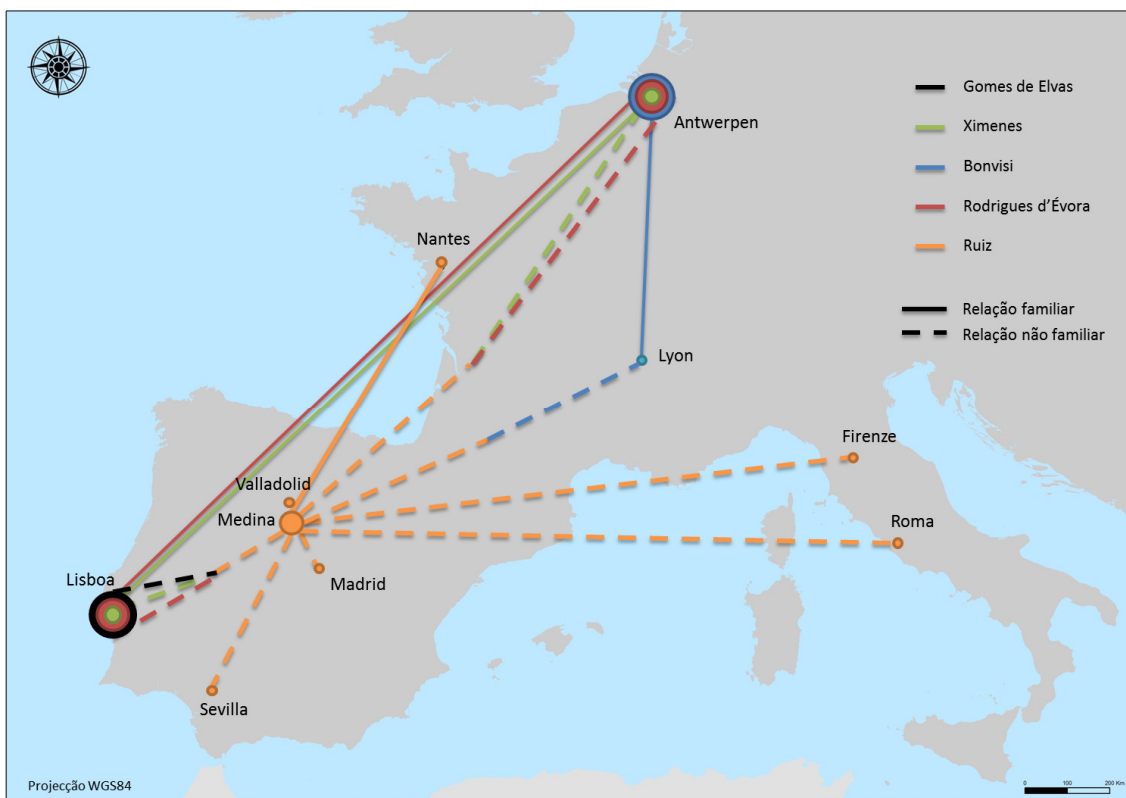


Figura 65 – Relações familiares entre Simón Ruiz e os seus principais agentes.

Retomando alguns dados sobre a história da companhia⁴³², lembremos que as suas actividades se repartiram por dois grandes centros: Medina del Campo e Nantes. Andrés Ruiz, irmão de Simón, havia-se estabelecido ainda jovem em Nantes, no seio de uma numerosa comunidade espanhola. Sabemos que se instalou na casa de Francisco de Santo Domingo, com quem aprendeu as lides do negócio e chegou mesmo a casar com a filha do mercador. Andrés Ruiz formou uma companhia que incluía o seu próprio irmão, Vitores Ruiz, sediado em Medina del Campo, e o seu primo, Francisco de la Presa, em Burgos. Desenvolveu ainda os seus negócios com a participação dos seus filhos, Julián e Andrés Ruiz, o menor. Após a morte prematura de Julián, em 1583 (cujo desempenho suscitava constantes queixas, principalmente dos agentes portugueses em Lisboa⁴³³) foi Andrés Ruiz, o menor que assumiu a gestão em Nantes. Quanto a Vitores Ruiz, incluiu igualmente os seus filhos, Pero e Cosme, nas suas parcerias.

⁴³² A história da companhia foi já desenvolvida em pormenor no Capítulo II, ponto 1 - Um caso de estudo: a companhia de Simón Ruiz.

⁴³³ Numa carta de 13 de Abril de 1577, Manuel Gomes queixa-se a Simón Ruiz de Julián Ruiz, pelos seus atrasos nos envios de encomendas, considerando-o um homem muito descuidado. In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 39, nº76 (carta de 13 de Abril de 1577).

Relativamente a Pero, e apesar de este participar da vida da firma, rapidamente se tornou clara, para o seu tio Simón, a sua falta de vocação para os negócios. A morte de Pero, em 1581, deu ao seu irmão Cosme a gestão dos negócios. É este sobrinho, Cosme Ruiz, que se sediou em Valladolid, constituindo com Simón Ruiz a companhia de “Simón e Cosme Ruiz Embito”. Nos últimos anos, estando já Simón Ruiz em Valladolid, um outro sobrinho, Lope de Arziniega, assegurou ao lado de Cosme a gestão dos negócios em Medina del Campo (LAPEYRE 1955).

Considerando exclusivamente o núcleo familiar de Simón Ruiz, a geografia de negócios da companhia fica limitada às feiras de Medina, a Valladolid, e ao trato com Nantes. Estamos, portanto, bem longe do quadro espacial constituído pelos lugares que, no capítulo das biografias, havíamos considerado como os mais relevantes e estratégicos para a companhia. Será necessário, pois, incluir ligações com Lisboa, Antuérpia, Lyon, Madrid, Florença, Roma e Sevilha.

Em Lisboa, embora nas primeiras referências, em 1558, seja um mercador francês, Benôit Gouchon, a tratar de uma venda de trigo de Simón Ruiz⁴³⁴, as principais ligações da companhia castelhana foram com famílias portuguesas, nomeadamente os Gomes d’Elvas, os Ximenes, e os Rodrigues d’Évora.

Os Gomes d’Elvas estavam sediados em Lisboa e Elvas, de onde algumas cartas são ainda remetidas por Luís Gomes, o Velho. António e Luís Gomes, pai e filho, são os principais correspondentes de Simón Ruiz, participando em negócios em conjunto, sob a forma de parcerias, mas também realizando, cada um, os seus próprios negócios. António Fernandes de Elvas, sogro de Luís, considerado como o homem mais rico de Lisboa, é ainda um importante elo. Em 1581, Simón Ruiz assegurou aos Bonvisi de Veneza, a representação dos interesses deste mercador, ligado ao tráfico de especiarias (LAPEYRE 1986).

Os Ximenes, para além de uma casa em Lisboa, entregue a Tomás e Jerónimo Duarte, sediam-se em Antuérpia, onde se encontram Fernando Ximenes e Rui Nunes. Em épocas de conflitos, chegaram a alterar a localização da sua sede, para Hamburgo e Colónia (ALMEIDA 1997). A companhia dos Évora assentava igualmente na relação entre duas parselhas de irmãos: Lopo Rodrigues e Rodrigo Lopes, em Lisboa; Simão e Nicolau em Antuérpia, que na década de 80 se refugiaram igualmente em Colónia (SILVA 1956).

⁴³⁴ In A. S. R., Correspondência comercial, Portugal, caixa 1, n°49 (carta de 23 de Julho de 1558).

Por último, as três famílias portuguesas encontravam-se ligadas por laços familiares, estabelecidos através de casamentos.

Em Antuérpia, Simón Ruiz contava, não apenas com esta comunidade portuguesa, mas também com a castelhana (como Hernan de Frias Cevallos e Juan de Cuellar), e a italiana, nomeadamente através de Alessandro Bonvisi.

Relativamente aos Bonvisi, Antonio Bonvisi é o primeiro a sair de Lucca, instalando-se em Lyon, onde há registos da sua acção desde 1504. Entre 1575 e 1629, os Bonvisi contratualizaram seis sociedades diferentes em Lyon, todas exclusivas a membros da família. Para além de Lyon e Antuérpia, abriram casas em Nápoles, Génova, Veneza, Piacenza e Marselha (BAYARD 1971, 1236).

Nas três grandes praças de Lisboa, Lyon e Antuérpia, Simón Ruiz apostou em parcerias com as principais casas comerciais aqui sediadas, absorvendo assim os benefícios do domínio e da influência que estas famílias exerciam já nos respectivos mercados. Noutras praças, procura elementos das comunidades castelhana e portuguesa, que, apesar de não serem elementos das elites mercantis locais, desempenham o papel de representantes da companhia, quer integrando os circuitos dos câmbios (os seus nomes surgem repetidamente nas letras), quer actuando como importadores das mercadorias enviadas pela companhia. Este sistema é utilizado por Simón Ruiz nas cidades italianas. Em Florença, o representante da companhia é Baltasar Suarez, que para aqui vai sob a protecção de Dom António de Montalvo. Nos primeiros tempos, fica com Melchior e Lesmes de Astudillo, que lhe ensinam as lides do trato mercantil. Em 1590, os seus negócios são assumidos por Diego e Antonio Valderrama e pelo seu filho Diego Suarez (RUIZ MARTIN 1990, 73). Em Roma, Simón Ruiz tem como correspondentes os Henriques e o da Fonseca (RUIZ MARTIN 1990, 209).

Mas existe ainda uma outra estratégia que passa pelos serviços prestados por contratados, como no caso de Sevilha. Logo no início da sua carreira, Simón Ruiz associa-se aos Maluenda, de Burgos, para o envio de telas para o mercado sevilhano. Aqui, o representante dos Maluenda, Francisco de Salinas, tratava do negócio. O êxito da empresa foi tal, que Simón Ruiz decide estabelecer o seu próprio representante permanente em Sevilha, função que foi desempenhada por Jerónimo de Valladolid e, mais tarde, por Francisco de Mariaca (LAPEYRE 1986). Por último, a afirmação de Madrid como capital, não só política mas também financeira, obrigou a companhia a dirigir para aqui a sua atenção. A análise da documentação testemunha a importante

representação da companhia feita por Hernando Correa de Velasco, assim como a recorrente utilização dos bancos de Pedro de Villamor e Francisco de Ibarra, ou de Juan de Carmona e Gonzalo de Salazar.

O percurso da companhia de Simón Ruiz é, por si só, bastante revelador dos comportamentos da rede: mobilidade dos elementos mais jovens e sua colocação em espaços internacionais; localização estratégica em importantes praças financeiras e mercantis e um núcleo familiar responsável pela gestão da companhia.

Ana Crespo Solana elaborou um quadro de desenvolvimento das comunidades mercantis, no qual considera três aspectos fundamentais: o crescimento de determinados centros urbanos nos finais da Idade Média; a mobilidade e a dispersão provocada pelos conflitos religiosos e políticos (que vão alimentar os centros urbanos que se encontram em expansão, e, em especial, os portuários); e a forma como as sociedades comerciais se tornam receptáculos dessas mesmas migrações, por vezes, temporais, de indivíduos que se deslocalizam para incrementar os negócios das redes em que se inserem, e aprenderem as artes do comércio (CRESPO SOLANA 2009, 103).

Relativamente à mobilidade dos mais jovens, esta era, com efeito, prática comum nas comunidades mercantis. Era vulgar que um mercador do século XVI ensinasse aos seus filhos a arte dos negócios. Este treino poderia envolver viagens a mercados distantes, nas quais o jovem actuava como agente do seu pai. Era muitas vezes enviado a ganhar experiência nos negócios na firma de um contacto de confiança da família, com o qual muito provavelmente possuía um grau de parentesco (BRATCHEL 1996, 4). A aprendizagem dos filhos de mercadores noutras casas comerciais era, muitas vezes, uma forma de entrar dentro destas redes nacionais e internacionais. Para além da prática nas artes mercantis, a aprendizagem dava-lhes notoriedade e acesso aos contactos dos clientes dos seus mestres. Assim que se instalava por conta própria, o jovem mercador começava a negociar como intermediário do seu antigo mestre (STOBART 2004, 227).

Consideremos, porém, a questão da intencionalidade desta mobilidade, pois não podemos esquecer que os movimentos migratórios na época moderna foram também consequência de perseguições religiosas e de tempos de carestia. Os vários movimentos religiosos da época fizeram movimentar imensa gente, incluindo os agentes mercantis que, acompanhando estes fluxos, fizeram movimentar também os seus negócios e capital (ANTUNES 2004, 83). Também sobre esta questão, Margrit Schulte, ao estudar

as comunidades alemãs em Londres, verificou que os empresários alemães que quisessem desenvolver o seu negócio à distância tinham de deixar o seu país e estabelecer entrepostos em Londres, Cádiz, São Petersburgo, Livorno e outras cidades portuárias europeias. Londres tornara-se no primeiro centro financeiro mundial e albergava a primeira grande companhia de seguros para compensar o risco que o grande comércio à distância envolvia. Na época, um estabelecimento em Londres era crucial, não apenas para os mercadores alemães, mas para toda a elite comercial europeia (BEERBÜHL 2008).

Outra variante que importa juntar a este tema é a apresentada por Christiane Reves que se debruçou sobre a acção dos mercadores italianos na Alemanha. A historiadora concluiu que migração e comércio geralmente não significam emigração. Bem pelo contrário, o caso dos estabelecimentos mercantis originários do Lago di Como revelou a predominância do regresso às regiões de origem. Na verdade, era este mesmo regresso que permitia a ascensão socioeconómica destes mercadores italianos em Frankfurt e Mainz. Era no país de origem que a rede de negócios envolvendo várias famílias interagía, onde muitos elementos emigrantes se reuniam, onde a geração seguinte de mercadores era recrutada, e onde os elementos mais velhos se reformavam, deixando aos mais jovens os cuidados com os negócios (REVES 2004, 103). Neste caso a mobilidade é claramente estratégica e não resultado de uma emigração.

Como vimos, a expansão do comércio no período moderno foi impulsionada por mercadores que se estabeleceram em locais estratégicos de forma a acederem a novos mercados, actuando em redes articuladas na média e na longa distância. Um dos principais vectores deste fenómeno é a circulação de informação, nomeadamente a importância da rápida e eficaz troca de notícias, cruciais para a tomada de decisões e para a gestão dos negócios. Para tal, era essencial a localização de agentes nos mais variados espaços, quer nas praças europeias, quer em espaços ultramarinos. À medida que se estabeleciam, estes elementos, imiscuíam-se nas redes locais, agindo segundo normas de reputação, confiança e credibilidade (BEERBÜHL e VÖGELE 2004). Mas, se uma rede é um conjunto de relações que permite realizar transacções entre indivíduos que respeitam normas de carácter informal, estas serão tanto mais frequentes e a rede mais eficaz, quanto maior for o respeito de cada membro por essas mesmas normas. Ou seja, se a relação entre agentes assenta na confiança - o que é difícil de conseguir dentro de uma organização hierárquica formal - a identificação dos membros com esses

vínculos informais determinará a eficácia da rede para reduzir custos e aumentar os seus lucros (ÁLVAREZ, LO BASSO, e MARSILIO 2005).

Num mercado que se expandia a uma escala global, obrigando os homens de negócio a uma maior mobilidade, como se criavam ligações comerciais que, necessariamente, exigiam elevados graus de confiança? Na verdade, nestas relações de negócios, estes homens não tinham alternativa senão confiar que receberiam a sua mercadorias ou o seu dinheiro, muitas vezes vários meses depois do contrato feito. A resposta poderá residir nos laços de sangue, pelo que “antes do desenvolvimento das sociedades por acções, a família era a base da empresa comercial e financeira.” (LAPEYRE 1955, 45). Este é um pressuposto que tem sido repetidamente proposto pela historiografia sobre redes mercantis no período moderno. A sua base de sustentação teórica é a de que num mercado que se expandia a uma escala global, obrigando os homens de negócio a uma maior mobilidade, a manutenção desses vínculos e o respeito por normas informais de negócio seria melhor assegurada através do vínculo familiar. Também os estudos dedicados às grandes famílias italianas concluem, de uma forma geral, que estas grandes dinastias de mercadores espalharam-se pelos centros financeiros e comerciais europeus, através de sucursais estabelecidas e geridas pelos membros mais jovens da família (BRATCHEL 1996, 6). Uma rede familiar baseada em laços de sangue e de afinidade negociava numa abrangente área geográfica, e era suportada por um sistema bancário familiar e, através da abertura de lojas e armazéns nas grandes cidades, ganhava acesso a uma rede ainda mais abrangente. Por fim, relações de crédito cimentavam toda a organização (FONTAINE 2004, 113).

Fernand Braudel, ao descrever os jogos mercantis e financeiros a que se entregavam as bem sucedidas comunidades de genoveses, lucquenses, e judeus, sublinha o facto de os agentes centrais dos circuitos e das redes pertencerem a minorias estrangeiras, étnicas e/ou religiosas. Para este historiador, uma minoria constitui por si própria uma rede sólida e eficaz, pela tendência natural que qualquer minoria tem para a coesão, entreajuda e auto-defesa (BRAUDEL 1979b).

No entanto, estudos mais recentes têm revelado que a inclusão de membros externos a estes grupos, com o objectivo de aumentar a rede, era um comportamento frequente. Para os judeus sefarditas a actuar nos Países Baixos, a inclusão de elementos de diferentes etnias e religiões tornou a sua rede muito mais eficaz na criação de

oportunidades de negócio (ROITMAN 2009). Neste mesmo sentido, um estudo sobre uma rede de mercadores franceses a operar nas Antilhas Francesas, mostrou a utilização de outro tipo de mecanismos de sustentação da confiança. De acordo com este estudo, os laços de sangue não parecem ter sido essenciais para o sucesso destas redes, que preferiram fidelizar um grupo restrito de parceiros com os quais estabeleciam contratos escritos e acordos formais, evitando assim comportamentos mais desonestos. Ainda assim, este mesmo estudo aponta o casamento como um mecanismo importante na construção da rede. Argumenta que as relações pessoais e familiares podem dar acesso a relações de negócio, mas não são o suficiente para a manutenção de relações a longo termo que requerem outro tipo de sustentação mais formal (FORESTIER 2009).

Daniel Strum, num estudo sobre as redes de judeus portugueses ligadas ao tráfico do açúcar, concluiu sobre a coexistência de ambas as realidades, dividindo os mercadores em dois grupos. Por um lado, um grupo de indivíduos com grande capacidade financeira e dotado de amplos recursos, organizados numa companhia: eram na sua maioria judeus e cristãos-novos, muitos deles ligados por um grau de parentesco. À sua volta, girava um segundo grupo de mercadores com menores recursos que iam integrando a rede consoante as actividades financeiras e mercantis do momento. Estes agentes compensavam a sua reduzida capacidade financeira com uma grande mobilidade que os fazia partir ao encontro de oportunidades de negócio (STRUM 2009).

A análise destas questões tem evoluído a partir de casos de estudo, e como tal, apontam para comportamentos que se inserem em contextos específicos. No entanto, nenhum deles põe completamente de parte a importância da ligação familiar na constituição e manutenção das redes de mercadores. Não querendo tornar a análise demasiado simplista, todos parecem concordar com a utilização do matrimónio como um meio de acesso ou de reforço de uma relação económica e com o menor risco que um negócio feito com um parente apresenta. No entanto, é inegável a importância que dão aos elementos externos como fonte de oportunidades de negócio. Ou seja, comprovam que, para o sucesso da rede, nomeadamente para o seu alargamento (essencial à sua própria sustentação), é fundamental a integração na rede de outros elementos.

A diversidade de actividades a que Simón Ruiz se dedicou, e a dimensão espacial que implicaram, obrigou naturalmente a uma rede de agentes, representantes e intermediários, que necessariamente ultrapassaram a mera estrutura familiar. Simon Ruiz trabalhou nas índias portuguesas com os Gomes; em Nova Espanha com Francisco de Mariaca; e para financiar a corte, com Francisco de la Presa e Lope de Arziniega (CARANDE 1944, 25). Foi pois forçoso recorrer a elementos externos à sua família que representassem os interesses da companhia nas várias praças europeias.

No que respeita às outras casas comerciais, nomeadamente as italianas e as portuguesas, verificamos, na nossa amostragem, a existência de um núcleo e de uma rede de pendor familiar. As famílias portuguesas partilharam as suas iniciativas com várias companhias constituídas por diferentes ramos de famílias aparentadas. Da mesma forma, vimos como os Bonvisi exigem um grau de parentesco para a constituição de sociedades. Porém, estes italianos dominaram as feiras de Lyon, articulando os seus créditos e débitos nas feiras de Medina, através da sua ligação com os Ruiz. Da mesma forma, os portugueses apenas entram na alta esfera financeira (o mercado dos *asientos*) graças às suas parcerias com os Ruiz. E se os laços familiares são vistos como um sistema de segurança, num mundo volátil como o dos negócios, como explicar a sua irrelevância no arriscado mercado dos *asientos* e da especulação financeira? Porque, na verdade, as parcerias que participam nos maiores jogos de alto risco são precisamente aquelas constituídas por, pelo menos, um elemento das famílias que estivemos a analisar: Ruiz, Bonvisi, Ximenes, Elvas e Évora. Parece-nos, pois, mais correcto assumir que à volta de um núcleo familiar, responsável pela gestão da companhia, gravitavam indivíduos (muitas vezes eles próprios inseridos em parcerias) que garantiam a diversificação e continuidade das actividades da rede. Indivíduos que Daniel Strum identificou como sendo de menores recursos, integrando a rede consoante as actividades financeiras e mercantis do momento e compensando a sua pouca capacidade financeira com uma grande mobilidade. Ao fazê-lo vão naturalmente integrar outras redes (mercantis, financeiras, familiares), assumindo novas funções e ocupando novos espaços. No que respeita à sua acção dentro da rede em análise, eles comprovam que os elementos externos são essenciais para a aquisição de novas competências por parte da rede.

Semelhantes conclusões acerca destas matérias foram apresentadas por Ana Sofia Ribeiro, na sua tese de doutoramento. A sua análise teve como objecto de estudo a

rede de agentes organizada em torno de Simón Ruiz, e como metodologia, as ferramentas exploratórias propostas pelas teorias de análise de redes. Mediante uma abordagem evolutiva da rede de negócios de Simón Ruiz, Ana Ribeiro verificou que os indivíduos que apresentam uma média superior de conectividade na rede não eram membros da família Ruiz, mas mercadores em posições de elevado destaque, como os Bonvisi, os Rodrigues de Évora, ou os Gomes de Elvas. O seu trabalho demonstrou como as relações familiares não parecem ter desempenhado um papel absolutamente crucial na formação e expansão desta rede de negócios, corroborando a teoria de Granovetter de que a família, os «strong ties», existe como uma base de apoio da actividade económica, mas que é com os «weak ties» (aqueles com quem dispomos de menor intimidade afectiva) que surgem maiores oportunidades (RIBEIRO 2011, 138-148).

A geografia dos negócios da companhia de Simón Ruiz demonstra, igualmente, que os lugares-chave não são sempre ocupados por membros da família Ruiz. Muitos deles, de enorme relevância estratégica – Lyon, Antuérpia, Lisboa, Sevilha, são geridos através da acção de elementos de outras casas comerciais, ou até mesmo, por indivíduos contratados para esse efeito. Demonstramos, também, que a evolução da rede de lugares dependeu da acção destes elementos externos à família, e que foram precisamente estes que constituíam a chave de acesso a novos mercados.

IV – Conclusão

A análise do enquadramento geográfico dos negócios da companhia de Simón Ruiz permitiu desenhar um “espaço-movimento” e um espaço em movimento, sobre o qual averiguamos hierarquias, funções e relações. Desenhamos um espaço cuja construção assentou numa rede de lugares, que se relacionaram, se influenciaram e se articularam. Através de uma evolução dinâmica, estas relações ditaram a predominância de um ou mais lugares, os nós de maior importância, aqueles que mais relações estabeleceram.

Considerando a análise do espaço geográfico e da rede hierárquica de lugares, e retomando as questões de investigação que pretendia saber de que forma a representação espacial da rede de negócios de Simón Ruiz esclareceu acerca da sua organização e evolução, foi possível verificar que, apesar de estarmos perante uma grande diversidade de lugares, dispersos a uma escala mundial, a maior parte das ocorrências é da responsabilidade de um grupo de apenas três deles: Medina del Campo, Lisboa e Antuérpia. A análise das suas biografias, assim como do seu papel nos fluxos financeiros e mercantis que a companhia integrou, elucidou e justificou a sua identificação como lugares-chave.

Procurando esclarecer de que modo a localização dos agentes resultou de estratégias de domínio de mercados, de acesso a rotas e a novos produtos, da necessidade de obtenção de informação e capital, ficou claro que, se em meados do século XVI, Simón Ruiz, natural de Belorado, era mais um dos membros da activa comunidade mercantil de Burgos, entregue à venda de panos nas feiras de Medina, rapidamente concertou a sua acção com outros mercadores, estabelecendo contactos com mercados externos, estratégicos à sua actividade, quer em termos de abastecimento, como Nantes, quer em termos de consumo, como Sevilha. Neste processo, o acesso a novos mercados trouxe-lhe igualmente o acesso a outros importantes recursos: novos produtos e novas parcerias. Na praça sevilhana, os seus negócios prosperaram, mas já não falamos apenas de panos, porque Sevilha era a porta para o Novo Mundo. Com efeito, por esta altura, a sua rede de contactos envolve já os correspondentes nas Américas (Los Reyes, Nombre de Dios, Potosí, Chile e Rio de Janeiro (LORENZO SANZ 1986b)). Vindas do outro lado do globo, era, porém, em Lisboa que aportavam as frotas da Índia. Timidamente presente no mercado lisboeta, onde vende cereais em

meados da década de 50, vinte anos depois já Simón Ruiz gere os envios de pimenta, quer para a Flandres, através de Nantes, quer utilizando a rota Mediterrânica, através da qual abastece a França e até mesmo as cidades italianas, incluindo Veneza.

No processo de identificação dos lugares-chave para o funcionamento da rede de negócios de Simón Ruiz, verificamos que os lugares que maior peso tinham, quer em termos de ocorrências, quer em termos de relações estabelecidas com outros lugares, eram as entidades geográficas que maior multifuncionalidade apresentaram. Ou seja, as praças que ofereceram uma maior diversidade de recursos para as actividades da companhia, foram também aquelas que estabeleceram mais relações, e que maior influência tiveram no desempenho dos seus negócios. Nesta hierarquia de lugares, duas praças destacaram-se. Na segunda metade do século XVI, Medina del Campo foi o nó central de uma rede de lugares cujas relações se desenvolveram em torno das dinâmicas geradas a partir de um grande eixo: o eixo Lisboa-Antuérpia.

Na sua biografia, Lisboa foi caracterizada como praça financeira, praça comercial, praça de seguros, e porto marítimo. A correspondência mostrou-nos como a capital portuguesa constituiu um mercado diversificado para os negócios da companhia, que aqui comerciava com o sal, as especiarias, os cereais, os têxteis, os corantes, etc. Ao mesmo tempo, a história da sua participação nos fluxos financeiros da companhia dos Ruiz mostrou-nos também como, neste período, Lisboa era ainda pouco atractiva como praça de pagamentos, revelando uma constante falta de liquidez, susceptibilidade monetária, e inexperiência no mundo dos câmbios. O interessante é, pois, verificar como Medina del Campo foi a responsável por colmatar esta limitação da praça portuguesa. Em certa medida, desde o início da articulação do eixo Lisboa-Antuérpia, é Medina que absorve os pagamentos remetidos pela comunidade mercantil portuguesa na praça flamenga (ALMEIDA 1993). Este processo continua activo, tal como vimos, na década de 70, altura em que as actividades da companhia se concentram em torno deste eixo. As letras de câmbio movimentadas representam as remessas, quer de portugueses, quer de espanhóis, resultado do fluxo de mercadorias. Mas, como vimos também, resultam igualmente de um outro fenómeno, que se inicia por esta altura: a participação de Simón Ruiz na concretização de *asientos*, nomeadamente sobre o pagamento das tropas castelhanas na Flandres.

Esta diversidade de mercados revela como a estratégia de Simón Ruiz é a de identificar carências e dar-lhes resposta, convertendo-as em oportunidades. O suporte

deste sistema foi a coexistência de duas redes complementares: a rede de agentes e a rede de praças de câmbio.

A geografia da correspondência da companhia dos Ruiz⁴³⁵ é a mais perfeita imagem do poder que lhe era conferido pelo conhecimento que Simón Ruiz tinha sobre os mercados. A gestão desta informação, a tomada de decisões por ela suportada, constitui a essência das funções de um mercador-banqueiro como Simón Ruiz. Tendo em mente uma imagem clara dos mercados, da *largueza* e *estreiteza* das praças, apenas lhe resta fazer circular as letras de câmbio, conduzindo-as para onde lhe poderão trazer mais benefícios. Este é também o grande poder da rede de praças de câmbio, em pleno funcionamento no século XVI. É esta vasta rede que permite a agilização de negócios, nomeadamente do comércio à longa distância, e que teve nas letras de câmbio um importante suporte:

“O grande comércio colonial - do qual a carreira das Índias é a mais perfeita expressão - conserva a estrutura espacial granulosa do grande negócio cambista da segunda metade do séc. XVI. Esta estrutura é a consequência da Europa da letra de câmbio” (CHAUNU 1955-1959, vol.8, 28).

Simón Ruiz domina, sem dúvida, os mecanismos do negócio, e está presente nos espaços económicos centrais desta Europa da letra de câmbio. Tal como vimos, a sua sede em Medina não lhe permitia apenas participar na compra e venda de mercadorias nas suas feiras, mas também aproveitar, se não mesmo dominar, no período final destas feiras, a denominada “época de pagos”. É nesta altura, em que o dinheiro é mais barato, e quando todas as casas comerciais remetem os seus pagamentos, que Simón Ruiz colhe os frutos dos seus investimentos, pesa a balança dos seus débitos e créditos e projecta negócios futuros. O arranque da actividade de Simón Ruiz coincide, em pleno, com o apogeu das feiras castelhanas, permitindo-lhe, assim, beneficiar da atractividade que esta praça exerceu sobre os investimentos e o capital estrangeiro.

A dinâmica dos espaços, resultado da articulação entre as funções individuais de cada lugar, e os fluxos gerados e alimentados pela rede que estes constituíram, foi

⁴³⁵ Ver Figura 3 – Procedência das cartas recebidas pela companhia de Simón Ruiz, 1554-1630. (CASADO ALONSO 2008b, 54).

parte integrante das estratégias da rede de negócios de Simón Ruiz. Mas até que ponto o espaço geográfico afectou e moldou as relações existentes no interior da rede?

Quando analisamos as relações entre Simón Ruiz e os seus principais correspondentes, verificamos que, no que respeita a Lisboa e Antuérpia, a sua presença não assentava em nenhuma ligação familiar, mas em parcerias com as principais casas comerciais aí estabelecidas, como o caso dos Gomes d’Elvas, em Lisboa, e os Bonvisi, em Antuérpia. Demonstramos como estas relações foram tão cruciais para o desempenho da companhia, como as estabelecidas entre Simón Ruiz e o seu irmão, Andrés Ruiz, em Nantes. É aqui que parece residir uma descontinuidade entre a hierarquia das relações entre agentes, e a hierarquia que foi estabelecida entre os lugares. Ou seja, seria expectável que a praça de Nantes, responsável por grande parte do comércio a que a companhia se dedica, ocupasse uma posição superior no *ranking* de lugares. Mais uma vez, a explicação prende-se com a questão da multifuncionalidade, neste caso, a pouca versatilidade de Nantes. Com efeito, todo o volume de negócios dinamizado pelo porto bretão é concentrado na praça de Lyon. É nas feiras de Lyon que se concretizam os pagamentos, ou a sua conversão em créditos sobre outras praças, relativos ao comércio entre a companhia de Medina e a companhia de Nantes: papel desempenhado, anteriormente, pelas feiras de Besançon.

“The history of any place is shaped by the way the place is connected to other places and the changes in these connections over time” (OWENS 2012, 29-30)

Neste sentido, as funções desempenhadas por um determinado lugar podem ser potencializadas na sua articulação com um outro lugar, criando-se uma relação de complementaridade, cujo resultado sinérgico é que vai representar a mais-valia para o funcionamento e sucesso da rede que os ocupa. Paralelamente, esta relação resulta na inclusão de novos elementos na rede, redesenhando as relações que a suportam.

Partindo deste entendimento, o funcionamento deste sistema só poderá ser verificado no contexto da interacção desta com outras redes mercantis.

Em rigor, a análise dos negócios de Simón Ruiz permitiu o desenho de uma geografia, a sua geografia, que poderá, ou não, ser específica desta rede. Foram hierarquizados lugares, caracterizadas funções e estabelecidas complementaridades, mas estas precisam de ser comparadas com geografias de outras companhias. As

comparações exigem, porém, que haja similitude de características e de contextos de enquadramento dos objectos analisados. No quadro histórico e geográfico que temos vindo a analisar, ressalta a acção de uma das mais relevantes companhias comerciais, que constituiu uma autêntica dinastia mercantil - a formada pelos italianos Bonvisi.

Ao longo da análise, enquadrámos a acção desta família, e verificámos as importantes relações estabelecidas com Simón Ruiz, assim como com as famílias portuguesas. Relativamente à sua história, suscitou-nos particular atenção o trabalho desenvolvido por François Bayard, especialmente por ter considerado, na sua análise, o desenho da geografia comercial e financeira desta família (BAYARD 1971). Segundo a historiadora, o universo dos negócios de Bonvisi estendia-se por todo o continente europeu, ao qual a actividade de seguros e de trato mercantil juntaram os mercados do Oriente, a África, e o Novo Mundo. Na Europa, a sua acção recaiu sobre três grandes espaços: os países do norte, a Península Ibérica e a Itália. Relativamente aos países do norte, as ligações com a Inglaterra e os Países Baixos são pouco relevantes, tendo Bayard constatado algumas relações bancárias com Amesterdão, Londres e Antuérpia. A historiadora justifica este cenário pelos tecidos de pouca qualidade do Norte, não suscitaram interesse nos Bonvisi, mais dedicados ao comércio dos produtos de luxo. As dificuldades de navegação na Mancha e no mar do Norte tornavam, igualmente, estes mercados pouco atractivos. Depois de Lyon, Castela é o segundo espaço mais relevante na geografia bancária dos Bonvisi. Medina del Campo, Madrid, Sevilha, Saragoça, Barcelona, Burgos, Valencia, Bilbao, Toledo e Valladolid, são as praças presentes nas letras de câmbio por eles movimentadas. Sobre a acção dos Bonvisi, Bayard aponta ainda a importância do acesso aos metais preciosos que inundavam Castela, o seu papel de redistribuidores, e a participação no mercado dos *asientos*. Em todas estas actividades, ressalta a acção concertada com os Ruiz e, por este aspecto, compreendemos como os quadros geográficos de ambas as companhias de complementam. A cada companhia corresponde uma feira: os Ruiz em Medina, e os Bonvisi em Lyon. Os lugares onde dominam os Bonvisi são postos ao serviço dos Ruiz, e vice-versa. Vimos como Simón Ruiz consegue dar aos Bonvisi de Veneza a representação do português António Fernandes de Elvas, ligado ao trato da pimenta.

A razão que Françoise Bayard apresenta para as dificuldades que os Bonvisi enfrentaram é de teor geoestratégico. Na sua acepção, no final do século XVI, os países que melhor estavam orientados para o comércio atlântico suplantaram as potências

mediterrânicas que dominavam até então. Desta forma, a Inglaterra e as Províncias Unidas emergem como as grandes potências, deixando de fora os Bonvisi, que aqui não tinham grandes ligações. A resposta dos italianos foi a retoma do trato mercantil, visto que a sua actividade na segunda metade do século XVI tinha sido marcadamente bancária. Este retorno à mercancia foi também identificado, por Gentil da Silva, na sua análise sobre os Rodrigues d'Évora. O historiador identificou uma tentativa concertada desta família com Cosme Ruiz para entrar nos novos mercados e nas rotas emergentes.

A história e a geografia dos negócios de Simón Ruiz mostraram como as vicissitudes e as flutuações a que as praças estavam sujeitas devem ser explicadas, mais em termos de adaptabilidade, reformulação, ou de complementaridade, do que em termos de falência, decadência ou submissão. Fernand Braudel interpretou a reorientação dos fluxos financeiros no reino francês, para Paris, a partir de 1570, como o fim das feiras lyonesas. Porém, os estudos de Henri Lapeyre e de Françoise Bayard permitiram verificar o dinamismo da praça de Lyon até ao final do século XVI. Da mesma forma, Felipe Ruiz Martin viu na ascensão de Madrid como centro financeiro do reino espanhol, a partir de 1575, como o fim de Medina del Campo. Vimos, porém, como esta praça é ainda o centro de pagamentos por toda a década de 80, revelando maiores dificuldades apenas na década de 90. Até mesmo Sevilha resiste ao embate das crises na década de 60, permanecendo na cena financeira; afinal de contas, é a esta praça que continuam a chegar as frotas da América.

Sevilha é o paradigma da dualidade risco-oportunidade que os lugares representam numa estratégia de negócios de uma companhia comercial. O interessante é verificar como os riscos e as barreiras que se colocam ao trato mercantil, são contornados, ou até mesmo, ignorados. Com efeito, podíamos apontar o corso, os conflitos bélicos, ou até as altas imposições alfandegárias como determinantes na integração ou exclusão de determinados mercados no universo de negócios. Não negamos que os mercadores as tenham tido em consideração, mas não foram factores decisivos. Vimos como o comércio no Atlântico, entre as costas cantábrica e francesa se manteve em cenários de suposto bloqueio – a Andrés Ruiz exigiu apenas acordos prévios, mediante pagamentos, com os corsários. A articulação dos portos marítimos com vias terrestres permitiu igualmente reorganizar as rotas de envio de mercadorias, de forma a desviar a navegação de espaços de risco. As barreiras alfandegárias, pelo menos em Lisboa e Ayamonte, eram facilmente contornadas, mediante um suborno entregue

aos seus funcionários. Mesmo a nível oficial, as licenças de *saca* constituem uma clara violação da legislação mercantil, permitindo a saída de metais preciosos, sob autorização da própria coroa.

É certo que a análise dos lugares-chave, dos nós centrais desta rede espacial, assim como dos fluxos financeiros e mercantis por eles dinamizados, foi suficiente para descrever as características dos principais negócios a que se entregou a companhia de Simón Ruiz. Porém, para o sucesso destes negócios, foi essencial o papel desempenhado por lugares, que apesar de não constarem como nós centrais, revelam-se cruciais para a manutenção dos fluxos dentro da rede. Fluxos mercantis e fluxos financeiros que assentam na articulação de lugares centrais com lugares periféricos. Falamos dos portos marítimos e dos portos secos, dos centros produtores e abastecedores, das escalas e das alfândegas, estruturas de apoio que a companhia domina. Falamos, também, de praças como Roma e Florença, igualmente periféricas, no que respeita aos circuitos financeiros, mas cruciais para a reunião de capital e circulação de crédito. Falamos ainda da rede de lugares que identificamos na Península Ibérica, os lugares dos pagadores, com ocorrências episódicas, mas cuja análise permitiu um vislumbre sobre a vastíssima rede de crédito de Simón Ruiz. À semelhança da geografia dos seus negócios, também o perfil dos seus clientes é heterogéneo, vasto e abrangente. Nesta medida, muitos destes lugares, apesar de não apresentarem uma grande relevância em termos de ocorrências – muitos apenas possuem uma ligação, que é com Medina, o nó central, são fundamentais para o funcionamento da rede, no âmbito de uma acção conjunta.

“Finally, transnational entanglements and global networks are not limited to centres and hubs of worldwide traffic. Some cities, proud of their ability to draw and attract international elites, compete for status as premier ‘global cities’.”(MIDDEL e NAUMANN 2010, 152)

Fernand Braudel, Ruiz Martin, Henri Lapeyre, Gentil da Silva, introduziram no panorama historiográfico a percepção de uma acção articulada e consertada de redes de homens de negócios envolvidos em fluxos económicos a uma escala global. Das suas análises, sobressaíram, também, os quadros geográficos, as dinâmicas dos lugares. São as “economias-mundo” e o “espaço-movimento” de Braudel, são os “círculos de comunicação” e a *Sevilha* de Chaunu, são os “complexos histórico-geográficos” de

Godinho. É a percepção de que, no devir histórico, o fenómeno primordial é o movimento, o dinamismo, a interligação entre homens e espaços; porque a História não é estática.

No decorrer do processo historiográfico, o retorno do sujeito foi prosseguido pelo retorno do espaço. Foi neste retorno que baseamos a nossa análise, privilegiando o enfoque e a metodologia sugeridos pela *Spatial History*. Queremos sublinhar, porém, que na investigação levada a cabo não são apenas as ferramentas de análise e de visualização de dados que são espaciais. O trabalho excede em muito a mera utilização dos SIG. Na verdade, o que a análise tem de mais geográfica é a grelha exploratória, as próprias questões de partida. Desde a recolha de dados à sua implementação na base de dados até à análise dos contextos históricos, o enfoque esteve sempre centrado nas entidades geográficas e no dinamismo espacial da rede de negócio em análise – a de Simón Ruiz, estudo de caso que nos permitiu testar algumas hipóteses de partida sobre as virtualidades metodológicas e as capacidades analíticas da *spatial history*.

V – Fontes

Archivo Histórico Provincial y Universitario de Valladolid

Archivo Simón Ruiz, Letras de câmbio

Caixa 1, 1553, 1558, 1559, 1560 a 1575

Caixa 2, 1579 a 1582

Caixa 3, 1585

Caixa 4, 1586 e 1588

Caixa 5, 1589 e 1590

Caixa 7, 1594, 1595 e 1596

Caixa 8, 1596 e 1597

Caixa 11, 1605

Caixa 12, 1605 e 1606

Archivo Simón Ruiz, Correspondência comercial, Portugal

Caixa 1, 1558

Caixa 2, 1563 e 1564

Caixa 3, 1565

Caixa 4, 1566

Caixa 6, 1566 e 1567

Caixa 8, 1568

Caixa 12, 1570

Caixa 15, 1570

Caixa 17, 1572

Caixa 20, 1573

Caixa 23, 1574

Caixa 28, 1575

Caixa 30, 1576

Caixa 34, 1576

Caixa 39, 1577

Nota: Toda a documentação foi consultada em formato digital.

VI – Bibliografia

- ALMEIDA, A A Marques de. 1993. *Capitais e capitalistas no comércio da especiaria. O eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549). Aproximação a um estudo de geofinança*. Lisboa: Edições Cosmos.
- ALMEIDA, A A Marques de. 1997. "O Zangão e o mel. Uma metáfora sobre a diáspora sefardita e a formação das elites financeiras na Europa (sécs. XV-XVII)." *Revista Oceanos* no. 29:25-35.
- ALONSO GARCIA, David. 2003. "Carlos V, Madrid y el sistema fiscal castellano." *Revista de Historia Económica - Journal of Iberian and Latin American Economic History* no. 21 (N° 2):271-295.
- ALONSO GARCIA, David. 2006. "Ducados entre dos dinastias. La circulación de capital entre Castilla y Flandes a comienzos del siglo XVI." In *Banca, crédito y capital: la Monarquía Hispánica y los antiguos Países Bajos (1505-1700)*, editado por SANZ AYÁN, Carmen e GARCIA GARCIA, José 85-104 Madrid: Fundacion Carlos de Amberes.
- ÁLVAREZ, Carlos, LO BASSO, Luca e MARSILIO, Claudio. 2005. La red financiera de la familia Spinola: España, Génova y las ferias de cambio (1627-1656). Comunicação apresentada em X Simposio de Historia Económica: Análisis de redes en la Historia Económica, 27 a 29 de Janeiro de 2005, em Bellaterra.
- ALVARGONZÁLEZ RODRÍGUEZ, Ramón 2002. "Notas sobre cartografía urbana histórica de España." *Historia Contemporánea* no. 24:59-81.
- ANTUNES, Cátia Pereira. 2004. "Urban links, trade networks and globalisation in the early modern period: Amsterdam and Lisbon, 1640-1705 - a case study." In *Spinning the commercial web. International trade, merchants and commercial cities, c. 1640-1939*, editado por BEERBÜHL, Margrit Schulte e VÖGELE, Jörg, 65-85. Peter Lang.
- AUGÉ, Marc. 2005. *Não-lugares: Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*: 90 graus Editora.
- AYERS, Edward L. 2010. "Turning toward Place, Space, and Time." In *The spatial humanities: GIS and the future of humanities scholarship*, editado por BODENHAMER, David J, CORRIGAN, John e HARRIS, Trevor M, 1-13. Indiana University Press.
- AZAOLA, José Javier de. 1975. "Elementos de análisis cuantitativos de los registros privados: ejemplo de los registros Ruiz de Nantes." In *Actas de las Iª Jornadas de Metodología aplicada de las Ciencias Históricas, vol 3*, 781-793. Santiago de Compostela: Fundacion Universitaria Española.
- BARATA, Filipe Themudo. 1996. "Negócios e crédito: complexidade e flexibilidade das práticas creditícias (século XV)." *Análise Social* no. XXXI (136-137):683-709.
- BASAS FERNÁNDEZ, Manuel. 1963a. *El consulado de Burgos en el siglo XVI*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- BASAS FERNÁNDEZ, Manuel. 1963b. *El seguro marítimo en Burgos (siglo XVI)*. Bilbao: Estudios de Deusto.
- BAYARD, Françoise. 1971. "Les Bonvisi, marchands banquiers à Lyon de 1575 à 1610." *Annales: Économies, sociétés, civilisations* no. 26:1234–1269.

- BEERBÜHL, Margrit Schulte 2008. Spatial construction and social norms in eighteenth-century trade networks. Comunicação apresentada em Historisches Seminar II, em Düsseldorf
- BEERBÜHL, Margrit Schulte e VÖGELE, Jörg. 2004. "Spinning the commercial web. International trade, merchants and commercial cities, c. 1640-1939. An introduction." In *Spinning the commercial web. International trade, merchants and commercial cities, c. 1640-1939*, editado por BEERBÜHL, Margrit Schulte e VÖGELE, Jörg, 11-23. Peter Lang
- BENITO, José-Manuel. 2003. Plano de Medina del Campo en el siglo XVI.
- BENNASSAR, Bartolomé. 1957. "Facteurs sévillans au XVI siècle d'après des lettres marchandes." *Annales. Economies, Sociétés, Civilisations*. no. XII:60-71.
- BENNASSAR, Bartolomé. 1984. "A expansão urbana e a aceleração dos movimentos económicos." In *História económica e social do mundo*, editado por Léon, Pierre, 501-525. Lisboa: Sá da Costa
- BENNASSAR, Bartolomé. 1999. *Valladolid au siècle d'or: une ville de Castille et sa campagne au XVIe siècle*. Vol. 1. Paris: EHESS
- BENNASSAR, Bartolomé e VINCENT, Bernard. 2000. *España: Los siglos de oro*. Barcelona: Crítica.
- BETHENCOURT, Francisco e EGMOND, Florike. 2007. "Introduction." In *Correspondence and cultural exchange in Europe, 1400-1700*, editado por BETHENCOURT, Francisco e EGMOND, Florike, 1-30. Cambridge: Cambridge University Press.
- BODENHAMER, David. 2010. "The potential of spatial humanities." In *The spatial humanities: GIS and the future of humanities scholarship*, editado por BODENHAMER, David, CORRIGAN, John e HARRIS, Trevor, 14-30. Indiana University Press.
- BOYER-XAMBEU, Marie-Thérèse, DELEPLACE, Ghislain e GILLARD, Lucien. 1994. *Private Money & Public Currencies: The 16th Century Challenge*: M.E. Sharpe.
- BRATCHEL, M E 1996. "Italian merchant organization and business relationships in Early Tudor London " In *Merchant networks in the early modern world*, editado por SUBRAHMANYA, Sanjay, 1-28. Ashgate Variorum.
- BRAUDEL, Fernand. 1979a. *Civilização material, Economia e Capitalismo - séculos XV-XVIII: O tempo do Mundo*. Vol. 3. Paris: Teorema.
- BRAUDEL, Fernand. 1979b. *Civilização material, Economia e Capitalismo - séculos XV-XVIII: Os jogos das trocas*. Vol. 2. Paris: Teorema.
- BRAUDEL, Fernand. 1983. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II, vol. I*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- BRAUDEL, Fernand. 1985. *La Méditerranée: l'espace et l'histoire*: Flammarion.
- BRAUDEL, Fernand. 1997. *O modelo italiano* Lisboa: Teorema
- BRAUDEL, Fernand e ROMANO, Ruggiero. 1951. *Navires et marchandises à l'entrée du port de Livourne (1547-1611)*. Paris: Armand Colin.
- BRUSCOLI, Francesco Guidi. 2007. *Papal Banking in Renaissance Rome: Benvenuto Olivieri and Paul III, 1534-1549*: Ashgate Publishing, Ltd.
- BURKE, Peter. 1988. "Republics of merchants in early modern Europe." In *Europe and the rise of capitalism*, editado por BAECHELER, J, HALL, J A e MANN, M, 220-233. New York: Oxford University Press.
- CARANDE, Ramón. 1944. "Cartas de mercaderes (en torno a 1575)." *Moneda y Crédito. Revista de Economía* no. 9, Junho 1944:13-49

- CARANDE, Ramón. 2004. *Carlos V y sus banqueros*: Editorial Critica.
- CARLOS MORALES, Carlos Javier de. 2006. "Felipe II y sus banqueros." In *Banca, crédito y capital: la Monarquía Hispánica y los antiguos Países Bajos (1505-1700)*, editado por SANZ AYÁN, Carmen e GARCIA GARCIA, José, 329-341. Madrid: Fundacion Carlos de Amberes.
- CARRETERO ZAMORA, Juan M. 2012. "Les Collectories de la Monarchie Hispanique et la banque Italienne aux XVI-XVII siècles (1506-1614)." In *Religione e istituzioni religiose nell'economia europea. 1000-1800*, editado por AMMANNATI, Francesco, 185-206. Firenze: Firenze University Press.
- CARVALHO, Joaquim e CAMPOS, Rosário. 2007. "Interpersonal networks and the archaeology of social structures; using social positioning events to understand social strategies and individual behaviour." *Revista de História da Sociedade e da Cultura* no. 7:175-193.
- CASADO ALONSO, Hilario. 1997. "Crecimiento económico y redes de comercio interior en la Castilla septentrional (siglos XV y XVI)." In *Imágenes de la diversidad: el mundo urbano en la Corona de Castilla (s. XVI-XVIII)*, editado por FORTEA PÉREZ, José Ignacio. Santander: Universidad de Cantabria.
- CASADO ALONSO, Hilario. 2000. "Le commerce des «marchandises de Bretagne» avec l'Espagne au XVI^e siècle." *Annales de Bretagne et des pays de l'Ouest* no. 107 (numéro 2):29-50.
- CASADO ALONSO, Hilario. 2003. "Los seguros marítimos de Burgos. Observatorio del comercio internacional portugués en el siglo XVI " *Revista da Faculdade de Letras, História* no. III (4): 213 a 242.
- CASADO ALONSO, Hilario. 2008a. Les relations entre les foires de Castille et les foires de Lyon au XVI e siècle. Comunicação apresentada em IXe Conférence Internationale d'Histoire Urbaine, em Lyon.
- CASADO ALONSO, Hilario. 2008b. "Los flujos de información en las redes comerciales castellanas de los siglos XV y XVI." *Investigaciones de Historia Económica* no. 10:35-68.
- CASADO ALONSO, Hilario. 2009. "Crédito y comercio en las ferias de Medina del Campo en la primera mitad del siglo XVI." In *Il Mercato del Credito in Età Moderna: Reti e operatori finanziari nello spazio europeo*, editado por GARCÍA GUERRA, Elena María e LUCA, Giuseppe de. Milão: Franco Angeli.
- CHAUNU, Pierre. 1955-1959. *Séville et l'Atlantique (1504-1650)*. 8 vols. Paris: Librairie Armand Colin.
- CHAUNU, Pierre. 1992. *Historia, ciencia social: La duración, el espacio y el hombre en la época moderna*: Encuentro.
- CHAUNU, Pierre e GASCON, Richard. 1977. "L'État et la Ville." In *Histoire économique et sociale de la France*, editado por BRAUDEL, Fernand e LABROUSSE, Ernest. Paris: Presses Universitaires de France.
- COORNAERT, Émile. 1961. *Les Français et le commerce international à Anvers, fin du XV^e - XVI^e siècle*. Paris: M. Rivière et Cie.
- COSTA, Manuela Pinto da. 2004. "Glossário de termos têxteis e afins." *Revista da Faculdade de Letras - CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO, I Série* no. III:137-161.
- COURT, Ricardo. 2004. "Januensis Ergo Mercator: Trust and Enforcement in the Business Correspondence of the Brignole Family." *The Sixteenth Century Journal* no. 35 (4, Winter):987-1003

- CRAILSHEIM, Eberhard. 2009. Behind the Atlantic Expansion Flemish Trade Connections of Seville in 1620. Comunicação apresentada em XVth World Economic History Congress, 3 a 7 de Agosto de 2009, em Utrecht.
- CRESPO SOLANA, Ana. 2009. *Mercaderes Atlánticos. Redes del comercio flamenco y holandés entre Europa y el Caribe*: Universidad de Córdoba. Servicio de Publicaciones.
- CRESPO SOLANA, Ana. 2010. "Comunidades mercantiles: redes de dependencia inter-imperial?" In *Irlanda y el Atlántico ibérico: movilidad, participación e intercambio cultural, 1580-1823*, editado por PÉREZ TOSTADO, Igor e GARCÍA HERNÁN, Enrique Valencia: Albatros.
- CRESPO SOLANA, Ana. 2012. El sistema portuario del Atlántico español: aproximaciones metodológicas para el estudio de redes mercantiles y puertos. Comunicação apresentada em V Colóquio Internacional: Redes Portuárias Atlânticas (séculos XVI a XX) Balanço e perspectiva historiográfica, em Porto.
- CRESPO SOLANA, Ana e ALONSO GARCIA, David. 2012. "Self-organizing Networks and GIS Tools Cases of Use for the Study of Trading Cooperation (1400-1800)." *Journal of Knowledge Management, Economics and Information Technology, Special Issue* no. June 2012.
- CUESTA AGUILAR, María José e MOYA GARCÍA, Egidio 2011. "Una mirada a la imagen urbana de Jaén en el siglo XVI." *exedra* no. 5:103-116.
- CURTO, Diogo Ramada e MOLHO, Anthony. 2003. "Les réseaux marchands à l'époque moderne." *Annales. Histoire, Sciences Sociales* no. 3 (58e année):569-579.
- DAHL, Gunnar. 1998. *Trade, trust, and networks. Commercial culture in late medieval Italy*: Nordic Academic Press.
- DALTON, Heather. 2009. "Negotiating fortune: english merchants in early sixteenth-century Seville." In *Bridging the early modern Atlantic world: people, products and practices on the move*, editado por WILLIAMS, Caroline, 57-73. Ashgate.
- DEDIEU, Jean-Pierre e MOUTOUKIAS, Zacarías. 1998. "L'approche de la théorie des réseaux sociaux." In *Réseaux, familles et pouvoirs dans le monde ibérique à la fin de l'Ancien Régime*, editado por CASTELLANO, Juan Luis e DEDIEU, Jean-Pierre. Paris: CNRS Editions.
- DELUMEAU, Jean. 1975. *Rome au XVIe siècle*: Librairie Hachette.
- DONOSO ANES, Rafael. 1996. *Contribución a la historia de la contabilidad: análisis de las prácticas contables desarrolladas por la tesorería de la Casa de Contratación de las Indias de Sevilla: 1503-1717*: Universidad de Sevilla.
- FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, Manuel. 1995. *Poder y sociedad en la España del Quinientos* Madrid: Alianza Editorial
- FONTAINE, Laurence. 2004. "The organisatin and evolutions of traders' and pedlars' networks in Europe." In *Spinning the commercial web. International trade, merchants and commercial cities, c. 1640-1939*, editado por BEERBÜHL, Margrit Schulte e VÖGELE, Jörg, 113-128. Peter Lang.
- FORESTIER, Albane. 2009. Trust and long-distance trade in the French Atlantic: the Chaurand and their business network, 1775-1793. Comunicação apresentada em XVth World Economic History Congress, 3 a 7 de Agosto de 2009, em Utrecht.
- FÜSSEL, Stephan. 2008. *Cities of the world. Civitates orbis terrarum*: Taschen.
- GASCON, Richard. 1971. *Gran commerce et vie urbaine au XVI siècle. Lyon et ses marchands*. Paris: S.E.V.P.E.N.

- GODINHO, Vitorino Magalhães. 1963. "Complexo Histórico-Geográfico." In *Dicionário de História de Portugal*, editado por SERRÃO, Joel, 130-135. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. 1983a. *Os descobrimentos e a economia mundial*. Vol. 3. Lisboa: Editorial Presença.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. 1983b. *Os Descobrimentos e a economia mundial*. Vol. 4. Lisboa: Editorial Presença
- GOERKE, Michael 1994. *Coordinates for historical maps: a workshop of the Association for History and Computing*. Firenze: European University Institute.
- GOLDTHWAITE, Richard A. 2009. *The economy of Renaissance Florence*: JHU Press.
- GONZÁLEZ FERRANDO, José Maria. 1983. "Los "libros de cuentas" de las familia Ruiz, mercaderes-banqueros de Medina del Campo (1551-1606)." In *Actas del I Congreso sobre Archivos Económicos de Entidades Privadas*, 23-45. Madrid: Archivo Histórico del Banco de España.
- GOODCHILD, Michael F. e JANELLE, Donald G. . 2012. "Toward critical spatial thinking in the social sciences and humanities." *GeoJournal* no. 75 (1):3–13.
- GOUBERT, Pierre. 1959. *Familles marchandes sous l'Ancien Régime: les Danse et les Motte, de Beauvais*. Paris: S. E. V. P. E. N.
- GRABHER, Gernot. 2006. "Trading routes, bypasses, and risky intersections: mapping the travels of "networks" between economic sociology and economic geography." *Progress in Human Geography* no. 30 (2):163-189.
- GREGORY, Ian. 2003. *A place in history: a guide to using GIS in historical research*: Oxbow.
- GREGORY, Ian e ELL, Paul. 2007. *Historical GIS: Technologies, Methodologies and Scholarship*. Cambridge: University Press.
- HASSAN ABED AL-HUSSEIN, Falah. 1986. "Los cambios y el mercado del dinero medinense." In *Historia de Medina del Campo. Vol. 2: Auge de las ferias. Decadencia de Medina*, editado por LORENZO SANZ, Eufemio, 67-92. Valladolid: Ayuntamiento de Medina del Campo.
- HELMER, Marie. 1967. "Lettres d'Amérique dans la correspondance de Simón Ruiz." In *Homenaje a Jaime Vicens*, tomo 2, 241-245. Barcelona: Vicens Vives.
- IMÍZCOZ, José Maria. 2004. "Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global." *Revista da Faculdade de Letras: História* no. 5 (III):115-140.
- IMÍZCOZ, José María 2001. *Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen, siglos XV-XIX*: Universidad del País Vasco, Servicio Editorial.
- JACKSON, Gordon. 2001. "The Significance of Unimportant Ports." *International Journal of Maritime History* no. December 2001 (XIII):1-17.
- JAVIER DE AZAOLA, José 1975. "Elementos de análisis cuantitativos de los registros privados: ejemplo de los registros Ruiz de Nantes." In *Actas de las Iª Jornadas de Metodología aplicada de las Ciencias Históricas, vol. 3*, 781-793. Santiago de Compostela: Fundacion Universitaria Española.
- JEANNIN, Pierre. 1986. *Os mercados do século XVI*. Porto: Vertente.
- JOURDIN, Michel Mollat du. 1995. *A Europa e o mar*. Lisboa: Editorial Presença.
- KASPER, Claudia. 2008. Social network analysis of primate groups. Comunicação apresentada em The TECT-INCORE Summer School: Tools of the trade in cooperation research, 30 de Agosto a 6 de Setembro de 2007, em Obernai, France.

- KELLENBENZ, Hermann. 2000. *Los Fugger en España y Portugal hasta 1560*. Valladolid: Consejería de Educación y Cultura.
- KNOWLES, Anne Kelly. 2002. *Past time, past place: GIS for History*. California: ERSI.
- KNOWLES, Anne Kelly 2008. *Placing History: How maps, spatial data, and GIS are changing Historical scholarship*. California: ESRI.
- LAPEYRE, Henri. 1948. "El Archivo de Simon y de Cosme Ruiz." *Moneda y crédito* no. 25:3-13.
- LAPEYRE, Henri. 1953. *Simón Ruiz et les asientos de Philippe II*. Oaris: S.E.V.P.E.N.
- LAPEYRE, Henri. 1986. "Simón Ruiz Embito y su carrera de hombre de negocios." In *Historia de Medina del Campo. Vol. 2: Auge de las ferias. Decadencia de Medina* editado por LORENZO SANZ, Eufemio, p. 367-392. Valladolid: Ayuntamiento de Medina del Campo.
- LAPEYRE, Henri 1955. *Une famille de Marchands: les Ruiz. Contribution à l'étude du commerce entre la France et l'Espagne au temps de Philippe II*. Paris: Librairie Armand Colin.
- LEFEBVRE, Henri. 1981. *La production d l'espace: éditions anthropos*.
- LEMERCIER, Claire; GUZZI-HEEB, Sandro y BERTRAND, Michel 2011. "Análisis de redes e historia: herramientas, aproximaciones, problemas." *Redes. Revista hispana para el análisis de redes sociales* no. 21 (Dezembro de 2011).
- LORENZO SANZ, Eufemio. 1980. *Comercio de España com América en la época de Felipe II*. Valladolid: Diputación Provincial de Valladolid (Institución Cultural Simancas).
- LORENZO SANZ, Eufemio. 1986a. *Historia de Medina del Campo*. 3 vols. Valladolid: Ayuntamiento de Medina del Campo.
- LORENZO SANZ, Eufemio. 1986b. "Los Ruiz Embito en el comercio con Sevilla y America." In *Historia de Medina del Campo. Vol. 2: Auge de las ferias. Decadencia de Medina*, editado por LORENZO SANZ, Eufemio, p. 393-435. Valladolid: Ayuntamiento de Medina del Campo.
- LUCAS VILLANUEVA, Óscar. 1995. *Las relaciones comerciales hispano-portuguesas (1563-1580) : correspondencia comercial entre los Gómez D'Elvas y Simón Ruiz*, Universidad de Cantabria, Santander.
- LUCAS VILLANUEVA, Óscar. 2001. "Las relaciones financieras entre España y Portugal, 1563-1580." *Studia Historica. Historia Moderna* no. 23:173-198.
- LUCAS VILLANUEVA, Óscar. 2009. *El comercio internacional castellano através del puerto de Laredo en la época de Felipe II, según la correspondencia de Simón Ruiz* Universidad de Cantabria, Santander.
- MADARIAGA, Juan José de. 1966. *Bernal Díaz y Simón Ruiz de Medina del Campo*. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica.
- MARKOVITS, Claude. 2000. *The Global World of Indian Merchants, 1750-1947*: Cambridge University Press.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. 1977. *Para a História dos Seguros em Portugal: notas e documentos*. Lisboa: Arcádia.
- MARSILIO, Claudio. 2008. *Dove il denaro fa denaro. Gli operatori finanziari genovesi nelle fiere di cambio del XVII secolo*: Città del silenzio edizioni.
- MARSILIO, Claudio. 2009. "Four times a year for so many years". The Italian Exchange Fairs during the XVIth-XVIIth Centuries. Comunicação apresentada em XVth World Economic History Congress, 3 a 7 de Agosto de 2009, em Utrecht.

- MAURO, Frédéric. 1993. "Merchant communities, 1350-1750." In *The rise of merchant empires: long-distance trade in the early modern world, 1350-1750*, editado por TRACY, James D, 255-286. Cambridge: Cambridge University Press.
- MAURO, Frédéric. 1997. *Portugal, o Brasil e o Atlântico: 1570-1670* Lisboa: Editorial Estampa
- Medina del Campo. Conjunto Histórico Artístico.* [acedido em Janeiro de 2012. Disponível em <http://www.museoferias.net/arpa9.htm>.
- MELIS, Federigo. 1972. *Documenti per la storia economica dei secoli XIII-XVI*. Firenze: Leo S. Olschki.
- MELIS, Federigo. 1976. *Mercaderes italianos en España siglos XIV-XVI: investigaciones sobre su correspondencia y su contabilidad*. Sevilla: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla.
- MIDDEL, Matthias e NAUMANN, Katja. 2010. "Global history and the spatial turn: from the impact of area studies to the study of critical junctures of globalization." *Journal of Global History* no. 5 (01):149–170.
- MILLER, Harvey J. 2005. "Social exclusion in space and time." In *Moving through Nets: The Social and Physical Aspects of Travel*, editado por AXHAUSEN, K W, 353-380. Elsevier.
- MORENO, Humberto Baquero. 1993. "Relações marítimas e comerciais entre Portugal e a baixa Andaluzia nos séculos XIV e XV." *Revista de História* no. 12 (1993):9-24
- MOUTOUKIAS, Zacarías. 1995. "Narración y análisis en la observacion de vínculos y dinámicas sociales: el concepto de red personal en la historia economica y social." In *Inmigacion y redes sociales en la Argentina moderna*, editado por BJERG, María e OTERO, Hernán, 221-241. Tandil: CEMLA/IEHS.
- MOUTOUKIAS, Zacarías. 1997. "Negocios y redes sociales: modelo interpretativo a partir de un caso rioplatense (siglo XVIII)." *CARAVELLE* no. 67:37-55.
- MOUTOUKIAS, Zacarías. 1998. "La notion de réseau en histoire sociale: un instrument d'analyse de l'action collective." In *Réseaux, familles et pouvoirs dans le monde ibérique à la fin de l'Ancien Régime*, editado por CASTELLANO, Juan Luis e DEDIEU, Jean-Pierre. Paris: CNRS Editions.
- MUKHERJEE, Rila. 2006a. *Merchants and companies in Bengal: Kasimbazar and Jugdia in the eighteenth century*. New Delhi: Pragati Publications.
- MUKHERJEE, Rila. 2006b. *Strange riches: Bengal in the mercantile map of South Asia*: Foundation Books.
- MUKHERJEE, Rila. 2011. *Networks in the First Global Age: 1400–1800*: Indian Council of Historical Research.
- MUNRO, John H. The bill of exchange, draft, or acceptance bill *EH.Net* eh.net/coursesyllabi/syllabi/munro/BILLEXCH.htm.
- OTTE, Enrique. 1996. *Sevilla y sus mercaderes a fines de la Edad Media*. Sevilla: Universidad de Sevilla.
- OWENS, J., YUAN, M., WACHOWICZ, M., KANTABRUTA, V., COPPOLA, E. A., AMES, D. P. e GANGEMI, A. 2009. Visualizing Historical Narratives: Geographically-Integrated History and Dynamics GIS. In *Visualizing the Past: Tools and Techniques for Understanding Historical Processes*. University of Richmond, Virginia.
- OWENS, Jack. 2007. "Toward a Geographically-Integrated, Connected World History: Employing Geographic Information Systems (GIS)." *History Compass* no. 5 (October 2007):2014-2040.

- OWENS, Jack. 2012. "Dynamic Complexity of Cooperation-Based Self-Organizing Commercial Networks in the First Global Age (DynCoopNet): What's in a name?" *Journal of Knowledge Management, Economics and Information Technology. Special Issue: Self-organizing Networks and GIS Tools Cases of Use for the Study of Trading Cooperation (1400-1800)* no. June 2012:25-52.
- PEREIRA, João Cordeiro. 1983. *Para a história das alfândegas em Portugal no início do século XVI*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- PINTO, Sara. 2008. *Caminha no século XVI: estudo sócio-económico. Dos que ganham suas vidas sobre as agoas do mar*, Universidade do Porto, Porto.
- POLÓNIA, Amélia. 2006. "Dinâmicas comerciais e interações sociais: os portos de Lisboa e Porto nos séculos XVII e XVIII " In *La ciudad portuaria Atlántica en la historia: siglos XVI-XIX* editado por FORTEA, José Ignacio e GELABERT, Juan E., 245-280. Santander: Autoridad Portuaria de Santander.
- POLÓNIA, Amélia. 2007a. *A expansão ultramarina numa perspectiva local: o porto de Vila do Conde no século XVI* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda
- POLÓNIA, Amélia. 2007b. *Hisportos: a research project on portuguese seaports in the early modern age* Porto: Universidade do Porto. Instituto de História Moderna
- POLÓNIA, Amélia. 2008. "The Northwestern Portuguese Seaport System in the Early Modern Period." In *Making Global and Local Connections: Historical Perspectives on Ports*, editado por BERGHOLM, Tapio, FISCHER, Lewis R. e TONIZZI, Elisabetta, 113-136. Newfoundland: IMEHA.
- POLÓNIA, Amélia. 2011. "Seaports as Centres of Economic Growth: the Portuguese Case, 1500-1800." In *Shipping and Economic Growth. 1350-1800*, editado por HUNGER, Richard 379-409. Leiden: Brill Academic Publishers.
- POLÓNIA, Amélia , BARROS, Amândio e NOGUEIRA, Miguel 2010. "'Now and Then, Here and There... on business": mapping social/trade networks on First Global Age." In *Mapping Different Geographies*, editado por KRIZ, Karel , CARTWRIGHT, William e HURNI, Lorenz Springer.
- POLÓNIA, Amélia e OWENS, Jack. *Cooperation-Based Self-Organizing Networks in Portuguese Overseas Expansion in the First Global Age, 1400-1800* 2010 [acedido em Janeiro de 2012. Disponível em www.dyncoopnet-pt.org/working-papers.
- PRIOTTI, Jean-Philippe. 1993. "Nantes et le commerce atlantique: les relations avec Bilbao au XVIIe siècle." *Annales de Bretagne et des pays de l'Ouest* no. 100 (numéro 3):265-283.
- PRIOTTI, Jean-Philippe 2004. *Bilbao et ses marchands au XVIIe siècle: genèse d'une croissanc*: Presses Univ. Septentrion.
- RAU, Virgínia. 1968. "Aspectos do pensamento económico português durante o século XVI." In *Estudos de história: mercadores, mercadorias pensamento económico*, editado por RAU, Virgínia. Lisboa: Verbo.
- RAU, Virgínia. 1971. "Bartolomeo di Iacopo di Ser Vanni mercador-banqueiro florentino em Lisboa nos meados do século XV." *Do Tempo e da História* no. IV:97-117.
- RAU, Virgínia 1962-1963. "Cartas de Lisboa no Arquivo Datini de Prato." *Separata de Estudos italianos em Portugal* no. 21-22.
- REVES, Christiane 2004. "Italian merchants of the eighteenth century in Frankfurt and Mainz: circumstances contributing to their socio-economic ascent " In *Spinning the commercial web. International trade, merchants and commercial cities, c.*

- 1640-1939, editado por BEERBÜHL, Margrit Schulte e VÖGELE, Jörg 99-111. Peter Lang.
- RIBEIRO, Ana Sofia. 2011. *Mechanisms and criteria of cooperation in trading networks of the First Global Age. The case study of Simon Ruiz network 1557-1597*, Universidade do Porto, Porto.
- RODRIGUEZ GONZALEZ, Ricardo. 1992. *Libros de cuentas del mercader Simon Ruiz. Analisis de una decada (1551-1560)*, Universidad de Valladolid.
- RODRIGUEZ GONZALEZ, Ricardo. 1995. *Mercaderes castellanos del siglo de oro* Valladolid: Secretariado de Publicaciones Universidad de Valladolid.
- RODRIGUEZ GONZALEZ, Ricardo. 2000. "La negociación cambiaria en la banca de Simón ruiz." In *Dinero, moneda y crédito en la monarquía hispánica: Actas del Simposio Internacional*, editado por BERNAL RODRÍGUEZ, Antonio Miguel, 679-694. Madrid.
- ROITMAN, Jessica 2009. *Us and Them: Inter-cultural Trade and the Sephardim, 1595-1640*, University of Leiden, Leiden.
- RUIZ MARTIN, Felipe. 1986. "Las ferias de Castilla." In *Historia de Medina del Campo*, editado por LORENZO SANZ, Eufemio, p. 267-300. Valladolid: Ayuntamiento de Medina del Campo.
- RUIZ MARTIN, Felipe. 1990. *Pequeño capitalismo, gran capitalismo. Simón Ruiz y sus negocios en Florencia*. Barcelona: Editorial Crítica.
- RUIZ MARTIN, Felipe 1970. *El Banco de España: una historia económica*. Madrid: Banco de España.
- SCHICK, Léon. 1957. *Jacob Fugger: un grand homme d'affaires au début du XVIe siècle*. Paris: S. E. V. P. E. N.
- SIGMUND, Karl. 2008. Game theory and the evolutionary dynamics of cooperation. Comunicação apresentada em The TECT-INCORE Summer School: Tools of the trade in cooperation research, 30 de Agosto a 6 de Setembro de 2008, em Obernai, France.
- SILVA, José-Gentil da. 1956. *Stratégie des Affaires à Lisbonne entre 1595 et 1607: Lettres marchandes des Rodrigues d'Évora et veiga*. Paris: Librairie Armand Colin.
- SILVA, José-Gentil da. 1959. *Marchandises et Finances II: lettres de Lisbonne 1563-1578*. Paris: S.E.V.P.E.N.
- SILVA, José-Gentil da. 1961. *Marchandises et Finances III: lettres de Lisbonne 1563-1578*. Paris: S.E.V.P.E.N.
- SILVEIRA, Luís Espinha da. 2011a. "Population and Railways in Portugal, 1801–1930" *The Journal of Interdisciplinary History* no. XLII (1 Summer 2011):29-52.
- SILVEIRA, Luís Espinha da 2011b. GIS and historical research: promises, achievements and pitfalls. Comunicação apresentada em Digital Methods and Tools for Historical Research, 18 e 19 de Novembro, em Lisboa.
- SILVEIRA, Luís Espinha da, MELO, Cristina Joanaz de e LOPES, Margarida. 1994. "Mapping Portuguese Historical Boundaries with a GIS." In *Structures and contingencies in computerized historical research*, editado por BOONSTRA, Onno W. A., COLLENTEUR, Geurt e ELDEREN, Bart van 245-252. Hilversum: Uitgeverij Verloren.
- STOBART, Jon. 2004. "Webs of information, bonds of trust: the networks of early eighteenth-century Chester merchants." In *Spinning the commercial web. International trade, merchants and commercial cities, c. 1640-1939*, editado por BEERBÜHL, Margrit Schulte e VÖGELE, Jörg, 218 -236. Peter Lang.

- STRUM, Daniel 2009. Revisiting the Role of Kinship and Ethnicity in Early Modern Trade: the Portuguese Jews and New Christians in the sugar trade. Comunicação apresentada em XVth World Economic History Congress, 3 a 7 de Agosto de 2009, em Utrecht.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay 1996. *Merchant networks in the early modern world*: Ashgate Variorum.
- TORGET, Andrew e WILSON, James. 2009. Visualising the past: tools and techniques for understanding historical processes. A White Paper for the National Endowment for the Humanities. University of Richmond, Virginia.
- TRACY, James D. 1993. *The rise of merchant empires: long-distance trade in the early modern world, 1350-1750*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TRILLO DE LEYVA, Juan Luis 1991. *Sevilla: la fragmentación de la manzana*. Sevilla: Universidad de Sevilla.
- TRIVELLATO, Francesca. 2003. "« Juifs de Livourne, Italiens de Lisbonne, hindous de Goa » Réseaux marchands et échanges interculturels à l'époque moderne." *Annales. Histoire, Sciences Sociales* no. 3 (58e année):581-603.
- TRIVELLATO, Francesca. 2007. "Merchants' letters across geographical and social boundaries." In *Correspondence and cultural exchange in Europe, 1400-1700*, editado por BETHENCOURT, Francisco e EGMOND, Florike, 80-103. Cambridge: Cambridge University Press.
- USHER, Abbot Payson. 1943. *The early history of deposit banking in Mediterranean Europe*. Cambridge: Harvard University Press.
- VÁZQUEZ DE PRADA, Valentín. *Lettres marchandes d'Anvers*. Paris: Jean Touzot. *Vista de Madrid (1562)*. [acedido em Janeiro de 2012. Disponível em [http://ca.wikipedia.org/wiki/Fitxer:Vista_de_Madrid_\(1562\).Anton_Van_der_Wyngaerde_\(Fragmento\).jpg](http://ca.wikipedia.org/wiki/Fitxer:Vista_de_Madrid_(1562).Anton_Van_der_Wyngaerde_(Fragmento).jpg)].
- WACHOWICZ, M., ORELLANA, D., CRESPO SOLANA, A., OWENS, J. e BERNABÉ, M.A. 2008. A space-time representation for reasoning about the Atlantic commercial routes of the 18th century. In *Annual Meeting of the Social Science History Association. Session Theme: Contributory GIS for Historical Research*. Miami.
- WACHOWICZ, Monica. 1999. *Object-Oriented Design For Temporal Gis*: Taylor & Francis LTD.
- WACHOWICZ, Monica. 2000. "The role of geographic visualisation and knowledge discovery in spatio-temporal data modelling." *Geodesy* no. 47:13-26.
- WACHOWICZ, Monica e OWENS, Jack. 2013. "The Role of Knowledge Spaces in Geographically-Oriented History." In *History and GIS: Epistemologies, Considerations and Reflections*, editado por LÜNEN, A. von e TRAVIS, C. . Springer.
- WALLERSTEIN, Immanuel. 1990. *O Sistema Mundial Moderno, Vol. 1: Agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI* Porto: Edições Afrontamento.
- WARF, Barney e ARIAS, Santa 2009. *The spatial turn: interdisciplinary perspectives*: Routledge Studies in Human Geography.
- WEE, Herman van der. 1963. *The growth of the Antwerp market and the European Economy (14th -16th centuries)* 3vols: La Haya.
- WHITE, Richard. *What is Spatial History?* Stanford University Spatial History Lab 2010 [acedido em Janeiro de 2012. Disponível em

www.stanford.edu/group/spatialhistory/cgi-bin/site/pub.php?id=29&project_id=997.

Yale University. *General Collection, Beinecke Rare Book and Manuscript Library*. [acedido em Janeiro de 2012. Disponível em http://beinecke.library.yale.edu/dl_crosscollex/brbldl_getrec.asp?fld=img&id=1015871].

YUAN, May. 2008. "Dynamics GIS: Recognizing the Dynamic Nature of Reality " In *Essays on Geography and GIS*. ESRI.

YUN CASALILLA, Bartolomé. 2009. *Las redes del imperio : élites sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica, 1492-1714*. Madrid: Marcial Pons.

VII – Índices de Figuras e Tabelas

Índice de figuras:

Figura 1 – Os Buonvisi conquistaram toda a Europa	14
Figura 2 – As relações comerciais da firma Saminiati no século XVII	14
Figura 3 – Procedência das cartas recebidas pela companhia de Simón Ruiz, 1554-1630	39
Figura 4 – Locais de emissão das cartas analisadas	42
Figura 5 – Transcrição de uma letra de câmbio no JEdit	45
Figura 6 – Transcrição de uma carta no JEdit	46
Figura 7 – Página de apresentação da base de dados on-line <i>DynCoopNet-pt</i>	47
Figura 8 – Página da ficha biográfica de Cosme Ruiz Embito na base de dados on-line <i>DynCoopNet-pt</i>	48
Figura 9 – Página da ficha biográfica de Lisboa na base de dados on-line <i>DynCoopNet-pt</i>	50
Fig. 10 – Página de exploração dos lugares na base de dados on-line <i>DynCoopNet-pt</i>	53
Figura 11 – Distribuição espacial dos lugares em análise	55
Figura 12 – Lugares com mais de 100 ocorrências	57
Figura 13 – Vista de Medina del Campo de Anton van den Wyngaerde, 1570	61
Figura 14 – Plano de Medina del Campo no século XVI	
Figura 15 – Lugares de emissão das letras de câmbio a pagar em Medina del Campo (1553-1606)	64
Figura 16 – Lugares de pagamento das letras de câmbio emitidas em Medina del Campo (1553-1606)	66
Figura 17 – Vista de Lisboa	75
Figura 18 – Número de letras de câmbio emitidas em Lisboa, por local de pagamento (1553-1606)	78
Figura 19 – Número de letras de câmbio pagas em Lisboa, por local de emissão (1553-1606)	78
Figura 20 – Vista de Antuérpia	93
Figura 21 – Número de letras de câmbio emitidas em Antuérpia,	

por local de pagamento (1553-1606)	95
Figura 22 – Número de letras de câmbio pagas em Antuérpia, por local de emissão (1553-1606)	96
Figura 23 – Vista de Lyon	101
Figura 24 – Número de letras de câmbio pagas em Lyon, por local de emissão (1553-1606)	103
Figura 25 – Número de letras de câmbio emitidas em Lyon, por local de pagamento (1553-1606)	104
Figura 26 - Vista de Madrid por Anton van den Wyngaerde, 1562	107
Figura 27 – Número de letras de câmbio emitidas em Madrid, por local de pagamento (1553-1606)	110
Figura 28 – Número de letras de câmbio pagas em Madrid, por local de emissão (1553-1606)	110
Figura 29 – Vista de Florença	116
Figura 30 – Número de letras de câmbio emitidas em Florença, por local de pagamento (1553-1606)	117
Figura 31 – Número de letras de câmbio pagas em Florença, por local de emissão (1553-1606)	117
Figura 32 – Vista de Roma	120
Figura 33 – Número de letras de câmbio emitidas em Roma, por local de pagamento (1553-1606)	122
Figura 34 – Vista de Valladolid	125
Figura 35 - Número de letras de câmbio emitidas em Valladolid, por local de pagamento (1553-1606)	127
Figura 36 - Número de letras de câmbio pagas em Valladolid, por local de emissão (1553-1606)	128
Figura 37 – Vista de Sevilha	141
Figura 38 – Número de letras de câmbio emitidas em Sevilha, por local de pagamento (1553-1606)	143
Figura 39 – Número de letras de câmbio pagas em Sevilha, por local de emissão (1553-1606)	143
Figura 40 – Funções dos lugares-chave nos negócios da companhia de Simón Ruiz	147

Figura 41 – Lugares referidos na documentação, consoante a tipologia documental	151
Figura 42 – Feiras de câmbio	154
Figura 43 – Lugares de emissão de letras de câmbio e número de letras emitidas (1553-1606)	159
Figura 44 – Lugares de pagamento de letras de câmbio e número de letras pagas (1553-1606)	159
Figura 45 – Número de letras de câmbio emitidas por lugar, entre 1553 e 1566	161
Figura 46 – Número de letras de câmbio pagas por lugar, entre 1553 e 1566	162
Figura 47 – Número de letras de câmbio emitidas por lugar, entre 1567 e 1574	163
Figura 48 – Número de letras de câmbio pagas por lugar, entre 1567 e 1574	164
Figura 49 – Número de letras de câmbio emitidas por lugar, entre 1575 e 1579	165
Figura 50 – Número de letras de câmbio pagas por lugar, entre 1575 e 1579	166
Figura 51 – Número de letras de câmbio emitidas por lugar, entre 1580 e 1582	170
Figura 52 – Número de letras de câmbio pagas por lugar, entre 1580 e 1582	170
Figura 53 – Número de letras de câmbio emitidas por lugar, entre 1585 e 1590	172
Figura 54 – Número de letras de câmbio pagas por lugar, entre 1585 e 1590	173
Figura 55 – Número de letras de câmbio emitidas por lugar, entre 1594 e 1597	175
Figura 56 – Número de letras de câmbio pagas por lugar, entre 1594 e 1597	175
Figura 57 – Número de letras de câmbio emitidas por lugar, entre 1605 e 1606	178
Figura 58 – Número de letras de câmbio pagas por lugar, entre 1605 e 1606	178
Figura 59 – Lugares dos pagadores de letras de câmbio e número de letras tomadas sobre eles (1553-1606)	180
Figura 60 – Fluxos de letras de câmbio entre 1553 e 1606	185
Figura 61 – Lugares de compra de mercadorias, entre 1558 e 1577	190
Figura 62 – Lugares de venda de mercadorias, entre 1558 e 1577	191
Figura 63 - Escalas e aduanas no interior Peninsular	201
Figura 64 – Os espaços da navegação: portos, corso e origem das frotas	205
Figura 65 – Relações familiares entre Simón Ruiz e os seus principais agentes	217

Índice de tabelas:

Tabela 1 – Número de letras de câmbio analisadas, distribuídas por ano	36
Tabela 2 – Número de letras de câmbio não analisadas, distribuídas por ano	37
Tabela 3 – Número de cartas analisadas, distribuídas por ano	42
Tabela 4 – Funções do lugar “Medina del Campo”	63
Tabela 5 – Funções do lugar “Lisboa”	77
Tabela 6 – Funções do lugar “Antuérpia”	94
Tabela 7 – Funções do lugar “Lyon”	102
Tabela 8 – Funções do lugar “Madrid”	109
Tabela 9 – Funções do lugar “Florença”	116
Tabela 10 – Funções do lugar “Roma”	121
Tabela 11 – Funções do lugar “Valladolid”	126
Tabela 12 – Agentes localizados em Valladolid com título e/ou cargo atribuídos	129
Tabela 13 – Funções do lugar “Nantes”	132
Tabela 14 – Funções do lugar “Sevilha”	142
Tabela 15 - Correlação entre as principais feiras de câmbio em meados do séc. XVI	156
Tabela 16 - Lugares dos pagadores (número de ocorrências, cronologia, títulos e cargos)	182

VIII – Anexos

Índice

Anexo 1 – Lista total de lugares	251
Anexo 2 – Lugares de emissão e número de letras de câmbio a pagar em Medina del Campo	256
Anexo 3 – Lugares de pagamento e número de letras de câmbio emitidas em Medina del Campo	258
Anexo 4 – Lugares de emissão e número de letras de câmbio	259
Anexo 5 – Lugares de pagamento e número de letras de câmbio	262
Anexo 6 – Lugares de pagamento e número de letras de câmbio por intervalos temporais	264
Anexo 7 – Lugares de emissão e número de letras de câmbio por intervalos temporais	266
Anexo 8 – Lugares dos pagadores e número de letras de câmbio	269
Anexo 9 – Relação entre lugares de emissão e de pagamento, e número de letras de letras de câmbio	273

Anexo 1 – Lista total de lugares

1	Abrantes	25	Anguita
2	África	26	Antwerpen
3	Alarcón	27	Aranda de Duero
4	Albacete	28	Arévalo
5	Alcaicería (Sevilla)	29	Armuña
6	Alcalá de Henares	30	Arruda dos Vinhos
7	Alcochete	31	Asti
8	Alcoy	32	Astorga
9	Alderete	33	Augsburg
10	Alemanha	34	Aveiro
11	Alenquer	35	Ávila
12	Alexandria	36	Avión
13	Algarve	37	Ayamonte
14	Alhóndiga	38	Azamor
15	Alicante	39	Badajoz
16	Almada	40	Baiona
17	Almagro	41	Barcelona
18	Almansa	42	Bayonne
19	Almeirim	43	Beiras
20	Almería	44	Belém
21	Almoguera	45	Belmonte
22	Amurrio	46	Belorado
23	Andaluzia, Costa da	47	Berberia
24	Angra do Heroísmo	48	Besançon

49	Beveren	75	Carrión de los Condes
50	Bilbao	76	Cartagena
51	Biscaia	77	Cascais
52	Bordeaux	78	Castela
53	Braga	79	Castelo Branco
54	Bragança	80	Castin
55	Brasil	81	Chambéry
56	Bretanha	82	Chaves
57	Brihuega	83	Ciudad Rodrigo
58	Brugge	84	Coimbra
59	Brussel	85	Concha (Ruiloba)
60	Burgos	86	Córdoba
61	Cáceres	87	Cória
62	Cádiz	88	Covilhã
63	Calahorra	89	Cuenca
64	Calais	90	Dueñas
65	Calle de Toledo (Madrid)	91	Dunkerque
66	Calle Placentines (Sevilla)	92	Elmina
67	Cambados	93	Elvas
68	Caminha	94	Estella
69	Cangas del narcea	95	Estepa
70	Cantimpalos	96	Estremoz
71	Capillas	97	Évora
72	Carmo (Lisboa)	98	Firenze
73	Carrer de Villarroel (Barcelona)	99	Flandres
74	Carrera de San Jerónimo (Madrid)	100	França

101	Fresneda de la sierra	127	Le Havre
102	Galiza	128	Lebrija
103	Garciaz	129	Leça
104	Gdąnsk	130	Lekeitio
105	Genova	131	León
106	Goa	132	Lille
107	Gradas (Sevilha)	133	Lima
108	Granada	134	Lisboa
109	Guarda	135	Livorno
110	Hamburg	136	Lomeda
111	Holanda	137	Lora del rio
112	Huelva	138	Louredo
113	Ilha de Maio (Cabo Verde)	139	Lübeck
114	Ilha de Santiago (Cabo Verde)	140	Lugo
115	Índia	141	Luxembourg
116	Inglaterra	142	Lyon
117	Inglaterra, Costa da	143	Maastricht
118	Irun	144	Madrid
119	Itália	145	Málaga
120	Jaén	146	Mallorca
121	Jakarta	147	Malta
122	Jerez de Los Caballeros	148	Maranchon
123	Kochi	149	Marseille
124	Köln	150	Medellin
125	La Rochelle	151	Medina de Rioseco
126	Laredo	152	Medina del Campo

153	Melaka	179	Ourense
154	Mérida	180	Oviedo
155	Messina	181	Países Baixos
156	Middelburg	182	Palencia
157	Milano	183	Palermo
158	Miranda do Douro	184	Pamplona
159	Mondoñedo	185	Paracuellos de Jarama
160	Mons	186	Paris
161	Montluel	187	Parma
162	Morbihan	188	Pedraza
163	Mota do Corvo	189	Pernambuco
164	Mozambique, Ilha de	190	Piacenza
165	Murcia	191	Pinhel
166	Muros	192	Pisa
167	Muskiz	193	Plaza de San Nicolás (Medina del Campo)
168	Mylapore	194	Poligny
169	Nájera	195	Pontevedra
170	Namur	196	Porto
171	Nantes	197	Porto Ercole
172	Napoli	198	Puente la Reina
173	Nieuwpoort	199	Ribarteme
174	Nova Espanha	200	Roma
175	Olivenza	201	Rouen
176	Olmedo	202	Sahagún
177	Orléans	203	Salamanca
178	Osma	204	Salerno

205	San Felices de los Galegos	231	Tournai
206	San Felix (Madrid)	232	Trancoso
207	Saint-Jean-de-Luz	233	Trujillo
208	San Martín del Castañar	234	Tuégjar
209	San Sebastián	235	Tui
210	Sanlúcar de Barrameda	236	Uceda
211	Santa Iria de Azóia	237	Urduña
212	Santa María la Blanca (Sevilla)	238	Valdepenas
213	Santa Mariña de Aguasantas	239	Valência
214	Santander	240	Valladolid
215	Santiago de Compostela	241	Valverde del Camino
216	Santo António do Tojal	242	Venezia
217	São Tomé	243	Vigo
218	Segorbe	244	Vila do Conde
219	Segovia	245	Vila Viçosa
220	Setúbal	246	Villalón de Campos
221	Sevilla	247	Villar del cobo
222	Soria	248	Vitoria-Gasteiz
223	Talavera de la Reina	249	Yecla
224	Toledo	250	Zafra
225	Tomar	251	Zamora
226	Toro	252	Zaragoza
227	Torre de Moncorvo	253	Zunderdorp
228	Torre del Burgo		
229	Torrecilla en Cameros		
230	Toulouse		

Anexo 2 – Lugares de emissão e número de letras de câmbio a pagar em Medina del Campo

Lugar de emissão	Nº de letras de câmbio	Ano da primeira ocorrência
Antwerpen	1486	1562
Lyon	857	1562
Lisboa	845	1563
Piacenza	315	1581
Firenze	270	1579
Roma	168	1585
Rouen	119	1575
Sevilla	75	1559
Porto	52	1582
Madrid	44	1575
Calais	30	1578
Middelburg	29	1585
Lille	26	1595
Medina del Campo	25	1566
Bruges	18	1577
Valladolid	15	1588
Valencia	9	1581
Alicante	8	1582
Genova	6	1564
Paris	6	1578
Köln	6	1579

Nantes	5	1573
Asti	5	1582
Bilbao	4	1560
Burgos	3	1564
Alenquer	3	1580
Milano	3	1581
Medina de Rio Seco	3	1595
Poligny	2	1571
Vitoria	2	1572
Elvas	2	1581
Saragoza	2	1582
Villalón	1	1565
Granada	1	1574
Maastricht	1	1580
Santo António de Tojal	1	1580
Toledo	1	1580
Alcon	1	1581
Baiona	1	1581
Barcelona	1	1582
Montluel	1	1582
Zamora	1	1582
Segovia	1	1585
Napoli	1	1605
Setúbal	1	1605

Anexo 3 – Lugares de pagamento e número de letras de câmbio emitidas em Medina del Campo

Lugar de pagamento	Nº de letras de câmbio	Ano da primeira ocorrência
Lisboa	822	1575
Lyon	552	1560
Antwerpen	166	1558
Besancon	134	1558
Firenze	132	1579
Madrid	92	1574
Piacenza	84	1585
Sevilha	31	1561
Rouen	27	1582
Medina del Campo	25	1566
Valencia	13	1590
Valladolid	10	1590
Bayonne	2	1565
Baiona	2	1566
Bruges	1	1563
Paris	1	1578
Burgos	1	1579
Saragoza	1	1579
Caminha	1	1589

Anexo 4 – Lugares de emissão e número de letras de câmbio

Lugar de emissão	Nº de letras de câmbio
Medina del campo	2142
Antwerpen	1764
Lisboa	1538
Lyon	959
Madrid	558
Roma	432
Firenze	374
Piacenza	345
Sevilla	263
Rouen	126
Burgos	92
Valladolid	86
Porto	73
Elvas	51
Villalón de Campos	47
Calais	37
Middelburg	30
Lille	27
Medina de Rioseco	26
Köln	23
Brugge	22
Napoli	22

Bilbao	16
Cuenca	15
Milano	15
Granada	14
Alicante	13
Valencia	11
Paris	9
Montluel	7
Mons	7
Concha (Ruiloba)	6
Asti	6
Genova	6
Toledo	6
Namur	5
Maastricht	5
Segovia	5
Nantes	5
Trancoso	4
Alenquer	3
Anguita	3
Brussels	3
Baiona	3
Vitoria-Gasteiz	3
Murcia	2
Santo António do Tojal	2

Poligny	2
Beveren	2
Évora	2
Barcelona	2
Saragoza	2
Mérida	2
Besançon	2
Alcoy	1
Cantimpalos	1
Torre del Burgo	1
Arruda dos Vinhos	1
Santa Iria	1
Luxembourg	1
Tournai	1
Urduña	1
San Sebastián	1
Miranda	1
Setúbal	1
Zamora	1
Córdoba	1
Badajoz	1

Anexo 5 – Lugares de pagamento e número de letras de câmbio

Lugar de pagamento	Nº de letras de câmbio
Medina del campo	4460
Lisboa	953
Lyon	912
Madrid	741
Valladolid	347
Antwerpen	237
Firenze	200
Besançon	194
Piacenza	105
Sevilla	58
Villalón de Campos	46
Alcala de henares	44
Burgos	35
Rouen	31
Valência	14
Medina de Rioseco	6
Roma	4
Pisa	3
Paris	3
Porto	3
Bayonne	2
Baiona	2

Brugge	2
Bilbao	2
Chambery	1
San Sebastián	1
Castin	1
Vitoria-Gasteiz	1

Anexo 6 – Lugares de pagamento e número de letras de câmbio por intervalos temporais

Lugar de pagamento	1553-1566	1567-1574	1575-1579	1580-1582	1585-1590	1594-1597	1605-1606	Total de letras
Medina del Campo	73	158	305	830	1793	955	352	4466
Lisboa			28		234	642	43	947
Lyon	183	170	122	142	279	16		912
Madrid		2	152	219	99	227	2	701
Valladolid	1		4	4	105	15	207	336
Besançon	30	0	1	1	119	141	9	301
Antwerpen	29	7	42	1	45	99	12	235
Firenze			7	5	77	88	18	195
Sevilla	34	5	12	1	6			58
Villalón	41	5						46
Alcalá		2	27		1	14		44
Burgos	1	1	20	6	3		6	37
Rouen				1	30			31
Valencia			1		1	12		14
Desconhecido		4	5					9
Medina de Rioseco	2	3		1				6
Bayonne	3							3
Paris			3					3
Roma				1	1	1		3

Pisa						3		3
Porto						3		3
Baiona	1	1						2
Bruges	1		1					2
Bilbao			1			1		2
Chambéry		1						1
Saragoza			1					1
Toledo			1					1
Vitoria			1					1
Villacastin			1					1
San Sebastian				1				1
Caminha						1		1
Genova						1		1
TOTAL	399	359	735	1213	2794	2218	649	8367

Anexo 7 – Lugares de emissão e número de letras de câmbio por intervalos temporais

Locais de emissão	1553-1566	1567-1574	1575-1579	1580-1582	1585-1590	1594-1597	1605-1606	Total de letras
Medina del Campo	193	165	166	108	631	821	57	2141
Antwerpen	16	56	279	446	604	303	59	1763
Lisboa			259	165	286	322	406	1438
Lyon	23	82	65	201	526	60	1	958
Madrid		22	35	68	206	222	1	554
Roma					213	156	21	390
Firenze			10	76	201	46	40	373
Besançon	2	2		10	139	187	17	357
Sevilla	87	25	23	31	19	32	39	256
Rouen			3	18	105			126
Burgos	3		44	15		1	29	92
Valladolid	9		4	5	11	9	47	85
Porto				3	27	40	1	71
Villalón	48							48
Calais			28	9				37
Middelbourg					28			28
Lille					1	26		27
Medina de Rioseco	22					4		26
Köln			18	5				23

Bruges		20	2				22
Napoli						22	22
Desconhecido	3	5	2	8	3		21
Bilbao	2		1	1	9	2	15
Milano			11		1	2	14
Cuenca						14	14
Alicante			2	5	6		13
Granada		5			7	1	13
Valencia			3			8	11
Paris		3	3	3			9
Mons			7				7
Montluel			7				7
Asti		1	5				6
Concha		6					6
Elvas			6				6
Genova	1		3		2		6
Toledo	1	1	3			1	6
Maastricht		2	3				5
Namur		4	1				5
Nantes	2			3			5
Segóvia			1	1	1	2	5
Alenquer			3				3
Baiona			1	2			3
Brussels				3			3
Vitoria	1	2					3

Anguita							3	3
Barcelona			1	1				2
Beveren				2				2
Poligny		2						2
Saragoza				1	1			2
Tojal			2					2
Évora							2	2
Murcia							2	2
Alcon			1					1
Arruda			1					1
Badajoz			1					1
Luxemburgo		1						1
Mérida			1					1
Orduna		1						1
Santa Iria			1					1
Tornay			1					1
Torre de Burgo	1							1
Zamora			1					1
Cantimpalos							1	1
Córdoba							1	1
San Sebastian							1	1
Setúbal							1	1
TOTAIS	411	357	985	1234	3027	2259	781	9054

Anexo 8 – Lugares dos pagadores e número de letras de câmbio

Lugares dos pagadores	Nº de letras de câmbio
Medina del campo	570
Madrid	249
Valladolid	168
Burgos	98
Lyon	52
Lisboa	44
Bilbao	39
Salamanca	35
Sevilla	32
Antwerpen	28
Santiago de Compostilla	23
Toledo	22
Pontevedra	19
Zamora	18
Segovia	15
Oviedo	14
Alhóndiga	13
Ourense	13
León	12
Palencia	12
Rouen	12
Firenze	11

Toro	10
Cória	9
Alcalá de Henares	9
Tui	8
Roma	8
Vitoria-Gasteiz	7
Carrión de los Condes	6
Badajoz	6
Genova	6
Calahorra	5
Capillas	5
Arévalo	5
Cangas del Narcea	4
Lugo	4
Caceres	4
Pedraza	4
Avila	4
Villalón de Campos	4
Piacenza	4
Alarcón	3
Laredo	3
Mondoñedo	3
Miranda	3
São Félix dos Galegos	3
Soria	3

Córdoba	3
Saragoza	3
Albacete	2
Almoguera	2
Astorga	2
Avion	2
Burgo de Osma	2
Dueñas	2
Torrecilla en Cameros	2
Ciudad Rodrigo	2
Covilhã	2
Villacastin	2
Milano	2
Besançon	2
Armuna	1
Beiras	1
Bragança	1
Brihuega	1
Cambados	1
Caminha	1
Carrer de Villarroel	1
Estella	1
Garciaz	1
Louredo	1
Nájera	1

Puente la Reina	1
Ribarteme	1
Sahagún	1
Talavera de la Reina	1
Uceda	1
Algarve	1
Irún	1
Salerno	1
Tomar	1
Marseille	1
Vigo	1
Pamplona	1
Málaga	1
Évora	1
Cuenca	1
Brugges	1
Paris	1
Guarda	1
Trancoso	1
Valencia	1
Elvas	1
Porto	1

Anexo 9 – Relação entre lugares de emissão e de pagamento, e número de letras de letras de câmbio

Lugar de emissão	Lugar de pagamento	Nº de letras de câmbio
Antwerpen	Medina del Campo	1486
Lyon	Medina del Campo	857
Lisboa	Medina del Campo	845
Medina del Campo	Lisboa	822
Medina del Campo	Lyon	552
Piacenza	Medina del Campo	315
Firenze	Medina del Campo	270
Madrid	Lyon	213
Lisboa	Madrid	175
Roma	Medina del Campo	168
Medina del Campo	Antwerpen	166
Antwerpen	Madrid	141
Medina del Campo	Besancon	134
Roma	Valladolid	134
Medina del Campo	Firenze	132
Rouen	Medina del Campo	119
Madrid	Lisboa	114
Roma	Madrid	113
Medina del Campo	Madrid	92
Medina del Campo	Piacenza	84
Sevilla	Medina del Campo	75

Lisboa	Valladolid	53
Madrid	Besancon	52
Porto	Medina del Campo	52
Burgos	Lyon	49
Madrid	Firenze	49
Sevilla	Madrid	49
Madrid	Medina del Campo	44
Sevilha	Valladolid	44
Villalón	Lyon	39
Madrid	Antwerpen	38
Firenze	Madrid	35
Sevilla	Villalón	35
Medina del Campo	Sevilla	31
Calais	Medina del Campo	30
Middelburg	Medina del Campo	29
Lyon	Alcala	28
Burgos	Valladolid	27
Medina del Campo	Rouen	27
Lille	Medina del Campo	26
Medina del Campo	Medina del Campo	25
Napoli	Valladolid	21
Antwerpen	Burgos	20
Bruges	Medina del Campo	18
Köln	Madrid	17
Sevilla	Lyon	17

Lyon	Madrid	15
Piacenza	Alcala	15
Valladolid	Medina del Campo	15
Cuenca	Valladolid	14
Madrid	Piacenza	14
Medina de Rio Seco	Lyon	14
Medina del Campo	Valencia	13
Valladolid	Lyon	13
Valladolid	Firenze	12
Porto	Madrid	11
Sevilla	Antwerpen	11
Valladolid	Lisboa	11
Medina del Campo	Valladolid	10
Valladolid	Madrid	10
Milano	Madrid	9
Valencia	Medina del Campo	9
Alicante	Medina del Campo	8
Lisboa	Burgos	8
Madrid	Valladolid	8
Valladolid	Antwerpen	8
Antwerpen	Valladolid	7
Bilbao	Madrid	7
Burgos	Antwerpen	7
Granada	Madrid	7
Mons	Madrid	7

Porto	Valladolid	7
Antwerpen	Sevilla	6
Köln	Medina del Campo	6
Concha	Lyon	6
Genova	Medina del Campo	6
Montluel	Madrid	6
Paris	Medina del Campo	6
Villalón	Sevilha	6
Asti	Medina del Campo	5
Firenze	Valladolid	5
Lyon	Medina de Rio Seco	5
Lyon	Villalón	5
Medina de Rio Seco	Sevilla	5
Namur	Madrid	5
Nantes	Medina del Campo	5
Piacenza	Madrid	5
Alicante	Madrid	4
Bilbau	Medina del Campo	4
Granada	Sevilla	4
Maastricht	Madrid	4
Valladolid	Piacenza	4
Alenquer	Medina del Campo	3
Anguita	Valladolid	3
Antwerpen	Villalón	3
Burgos	Medina del Campo	3

Lisboa	Lisboa	3
Madrid	Pisa	3
Madrid	Porto	3
Medina de Rio Seco	Medina del Campo	3
Milano	Medina del Campo	3
Milano	Valladolid	3
Roma	Burgos	3
Sevilla	Rouen	3
Sevilla	Sevilla	3
Valladolid	Valladolid	3
Antwerpen	Bilbau	2
Antwerpen	Lyon	2
Baiona	Valladolid	2
Beveren	Madrid	2
Bilbau	Valladolid	2
Bruges	Madrid	2
Burgos	Paris	2
Elvas	Madrid	2
Elvas	Medina del Campo	2
Elvas	Medina del Campo	2
Évora	Valladolid	2
Firenze	Burgos	2
Firenze	Lyon	2
Lisboa	Antwerpen	2
Lyon	Lisboa	2

Madrid	Madrid	2
Medina de Rio Seco	Besancon	2
Medina del Campo	Baiona	2
Medina del Campo	Bayonne	2
Paris	Madrid	2
Piacenza	Valladolid	2
Poligny	Medina del Campo	2
Roma	Rouen	2
Saragoza	Medina del Campo	2
Segovia	Madrid	2
Segovia	Valladolid	2
Sevilla	Piacenza	2
Toledo	Lyon	2
Valencia	Valladolid	2
Valladolid	Roma	2
Vitoria	Medina del Campo	2
Alcon	Medina del Campo	1
Antwerpen	Firenze	1
Antwerpen	Toledo	1
Antwerpen	Vitoria	1
Arruda	Madrid	1
Asti	Alcala	1
Badajoz	Madrid	1
Baiona	Medina del Campo	1
Barcelona	Madrid	1

Barcelona	Medina del Campo	1
Besancon	Besancon	1
Besancon	Lyon	1
Bruges	Bruges	1
Brussles	Madrid	1
Burgos	Firenze	1
Burgos	Madrid	1
Burgos	Villalón	1
Calais	Burgos	1
Cantimpalos	Valladolid	1
Cordova	Madrid	1
Cordova	Valladolid	1
Firenze	Medina de Rio Seco	1
Firenze	Piacenza	1
Firenze	Villacastin	1
Granada	Medina del Campo	1
Granada	Valladolid	1
Lille	Madrid	1
Lisboa	Lyon	1
Lisboa	San Sebastian	1
Lisboa	Villalón	1
Luxemburgo	Madrid	1
Lyon	Antwerpen	1
Lyon	Sevilha	1
Lyon	Valladolid	1

Maastricht	Medina del Campo	1
Madrid	Roma	1
Madrid	Sevilha	1
Medina de Rio Seco	Antwerpen	1
Medina de Rio Seco	Madrid	1
Medina del Campo	Bruges	1
Medina del Campo	Burgos	1
Medina del Campo	Caminha	1
Medina del Campo	Chambery	1
Medina del Campo	Paris	1
Medina del Campo	Saragoza	1
Merida	Madrid	1
Middelburg	Madrid	1
Montluel	Medina del Campo	1
Murcia	Valladolid	1
Napoli	Medina del Campo	1
Paris	Burgos	1
San Sebastian	Valladolid	1
Santa Iria	Madrid	1
Santo Antonio de Tojal	Madrid	1
Santo Antonio de Tojal	Medina del Campo	1
Segovia	Medina del Campo	1
Setúbal	Medina del Campo	1
Sevilla	Besancon	1
Sevilla	Burgos	1

Toledo	Besancon	1
Toledo	Medina del Campo	1
Toledo	Valladolid	1
Tornay	Madrid	1
Valladolid	Besancon	1
Valladolid	Sevilha	1
Villalón	Antwerpen	1
Villalón	Medina del Campo	1
Villalón	Villalón	1
Vitoria	Lyon	1
Zamora	Medina del Campo	1